

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VALDIR DONIZETE DOS SANTOS JUNIOR

A trama das ideias:

Intelectuais, ensaios e construção de identidades na
América Latina (1898-1914)

São Paulo

2013

VALDIR DONIZETE DOS SANTOS JUNIOR

A trama das ideias:

Intelectuais, ensaios e construção de identidades na
América Latina (1898-1914)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado.

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos.

Título: A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À Rosange, minha mãe, a que primeiro
acreditou;*

*E à Márcia, com quem divido a minha
história.*

AGRADECIMENTOS

Embora meu ingresso oficial no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP tenha ocorrido em fevereiro de 2011, as origens deste trabalho são bem anteriores. Remontam ao ano de 2007, quando, ainda na Graduação, fiz o curso de “História da América Independente”, ministrado pela Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado, e, alguns meses depois, a seu convite, comecei a frequentar as reuniões e a trabalhar no Projeto Temático Fapesp “Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)”. Nos quatro anos de vigência do grupo, as ideias que defendo nas páginas seguintes foram sendo paulatinamente maturadas. Mais que isso: conheci muita gente boa de tantos lugares diferentes e pude entrar em contato com um debate intelectual de altíssimo nível travado por pessoas tão apaixonadas quanto eu pelas coisas da América Latina. Não poderia começar esses agradecimentos sem deixar de mencionar essa experiência essencial na minha vida.

À minha querida orientadora, a professora Maria Ligia Prado, sou grato pela acolhida desde os tempos da Graduação, pelas demonstrações de confiança e amizade e por ser meu suporte e paradigma intelectual nesses anos todos. Não poderia deixar de agradecer à Ligia por não me desamparar nos momentos mais difíceis da trajetória, principalmente no início dela, e por me incentivar a sempre prosseguir nessa empreitada. Obrigado, Ligia, por suas reflexões intelectuais e por sua paixão contagiante pelas coisas da América Latina, sem as quais esta Dissertação não poderia existir.

À professora Maria Helena Capelato, com quem tenho a felicidade de conviver desde a Graduação, agradeço pela acolhida sempre tão afetuosa e por aceitar dialogar comigo em todas as etapas desta pesquisa. Suas críticas, sugestões e apontamentos no Exame de Qualificação certamente contribuíram para que este trabalho encontrasse sua forma definitiva.

Aos professores Gabriela Pellegrino Soares, Horácio Gutierrez, José Alves de Freitas Neto, José Luís Beired, Kátia Gerab Baggio, Mariana Villaça, Mary A. Junqueira, Pedro Meira Monteiro, Silvia Miskulin e Stella Maris Scatena Franco, que nas mais diversas situações me ajudaram a elaborar caminhos para esta pesquisa e me incentivaram a prosseguir.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo aporte financeiro, sem o qual esta pesquisa não poderia ter sido realizada.

Aos muitos amigos que fiz, primeiramente, no Projeto Temático “Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)” e, posteriormente, no Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA). Agradeço, especialmente, a Affonso Celso Pereira, Caio de Souza Gomes, Carine Dalmás, Carla Viviane Paulino, Débora Villela de Oliveira, Flávio Francisco, Gabriel Passetti, Ivania Motta, Lívia Azevedo Rangel, Raphael Marchesin, Ricardo Streich e Tereza Dulci.

Aos meus queridos Eustáquio Ornelas Cota Junior e Romilda Costa Motta, para além das questões acadêmicas, pela troca de experiências e, principalmente, pela amizade construída ao longo desses anos.

Aos companheiros fefelecheanos e cruspianos Ana Paula Souza, Anderson Silva, Angélica Beghini Morales, Leonardo Gandia, Márcio Rossi, Rodolpho Rabello da Rocha, Rodolpho de Vicente Gomes e Yara Morena, pelas sempre tão enriquecedoras conversas, pela convivência e pela amizade cultivada nesses anos.

A todos aqueles que, como se diz por aí, “não trabalham, só dão aula”, especialmente, Bianca Katsumi, Bruno Leut, Denise Berkeras, Dimitri Moreira, Dirceu Ostrowski, Fernando Escobosa, Leandro Galdino, Luiz Carlos Rodrigues, Márcio Yoshimura, Murilo Fujii, Pedro Martins Criado, Pedro Sérgio Pereira, Rafael Russo Setin, Renato Tanaka, Ricardo Bulgarelli e Rosa Maria Tavares Andrade, pelo interesse sempre demonstrado e pelo diálogo aberto e franco.

À Roseli Pacito, por ser uma segunda mãe para mim nos últimos anos.

À Ana Pacito, a quem agradeço não somente pelo carinho fraterno, apoio e confiança, mas também pela inusitada consultoria nutricional que me prestou para este trabalho.

À Rosângela Pacito, pelo carinho e amizade.

À Beatriz Pereira, minha irmã querida, por compreender, aturar e respeitar a eterna chatice do irmão.

À Rosange Pereira, por nunca deixar de me incentivar e por me fazer perceber, desde cedo, a importância e o prazer de estudar. Mãe, só nós sabemos todos os obstáculos ultrapassados para que eu pudesse chegar até aqui. Se existe uma pessoa responsável por este trabalho, ela é você. Obrigado!

À Márcia Pacito, companheira de todas as horas e primeira leitora deste trabalho, obrigado por estar comigo, por me apoiar em todos os momentos e por compreender minhas ausências. Este trabalho, com muito amor, dedico a você.

Sei que muitos condenam um tal ardor numa obra de história, principalmente se ela se dedica às escolas; sei que se considera indispensável uma história calma, fria, imparcial... Isto equivale a exigir o impossível. Nenhum historiador é verdadeiramente imparcial. Seria preciso supor o homem destituído de sentimento. Essa imparcialidade ele pode simulá-la quanto à exposição, evitando cuidadosamente os comentários e os juízos, tanto sobre os acontecimentos como sobre os homens. Por vezes, esse esforço significa de fato o desejo de ser justo, mas comumente, isto não passa de um artifício para conquistar o ânimo do leitor. Nesse caso, é preferível um escritor que seja franco e sincero, e deixe ver logo qual o seu critério, desde que ele não proceda com parti-pris, desde que não seja capaz de sacrificar a verdade a preocupações pessoais.

Manoel Bomfim, “Parecer ao *Compêndio de História da América*, de Rocha Pombo”, 1897.

Decerto, mesmo que a história fosse julgada incapaz de outros serviços, restaria dizer, a seu favor, que ela entretém. Ou, para ser mais exato – pois cada um busca seus passatempos onde mais lhe agrada –, assim parece, incontestavelmente, para um grande número de homens. Pessoalmente, do mais remoto que me lembre, ela sempre me pareceu divertida. Como todos os historiadores, eu penso: sem o quê, por quais razões teriam escolhido esse ofício? Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama de vocação.

Marc Bloch, *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*.

RESUMO

SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. **A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a questão da circulação de ideias e a construção de identidades na América Latina a partir de três ensaios produzidos entre fins do século XIX e inícios do século XX: *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), do mexicano Francisco Bulnes (1847-1924); *A América Latina: males de origem* (1905), do brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932) e *Les democracies latines de l’Amérique* (1912), do peruano Francisco García Calderón (1883-1953). Por meio desses textos, este trabalho procura discutir as concepções sobre o fazer intelectual presente em cada um desses autores, o processo de elaboração e circulação das ideias no subcontinente em relação aos “paradigmas” europeu e norte-americano e a variedade de projetos identitários existentes na América Latina no umbral do século XX. O cotejo desses três ensaios permite que se explicitem um conjunto de temas e problemas comuns que permeavam o pensamento político na América Latina da época, entre os quais é importante ressaltar a discussão sobre o lugar do subcontinente no mundo diante da expansão do capitalismo e do imperialismo entre fins do século XIX e inícios do século XX.

Palavras-chave: América Latina, intelectuais, circulação de ideias, identidades latino-americanas.

ABSTRACT

SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. **An intricate web of ideas: intellectuals, essays and identity-building in Latin América (1898-1914)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

I intend to analyze in this research three major essays produced in Latin America in the beginning of the 20th Century: *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), by Mexican Francisco Bulnes (1847-1924); *A América Latina: males de origem* (1905), by Brazilian Manoel Bomfim (1868- 1932) and *Les démocraties latines de l’Amérique* (1912), by Peruvian Francisco García Calderón (1883-1953). I will emphasize the problems around the circulation of ideas and the building of identities in the subcontinent. The comparison among these three essays will allow me to discuss a whole set of common themes and issues related to political ideas in Latin America at that time and to think about Latin America’s place during the so called *Age of Empire*.

Keywords: Latin America, intellectuals, circulation of ideas, Latin Americans identities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

PARTE I

SOBRE AS IDEIAS NA AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO 1 – Miradas críticas:

Os intelectuais latino-americanos no umbral do século XX.....	32
1.1. Os autores e suas obras.....	33
1.2. Circulação e recepção.....	44
1.3. Questões de crítica: o papel social do intelectual.....	50

CAPÍTULO 2 – Na outra margem, Caliban:

As “democracias latinas da América” e seus impasses.....	59
2.1. Modernidade e democracia: a ascensão de Caliban.....	60
2.2. Democracia: apontamentos sobre um conceito polissêmico.....	69
2.3. A “perfeição de inadequados estatutos”: a democracia “fora do lugar”	73
2.4. Os “vícios da política”: Estado contra indivíduo.....	85
2.5. “Democracias sem povo” na América Latina: prescrições e impasses.....	92
2.6. Caliban, o “outro”: modernidade democrática e tradição autoritária.....	108

CAPÍTULO 3 – Os parasitas da América:

Circulação de ideias, retórica política e análise social.....	113
3.1. “A façanha do sr. Bomfim”	113
3.2. Parasitas e parasitismo: os conceitos e seus significados sociais.....	117
3.3. Decadência e colonização: o “parasitismo ibérico”.....	124
3.4. A construção e a circulação de uma ideia: o “parasitismo colonial”.....	134
3.5. O “parasitismo colonial” e as Antilhas no século XIX.....	141
3.6. O circuito das ideias: diálogos entre a Europa e as Américas.....	152

PARTE II

IDEIAS SOBRE A AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO 4 – No labirinto das raças:

Identidades e discurso racista na América Latina.....	159
4.1. As “três raças humanas”: alimentação nos trópicos e imperialismo.....	160
4.2. A construção retórica da “inferioridade”: indígenas e negros.....	174
4.3. A via mestiça: vislumbrando o futuro da América Latina.....	187
4.4. Entre o branqueamento e a assimilação: a imigração europeia.....	194
4.5. Imigração e instrução: “inferioridade racial” e “debilidade cultural”.....	203

CAPÍTULO 5 – Identidades em conflito:

A América Latina na “Era dos Impérios”.....	207
5.1. Os nomes da América: as bases da disputa.....	208
5.2. “Américas”, “americanos” e “americanismos”: mobilizando conceitos.....	217
5.3. O Brasil na América Latina: ser ou não ser?.....	223
5.4. Da “Doutrina Monroe” a “1898”: os perigos do “império”.....	233
5.5. Os projetos de salvação: confederação, unidade e identidades.....	252
5.6. O lugar da América Latina: notas sobre um debate.....	266

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
----------------------------------	------------

FONTES.....	275
--------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	281
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Os últimos anos do século XIX e os anos iniciais do século XX, mais especificamente o período entre a Guerra Hispano-americana (1898) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914), se constituem como um momento extremamente profícuo para o estudo das ideias na América Latina. A vitória dos Estados Unidos sobre a Espanha em 1898 representou não somente o fim da presença metropolitana dos ibéricos na América, mas configurou-se como um passo importante no processo de ascensão da federação norte-americana à categoria de grande potência mundial, evidenciando a existência nesse país de um ímpeto expansionista capaz de despertar, muitas vezes, preocupação e temor nas elites políticas e intelectuais do resto do continente americano. O triunfo estadunidense que significou a independência de Cuba sob a tutela ianque e a incorporação de Porto Rico e das Filipinas aos domínios norte-americanos, impulsionou, ao sul do Rio Grande, uma intensa reflexão sobre o lugar da América Latina no cenário mundial da época.

Embora essa nova articulação da política internacional tornasse os admirados e temidos Estados Unidos da América o “outro” preferencial nas construções identitárias elaboradas no subcontinente¹, a leitura de algumas obras escritas nessa época aponta para uma complexidade e diversidade maior dos discursos sobre a questão das identidades latino-americanas. Isso porque, nas décadas que se seguiram à emancipação política da maior parte dos países da América Latina, a existência da chamada Doutrina Monroe e a consequente imagem dos Estados Unidos como “guardião” do continente em relação a possíveis pretensões europeias sobre a região foram, muitas vezes, consideradas por intelectuais e homens de Estado latino-americanos como condições que inviabilizavam a ocorrência de intervenções “estrangeiras”, especificamente europeias, sobre os países do Novo Mundo. Entretanto, o avanço dos próprios Estados Unidos sobre territórios latino-americanos, a partir de 1898², notadamente por sua política em relação a Cuba e por seu domínio direto sobre Porto Rico, parecia tornar

¹ Ver, entre outros, PRADO, Maria Ligia Coelho. “Identidades latinoamericanas”. AYALA MORA, Enrique e POSADA CARBÓ, Eduardo (org.). *Historia general de la América Latina. Vol. VII – Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. 1. ed. Paris: UNESCO; Editorial Trotta, 2008.

² Este trabalho não desconsidera a expansão territorial norte-americana ao longo do século XIX, e, principalmente, leva em conta, por exemplo, a Guerra contra o México (1846-1848). Entretanto, considera-se aqui tais eventos dentro de outros marcos relacionados menos a um “imperialismo estadunidense” já estabelecido e mais aos conflitos que envolveram a formação dos Estados nacionais nas décadas posteriores ao processo de emancipação política nas Américas.

eminentes não somente possíveis novas investidas ianques sobre os seus vizinhos do sul, mas também sugeria a possibilidade de outros tipos de ingerência em um contexto no qual as nações mais industrializadas do mundo protagonizavam um processo de expansão imperialista que havia se acelerado nas últimas décadas do século XIX.

Inserindo as questões continentais em uma perspectiva global, é importante ressaltar o paralelismo entre a expansão dos Estados Unidos no final do século XIX e o avanço colonialista promovido pelos países industriais que perdurou até o início da Primeira Guerra Mundial. Esse período, chamado pelo historiador Eric Hobsbawm de “Era dos Impérios” (1875-1914), se caracterizou pelo acirramento das disputas entre as grandes potências mundiais, especialmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Estados Unidos e Japão, por territórios que lhes proporcionassem, em linhas muito gerais, matérias-primas abundantes, mão-de-obra barata e mercados consumidores em potencial.³ O temor, ainda que remoto, de que a América Latina fosse, assim como a África, a Ásia e a Oceania, “partilhada” entre os grandes impérios mundiais não deixou de mover as elites letradas do subcontinente, atentas não somente à expansão ianque, mas a esse contexto mais geral de avanço colonialista.⁴ É nesse sentido que este trabalho adota como marcos cronológicos inicial e final de análise, respectivamente, os anos de 1898, em meio ao impacto da Guerra Hispano-americana e da inflexão da política externa norte-americana em relação aos países da América Latina, e 1914, início da Primeira Guerra Mundial e ponto final da chamada “Era dos Impérios”.

Nesse contexto, em um intervalo de menos de vinte anos, entre 1898 e 1914, diversos intelectuais buscaram construir interpretações sobre o desenvolvimento histórico, os dilemas do presente e as perspectivas futuras da América Latina. Embora vários tratassem de temas nacionais, seus textos tinham, muitas vezes, uma clara dimensão continental. Entre as obras mais relevantes desse período podem ser citadas: *El continente enfermo* (1898), do venezuelano César Zumeta; *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), do mexicano Francisco Bulnes; *Ariel* (1900), do uruguaio José Enrique Rodó; *Nuestra América* (1903), do argentino Carlos Octávio Bunge; *A América Latina: males de origem* (1905), do brasileiro Manoel Bomfim; *Nuestra inferioridad económica* (1908), do chileno Francisco Encina; *Pueblo enfermo*

³ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

⁴ Essa questão será mais bem desenvolvida em capítulo posterior. Essa preocupação já havia sido notada nos escritos da intelectualidade brasileira em SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 104.

(1909), do boliviano Alcides Arguedas; *El porvenir de la América Española* (1910), do argentino Manuel Ugarte; *La enfermedad de Centroamérica* (1911), do nicaraguense Salvador Mendieta; *La evolución política e social de Hispanoamérica* (1911), do venezuelano Rufino Blanco Fombona; e *Les démocraties latines de l'Amérique* (1912), do peruano Francisco García Calderón.

Esses textos se caracterizavam, a despeito de sua diversidade, por serem escritos na forma de ensaios e por se articularem, em maior ou menor escala, em torno de um discurso de matriz cientificista e racista.⁵ Em diálogo com as ideias evolucionistas e as analogias entre natureza e sociedade, expressas paradigmaticamente nas obras de Herbert Spencer, e em contato com as teses que defendiam a inferioridade racial proporcionada pela mestiçagem, encontradas, por exemplo, em autores como o Conde de Gobineau ou Gustave Le Bon, os mais variados intelectuais construíram suas interpretações sobre a América Latina.⁶ O impacto de tais visões sobre a produção ensaística desse período pode ser notado, por exemplo, na incorporação das proposições de Gustave Le Bon, em obras como *Nuestra América* (1903), do argentino Carlos Octávio Bunge, e *Pueblo enfermo* (1909), do boliviano Alcides Arguedas, que aliavam as teses racialistas do autor francês a uma compreensão dos problemas latino-americanos enquanto patologias sociais. Não era por acaso que algumas das principais obras escritas nesse período destacavam, inclusive em seus títulos, a “enfermidade” do continente.⁷ A América Latina era representada, em muitas dessas obras, como um corpo doente, inspirando análises que se caracterizavam pela apresentação de diagnósticos sobre os males que afligiam a região e pela prescrição de supostos

⁵ O intelectual francês Tzvetan Todorov aponta para uma distinção entre os termos “racismo” e “racialismo”. Segundo ele, enquanto o primeiro designaria um *comportamento* de ódio e menosprezo em relação à “diferença” e ao “diferente”, o segundo se configuraria como uma *ideologia* alicerçada em um discurso pretensamente científico. Enquanto o “racismo” seria um comportamento antigo e de extensão universal, o “racialismo” comportaria um conjunto de ideias nascidas e desenvolvidas na Europa ocidental entre meados do século XVIII e meados do século XX. Ver TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los otros: reflexión sobre la diversidad humana*. 3. ed. México: Siglo XXI, 2003, pp. 115-116. Sobre as teorias raciais, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, especialmente o capítulo 2.

⁶ Ver HALE, Charles. “As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, vol. IV: de 1870-1930*. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2001; DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latino-americano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Biblos; Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000, tomo I – *Del Ariel a CEPAL (1900-1950)*; e FELL, Eve-Marie. “Del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionária”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, vol. 2 – A emancipação do discurso.

⁷ São exemplos desse fato, além de *Pueblo enfermo* (1909), de Alcides Arguedas, *Continente enfermo* (1898), do venezuelano César Zumeta, e *Las enfermedades de Centroamérica* (1911), do nicaraguense Salvador Mendieta.

remédios que poderiam resultar na cura do subcontinente.⁸ Entretanto, é importante ressaltar que embora as doutrinas científicas continuassem predominantes nesse período, esses ensaios também dialogaram, no umbral do século XX, com correntes literárias em ascensão no continente como o Modernismo⁹ de autores como José Martí e Rubén Darío, e também com outros pressupostos filosóficos como o idealismo subjacente, por exemplo, ao *Ariel* de José Enrique Rodó, certamente uma das obras mais relevantes escritas nesse período.¹⁰

Esse momento particularmente rico da história intelectual latino-americana permite variados recortes e oferece um cardápio muito diversificado de autores para o estudo de questões como a circulação das ideias e a construção de identidades na América Latina na virada do século XIX para o século XX. Este trabalho se debruçará, de maneira específica, sobre os ensaios latino-americanos produzidos entre 1898 e 1914, procurando realizar uma discussão sobre as percepções, preocupações e proposições neles inscritas. Na impossibilidade óbvia de analisar todos os autores que escreveram suas obras ensaísticas nesse período, três autores foram escolhidos como fios condutores desta dissertação: o mexicano Francisco Bulnes, autor de *El porvenir de las naciones hispano-americanas* (1899), o brasileiro Manoel Bomfim, autor de *América Latina: males de origem* (1905), e o peruano Francisco García Calderón, autor de *Les démocraties latines de l'Amérique* (1912). Como qualquer seleção, a destes três intelectuais e seus respectivos textos não deixa de ser arbitrária, embora possível de ser justificada.

Em primeiro lugar, parece necessário destacar a importância de se inserir um autor brasileiro, no caso Manoel Bomfim, em uma discussão mais geral sobre a construção de identidades continentais. Muitas linhas já foram escritas, nesse sentido, sobre as aproximações e distanciamentos entre o Brasil e a América Latina. Como ressalta a historiadora Maria Ligia Coelho Prado, em inúmeros textos, o Brasil é e, ao

⁸ Para a utilização da metáfora da “doença” como forma de denunciar os “males” que afligem o “organismo social”, ver SONTAG, Susan. “Doença como metáfora”. In: *Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁹ Deve-se ressaltar que, no mundo hispano-americano, “Modernismo” não significa o mesmo que no contexto brasileiro. Na América Hispânica, trata-se de um movimento literário de fins do século XIX e inícios do século XX, de inspiração simbolista, caracterizado por seu cosmopolitismo, por uma visão aristocrática da arte. Manifestou-se principalmente na poesia. Segundo Bella Josef, “O Modernismo foi a resposta da América hispânica aos processos de modernização do mundo ocidental, através da celebração de sua cultura, o desenvolvimento de uma ideologia do arielismo para contrabalancear o materialismo do norte e a exaltação aristocrática da vida”. Ver JOSEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Francisco Alves, 2005, p. 91. O equivalente ao Modernismo brasileiro no mundo hispano-americano são as chamadas Vanguardas do início do século XX.

¹⁰ Sobre a reformulação do discurso científico na virada para o século XX, ver FELL, *op. cit.*

mesmo tempo, não é América Latina.¹¹ Esses dois espaços se constituem, segundo a autora, como polos que se atraem e se repelem de acordo com condições políticas, econômicas e culturais específicas. Nesse sentido, a análise do ensaio *A América Latina: males de origem*, do brasileiro Manoel Bomfim, em contraponto com textos contemporâneos a ele produzidos em outras partes do continente pode, ao mesmo tempo, oferecer elementos tanto para pensar o lugar do Brasil nos debates sobre a América Latina, quanto para discutir de que maneira sua obra dialogava com o que se produzia nos demais países latino-americanos nesse período.

Assim como a opção por Manoel Bomfim, a seleção dos outros dois autores analisados mais detidamente por este trabalho obedeceu alguns critérios importantes em relação ao quadro aqui proposto. Em conjunto com o ensaísta brasileiro, o mexicano Francisco Bulnes e o peruano Francisco García Calderón compõem um mosaico que deixa entrever nas obras escritas nesse período um conjunto de problemas similares e, ao mesmo tempo, uma diversidade de perspectivas.

Um olhar panorâmico para as obras dos três autores oferece, nesse sentido, um cenário extremamente variado. Francisco Bulnes, que escreveu seu ensaio em meio ao desenvolvimento da Guerra Hispano-americana, se caracterizava pela defesa de um cientificismo marcadamente spenceriano. Entusiasta dos países anglo-saxões, apresentava uma visão profundamente pessimista em relação ao futuro de uma América tropical e latina, rejeitando qualquer proposta de união continental. Já Manoel Bomfim se utilizava de um discurso balizado em termos pretensamente científicos para construir uma interpretação histórica e social da América ibérica pensada em seu conjunto. Entendia que somente a educação poderia redimir o subcontinente de seus “males de origem”. Por fim, Francisco García Calderón, embora dialogasse com o cientificismo e o etapismo de Herbert Spencer, também incorporou em seu discurso traços do modernismo e do arielismo. Diferentemente do ensaísta mexicano, propunha, a despeito de seu pessimismo racial, a união dos países latinos da América como forma de fazer frente ao acirramento da corrida imperialista no alvorecer do século XX.

Merecem ser destacadas, além disso, a formação acadêmica e a carreira seguida por cada um dos autores analisados: Bulnes era engenheiro, Bomfim, médico e García

¹¹ Ver, entre outros, PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004; e “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, 2º semestre de 2001. Para construir essa afirmação, a autora inspirou-se no autor mexicano Edmundo O’Gorman que afirmava que a América era e, ao mesmo tempo, não era Europa. Cf. O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

Calderón, diplomata. Embora não se considere aqui que houvesse uma associação automática entre tais aspectos e as posições políticas defendidas em seus respectivos ensaios, não se pode negar o peso que um determinado tipo de formação tem em certas escolhas e interpretações intelectuais.

Sublinhadas essas diferenças básicas, é interessante notar nos três ensaios selecionados para a análise, um repertório de problemas muito semelhante. Nesses textos, questões como a apropriação de “ideias estrangeiras” supostamente incompatíveis com a “realidade local”, a formação racial da nação e do continente, a mestiçagem, a imigração e a sobrevivência dos países latino-americanos diante da voracidade imperialista das regiões industrializadas do globo entre fins do século XIX e inícios do século XX se apresentavam como temas recorrentes. Partindo desses tópicos mais gerais, este trabalho tem como objetivo discutir as questões da circulação de ideias e da construção de identidades na América Latina entre 1898 e 1914. Apesar das soluções oferecidas, algumas indagações candentes nessas obras perpassam ainda hoje as discussões intelectuais do subcontinente: qual o lugar da América Latina no concerto internacional das nações? Como pensar a questão das identidades americanas? Qual o “lugar” das ideias no subcontinente? É possível falar em uma América Latina? Se sim, o Brasil faz parte dela? Como este trabalho procura demonstrar, uma grande variedade de respostas pode ser dada a essa gama de questões.

Apresentadas as linhas básicas que norteiam este trabalho, fazem-se necessários aqui breves comentários sobre algumas de suas diretrizes metodológicas, especificamente em relação aos temas dos intelectuais, do ensaio, da circulação das ideias e da construção de identidades na América Latina.

É sabido que as diversas ciências humanas já dedicaram muitas páginas ao tema dos intelectuais. O debate é vasto e as posições sobre o assunto são múltiplas. Por serem antagônicas e denotarem posturas extremas, as duas representações mais recorrentes sobre essa figura dão uma clara medida dos termos em que essa discussão se desenvolve. De um lado, está o intelectual imerso no mundo das ideias que parece descolado dos embates políticos e das resoluções práticas do cotidiano social. Dedicando-se somente às atividades do intelecto, é sintetizado pela metáfora tantas vezes repetida da “torre de marfim”. De outro, está o intelectual envolvido no mundo das lutas políticas, que se vale de seu papel para intervir na sociedade. Em sua atuação, a prática intelectual se confunde muitas vezes com a prática política. Trata-se do protótipo do intelectual “engajado”. Nos termos de Edward Said, o intelectual encontra-

se sempre entre esses dois polos. De um lado, a solidão; de outro, o alinhamento.¹² Embora apresentem posturas opostas com relação à atividade intelectual, essas duas definições colocadas em contraponto explicitam os dois lados de uma mesma moeda. Exibem um conflito dialético e, portanto, a interpenetração entre a teoria e a práxis, entre a cultura e a política.¹³

Se essas discussões se fazem presentes principalmente na chamada sociologia dos intelectuais, é necessário se perguntar sobre a utilização do conceito e sua validade nos mais variados contextos históricos. Um primeiro ponto a ser destacado a esse respeito é o fato de que o termo “intelectual”, da maneira como é entendido hoje, teve suas origens nos últimos anos do século XIX. A historiografia francesa costuma localizar o “nascimento dos intelectuais”¹⁴ em janeiro de 1898, com a divulgação do “Manifeste des Intellectuels”, assinado por importantes nomes da cena cultural francesa da época como Émile Zola, Anatole France e Marcel Proust, por ocasião do célebre *affaire* Dreyfus, quando o judeu nascido na Alsácia Alfred Dreyfus, membro do exército francês, teria sido acusado injustamente de traição. O posicionamento desses homens de saber contra as acusações feitas a esse militar e sua intervenção política nesse caso são frequentemente associados por essa historiografia ao surgimento do protótipo do intelectual engajado que habitou o século XX.¹⁵

Seria então legítimo adotar o termo “intelectual” para outros contextos que não os dos últimos pouco mais de cem anos? Em coletânea de fôlego recentemente publicada sobre a história dos intelectuais na América Latina, organizada pelo argentino Carlos Altamirano, a historiadora brasileira Laura de Mello e Souza recusa sua utilização, em seu artigo sobre os homens de saber – a quem a autora prefere chamar de “letrados” – no período colonial na América Portuguesa. Segundo ela, embora autores como, por exemplo, Jacques Le Goff, em seu livro *Os intelectuais na Idade Média*¹⁶,

¹² SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹³ Para uma boa discussão sobre o tema, ver BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

¹⁴ Esse é, por exemplo, o título do livro de CHARLE, Christophe. *Le naissance des “intellectuels”, 1880-1900*. Paris: Editions de Minuit, 1990.

¹⁵ Há uma vasta bibliografia em francês para o Caso Dreyfus, destacamos CHARLE, *op. cit.*; Em português, ver WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

tenham utilizado o conceito sem temor para períodos que não o século XX, deve-se ter cautela ao se apropriar de termos como “intelectual”, com o risco do anacronismo.¹⁷

Em perspectiva diversa, Norberto Bobbio afirma que embora a denominação “intelectual” seja relativamente recente, os problemas relativos ao intelectual, como substantivo e como adjetivo, perpassaram a história da humanidade, dos gregos aos *philosophes* franceses do século XVIII. Para esse autor, não é porque o termo “intelectual” não era utilizado em épocas pretéritas, que não havia pessoas que cumprissem essa função nas variadas sociedades. Segundo ele, “Hoje, chamam-se intelectuais aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdotes, clérigos”.¹⁸ Embora com respostas distintas às dadas por Bobbio em suas reflexões sobre o intelectual, nas análises que o marxista italiano Antônio Gramsci produziu no cárcere (1929-1935), essa categoria também não estava restrita àquelas primeiras décadas do século. O próprio eixo das teses defendidas por esse autor, a distinção entre intelectuais “tradicionais” e “orgânicos”, permitia que o conceito abarcasse um arco temporal que não estivesse preso às amarras do século XX.¹⁹

Embora o alerta de Mello e Souza não deva ser desprezado, é possível pensar a categoria “intelectual” de maneira mais ampla como mostram os textos de Bobbio e Gramsci. Para tanto, é necessário que não se percam de vista as particularidades desses homens de saber e sua atuação em tempos e espaços distintos. Apesar do fato de os intelectuais estudados por esta pesquisa serem praticamente contemporâneos dos desdobramentos do Caso Dreyfus, ou seja, do surgimento do “intelectual moderno”, tais esclarecimentos parecem essenciais quando se pretende discutir a questão dos intelectuais na América Latina entre fins do século XIX e inícios do século XX e suas relações com a política e a cultura nesse período.

Nesse sentido, algumas considerações acerca da presença dos intelectuais como objeto histórico devem ser feitas. Em primeiro lugar, é importante destacar a diferença entre História Intelectual e História dos Intelectuais. Embora essas duas vertentes

¹⁷ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. “Brasil: literatura e 'intelectuales' en el período colonial”. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.); MYERS, Jorge (dir.). *História de los intelectuales en América Latina*. Volume I: La ciudad letrada, de la Conquista al Modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008, pp. 94-95.

¹⁸ BOBBIO, *op. cit.*, p. 11.

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

possam se confundir em algumas ocasiões²⁰, não são necessariamente interdependentes. A primeira evoca uma diversidade de temáticas e abordagens e sua denominação e seus métodos podem variar muitas vezes de acordo com tradições historiográficas específicas.²¹ Pode em alguns casos se confundir, por exemplo, com a história das ideias, das mentalidades, dos conceitos ou mesmo com a história cultural. Pode discutir a produção intelectual, sua difusão por meio dos mediadores culturais, os chamados *passeurs*, e sua recepção. Pode dialogar, enfim, com a história política, social e cultural e com as mais diversas ciências sociais, como a antropologia, a ciência política, a sociologia ou a linguística, remetendo a tradições diferentes e muitas vezes antagônicas como, por exemplo, a História Intelectual norte-americana, a Escola de Cambridge inglesa, a História dos Conceitos alemã e vertentes da *Nouvelle Histoire* francesa.²²

Embora mais restrita, a chamada História dos Intelectuais não é menos ambígua, a começar pela pluralidade das definições a respeito dos intelectuais, que, em abordagens como a de Sirinelli, não estão restritos à produção, mas também à mediação cultural. Esse tipo de abordagem tem se debruçado sobre as redes e sociabilidades construídas por esses homens de saber e por sua circulação nos mundos da cultura e das letras, por exemplo, por meio da participação em congressos e de sua colaboração em publicações variadas como livros coletivos ou periódicos.²³

A despeito das variedades temáticas propostas pelas diferentes correntes historiográficas que abordam a história intelectual, a perspectiva aqui adotada procura se dedicar às relações entre as elites culturais²⁴, à produção de imaginários sociais e à circulação das ideias. Os imaginários sociais podem ser definidos de acordo com

²⁰ Por exemplo, na proposta metodológica de SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

²¹ A esse respeito, ver BEIRED, José Luís. “Vertentes da História Intelectual”. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio e GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa “Cultura e Política nas Américas*. Vol. I. Assis: FCL-Assis- Unesp Publicações, 2009. Disponível em: <http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP1.pdf>.

²² Para se ter uma ideia sobre a variedade de abordagens da História Intelectual, ver entre outros, DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valencia: PUV, 2006; DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988; e SOARES, Gabriel Pellegrino. “História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa “Cultura e Política nas Américas”*. Vol. II. São Paulo: Departamento de História/FFLCH-USP; Humanitas, 2011. Disponível em: <http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>.

²³ SIRINELLI, *op. cit.*

²⁴ Para uma discussão sobre as elites culturais, ver SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

Bronislaw Baczko, como construções simbólicas e representações do real que resultam das lutas sociopolíticas e que nelas interferem.²⁵ Vistas por esse prisma, as ideias não sobrevoam a realidade ou estão alheias a ela, mas, pelo contrário, estão fundadas nas disputas entre grupos e classes sociais. As ideias e, analogamente, as representações nelas contidas podem funcionar tanto como justificação de um determinado *status quo* quanto como importante arma para transformações políticas e sociais. Os intelectuais podem ser tomados, nesse sentido, como produtores de ideias e formuladores de imaginários sociais. Considerados homens da “cultura” por sua própria posição na sociedade, são também homens da “política”. Participantes diretos ou indiretos das lutas político-partidárias, os intelectuais atuam em meio a um tortuoso jogo entre esses dois âmbitos sociais. As trajetórias dos intelectuais latino-americanos dos séculos XIX e XX são exemplares do tráfego muitas vezes ambíguo entre os mundos da cultura e da política.

Assim como sobre o tema dos intelectuais, muitas linhas já foram escritas sobre a questão do ensaio. Para os interesses deste trabalho, cabe perguntar-se, particularmente, sobre as especificidades do gênero e sua inserção na produção cultural latino-americana no umbral do século XX. Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que a publicação dos célebres *Ensaio* (1580-1588-1595), do escritor francês Michel de Montaigne (1533-1592), é, de maneira frequente, apontada como marco do aparecimento do gênero, embora possivelmente se encontrem textos nesses moldes datados de períodos anteriores.²⁶ Ao longo do século XX, a “forma do ensaio” foi também alvo das preocupações de importantes intelectuais como os alemães Georg Lukács e Theodor Adorno. Lukács argumentava, em seu livro clássico *A alma e as formas*, que o ensaio, forma propícia para a escrita da crítica, se configurava como um “gênero artístico”, no qual o processo de elaboração importava mais que suas próprias conclusões. Contraposto ao caráter “acabado” do texto científico, esse tipo de produção literária representaria uma perene “incompletude” e um “inacabamento” intrínseco.²⁷ Para Adorno, em seu texto “O ensaio como forma”, o “ensaio” não poderia ser classificado nem como “ciência”, nem tampouco como “arte”, mas como algo

²⁵ Sobre os imaginários sociais, ver BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

²⁶ Ver, por exemplo, GUERINI, Andreia. “A teoria do ensaio: reflexões sobre uma ausência”. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, n. 8, 2000, pp. 11-27. Para uma edição recente desse texto fundador, ver MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios: uma seleção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²⁷ LUKÁCS, Georg. “Sobre el esencia y la forma del ensayo”. In: *El alma y las formas*. México: Grijalbo, 1985, pp. 15-39.

localizado nos interstícios dessas duas categorias. Segundo ele, diferentemente do “discurso científico”, o “ensaio”, entendido como forma capaz de trabalhar sobre a “opacidade” de seus objetos, é “aberto”, “antidogmático” e “errante”. Nele, destaca-se o papel da linguagem, entendida não somente como elaboração estritamente estética, mas como forma de apreensão do mundo.²⁸

O ensaio é, nesse sentido, frequentemente classificado como um gênero híbrido e ambíguo, que trafega “entre el análisis y la intuición, entre el lenguaje expositivo y el metafórico, entre el conocimiento objetivo y la percepción íntima”.²⁹ Além disso, muitas das análises sobre esse tema têm destacado que, entre as diversas ambiguidades que permeiam o ensaio, pode ser apontada a tensão latente, nesses textos, entre a objetividade e a subjetividade do autor. Beatriz Colombi afirma que as “representações do ensaísta”, ou seja, o evidenciamento da subjetividade do autor no ensaio pode ser tomado como uma instância fundamental para a compreensão do gênero, “ya que de ellas dependen tanto las estrategias de construcción del *ethos*, orientadas a la persuasión retórica, como determinadas figuraciones (sociales, estamentales, profesionales, gnoseológicas) que vuelven fiable el discurso”.³⁰ Segundo a autora, três foram os principais tipos de representações constituídas no ensaio hispano-americano do século XIX: a do polemista, a do profeta e a do mestre/professor (*maestro*).

Ser um “polemista” significaria, na concepção de Colombi, escrever sempre *contra algo* – a colônia, a tradição, a tirania, a barbárie, o atraso, o caudilhismo, o imperialismo, etc. – a partir de uma retórica baseada frequentemente na desqualificação e na refutação do adversário. O “profeta”, por outro lado, se caracterizaria pelas antecipações e vislumbres do futuro, “por eso las formas tradicionalmente asociadas a la transmisión del saber, como la máxima, el aforismo o la sentencia son habituales en su discurso”.³¹ Por fim, o ensaísta “*maestro*” representaria a figura daquele que ensina, do homem detentor do conhecimento e das luzes. Segundo a autora, o protótipo do ensaísta do século XX seria o “intérprete” que, colocado em contato com as mais variadas disciplinas, buscaria explicar os fundamentos da “psique nacional”. Tomando como base as distinções apresentadas por Colombi, é possível afirmar que essas quatro características do ensaísta latino-americano dos séculos XIX e XX – o polemista, o

²⁸ ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, pp. 15-45.

²⁹ OVIEDO, José Miguel. *Breve historia del ensayo hispanoamericano*. Madri: Alianza, 1991, p. 12.

³⁰ COLOMBI, Beatriz. “Representaciones del ensayista”. *The Colorado Review of Hispanic Studies*, vol. 5, fall 2007, pp. 25-36.

³¹ *Ibidem*, p. 27.

profeta, o *maestro* e o intérprete – não eram excludentes, mas podiam se interpenetrar, em maior ou menor escala, de acordo com as características de cada ensaio. Essas “representações do ensaísta” encontravam, de certa maneira, ressonância nos três ensaios sobre os quais se debruça essa pesquisa. Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón ocupavam, em seus textos, ora um desses papéis, ora, outro, suscitando polêmicas, apresentando perspectivas para o futuro, prescrevendo soluções para os problemas e interpretando a vida política e social da América Latina.

Este trabalho tem como um de seus principais eixos analíticos a questão da circulação das ideias, não somente entre as Américas, mas também entre este continente e a Europa. É importante ressaltar aqui que o próprio recorte e a natureza do objeto de estudo escolhido por esta pesquisa impelem a uma reflexão que ultrapassa a discussão restrita aos espaços nacionais. Os ensaios de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón não foram concebidos como obras que tratassem especificamente sobre o México, o Brasil ou o Peru, por exemplo, mas, em outro sentido, partiam de uma perspectiva mais ampla que, para além de “comparações” entre os mais variados países da América Latina, elaboravam uma visão “transnacional” sobre as “conexões” entre as várias partes da região, as quais se articulavam, em suas interpretações, a um quadro geopolítico mais geral. Vale a pena destacar, em um primeiro momento, que a utilização dos conceitos de “comparação”, “conexão” e “transnacionalidade”, entre aspas aqui, em referência aos ensaios analisados por esta pesquisa, longe de querer seguir pelas sendas do anacronismo, procura demonstrar que, mesmo que tais autores não pretendessem, até porque tais nomenclaturas historiográficas não existiam na época em que escreveram seus ensaios, fazer esse tipo de análise, tais abordagens permeavam seus textos, por exemplo, ao se referirem à “América Latina” não a partir de suas diversas nações, tomadas como unidades isoladas, mas como um espaço “transnacional”, que embora fosse marcado pela diversidade, explicitava “conexões” evidentes e se apresentava, portanto, como propício à “comparação”.

As discussões mais recentes em torno da “história comparada”, da “história conectada” e da “história transnacional” estão essencialmente relacionadas, nas últimas décadas, à chamada “crise dos paradigmas” vivenciada, de maneira geral, pelas ciências humanas³², e, mais especificamente, ao questionamento da “nação” como espaço

³² Para uma abordagem ampla sobre a questão da “crise dos paradigmas” nas ciências humanas e, mais especificamente, na História, ver NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogério Forastieri da. “Introdução:

privilegiado para a análise intelectual. Das três proposições acima, a chamada “história comparada” é a irmã mais velha das outras duas e já era enunciada, por exemplo, na década de 1920, no rescaldo dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, por historiadores paradigmáticos como Henri Pirenne e Marc Bloch. Segundo Maria Ligia Prado, embora já tenha sido muito questionada, ao longo de décadas, a comparação pode ser importante ferramenta para o estudioso da América Latina desde que este consiga escapar das artimanhas do etnocentrismo e dos modelos construídos *a priori*. Além disso, é importante ressaltar que a análise comparada deve ter como pressupostos básicos um conjunto de problemas comuns e um conhecimento aprofundado sobre a historiografia dos objetos comparados.³³

Mais recentes, as “histórias conectadas” e a “história transnacional” se apresentam como desdobramentos das discussões relacionadas ao questionamento do espaço nacional como protagonista dos estudos históricos e das categorias clássicas de “centro” e “periferia”. Embora nascidas em contextos acadêmicos diversos – as “histórias conectadas”, na França; e a “história transnacional”, nos Estados Unidos –, ambas “apresentam como referência comum a ênfase nos movimentos, nas circulações, nos fluxos e nas conexões que transcendem os limites impostos pelas fronteiras nacionais”.³⁴ Na defesa da busca por “conexões” na história, Serge Gruzinski, refutando a “história comparada”, afirma a necessidade de se buscar interpenetrações entre o “local” e o “global”, as quais podem ser, muitas vezes, evidenciadas pelo historiador por meio da análise sobre a circulação de pessoas, livros, obras artísticas, ideias, produtos, etc.³⁵, destacando-se, nesse sentido, a figura dos “mediadores culturais”, os chamados *passeurs*.³⁶ Entretanto, como ressaltam Maria Ligia Prado, em relação à “conexão”, e Barbara Weinstein, em relação à “história transnacional”, parece relevante destacar que a ênfase nas “conexões” ou na “transnacionalidade” dos movimentos históricos não deve recusar necessariamente, como muitos apregoam, a “comparação”. Nas palavras de Weinstein, “o viés transnacional, longe de expulsar a

Para a historiografia da Nova História”. In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogério F. da (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, pp. 7-70.

³³ PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a história comparada da América Latina”. *Revista de História*, n. 153, 2 sem. 2005, pp. 11-33.

³⁴ Para uma síntese competente sobre as “histórias conectadas” e a “história transnacional”, ver GOMES, Caio de Souza. *Quando um muro separa, uma ponte une: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70)*. Dissertação de Mestrado (História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2013. A citação pode ser encontrada na página 19.

³⁵ GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.

³⁶ Ver, nesse sentido, SOARES, *op. cit.*

comparação, permite uma renovada abordagem comparativa mais adequada às preocupações do historiador”.³⁷ Este trabalho, portanto, buscará frisar as “conexões” entre as obras dos autores analisados por meio de um viés “transnacional”, sem, entretanto, recusar, quando necessário uma abordagem “comparativa” não especificamente entre as “nações” da América Latina, mas entre as concepções dos autores analisados por esta pesquisa.

Parece importante ainda destacar que este trabalho busca discutir a questão da construção de identidades na América Latina entre fins do século XIX e inícios do século XX. De acordo com Stuart Hall, o processo de elaboração identitária tem vivenciado transformações importantes ao longo das últimas décadas. O intelectual jamaicano localizava, em um primeiro momento, na ascensão da modernidade, a partir do Iluminismo, a constituição de um sujeito “centrado” construído por meio de identidades muito bem definidas em termos sociais, raciais, sexuais, políticos, culturais, etc.. Entretanto, Hall afirma que, na segunda metade do século XX, período chamado por muitos de “pós-modernidade” e pelo autor de “modernidade tardia”, essas identidades teriam se tornado menos evidentes, mais multifacetadas e ambíguas, em um contexto mais geral de “crise” do “sujeito do Iluminismo”.³⁸ A crise das identidades “tradicionais” e a profusão de identidades “múltiplas” teriam gerado, não obstante, uma série de estudos sobre o tema, os quais, muitas vezes, terminavam produzindo, em suas conclusões, abordagens de viés essencialista ou exageradamente particularizadas em relação a grupos específicos.³⁹

Entretanto, é importante frisar que, como fenômeno da modernidade, a construção de identidades nacionais, políticas e culturais merecem a atenção do historiador, desde que este se proponha a elaborar uma visão crítica sobre essa questão. Néstor García Canclini, questionando abordagens sobre o tema, relativiza, por exemplo, a noção de identidade a partir da discussão sobre os processos de “hibridação” que não somente questiona a possibilidade do estabelecimento de “identidades puras” ou “autênticas”, mas também afirma o risco da “delimitação” de “identidades locais” a partir de critérios como a língua, a tradição e os costumes. No entanto, longe de

³⁷ WEINSTEIN, Barbara. “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, pp. 13-29, jan./jun. 2013. Ver também PRADO, “Repensando a história comparada da América Latina”, p. 30.

³⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

³⁹ Esses eram, entre outros, alguns dos argumentos da justa crítica à história das identidades presente em HOBBSAWM, Eric. “Não basta a história de identidade”. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 281-292.

dissuadir a produção de trabalhos sobre a questão das “identidades”, como talvez seja a pretensão de García Canclini, algumas de suas proposições ajudam a esclarecer os objetivos de seu estudo pelos historiadores. Nas palavras do autor, “A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência”.⁴⁰ A decodificação de tais mecanismos de construção de identidades e suas ambiguidades, contradições e polêmicas devem ser, portanto, o objetivo central do historiador que se debruce sobre o tema.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que as identidades são construções dos discursos e práticas políticas e culturais que se movem e transformam nos interstícios do processo histórico. Defendendo essa posição, Maria Lígia Prado destaca que:

As identidades, que são construções do discurso, constituem o real, integram o jogo conflituoso dos imaginários e das representações e, ao mesmo tempo, tocam os corações e despertam a sensação de pertencimento do indivíduo a uma coletividade. Os indivíduos que se sentem identificados estão afirmando suas particularidades culturais, raciais, de gênero, de religião, de classe e estão declarando sua existência diferenciada ao mundo. Ao lado dessas afirmações positivas, ignoram, desdenham, discriminam, excluem, atacam o “outro”, o diferente. Assim, identidade/alteridade forma um par indissolúvel. As identidades não são apenas uma questão cultural, mas política porque induzem à ação e a justificam. Envolvem razão e sentimento, ligando-se umbilicalmente às paixões políticas, às emoções coletivas, que supõe amor ou ódio a uma determinada causa.

Mas a construção de identidades é ontologicamente contraditória, pois precisa apagar as diferenças, ocultar os conflitos para permitir uma adesão homogênea, harmoniosa e coletiva em oposição a um “outro” imaginado.⁴¹

Por fim, é preciso afirmar que, plenamente consciente das ambiguidades e das contradições inerentes ao termo, bem como da existência de outros conceitos que com ele concorrem pela primazia da nomenclatura da região, este trabalho adota a designação “América Latina” para se referir à antiga América de colonização espanhola e ao Brasil. A despeito da diversidade que recobre esse espaço territorial e cultural, nele

⁴⁰ GARCÍA CANCLINI, Néstor. “Introdução à edição de 2001: As culturas híbridas em tempos de globalização”. In: *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. XXIII

⁴¹ PRADO, “Identidades latino-americanas”, *op. cit.*

se inscrevem semelhanças e particularidades histórias e políticas e temas similares que perpassam a discussão intelectual que permitem e, inclusive, sugerem sua utilização, a qual não se realiza aqui, é importante frisar mais uma vez, irrefletidamente.

Esta dissertação se divide em duas partes. A primeira, “Sobre as ideias na América Latina”, composta por três capítulos discute a produção, a circulação e as concepções elaboradas em torno do tema da construção das ideias no subcontinente. O Capítulo 1, “Miradas críticas: os intelectuais latino-americanos no umbral do século XX”, realiza uma breve apresentação da vida e da obra dos autores analisados por esta pesquisa – Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón –, apresentando, de maneira sucinta, alguns dados sobre a recepção e a circulação de suas obras, e apontado, por fim, as linhas gerais sobre as visões dos três ensaístas sobre sua própria atividade intelectual.

No Capítulo 2, “Na outra margem, Caliban: as ‘democracias latinas da América’ e seus impasses”, discutem-se duas questões centrais que se interpenetram durante a argumentação. Em primeiro lugar, aborda-se o conceito de “democracia” na América Latina, apontado frequentemente como incompatível com a vida política da região. Em segundo lugar, como consequência desse tipo de análise, as relações ambíguas entre as “ideias importadas” e a “realidade social” no discurso intelectual latino-americano. A exposição procura dar conta da construção de uma retórica que estava na base da célebre tese das “ideias fora do lugar” e que resultava, muitas vezes, na prescrição de regimes ditatoriais para os países da região ou na concepção de incapacidade popular de participação política.

No Capítulo 3, “Os parasitas da América: circulação de ideias, retórica política e análise social”, realiza-se, com base no conceito-chave “parasitismo” da obra *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim, uma análise sobre a circulação de ideias entre as Américas e a Europa. Concebida pelos estudiosos brasileiros como uma tese absolutamente original ou, no mínimo, que encontra ressonância em autores europeus relevantes como Karl Marx ou Émile Durkheim, a tese do “parasitismo” dos países ibéricos sobre suas colônias na América apresenta uma história mais complexa, revelando conexões com o contexto de luta pela independência nas Antilhas em relação à Espanha na segunda metade do século XIX.

A segunda parte da dissertação, “Ideias sobre a América Latina”, discute a construção das identidades latino-americanas entre fins do século XIX e inícios do século XX, por meio de duas questões centrais no discurso político e intelectual da

época: o “problema” racial e a expansão dos Estados Unidos após 1898. No Capítulo 4, “No labirinto das raças: identidades e discurso racista na América Latina”, discutem-se a visão dos três autores sobre os povos indígenas e afrodescendentes da região, sobre os impasses da mestiçagem e sobre os projetos de imigração que ganhavam corpo na retórica do período. Apresentam-se ainda, nesse capítulo, as relações presentes, na obra de Francisco Bulnes, entre “alimentação” e “civilização”, buscando evidenciar algumas posições do autor sobre o indígena e o mestiço do subcontinente, antecipando, nesse sentido, uma visão subjacente a seu texto sobre a suposta “debilidade” das nações da região diante da expansão imperialista dos países industrializados que ocorria nesse período.

Por fim, no Capítulo 5, “Identidades em conflito: a América Latina na ‘Era dos Impérios’”, aponta-se para as dimensões políticas e culturais dos conceitos de “América Latina”, “América Ibérica” e “América Hispânica”, destacando sua utilização pelos autores analisados por esta pesquisa e apresentando alguns breves apontamentos sobre o lugar do Brasil na construção dessas identidades. Em um segundo movimento do capítulo, discute-se o impacto dos eventos de 1898 sobre as concepções intelectuais latino-americanas em relação aos Estados Unidos, com ênfase em sua visão a respeito da Doutrina Monroe e nas possibilidades de intervenção europeia sobre a América Latina no contexto de expansão imperialista vivenciado pelas nações industrializados da época. Elaboram-se, nesse sentido, uma discussão sobre as respostas latino-americanas a esse processo, sublinhando as posições dos autores sobre os temas da unidade continental e das identidades, em especial aquelas baseadas em um critério de “latinidade”.

PARTE I
SOBRE AS IDEIAS NA AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO 1

MIRADAS CRÍTICAS:

Os intelectuais latino-americanos no umbral do século XX

Un buen crítico necesita ser frío, despreocupado, no tener enaguas, ni pantalones, ni riquezas, ni pobreza, ni parientes, ni amigos, ni mujer, ni hijos, ni miedo, ni religión, ni principios fijos de escuela, ni teorías literarias, ni fibras suaves y musicales, ni garganta para los suspiros, ni cabeza para los delirios, ni bolsillos para los regalos, ni vergüenza para billones de billones de injurias, ni esperanzas, ni temores, ni amor propio, ni inclinación a los placeres, ni repugnancia a los infortunios. Un buen crítico debe ser el primero de los buzos de la tradición y de la ciencia para pescar la verdad, el primero de los hombres honrados para examinarla sin ensuciarla y primero de los valientes para proclamarla en voz muy alta aunque el género humano se le venga encima y sea aprehendido por los gendarmes de todos los ofendidos en el terno huerto de Cetzemani.

Francisco Bulnes, *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, 1899.

Habría que discutir aquí un problema curioso de crítica: se vale más para el mérito de la obra, el rígido dogmatismo – religioso a lo Tolstoi, a lo Menéndez y Pelayo, filosófico a lo Taine – o el escepticismo universal, esa ligereza del espíritu que conserva su flexibilidad en la opinión y en el juicio, que huye de todos los yugos, antiguos y recientes, y coge sólo la flor brillante de las cosas. Una crítica franca, inspirada por un ideal robusto, por una plena concepción de la vida, atrae y sugiere. Al juzgar, no habla de impresión vaga o de mariposeo interior; define, construye ciencia, emplea a veces el látigo juvenalesco.

Francisco García Calderón, *De litteris*, 1904.

Seria preciso, acreditar certos críticos, uma forma impassível, fria, impessoal; para tais gentes, todo o argumento perde o carácter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação bastaria afetar

imparcialidade, para ter o direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica.

Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, 1905.

1.1. Os autores e suas obras

A virada do século XIX para o século XX apresenta uma diversidade de ensaios de interpretação sobre a América Latina. Para compreender os textos produzidos nesse período, é preciso, em primeiro lugar, posicionar seus autores no contexto intelectual latino-americano de então. Especificamente, em consonância com os objetivos deste trabalho, fazem-se necessárias breves considerações sobre as trajetórias biográficas e intelectuais do mexicano Francisco Bulnes, do brasileiro Manoel Bomfim e do peruano Francisco García Calderón.

Francisco Bulnes (1847-1924) foi um dos principais intelectuais mexicanos de fins do século XIX e inícios do século XX. Formado em engenharia, foi professor da Escola Nacional Preparatória, deputado e senador. Ficou conhecido por integrar o grupo dos chamados *científicos*, conjunto de intelectuais do qual faziam parte, além dele, nomes importantes da vida política e cultural de seu país como Justo Sierra e José Yves Limantour, entre outros.⁴² Os *científicos* formavam a principal base intelectual de sustentação do Porfiriato (1876-1911), regime político que perdurou no México por mais de trinta anos, caracterizado frequentemente pela historiografia por uma

⁴² O termo “científico”, referência ao grupo político e intelectual apontado como principal fornecedor de uma justificativa ideológica para o Porfiriato, foi utilizado pela primeira vez após a publicação do Manifesto da União Liberal em 1892. Esse manifesto defendia mais uma reeleição de Porfírio Díaz à presidência da república. Tratava-se de uma designação irônica dos opositores desse grupo, logo assumida pelos próprios autores do manifesto. Sobre os científicos, ver ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968; Do mesmo autor, *El pensamiento latinoamericano*. 3. ed. Barcelona: Ariel, 1976. Para uma visão mais recente sobre o tema, ver LOMNITZ, Claudio. “Los intelectuales y el poder político: la representación de los científicos en México del Porfiriato a la Revolución”. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008.

estabilização da política interna, por certa modernização econômica e por uma forte exclusão social.⁴³

Bulnes atuou como “ideólogo” nas primeiras décadas de sua vida pública participando, por exemplo, da redação do periódico *La Libertad*, considerado o primeiro órgão impresso surgido no México a servir como justificativa para o Porfiriato.⁴⁴ Anos depois, assinou, ao lado de outros proeminentes nomes da elite letrada de seu país, no ano de 1892, um documento que ficou conhecido na história mexicana como “Manifesto da União Liberal”, que proclamava a necessidade de mais uma reeleição de Porfírio Díaz. Foi também um dos grandes “expertos” de sua época, atuando, muitas vezes, como responsável pela elaboração de instrumentos legais e pareceres sobre temas como a mineração e as finanças durante o governo de Porfírio Díaz.⁴⁵ A partir da publicação de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, em 1899, Bulnes passou a se dedicar quase que exclusivamente às polêmicas em torno da história e da sociedade de seu país.⁴⁶

Francisco Bulnes publicou um conjunto de obras polêmicas sobre a história mexicana que, já em seus títulos, procuravam explicitar o restabelecimento da “verdade” histórica diante da “mentira” que, conforme esse autor, vigorava nos círculos intelectuais e no senso comum de seu país. Em 1904, escreveu, por exemplo, um livro intitulado *Las Grandes Mentiras de la Nuestra Historia*, em que negava alguns dos principais cânones da História Mexicana do século XIX.⁴⁷

Possivelmente a maior polêmica desencadeada por Bulnes nos circuitos

⁴³ Para uma visão geral sobre o Porfiriato, ver GONZALEZ, Luis. “El liberalismo triunfante”. In: COSIO VILLEGAS, Daniel (coord.). *História general de México*. 4. ed. México: El Colégio de México, 1994; GUERRA, François-Xavier. *México: Del Antiguo Regimén a la Revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988, 2 vols; KATZ, Frederich. “O México: a República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910”. In: BETTHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. Para um balanço bibliográfico mais recente sobre o tema, ver TENORIO TRILLO, Maurício e GOMÉZ GALVARRIATO, Aurora. *El Porfiriato*. México: FCE, CIDE, 2006. Porfírio Díaz foi presidente da República Mexicana entre 1876 e 1880 e 1884 e 1911. Entre 1880 e 1884, o México foi governado por Manuel González, aliado político de Díaz.

⁴⁴ SAEZ, Carmen. “La Libertad’, periódico de la dictadura porfirista”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 48, No. 1 (Jan. - Mar., 1986), pp. 217-236. O periódico *La Libertad* foi publicado entre os anos de 1878 e 1884.

⁴⁵ Sobre as distinções entre o intelectual “ideólogo” e o intelectual “experto”, ver BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, pp. 71-73.

⁴⁶ HALPERÍN DONGHI, Tulio. “Francisco Bulnes: un itinerario entre el progresismo y el conservadurismo”. In: *El Espejo de la Historia: Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas*. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1998, pp. 170-171.

⁴⁷ Ver JIMÉNEZ MARCE, Rogelio. *La pasión por la polémica: el debate sobre la historia en la época de Francisco Bulnes*. México: Instituto Mora, 2003; e BRADING, David. “Francisco Bulnes y la verdad acerca de México del siglo XIX”. *História Mexicana*, 1996, vol. XLV, pp. 621-651.

intelectuais mexicanos tenha se dado em torno de duas de suas publicações, *El verdadero Juárez y la verdad sobre la Intervención y el Império* (1904) e *Juárez y las revoluciones de Ayutla y Reforma* (1905), que atacavam uma das figuras mais importantes da história mexicana do século XIX: o ex-presidente então falecido Benito Juárez (1806-1872).⁴⁸ Essas publicações geraram respostas imediatas no Congresso Nacional e na imprensa, além de inúmeros panfletos e livros que refutavam as ideias expostas por Bulnes nesses textos. Nomes importantes da intelectualidade mexicana como Justo Sierra e Andrés Molina Enríquez se pronunciaram, no contexto da polêmica, em defesa da memória do falecido presidente.⁴⁹ Contribuiu ainda para que essa contenda fosse levada adiante o Centenário do nascimento de Benito Juárez comemorado com eventos oficiais pelo governo de Porfirio Díaz em 1906. Grande parte dos que participaram dessas comemorações se esforçavam para refutar as afirmações de Bulnes e defender o legado juarista.⁵⁰

Ensaio de interpretação sobre a América Latina, *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* foi concebido sob o impacto da Guerra Hispano-Americana (1898), gerando à época intensas discussões nos meios intelectuais mexicanos.⁵¹ Embora o México não tenha tido participação efetiva nesse conflito, Manuel Moreno Fraginals afirma que era cogitada, por alguns membros do Partido Revolucionário Cubano nos Estados Unidos, a anexação de Cuba à república mexicana em caso de prolongamento de uma guerra e de uma possível intervenção estadunidense. É provável que o líder cubano José Martí e o presidente mexicano Porfirio Díaz tenham conversado sobre essa possibilidade. Entretanto, o México de Díaz manteve-se oficialmente neutro na guerra de 1898.⁵²

Além dessas questões, já nos anos anteriores à eclosão desse conflito, se

⁴⁸ BULNES, Francisco. *El verdadero Juarez y la verdad sobre la Intervención y el Império*. México: Librería de la Vda. de C. Bouret, 1904; e *Juárez y las revoluciones de Ayutla y Reforma*. México: Antigua Imprenta de Murguía, 1905.

⁴⁹ Cf. SIERRA, Justo. *Juarez, su obra y su tiempo*. 7. ed. [1. ed.: 1906]. México: Editorial Porrúa, 2004; e MOLINA ENRIQUEZ, Andres. *Juarez y la Reforma*. 2. ed. [1. ed.: 1906]. México: Instituto Politécnico Nacional, 2005.

⁵⁰ Ver LUNA ARGUDÍN, Maria. “Cinco formas de representar el pasado: A propósito de las polémicas en torno de Juárez”. *Historia Mexicana*, vol. LVII, n. 3, 2008, p. 775; e, também, PANI, Érika. *El Segundo Império: pasados de usos múltiples*. México: CIDE, FCE, 2004; e, da mesma autora, “Derribando ídolos: el Juárez de Francisco Bulnes”. In: VASQUEZ, Josefina Zoraida (org.). *Juárez: Historia e Mito*. México: El Colégio de México, 2010.

⁵¹ Sobre o impacto da Guerra Hispano-Americana entre os intelectuais mexicanos, ver ROJAS, Rafael. “Retóricas de la raza: intelectuales mexicanos ante la Guerra del 98”. *Historia Mexicana*, abr.-jun. 2000, vol. XLIX, n. 04.

⁵² MORENO FRAGINALS, Manoel. *Espanha-Cuba-Espanha: Uma história comum*. Bauru: Edusc, 2005., pp. 348-349.

desenhava nos periódicos do país uma forte discussão sobre a superioridade ou inferioridade da “raça latina” em relação à “raça anglo-saxônica”. Essas “retóricas da raça” que circulavam no México de então se exacerbaram com a declaração de guerra dos Estados Unidos à Espanha. A partir desse momento, embora predominasse a solidariedade à antiga metrópole na imprensa e nos meios intelectuais mexicanos, outras três posições tiveram destaque nesse período. Uma delas defendia a neutralidade ante a disputa entre Espanha e Estados Unidos; outra, que o México se pusesse tanto contra a Espanha como contra os Estados Unidos, pois ambos significariam a manutenção do estatuto colonial de Cuba; e, por fim, havia os que defendiam abertamente a ocupação de Cuba pelos Estados Unidos. Bulnes, em seus artigos nos periódicos da época, defendeu esta última posição.⁵³

Francisco Bulnes colaborou, nesse período, com os dois periódicos que tomaram mais abertamente uma “posição norte-americana” durante a guerra, *El Imparcial* e *El Mundo*. Defendia, em seus textos, o avanço da “imponente civilización sajona” diante da “decadente civilización latina”. Nesses artigos, afirmava as vantagens da colonização de Cuba pelos Estados Unidos e as causas da superioridade dos “anglo-saxões” em relação aos “latinos”. Tais artigos que provocaram grande polêmica nos círculos ilustrados do México resultaram, no ano seguinte, na publicação de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*.⁵⁴

El porvenir de las naciones hispanoamericanas, que recebeu inúmeras reedições até hoje, foi publicado originalmente pela Imprenta de Mariano Nava em novembro de 1899. Compunha-se por 283 páginas e dividia-se em 15 capítulos.⁵⁵ Nesse ensaio de interpretação, buscava-se formular um diagnóstico da “enfermidade” social, cultural, econômica e política das sociedades latino-americanas, além de apresentar possíveis remédios que pudessem servir como paliativos para o subcontinente e sua maldição intrínseca, resultado de sua origem latina e de seu meio natural predominantemente tropical.

Em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, Bulnes construiu uma interpretação que hierarquizava as civilizações do mundo a partir de seus hábitos

⁵³ ROJAS, *op. cit.*, p. 604.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 604.

⁵⁵ BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*. México: Imprenta de Mariano Nava, 1899.

alimentares. Dividia-as em três categorias: a civilização do trigo, superior às demais, predominante na Europa; a civilização do milho, intermediária, predominante na América; e a civilização do arroz, inferior às outras, predominante em determinadas regiões da Ásia. Entretanto, se tal divisão alimentar era o que mais chamava a atenção em sua análise, seu texto não se restringia a essas questões. O autor destacou, assim como muitos de seus contemporâneos, a existência de diferenças essenciais entre “latinos” e “anglo-saxões”, que se expressavam não apenas nas atitudes de seus respectivos povos, nas atribuições que conferiam ao Estado e nas formas de governo, mas também na relação entre as ideias, a política e o desenvolvimento econômico.

Manoel Bomfim (1868-1932) foi médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, professor da Escola Normal do Rio de Janeiro e, entre 1898 e 1900, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1902, iniciou seus estudos em psicologia na cidade de Paris, onde compelido pelas imagens negativas construídas pelos europeus sobre as nações latino-americanas, iniciou a escrita de seu livro *A América Latina: males de origem*, obra publicada, no Rio de Janeiro, três anos mais tarde, em 1905, pela editora Garnier. Bomfim foi responsável por uma vasta obra destinada aos alunos e escolas do Rio de Janeiro, os chamados “livros de leitura”, entre os quais podem ser citados *Livro de composição* (1899), *Livro de leitura* (1901), *Através do Brasil* (1910), *Primeiras saudades* (1920) e *Crianças e homens* (s/d), os três primeiros em parceria com o poeta Olavo Bilac (1865-1918). Publicou também uma espécie de trilogia sobre a formação nacional brasileira: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931).⁵⁶ Além desses livros, produziu diversos textos relacionados à questão da instrução pública e escreveu materiais didáticos.⁵⁷

⁵⁶ Ver BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929; Idem. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930; e Idem. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

⁵⁷ Sobre Manoel Bomfim, ver, entre outros, BOTELHO, André. “Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil”. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984; e BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999. Para uma biografia desse autor, AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

Em *A América Latina: males de origem*, seu livro mais conhecido, Manoel Bomfim procurou conceber uma reflexão sobre a formação nacional brasileira a partir de sua aproximação com os países hispano-americanos. É importante ressaltar, nesse sentido, o distanciamento que caracterizou as relações entre o Brasil e os demais países latino-americanos ao longo do século XIX, especialmente durante a vigência do Império (1822-1889). Embora o advento da República em 1889 não tenha alterado substancialmente a visão negativa que se tinha sobre a América Hispânica, fez com que novas tentativas de aproximação emergissem nos meios políticos e intelectuais brasileiros.⁵⁸

Se a crise do Império não trouxe uma visão menos estereotipada dos vizinhos hispano-americanos, ao menos propôs novos olhares na direção da América como um todo. Essa nova postura se expressava em uma das frases mais conhecidas do Manifesto Republicano, escrito por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça em 1870: “Somos da América e queremos ser americanos”. O ponto de referência para os destinos da política brasileira se deslocava da Europa para a América. Embora os “americanos” a que os autores do Manifesto se referissem fossem preferencialmente os Estados Unidos, em especial sua organização política republicana e federalista, o libelo propunha “uma opção pacifista pela 'solidariedade democrática' com 'os povos que nos rodeiam’”.⁵⁹ No mesmo sentido, ia um artigo de Rui Barbosa publicado em 1889, às vésperas da queda da monarquia, em que afirmava que “para neutralizar a força desse inimigo impalpável [um governo antipático aos Estados americanos], só haveria entre nós um meio: americanizar a monarquia, isto é, republicanizá-la”.⁶⁰

Para as autoridades brasileiras do período posterior à Proclamação da República, os Estados Unidos não representavam o mesmo perigo que para as nações hispano-americanas. Pelo contrário, com o fim do Império, as autoridades republicanas buscaram aproximação com a federação norte-americana.⁶¹ As relações entre o Brasil e os Estados Unidos suscitaram, entretanto, importantes debates nos meios intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do novo regime. O Pan-americanismo foi, nesse

⁵⁸ Sobre as visões construídas a respeito das repúblicas hispano-americanas após 1889, ver BAGGIO, *op. cit.*; e, também, CAPELATO, Maria Helena Rolim. “O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000.

⁵⁹ Manifesto Republicano de 1870 citado por ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 184.

⁶⁰ Rui Barbosa, “O príncipe consorte” (1889) apud MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o sonho”. *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan./jun. 2011, p. 122.

⁶¹ PRADO, “Identidades latinoamericanas”, *op. cit.*

sentido, tema de intensa discussão intelectual no período, produzindo ao mesmo tempo defesas incisivas, como as de Joaquim Nabuco, e críticas ferrenhas, como as de Oliveira Lima.⁶²

As “Américas” despertaram, portanto, no alvorecer do regime republicano, um interesse renovado dos intelectuais e políticos brasileiros. Diversos autores importantes do período voltaram seus olhos para seu próprio continente após décadas, durante o Império, de interesse quase que exclusivo sobre os paradigmas e padrões europeus. Os Estados Unidos e a América Hispânica inspiraram a reflexão de alguns dos principais intelectuais brasileiros do período como Eduardo Prado, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Artur Orlando, Sílvio Romero, Rocha Pombo, Oliveira Lima, entre outros. Embora, durante esses anos, diversos autores apresentassem visões sobre a América Latina, o médico sergipano Manoel Bomfim foi um dos poucos entusiastas da região no país.⁶³

A ideia de se escrever um livro sobre a América Latina teria surgido para Bomfim, num primeiro momento, em 1897, quando o então diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, Medeiros e Albuquerque, instituiu a obrigatoriedade do curso de História da América para a formação de professores. Tendo sido realizado um concurso para escolher o compêndio a ser utilizado nessas escolas, Bomfim foi solicitado a dar o parecer ao texto do único concorrente, o historiador Sebastião da Rocha Pombo.⁶⁴ Anos depois de ter aprovado esse manual, o autor sergipano foi convidado, durante sua estada em Paris, a escrever para um periódico um artigo sobre o Brasil e a América Latina. Esse texto, uma resposta à visão negativa que predominava na Europa sobre os latino-americanos, está na raiz de *A América Latina: males de origem*, cuja primeira edição contava com 430 páginas e dezoito capítulos divididos em cinco seções.⁶⁵

Quando da publicação desse ensaio, Manoel Bomfim era ainda um dos poucos autores brasileiros que se opunha abertamente ao racismo científico predominante nos

⁶² Sobre os debates intelectuais em torno do Pan-americanismo no Brasil, ver BAGGIO, A “outra” América, op. cit., especialmente os capítulos 3 e 4; DULCI, Tereza Maria Spyer. *As conferências pan-americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013, especialmente o capítulo 2; e PRADO, Maria Lígia Coelho. “Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000.

⁶³ Ver BAGGIO, A “outra” América, op. cit.

⁶⁴ Ver BITTENCOURT, Circe. “O percurso acidentado do ensino de História da América”. In: BITTENCOURT, Circe e IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

⁶⁵ BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

círculos intelectuais da época.⁶⁶ Bomfim entendia que os “males de origem” do Brasil especificamente, e da América Latina, de uma maneira geral, não se resumiam, portanto, como era senso comum entre os intelectuais da época, a um problema de ordem biológica e racial, mas, pelo contrário, de ordem social e histórica. Nesse sentido, se utilizava, de maneira aparentemente inusitada, do conceito de “parasitismo” como ferramenta para explicar a situação do subcontinente.⁶⁷ Segundo ele, o “parasitismo” exercido por Portugal e Espanha no período colonial sobre suas possessões nas Américas podia ser apontado como fator chave para se compreender o “atraso” latino-americano. Além desse tipo de “parasitismo”, o domínio “parasitário”, dentro das próprias nações latino-americanas, de um grupo social, o Estado ou as elites nacionais, sobre o outro, a população mais pobre, também era apontado como explicação para situação dos países latino-americanos no período.⁶⁸

Nesse sentido, Bomfim via a educação e a instrução pública como meios para viabilizar o progresso e a modernidade na América Latina.⁶⁹ Ainda inspirado pelas ideias científicas, mas já apresentando preocupações mais características ao pensamento social das décadas posteriores, atribuía à ciência não um valor intrínseco, mas considerava sua importância na medida em que esta pudesse contribuir para a compreensão e solução de problemas sociais.⁷⁰ Embora o texto de Bomfim procurasse apontar os “males de origem” da América Latina, o autor sergipano, crente na educação como fator de transformação social, apresentava postura relativamente otimista com relação aos destinos do subcontinente.

Francisco García Calderón (1883-1953) foi um dos grandes intelectuais peruanos e latino-americanos da primeira metade do século XX. Membro de uma família da elite política e econômica limenha, García Calderón era filho do jurista, ex-reitor da Universidad de San Marcos e ex-presidente da república Francisco García Calderón Landa (1834-1905). Por motivos políticos não nasceu em território peruano,

⁶⁶ Ver VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Sobre o racismo científico presente nos meios intelectuais brasileiros no período, ver, também, SCHWARCZ, *op. cit.*

⁶⁷ A utilização e a circulação do conceito de “parasitismo” serão discutidas de maneira mais detida no capítulo 3.

⁶⁸ BOTELHO, “Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil”, *op. cit.*, p. 125.

⁶⁹ Ver GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010; e BOTELHO, André Pereira. *O batismo da Instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1997.

⁷⁰ Ver GONTIJO, Rebeca. “Manoel Bomfim, 'pensador da história' na Primeira República”. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, São Paulo, julho-2003.

mas na cidade chilena de Valparaíso. Em 1881, no contexto da Guerra do Pacífico (1879-1883)⁷¹, Lima foi ocupada por tropas chilenas, o que obrigou o então presidente Nicolás Piérola a fugir para Arequipa. Em meio à crise política que se instalou na capital peruana, García Calderón Landa foi escolhido presidente da república por um “conjunto de notáveis” peruanos. Seu governo, entretanto, foi deposto, em setembro do mesmo ano, por ordens de Patricio Lynch, chefe da ocupação chilena em Lima. Em novembro, a família García Calderón foi enviada prisioneira a Valparaíso, no Chile, onde, em 1883, nasceu o autor de *Les démocraties latines de l’Amérique*.⁷²

O período da história do Peru compreendido entre 1895 e 1919, ou seja, entre os anos que se seguiram ao fim da Guerra do Pacífico e a ascensão do presidente Augusto B. Leguía, recebeu do historiador peruano Jorge Basadre, a denominação de “República Aristocrática”. Principalmente a partir de 1879, novas elites, resultantes do amálgama entre os grupos dominantes que habitavam o litoral, das quais faziam parte advogados proeminentes, professores universitários, proprietários de *haciendas* açucareiras da costa norte e central, empresários e grandes comerciantes ligados à economia de exportação, passaram a formar as bases da principal organização política do país durante a “República Aristocrática”: o Partido Civilista. As Forças Armadas que controlaram a política nacional desde a independência foram reorganizadas, profissionalizadas e submetidas, nesse período, aos grupos civis. O predomínio civilista na política peruana se caracterizou, de acordo com a historiografia, como um período de relativa paz social, estabilização política e modernização econômica.⁷³

Em 1905, emergindo do seio dessa elite dominante, começava a dar seus primeiros passos nesse país uma geração de intelectuais ligados à Universidad de San Marcos e ao antigo positivista convertido ao idealismo Alejandro Deustúa. A chamada *Generación del Novecientos*, inspirada nos ensinamentos de José Enrique Rodó e no idealismo de Émile Boutroux e Henri Bergson, reuniu importantes nomes da cena

⁷¹ Confronto armado que envolveu Chile, Peru e Bolívia entre 1879 e 1883. Os três países disputavam um território rico em guano e salitre, produtos que, na época, possuíam alto valor de mercado. O conflito acabou em 1883 com a vitória do Chile sobre Peru e Bolívia, que lutaram no mesmo lado ao longo da Guerra. Sobre a Guerra do Pacífico, ver CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *História del Peru Contemporâneo*. 4. ed. Lima: IEP, 2007.

⁷² SANCHEZ, Luiz Alberto. “Prólogo”. In: GARCIA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. Creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

⁷³ Sobre a República Aristocrática no Peru, ver CONTRERAS e CUETO, *op. cit.*, pp. 199-232; PEASE G. Y., Franklin. *Breve Historia Contemporánea del Perú*. México: FCE, 1995, pp. 134-161; KLARÉN, Peter. “As origens do Peru Moderno, 1880-1930”. In: BETTHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, pp. 317-365.

intelectual peruana como José de la Riva-Aguero, Victor Andrés Belaúnde e, aquele que foi por muitos anos considerado no mundo hispano-americano como o discípulo dileto e mais influente do autor de *Ariel*, o próprio Francisco García Calderón.

Essa geração apresentava como principais tópicos de seu discurso a necessidade de se alcançar o progresso material, fazia a defesa de uma autoridade política estável e legítima e apontava para a importância da unidade nacional diante da fragmentação social e racial. Esses homens de saber propunham o estudo científico da realidade peruana, tinham postura moderadamente anticlerical e eram críticos da herança espanhola. Afirmavam também que a educação deveria se guiar por inclinações científicas, práticas e industriais e promover a igualdade de oportunidades.⁷⁴

Membro destacado dessa chamada *Generación del Novecientos*, Francisco García Calderón concluiu, em 1903, seu doutorado na Universidad de San Marcos. Em 1905, após a morte de seu pai, mudou-se com toda sua família para Paris, onde ocupou cargos diplomáticos e viveu pelas décadas seguintes, regressando a sua pátria apenas em 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1906, publicou em Valencia, na Espanha, *Hombres e ideas de nuestro tiempo*, e, no ano seguinte, em Paris, um de seus livros mais importantes, *Le Pérou Contemporain*. Essa obra, editada inicialmente em francês, foi responsável por catalisar e difundir no exterior as ideias dessa geração intelectual. Em *Le Pérou Contemporain*, García Calderón afirmava que a resolução dos problemas sociais e raciais do Peru passava pela solidificação de uma liderança forte proveniente da elite ilustrada peruana. Essa elite seria responsável por incorporar as massas indígenas à modernização capitalista do litoral, fortalecer o Estado e atrair investimentos estrangeiros para a economia nacional.⁷⁵

Autor de uma produção relevante, especialmente nas primeiras décadas do século XX, Francisco García Calderón escreveu, em 1912, com apenas vinte e nove anos, sua principal obra. Publicada em Paris, pela Editora Flammarion, a primeira edição em francês de *Les democraties latines de l’Amérique* contava com o prefácio do importante político Raymond Poincaré, escrito pouco antes deste se tornar chefe do gabinete de ministros e, no ano seguinte, presidente da república francesa. Tal edição

⁷⁴ Ver GIL LÁZARO, Alicia. “Las señas de identidad de un escritor ‘ausente’: América Latina e Perú en el pensamiento de Francisco García Calderón”. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer e MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual (siglos XIX e XX)*. México: El Colegio de México, 2004; ver, também, CONTRERAS e CUETO, *op. cit.*, pp. 224-228.

⁷⁵ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Le Pérou Contemporain*. Paris: Dujarric e Cia. Editerurs, 1907. Cf. GIL LÁZARO, *op. cit.*, pp. 139-145; e CONTRERAS e CUETO, *op. cit.*, p. 228.

possuía 383 páginas e vinte e oito capítulos divididos em sete seções.⁷⁶ Nessa obra, García Calderón destacava a importância dos intelectuais para a política na América Latina e defendia a existência de governos fortes, elitistas e progressistas como via necessária para se combater a “anarquia” no subcontinente. Segundo Luíz Alberto Sánchez, essa visão conservadora não era exclusiva de García Calderón, mas pertencia a toda a geração “elitista e intelectualizada” de latino-americanos, seguidora das ideias de Rodó.⁷⁷ Apesar da grande repercussão e circulação desse ensaio na América Latina e de sua imediata tradução para o inglês, em 1913, sob o título *Latin America: Its Rise and Progress*, surpreende que a primeira versão desse livro em língua espanhola tenha vindo a público apenas em 1979, com a edição publicada pela Coleção Biblioteca Ayacucho.⁷⁸

García Calderón foi, por algumas décadas, durante sua longa permanência em Paris, “visto como uma de las voces más sólidas de la intelectualidad [latino-americana] en el extranjero”.⁷⁹ Em Paris, entre 1912 e 1914, foi editor de *La Revista de América*, responsável por impulsionar na Europa a construção de uma intensa rede ariologista e francófila, caracterizada por seu pan-latinismo, seu anti-imperialismo e seu elitismo. Em seu primeiro editorial, García Calderón convocava a “elite intelectual do ultramar” a ultrapassar as querelas e rivalidades locais que silenciaram os “professores de americanismo”, para que fosse possível construir uma unidade continental na América Latina.⁸⁰

Inseridos em diferentes contextos nacionais, dotados de formação variada e defendendo diferentes concepções sobre as questões da América Latina, o mexicano Francisco Bulnes, o brasileiro Manoel Bomfim e o peruano Francisco García Calderón foram responsáveis pela elaboração de ensaios que buscavam discutir os “males de origem” do subcontinente, apresentar diagnósticos para os problemas da região e apontar perspectivas para o seu futuro. Os três ensaios tiveram, em maior ou menor medida, repercussão no subcontinente, circulando nos meios intelectuais e fornecendo elementos para novas discussões.

⁷⁶ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Les Démocraties Latines de l'Amérique*. Paris: Flammarion, 1912.

⁷⁷ SANCHEZ, *op. cit.*, p. XIV.

⁷⁸ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

⁷⁹ COLOMBI, Beatriz. “Camino a la meca: escritores hispanoamericanos en Paris”. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2008, vol. I – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo, p. 551.

⁸⁰ *Ibidem*, *op. cit.* p. 560.

1.2. Circulação e recepção

Em maior ou menor escala, os ensaios *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, de Francisco Bulnes; *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim; e *Les démocraties latines de l'Amérique*, de Francisco García Calderón, circularam nos meios intelectuais de sua época. Embora a recepção de tais obras não seja o tema principal deste trabalho, é possível traçar brevemente algumas leituras que se fizeram delas.

Em primeiro lugar, é importante destacar o intercâmbio entre tais ensaios e autores e, em que medida, as ideias que defendiam foram incorporadas ou refutadas a partir desses contatos. O ensaio *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, de Francisco Bulnes, por exemplo, serviu como uma referência mexicana importante na composição dos ensaios de Francisco García Calderón sobre a América Latina. O intelectual peruano se referia a Bulnes, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, como “el brillante historiador mejicano”, citando suas obras para construir os perfis dos presidentes Benito Juárez e Porfírio Díaz.⁸¹ Entretanto, foi em *La creación de un continente* que García Caderón realizou uma análise mais detida sobre *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, nas palavras do ensaísta francófilo, a obra “americanista” do polêmico autor mexicano. Bulnes, segundo o intelectual peruano, “aplicaba ideas de M. Le Bon y de los sociólogos sajones, con la rudeza de los antiguos profetas, en un estudio desordenado y vigoroso”. Mesclavam-se na análise de García Calderón críticas e elogios ao ensaio do autor mexicano. Sobre o pessimismo de Bulnes acerca do futuro hispano-americano, o autor de *Le Pérou Contemporain* afirmava que “es excesivo tal vaticinio” e, acrescentava, “las profecías de Bulnes yerran por excesiva generalización”.⁸²

García Calderón destacava nessa obra a importância do exame detido de Francisco Bulnes sobre os “vícios” latino-americanos. Como nenhum outro ensaio publicado na América Latina entre fins do século XIX e inícios do século XX, os quais fizeram parte do que o autor peruano chamou de “nova corrente americanista”, *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* explicitava um claro pessimismo com relação ao futuro das nações da América Latina:

⁸¹ GARCÍA CALDERÓN, *Las democracias latinas de América*, op. cit., p. 80.

⁸² GARCÍA CALDERÓN, “La creación de un continente [1913]”, op. cit., p. 254.

No puede negarse, en cambio, que ningún libro examinó con tan viril franqueza los vicios americanos, la megalomanía, el “canibalismo burocrático”, el jacobinismo [...]. Bulnes ha dado la verdadera explicación económica de las revoluciones sudamericanas. Como no existen industrias, el Estado alimenta las clases medias, y si no satisface sus ambiciones, aumentando los puestos burocráticos, estallan revueltas. De su libro se levanta un inflexible pesimismo. No halla en estas repúblicas ninguna de las virtudes democráticas: ni la veracidad, porque se exageran riquezas y grandezas; ni la justicia, porque dominan la desigualdad y la intolerancia, ni la previsión – “en los países latinoamericanos toda la clase media ha tenido abuelos ricos y toda la clase rica ha tenido abuelos pobres” – ni finalmente la cooperación al bien público, porque la envidia que heredaron de España los americanos ataca a cuantos se distinguen en política, ciencias o finanzas.⁸³

García Calderón discordava, entretanto, do pessimismo exacerbado de Francisco Bulnes, se mostrando muito mais confiante no porvir das nações hispano-americanas que o autor mexicano:

No se puede juzgar la América española por opiniones de un escritor apasionado. Naciones en progreso como la Argentina, el Brasil, Chile, el mismo México, no merecen la vibrante reprobación del sociólogo. Notable en el estudio de los defectos, el libro de Bulnes no analiza las cualidades de la raza americana: en sus rudas sentencias se sustituye al pensador el periodista.⁸⁴

Embora discordasse de alguns posicionamentos de Francisco Bulnes, García Calderón considerava *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* como um dos livros mais importantes de interpretação sobre a América Latina produzidos entre fins do século XIX e inícios do século XX. Mais que um simples elogio, essa afirmação demonstra o intercâmbio e os diálogos entre as obras do período, explicitando a circulação desses textos que não se restringiam aos limites dos Estados nacionais do subcontinente.

Outro dos ensaios analisados nesta pesquisa, *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim, obteve repercussão imediata no Brasil, resultando em uma polêmica entre o seu autor e Sílvio Romero, um dos intelectuais brasileiros mais influentes do período. Romero escreveu um total de 25 artigos no periódico semanal *Os*

⁸³*Ibidem*, p. 254-255.

⁸⁴*Ibidem*, p. 255.

Anais se contrapondo às premissas de Bomfim. Tais artigos foram publicados, em 1906, no volume *A América Latina: análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*.⁸⁵ De acordo com Roberto Ventura, mais que por motivos estritamente acadêmicos ou por divergências teóricas propriamente ditas, tais polêmicas se estabeleciam no meio intelectual brasileiro na maior parte das vezes por motivações pessoais e por disputas de poder intelectual.⁸⁶

Romero construiu, em sua resposta ao livro de Bomfim, uma severa e ácida crítica aos pressupostos do autor de *A América Latina: males de origem*. Afirmava, nesse sentido, que:

O autor da *América Latina* supõe haver atinado com a raiz primária dos aludidos males sociais e políticos e haver descoberto o remédio adequado a sua extirpação.

Etiologia e terapêutica infalíveis, a seu ver e de muitos que, por falta da precisa cultura, andam aí boquiabertos diante dessa inesperada prova de sabedoria indígena.

Passado o primeiro momento [...], já é tempo de sobra para dizer a verdade e mostrar que o novo produto do jovem professor não passa de um acervo de erros, sofismas e contradições palmares.

Falsa é a sua base científica, falsa a etnográfica, falsa a histórica, falsa a econômica.

Não admira, portanto, que falsa seja também a [ilegível] a que atribui os desvios e atropelos da evolução latino-americana, e sofrivelmente ineficaz a *medicação* que propõe para corrigi-los. [...]

Não é o talento do autor que vai entrar em jogo; é, sim, a pouca segurança de muitas de suas vistas, a erronia de suas doutrinas capitais, a falsidade da maior parte de seus conceitos, a precipitação de suas conclusões, o nenhum valor das fontes em que bebeu.

A gente ilustrada, os homens de verdadeira instrução, de séria cultura, decidirão quem está com a razão, quem seguiu a severa trilha da ciência.⁸⁷

A polêmica entre Bomfim e Romero teve ainda um último capítulo. Convidado por Walfrido Ribeiro, editor da revista *Os Anais*, a mesma em que foram publicados os artigos criticando *A América Latina*, para responder aos textos de Sílvio Romero,

⁸⁵ Cf. ROMERO, Sílvio. *A América Latina: Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Livraria Chadron de Lello e Irmão, 1906.

⁸⁶ VENTURA, *op. cit.*, p. 146.

⁸⁷ ROMERO, *op. cit.*, p. 11-12. Os grifos estão no texto original. Optou-se, nessa citação, por atualizar a grafia das palavras.

Manoel Bomfim refutou, por meio de uma carta veemente as proposições do intelectual da Escola do Recife:

[Walfrido Ribeiro] põe a minha disposição as colunas de *Os Anais* para que eu conteste a extensa descompostura passada à minha *A América Latina* pelo Sr. Sílvio, garantindo-me estar pronto a acolher uma resposta à altura da agressão. Lamento não poder aproveitar esta ocasião de honrar-me colaborando nas colunas da sua estimada revista. Não responderei diretamente ao Sr. Romero. Os sentimentos que lhe animaram a pena nessa extraordinária crítica são tais, e tão claramente se exprimem, que me dispensam tratar diretamente com ele. É um indivíduo que não tem, sequer, o pouco de educação e de bom gosto necessários para mascarar em público os furores da inveja e da cólera. Seus dezenove artigos são outras tantas séries de contorções grotescas, gestos e assobios, onde a gaiatice insípida encobre um despeito minaz e vil, traindo um espírito que até na decrepitude é ridículo e pretencioso.

O Sr. Romero foi sempre um endeusador prejudicial e enfadonho, ou um xingador destemperado, xingador sem veemência, sem verve e sem brilho, na abundância da “logomaquia” dos degenerados mentais. Dos que o conhecem, os que o estimam têm-lhe dó; os outros desprezam-no, como bem merece ser desprezado o crítico que só se agita movido pelo ódio invejoso, ou pela reciprocidade do elogio.⁸⁸

A América Latina, de Manoel Bomfim, não teve, até onde se sabe, grande repercussão na América Hispânica. Entretanto, parece importante destacar, por outro lado, que seu interlocutor, Sílvio Romero, era um autor conhecido para além das fronteiras brasileiras e que sua resposta ao livro de Bomfim teve uma de suas edições publicada na cidade do Porto, em Portugal. Tal edição circulou, em alguma medida, na Europa, onde chegou a ser conhecido e citado por Francisco García Calderón em *Les démocraties latines de l’Amérique*, quando esse autor tratou da questão da imigração alemã no sul do Brasil.⁸⁹ De modo que se o influente intelectual peruano não teve um contato direto com o ensaio de Manoel Bomfim sobre a América Latina, ao menos sabia de sua existência e conhecia suas linhas gerais por intermédio da crítica produzida por

⁸⁸ BOMFIM, Manoel. “Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *A América Latina*”. *Os Anais* (Rio de Janeiro), n. 74, pp. 169-170, 1906. Esse texto pode ser encontrado na íntegra como anexo em AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. *Disputa intelectual ou A impertinência de um polemista? Uma análise comparatista entre as Américas de Sílvio Romero e Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado (Literatura e Vida Social). FCL-UNESP, Assis-SP, 2009, pp. 114-115.

⁸⁹ García Calderón cita Sílvio Romero no seguinte excerto: “La elite intelectual brasileña protesta contra esta embozada maniobra conquistadora [dos alemães]; están conscientes del peligro. Sílvio Romero sugere medidas eficaces para limitar esta expansión”. Ver GARCÍA CALDERÓN, *Las democracias latinas de América*, op. cit., p. 161.

Sílvio Romero.

A propósito, é interessante perceber como o peruano García Calderón não somente tinha contato com algumas obras ensaísticas ou literárias produzidas no Brasil de fins do século XIX e inícios do século XX, como também foi um autor muito consultado pelas elites intelectuais brasileiras, constituindo-se como uma das referências centrais sobre a América Hispânica no país. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas conferências proferidas pelo escritor e diplomata Manuel de Oliveira Lima nos Estados Unidos, em 1912, publicadas pouco tempo depois sob o título *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*, que tinham nos escritos de García Calderón um dos principais parâmetros para os assuntos relacionados ao passado, ao presente e ao futuro da América Hispânica. Nesses textos, o autor peruano foi tomado por Oliveira Lima, ao lado do venezuelano Rufino Blanco Fombona, como baliza essencial para a análise do diplomata brasileiro acerca da realidade hispano-americana. Sobre o escritor peruano, afirmava:

Dirijo-me, portanto, guiado pelo instinto de imparcialidade, a um escritor peruano, filho dessa terra de tradições pré-colombianas, de tradições coloniais e de tradições heroicas no ciclo da emancipação, terra que foi, como já vos disse, o baluarte da resistência legalista e o campo de concentração das forças que desciam vitoriosas do Pichincha e das que subiam igualmente vitoriosas de Maipu, numa ânsia comum de ultimarem a libertação do Novo Mundo espanhol.

Por felicidade, esse escritor, Francisco García Calderón, é justamente um mestre da ciência sociológica e um dos espíritos mais equilibrados e refletidos da raça latino-americana na hora atual.⁹⁰

A circulação dos textos de Francisco García Calderón no Brasil não se resumiu, entretanto, aos diálogos travados com as obras de Oliveira Lima. O intelectual peruano teria enviado um exemplar de *Les démocraties latines de l'Amérique* ao crítico José Veríssimo, que, sobre esse livro, afirmou:

Pelo seu conhecimento da América Latina, inclusive o Brasil, largueza de compreensão de seu passado e presente, e ainda pela arte, inteiramente francesa, da sua composição e

⁹⁰ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 106.

encantadoras qualidades de imaginação propícias ao pensador, é o livro do sr. García Calderón um dos mais interessantes sobre o assunto escritos.⁹¹

Ainda sobre a recepção de García Calderón no Brasil, em 1916, a *Revista Americana*, periódico nascido em 1909 e que sobreviveu, com algumas interrupções, até 1919, e que respondia, embora extraoficialmente, aos projetos de integração com os países da América abraçados pelo governo brasileiro e pelo Ministério das Relações Exteriores após a Proclamação da República⁹², anunciava a publicação, “pela primeira vez na América do Sul”, de um estudo de Francisco García Calderón sobre o pan-americanismo intitulado “El panamericanismo: su pasado y su porvenir”. Na apresentação dos editores da revista, destacava-se a importância do autor peruano no cenário intelectual latino-americano do período:

O presente trabalho de García Calderón, um dos mais notáveis publicistas hispano-americanos, aparece pela primeira vez numa publicação da América do Sul. Escrito para a revista *Cuba Contemporânea*, editada em Havana, ele não teve a divulgação que merecia pela natureza dos problemas ali estudados, de interesse direto e imediato para todas as nacionalidades deste continente e pelo prestígio e autoridade que cercam o nome de García Calderón, talvez o mais profundo conhecedor da história política da América do Sul. Por isso a *Revista Americana* decidiu iniciar a publicação desse magnífico estudo no presente número.⁹³

O teor da apresentação do texto de García Calderón na *Revista Americana*, considerado pelos editores da publicação “talvez o mais profundo conhecedor da História política da América do Sul”, dava, em grande medida, a dimensão da importância desse intelectual peruano durante o período estudado. A discussão e as citações apresentadas acima mostram um quadro de circulação dos autores e suas obras

⁹¹ VERÍSSIMO, José. “Perspectivas da América Latina”. In: BARBOSA, João Alexandre (org.). *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 33.

⁹² Sobre a *Revista Americana*, ver CASTRO, Fernando Luiz Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012; e BAGGIO, Kátia Gerab. “A *Revista Americana* e as relações entre as Américas”. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁹³ REVISTA AMERICANA: *Uma iniciativa pioneira da cooperação intelectual (1909-1919)*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 235. Optou-se, nessa citação, por atualizar a grafia das palavras. Antes de ser publicado na *Revista Americana* a partir de dezembro de 1916, esse artigo de Francisco García Calderón foi publicado meses antes, nesse mesmo ano, nas revistas *Cuba Contemporânea*, de Havana, e *Revue Hispanique*, com sucursais em Nova York e Paris.

e de diálogos diretos ou indiretos entre eles, ao mesmo tempo, em que denotam que o Brasil não estava excluído dessas discussões, construindo interpretações sobre os demais países americanos e dialogando com eles.

1.3. Questões de crítica: o papel social do intelectual

Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón também construíram, em seus ensaios, representações sobre os procedimentos da atividade intelectual ou, como preferiam esses autores, da “crítica” sobre a sociedade e a política na América Latina. Na busca por tentarem definir seu próprio papel social, suas formas de atuação e sua pretensa condição de agentes de mudança em seus respectivos países e nos assuntos continentais, não deixavam também de explicitar toda a dimensão política dessas interpretações.

Francisco Bulnes, por exemplo, se definia, em seus textos, não como “intelectual”, mas como “crítico”. Afirmava que o México, seu país, em particular, e a América Latina, de maneira geral, constituíram-se historicamente como espaços alicerçados sobre a “mentira”. A função do “crítico” seria restabelecer a “verdade” social nessas regiões, seja nas interpretações sobre o passado, nas análises sobre o presente ou na elaboração de perspectivas para o futuro. Bulnes entendia que:

Un buen crítico necesita ser frío, despreocupado, no tener enaguas, ni pantalones, ni riquezas, ni pobrezas, ni parientes, ni amigos, ni mujer, ni hijos, ni miedo, ni religión, ni principios fijos de escuela, ni teorías literarias, ni fibras suaves y musicales, ni garganta para los suspiros, ni cabeza para los delirios, ni bolsillos para los regalos, ni vergüenza para billones de billones de injurias, ni esperanzas, ni temores, ni amor propio, ni inclinación a los placeres, ni repugnancia a los infortunios. Un buen crítico debe ser el primero de los buzos de la tradición y de la ciencia para pescar la verdad, el primero de cada pueblo en razón directa del grado de civilización alcanzado por ese pueblo, la tendencia moderna es la lucha por más amplios merco se le venga encima y sea aprehendido por los gendarmes de todos los ofendidos en el terno huerto de *Cetzemani*.⁹⁴

⁹⁴ BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*. México: Imprenta de Mariano Nava, 1899, p. 191. O horto de Cetzemani (ou Getsemaní), a que Bulnes se refere, foi o local em que, segundo o Novo Testamento, Jesus Cristo fez suas últimas orações antes de ser preso e crucificado.

Interessante notar como Francisco Bulnes deixava entrever no excerto acima o que considerava como características essenciais para um “bom crítico”. Em linhas gerais, aquele que pretendesse revelar a “verdade” para seus concidadãos deveria ser, entre outros adjetivos possíveis, independente, imparcial, corajoso e honesto. As “mentiras” sobre as quais, especificamente, a sociedade mexicana e, de maneira mais ampla, as demais nações latino-americanas estavam baseadas deveriam ser combatidas com todas as forças por esses homens predestinados. Para tanto, a análise do passado deveria ocupar posição de destaque nesse processo de “revelação histórica”. Bulnes não se considerava, entretanto, autor de obras de “História”, mas sim de “crítica histórica”, cuja diferenciação pretendia estabelecer da seguinte maneira:

A los que juzgan mis defectos como historiador, se les ha pasado que mis trabajos no son de historia, sino de crítica histórica. Es cierto que en toda historia deber haber alguna crítica y que en toda crítica histórica es preciso que haya historia; pero la crítica histórica tiene por objeto depurar lo que se llama historia y formular con ella generalizaciones que sirvan de enseñanza a los hombres y a los pueblos.⁹⁵

Embora não se definisse como “historiador”, mas como “crítico da História”, Bulnes apresentava uma concepção adotada por muitos estudiosos que haviam escrito obras sobre o passado até então: a ideia de que a História seria capaz de ensinar homens e povos. Apropriar-se de acontecimentos ocorridos em tempos pretéritos como “lição” e “exemplo”, a despeito das auto-representações elaboradas no excerto acima, não era exclusividade da “crítica histórica” proposta por Bulnes, mas característica comum nos estudos sobre o passado alicerçados, pelo menos desde a Antiguidade, sobre a premissa *Historia Magistra Vitae*.⁹⁶ Embora em sentido diferente daquele proposto pelo autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, essa concepção alicerçava inclusive diversos textos mexicanos contemporâneos a Bulnes. Em sua biografia sobre Benito Juárez, na qual refutava a desqualificação sofrida pelo falecido presidente levada a cabo na “crítica histórica” bulnesiana, o *científico* Justo Sierra afirmava, por exemplo, que “la

⁹⁵ BULNES, Francisco. “Crítica histórica”. *Páginas escogidas*, apud ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. “Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación en México”. In: PALÁCIOS, Guillermo (org.). *La nación y su historia: Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación. América Latina, siglo XIX*. México: El Colegio de México, 2009, p. 100.

⁹⁶ Sobre a concepção de *Historia Magistra Vitae*, ver KOSELLECK, Reinhart. “*Historia Magistra Vitae*: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 41-60. Ver também CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestra da Vida?”. *Estudos ibero-americanos*, PUC-RS, Edição especial, n. 2, pp. 7-34, 2006.

vida de Juárez es una lección, una suprema lección de moral cívica”.⁹⁷ Independentemente do lado em que se posicionassem nessa contenda acerca da figura de Juárez, é interessante notar que ambos consideravam que a sua interpretação sobre os fatos passados tinham como função “ensinar”, representando, nesse sentido, a “lição” verdadeira a ser aprendida pelos mexicanos.

Outra característica central do tipo de análise defendido por Francisco Bulnes era a concepção de um papel “justiceiro” da “crítica histórica”. Em seu primeiro livro dedicado a “esclarecer” o papel de Benito Juárez na história mexicana, o autor afirmava:

La historia no es ni puede ser generosa, sino justiciera; la clemencia le está prohibida; su tarea no es hacer desaparecer a los hombres en el sepulcro sin epitafio, sino desenterrar, investigar, escudriñar, procesar, agobiar, abrumar, remoler a los hombres, tamizarlos entre las mallas de una crítica sin piedad, sin límite, sin vacilaciones, sin más temor que el de no haber descubierto lo bastante para formar la lección que debe servir a los hombres del presente para preparar su porvenir. La historia es una ciencia tan recta como las matemáticas y en donde la humanidad debe leer claramente su destino escrito de preferencia con los errores de su pasado.⁹⁸

Bulnes entendia que o trabalho do “crítico” consistia em explicitar as “lições” e denunciar as “injustiças” da História, apontando para os erros do passado como forma de pavimentar as vias para o futuro. Interessante notar que o engenheiro Francisco Bulnes comparava seu *métier* intelectual ao ato de desenterrar cadáveres e também “as matemáticas”. No que se refere à primeira tarefa, o autor, considerado um iconoclasta por seus contemporâneos, questionava o “respeito aos mortos” e prescrevia que se “dissecassem” até o fim as coisas do passado, com o objetivo de “revelar” toda a “verdade” escondida nos escombros das tumbas pretéritas. Sobre a comparação entre o trabalho do “crítico” e do matemático, Bulnes associava a História a uma ciência exata, aproximando a busca pela “verdade” por meio da atividade “crítica” da resolução de um problema algébrico. Embora diferentes, as duas aproximações denotavam, ao mesmo tempo, a certeza de se alcançar a “verdade” por meio da análise do passado e a transparência das “lições” oferecidas pela História evidenciadas por meio do exercício da “crítica”, tal como a propunha Bulnes. Na concepção do autor, o “julgamento” sobre

⁹⁷ SIERRA, Justo. *Juarez, su obra y su tiempo*. 7. ed. [1. ed.: 1906]. México: Editorial Porrúa, 2004, p. 2.

⁹⁸ BULNES, Francisco. *El verdadero Juarez y la verdad sobre la Intervención y el Império*. México: Librería de la Vda. de C. Bouret, 1904, pp. 869-870.

os atos do passado e do presente somente seria legitimado pela descoberta de uma pretensa “verdade”, da qual o “crítico” seria o principal detentor.

Manoel Bomfim, por sua vez, também se colocava o problema da escrita da história. No parecer que escreveu, em 1897, ao *Compêndio de História da América*, de autoria de Rocha Pombo, o médico sergipano explicitava sua visão sobre a impossibilidade de ser imparcial em uma obra de História:

Sei que muitos condenam um tal ardor numa obra de história, principalmente se ela se dedica às escolas; sei que se considera indispensável uma história calma, fria, imparcial... Isto equivale a exigir o impossível. Nenhum historiador é verdadeiramente imparcial. Seria preciso supor o homem destituído de sentimento. Essa imparcialidade ele pode simulá-la quanto à exposição, evitando cuidadosamente os comentários e os juízos, tanto sobre os acontecimentos como sobre os homens. Por vezes, esse esforço significa de fato o desejo de ser justo, mas comumente, isto não passa de um artifício para conquistar o ânimo do leitor. Nesse caso, é preferível um escritor que seja franco e sincero, e deixe ver logo qual o seu critério, desde que ele não proceda com *parti-pris*, desde que não seja capaz de sacrificar a verdade a preocupações pessoais.⁹⁹

Dois aspectos merecem ser ressaltados na citação acima. Em primeiro lugar, como já foi dito, Manoel Bomfim, ao destacar que o homem não era um ser “destituído de sentimento”, questionava a possibilidade da imparcialidade em História, associando essa pretensão, na maior parte das vezes, a uma tentativa de se “conquistar o ânimo do leitor”. Para o autor, em vez de simular uma impossível isenção valeria mais para o historiador ser “franco e sincero”, explicitando para o seu público o “critério” adotado pela obra. Não obstante, evidenciar a posição e os pressupostos daquele que escreve não significaria submeter, em favor de “preocupações pessoais”, a busca pela “verdade”. Na mesma direção, Bomfim escrevia o seguinte em *A América Latina: males de origem*:

Seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria, impessoal; para tais gentes, todo o argumento perde o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação bastaria afetar imparcialidade, para ter o direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita

⁹⁹ BOMFIM, Manoel. “Parecer sobre o livro ‘História da América’ de Colombo, apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal [1897]”. In: POMBO, Sebastião da Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900, p. XVI.

imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica.¹⁰⁰

Em seu ensaio de interpretação sobre a América Latina, Bomfim foi ainda mais longe em suas conclusões que no parecer ao compêndio de Rocha Pombo. A “simulação” da imparcialidade, ressaltada no texto de 1897, era associada, na publicação de 1905, à “hipocrisia” e o “sentimento” de outrora tomava, anos depois, ares de “paixão”. Ao mesmo tempo, Manoel Bomfim desqualificava a relação entre a ausência de imparcialidade e a “cegueira” intelectual que sacrificaria o “rigor da lógica”. Interessante notar que, de acordo com Manoel Bomfim, evidenciar os “critérios” adotados e explicitar a “paixão” pelo assunto analisado não eram atitudes que excluía o “rigor” e a busca pela “verdade”. Método e sentimento poderiam caminhar juntos na observação científica de acordo com o autor brasileiro. Em outro ponto de seu ensaio, Bomfim associava alguns dos pretensos cientistas “imparciais” aos “filósofos do massacre”. Entretanto, alegava que a ciência se constituía como a rota mais segura na direção do progresso:

A ciência alegada pelos filósofos do massacre é a ciência adaptada à exploração; a verdadeira, a pura, nos mostra a espécie humana progredindo sempre, em todas as suas variedades – com alternativas, sim, devidas à degeneração de grupos e parcialidades que abandonaram o esforço e a vida. Ela nos ensina o caminho do progresso, e nos alcança o êxito.¹⁰¹

A afirmação da ciência como caminho para se chegar ao progresso poderia ser associada à defesa da instrução feita por Manoel Bomfim em suas obras. Instruir, missão mais importante, de acordo com o ensaísta brasileiro, dos intelectuais em países habitados majoritariamente por pessoas analfabetas, se constituiria como primeiro passo para se alcançar a transformação social nos países americanos:

Foi o estudo direto da natureza, a nova concepção do universo, que deu ao homem essa força incomparável, a previsão dos fenômenos, o avassalamento das energias naturais, utilizando umas, neutralizando outras – força que leva de vencida as maiores

¹⁰⁰ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 35-36.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 329.

dificuldades e produz os milagres da indústria atual [...]. E, hoje, o indispensável e urgente é aplicar ao nosso meio e às nossas necessidades a ciência que já está feita, difundir as verdades adquiridas e os bons métodos de estudo; ao mesmo tempo, nos é preciso observar, estudar e interpretar aquilo que sendo peculiar ao nosso meio, ainda não é do domínio corrente da ciência; fazer que tais noções – umas e outras – entrem para a vida comum, e que todos se tornem capazes de as assimilar e utilizar. Que a ciência não seja um adorno de doutores, mas recurso para todos, na luta comum contra as dificuldades da vida.¹⁰²

Considerada como responsável por grandes progressos, especialmente no que se referia à transformação e ao controle da natureza, o cultivo da ciência deveria ser prioridade para as nações da América Latina. Parece importante discutir, nesse ponto, as concepções de Manoel Bomfim sobre essa questão. Em primeiro lugar, o autor defendia a incorporação e a adaptação dos “progressos científicos” já alcançados “às nossas necessidades”, ao mesmo tempo em que afirmava que a observação, o estudo e a interpretação do que era “peculiar ao nosso meio” necessitava de contribuições de uma ciência praticada localmente. O autor de *A América Latina: males de origem* não se reportava, nesse sentido, a uma simples cópia de modelos já prontos, elaborados por países mais “avançados”, mas à apropriação independente e autônoma do que fosse enriquecedor para a constituição de um saber local capaz não somente de reproduzir conteúdos, mas de produzir respostas que servissem ao interesse geral. A ciência não deveria ser, além disso, exclusivamente “adorno de doutores”, mas recurso disponível na vida prática de todos os homens.

Francisco García Calderón, por sua vez, foi um dos primeiros autores do subcontinente a utilizar o termo “intelectual” para se referir aos homens de saber da América Latina.¹⁰³ Entretanto, em seus textos, a despeito de ser, entre os autores sobre os quais esta pesquisa se debruça, aquele que mais discutiu o tema dos “intelectuais”, seus próprios pressupostos não eram evidenciados de maneira tão explícita quanto os de Bulnes e Bomfim. Sobre essa questão, uma crítica que procurava analisar e, de certa maneira, defender a obra do erudito espanhol Marcelino Menéndez y Pelayo, pode fornecer alguns elementos iniciais para a discussão:

¹⁰² *Ibidem*, p. 336.

¹⁰³ ZERMENO PADILLA, Guillermo. “El concepto *intelectual* en Hispanoamérica: genesis y evolución”. *História Contemporânea*, n. 27, 2003, pp. 777-798.

Habría que discutir aquí un problema curioso de crítica: se vale más para el mérito de la obra, el rígido dogmatismo – religioso a lo Tolstoi, a lo Menéndez y Pelayo, filosófico a lo Taine – o el escepticismo universal, esa ligereza del espíritu que conserva su flexibilidad en la opinión y en el juicio, que huye de todos los yugos, antiguos y recientes, y coge sólo la flor brillante de las cosas. Una crítica franca, inspirada por un ideal robusto, por una plena concepción de la vida, atrae y sugestiona. Al juzgar, no habla de impresión vaga o de mariposeo interior; define, construye ciencia, emplea a veces el látigo juvenalesco [...]. Al dogmatismo hay que perdonarle su rudeza, en gracia de la profundidad de sus juicios, de la franqueza de sus principios, de la afirmación de tesis y teoremas. Y mientras no llegue al mundo ideal del crítico, yo creo que merecen mayor respecto quienes que han visto en la vida un principio interior, filosófico y religioso, los que han afirmado un ideal más firme y general que la indefinible variedad o el eterno impresionismo.¹⁰⁴

É importante esclarecer, antes de discutir o excerto acima, que García Calderón não era, em seus ensaios críticos, um defensor ardoroso de um “rígido dogmatismo”, nem tampouco um inimigo ferrenho do que estava chamando de um “ceticismo universal”. Embora defendesse também que o conhecimento pudesse ser alcançado a partir do cultivo das “dúvidas”, o autor combatia uma relativização absoluta do saber, a qual considerava exageradamente flexível e incapaz de elaborar juízos. García Calderón defendia, nesse sentido, a importância de um “ideal” – religioso ou filosófico, por exemplo – subjacente ao discurso crítico capaz de alicerçar considerações profundas e “construir ciência”. Embora não estivesse citada diretamente no trecho acima, a questão da busca pela “verdade” era latente nesse ensaio. Ao tratar da distinção entre “dogmáticos” e “céticos”, é possível dizer que o autor peruano que, à época, iniciava sua atividade intelectual, considerava, em seu texto de 1903, que as afirmações dos primeiros (“dogmáticos”) poderiam ser consideradas mais propícias àqueles que buscassem alcançar esse objetivo que as indagações desses últimos (“céticos”).

O tema da atividade intelectual foi retomado por Francisco García Calderón, alguns anos depois, em seu ensaio direcionado prioritariamente a um público francófono *Le Pérou contemporain*, no qual se dedicava mais detidamente às questões de sua terra natal. Embora sugerisse que os homens de letras de seu país não tivessem uma grande influência sobre a formação de um pensamento nacional peruano no início do século

¹⁰⁴ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. “¿Menéndez Pelayo es crítico? [1903]”. In: *Ideologías*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, [1918], p. 26-28.

XX e, inclusive, deixasse subentendido seu alheamento em relação às questões pátrias, especialmente na utilização da recorrente metáfora da “torre de marfim”, considerava que a esse setor social estivesse reservado talvez um papel fundamental no “renascimento” de seu país:

Aussi, les intellectuels ont une influence douteuse sur la pensée nationale. Un excès de poésie et d’idealisme les a beaucoup nuis dans leur action sociale. On les croit trop épris d’abstractions, trop enfermés dans leur tour d’ivoire. Le positivisme, maître de la vie nouvelle, exige au Pérou des nouvelles habitudes de pensée, un autre intellectualisme. L’action récente de ces esprits, formés dans une école nouvelle, sera peut-être à compter parmi les facteurs de la renaissance péruvienne [...]. Dans l’avenir, les intellectuels deviendront une force progressive dans notre démocraties: ils élargiront et rajeuniront, par leur action commune, ce que la tradition et les préjugés rétrécissent ou annihilent.¹⁰⁵

Francisco García Calderón considerava e defendia, nesse sentido, a possibilidade da constituição do intelectual como fator essencial de mudança social e como “força progressista” da nação. Seria interessante destacar aqui que, diferentemente de Francisco Bulnes e Manoel Bomfim, o ensaísta peruano dificilmente parecia em seus textos tratar de sua própria produção intelectual. Dito de outra maneira, ao contrário dos autores mexicano e brasileiro que explicitavam seus pressupostos a partir de uma avaliação sobre o que e de que maneira estavam escrevendo, Francisco García Calderón se referia à atividade intelectual como uma espécie de observador externo, como que sublimando sua própria autoria sobre o texto.

Importante ressaltar que os três autores analisados por esta pesquisa, mesmo que em escalas diferentes, apresentavam uma forte inquietação em torno de como se deveria escrever sobre as realidades nacionais e continentais e também sobre a busca pela “verdade”. Ao mesmo tempo, pode-se perceber, nesses textos, uma discussão a respeito da produção intelectual latino-americana, que se relacionava principalmente aos temas da “originalidade” do que se produz no contexto local e da “cópia” de formulações estrangeiras. Esse conjunto de problemas não se restringia a esses autores, constituindo-se como tópico recorrente nos discursos intelectuais nos dois últimos séculos na América Latina como este trabalho buscará explicitar nas próximas páginas.

¹⁰⁵ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Le Pérou contemporain*. Paris: Dujarric et Cie. Éditeurs, 1907, p. 202.

CAPÍTULO 2

NA OUTRA MARGEM, CALIBAN:

As “democracias latinas da América” e seus impasses

Os habitantes do México, querendo estabelecer o sistema federativo, tomaram por modelo e copiaram quase inteiramente a constituição federal dos anglo-americanos, seus vizinhos. Mas, ao transportarem para seu país a letra da lei, não puderam transportar ao mesmo tempo o espírito que a vivifica. Vimo-los então se embaraçar o tempo todo entre as engrenagens de seu duplo governo. A soberania dos Estados e da União, saindo do círculo que a constituição traçara, penetraram cada dia uma na outra. Atualmente, ainda, o México se vê incessantemente arrastado da anarquia ao despotismo militar, e do despotismo militar à anarquia.

Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*, 1835.

Bien peigné, bien lavé, Caliban deviendra fort presentable. Il y aura peut-être un jour des médailles A Caliban, protecteur des sciences, des lettres et des arts. Prospero peut vivre au moins quelques temps, sous un pareil régime, et il a même chance d'en ressaisir la direction. Il faut pour cela de la prudence; car la démocratie est jalouse et soupçonneuse. Mais, en étant modeste et en cachant son jeu, on fait bien des choses.

Ernest Renan, *Calibán*, 1878.

En vez de seguir direcciones autónomas, [a América Latina] se limitó a copiar extranjeras cartas constitucionales de la política americana. Propuso Bolívar formas que unían la tradición del Nuevo Mundo con útiles aspiraciones europeas. Pero los hombres de estado, improvisados en la guerra libertadora, imitaron sin reserva, se entregaron al vértigo de las creaciones artificiosas. Parlamentos, federación a la manera norteamericana, presidencia de cuatrienios, apresurada importación de ideas e instituciones, dieron a los primeros años de la república abigarrado aspecto. En naciones semibárbaras, la perfección de inadecuados estatutos. Coronando rudos puntales levantados sin

concierto sobre la tierra temblosa, la elegancia complicada de capiteles jónicos.

Francisco García Calderón, *La creación de un continente*, 1913.

2.1. Modernidade e democracia: a ascensão de Caliban

As discussões sobre a “modernidade” e a “democracia” se apresentam como temas centrais para análise intelectual na América Latina entre fins do século XIX e inícios do século XX. Um bom ponto de partida para o desenvolvimento dessa questão parece estar na análise elaborada por José Enrique Rodó em seu clássico *Ariel* (1900), obra que inspirou grande parte dos ensaios escritos no subcontinente durante esse período.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que *Ariel* teve como inspiração mais remota, inclusive em seu título, *A tempestade*, uma das últimas peças do grande dramaturgo inglês William Shakespeare, possivelmente escrita por volta de 1611. Nela, narrava-se a história do Duque de Milão, Próspero, que, após ser traído por seu irmão Antônio, era posto em um barco em precárias condições com sua filha Miranda para que ambos desaparecessem nas águas. Próspero e Miranda, entretanto, se salvavam, estabelecendo-se em uma ilha, onde passavam a conviver com Ariel e Caliban. Enquanto o primeiro era um “espírito de luz”, a quem o usurpado duque libertara de um feitiço da bruxa Sycorax, antiga habitante do local, o segundo era o praguejador filho da velha feiticeira, que embora reivindicasse a posse da ilha, havia sido transformado em escravo pelo nobre italiano. Na peça, Próspero, o mestre, era representado como alguém dotado de um poder superior, capaz de pôr e dispor sobre seus escravos Ariel e Caliban. Ariel, embora requeresse sua liberdade, caracterizava-se por seu porte, ao mesmo tempo, obediente e sublime, ao contrário de Caliban, apresentado como interesseiro e extremamente ambicioso.¹⁰⁶

Essa tríade de personagens – Próspero, Ariel e Caliban – tem sido desde a encenação da peça, no início do século XVII, interpretada e reinterpretada das mais variadas maneiras e a partir das mais diversas concepções políticas e sociais.¹⁰⁷ Entre as tantas releituras da obra shakespeariana, aquela cujos ecos se faziam mais evidentes no

¹⁰⁶ SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Porto Alegre: LP&M, 2011.

¹⁰⁷ Alguns apontamentos sobre a história das apropriações de tais personagens podem ser obtidos em FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. *Todo Calibán*. Concepción: Cuadernos Atenea, 1998, pp. 12-25.

Ariel de Rodó era *Caliban, suite de La Tempête (Drame philosophique)*, escrito em 1878, pelo intelectual conservador francês Ernest Renan. Concebido em um contexto no qual a participação política passava a ser reivindicada pelas classes populares com cada vez mais intensidade na Europa e, especificamente, na França¹⁰⁸, Renan, como muitos de seus contemporâneos, refratário à extensão dos direitos políticos às “massas”, representava, por meio de uma alegoria baseada nos personagens de Shakespeare, uma sociedade em que se confrontavam os valores da “aristocracia” (Próspero/Ariel) e da “democracia” (Caliban).¹⁰⁹ Nessa peça, o autor francês narrava o retorno de Próspero, juntamente com seus dois escravos Ariel e Caliban, a Milão, onde recuperara o poder. Enquanto Ariel permanecia fiel e obediente a seu amo, Caliban, embora houvesse se tornado, pelas mãos de Próspero, mais educado e culto, seguia conspirando contra seu mestre. Por meio de uma revolução, justificada por um discurso no qual predominavam ideias igualitárias, Caliban tomava o poder, derrotando Próspero. Entretanto, ao tornar-se o líder político de Milão, o antigo escravo esquecia-se de sua retórica radical e assumia uma postura moderada, passando a defender a propriedade privada e o Estado e a associar-se, paulatinamente, às classes aristocráticas. O final da peça culminava, ao mesmo tempo, com a sobrevivência de Próspero e a morte de Ariel. Segundo a análise do autor colombiano Carlos Jáuregui sobre a obra de Renan,

Caliban; suite de la Tempête dramatiza hasta cierto punto algunos lugares comunes del pensamiento reaccionario como la ingratitud y rebeldía de las masas amorfas y la inutilidad de las revoluciones populares. En el inconsciente político de la obra están las olas de conflictos sociales, la emergencia de movimientos socialistas y anarquistas, la creciente lucha de clases al interior del capitalismo industrial y – por supuesto – el colapso del *Segundo Imperio* (1870) y el alzamiento de la Comuna de Paris (1871). Por otra parte, es notable cierta reconciliación – si bien tibia – con la *Tercera República* (1875): la aristocracia (Próspero) es derrotada por la democracia (Calibán), en quien sobrevive de alguna manera el proyecto ilustrado y anticlerical. Próspero, el intelectual,

¹⁰⁸ Sobre o avanço da “democracia” na Europa do século XIX, ver HOBBSAWM, Eric. “As forças da democracia”. In: *A Era do Capital, 1848-1875*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 147-170; e, também, Idem. “A política da democracia”. In: *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, pp. 125-161.

¹⁰⁹ RENAN, Ernest. *Caliban, suite de La Tempête (Drame philosophique)*. 2. ed. Paris: Calmann Lévy Editeurs – Ancienne Maison Michel Lévy Frères, 1878.

se pone al amparo y protección de Calibán, republicano ahora, y convertido en mecenas de la alta cultura.¹¹⁰

De certa maneira, seguindo uma tradição que remontaria às concepções de “democracia” defendidas por Alexis de Tocqueville, em *A democracia na América* (1835-1840), Renan, embora demonstrasse seu desprezo pela ascensão das “massas” ao mundo da política, não deixava de perceber o “avanço democrático” como algo irreversível, restando, no entanto, às elites ilustradas de então, a função de controlá-lo na medida do possível. Nesse sentido, em uma das últimas cenas do *Caliban*, de Renan, nas palavras de um prior do ducado de Milão, sua concepção sobre a possibilidade da sobrevivência de Próspero, mesmo sob o império de Caliban, ficava evidente:

Au fond, l'éternelle raison se fait jour par les moyens les plus opposés en apparence. Le budget de Caliban vaudra peut-être mieux pour des gens d'esprit que le budget de Mécène. Bien peigné, bien lavé, Caliban deviendra fort presentable. Il y aura peut-être un jour des médailles A Caliban, protecteur des sciences, des lettres et des arts. Prospero peut vivre au moins quelques temps, sous un pareil régime, et il a même chance d'en ressaisir la direction. Il faut pour cela de la prudence; car la démocratie est jalouse et soupçonneuse. Mais, en étant modeste et en cachant son jeu, on fait bien des choses.¹¹¹

Embora concebesse que Próspero (ou a “aristocracia” enquanto classe social) pudesse subsistir sob o governo de Caliban (ou da “democracia” e de seus valores), Renan terminava sua peça com a morte de Ariel (ou dos “valores aristocráticos” e “das ideias sublimes e elevadas”). De acordo com essa concepção, mesmo afirmando o fim do mundo ideal dos valores aristocráticos, restava ainda a esperança das velhas elites de origem nobre em controlar os destinos da nova ordem democrática que aparentava estar em vias de se constituir. Nesse sentido, a peça parecia vislumbrar uma aliança entre as classes dominantes tradicionais, a “nobreza”, e a nova classe emergente, a “burguesia”, contra os anseios de uma “democracia” mais radical e voltada para os interesses populares.

¹¹⁰ JÁUREGUI, Carlos. *Canibalia: canibalismo, calibanismo, antropofagia cultural y consumo en América Latina*. Madri: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2008, pp. 336.

¹¹¹ RENAN, *op. cit.*, pp. 91-92.

Se no Velho Continente, as releituras da obra de Shakespeare referiam-se às tensões sociais e políticas vivenciadas em um contexto de expansão do capitalismo e das lutas populares por maior participação nos assuntos políticos, na América Latina, os personagens de *A tempestade* foram apropriados em outros sentidos. O fim do século XIX marcou uma importante inflexão na relação entre os Estados Unidos e os países ao sul do Rio Grande. Além da defesa, por parte dos estadunidenses, de uma identidade “pan-americana”, cujos interesses econômicos eram evidentes¹¹², a Guerra Hispano-Americana (1898) explicitou a existência de uma política expansionista norte-americana em direção aos seus vizinhos do sul, provocando uma série de discursos de oposição ao avanço ianque.¹¹³ Antes desse conflito, entretanto, alguns autores já associavam a modernização norte-americana a características “calibanescas”.¹¹⁴ O intelectual franco-argentino Paul Groussac, por exemplo, em seu relato de viagem *Del Plata al Niágara* (1897), afirmava, em uma descrição da cidade de Chicago, que esta tinha “cierta hermosura ‘calibanesca’”.¹¹⁵ O autor, no entanto, modificou seu tom após o início da Guerra entre os Estados Unidos e a Espanha. Em maio de 1898, Groussac, em conferência pronunciada em evento que contou com a presença e o discurso do futuro presidente argentino Roque Saenz Peña¹¹⁶, afirmava que:

Pero, desde la guerra de Secesión y la brutal invasión del Oeste, se ha desprendido libremente el espíritu *yankee*, del cuerpo informe y “calibanesco”, - y el viejo mundo ha contemplado con inquietud y terror la novísima civilización que venía a suplantar a la antigua. Esta civilización embrionaria es incompleta en su deformidad, quiere sustituir la razón con la fuerza, la aspiración generosa con la satisfacción egoísta, la calidad con la cantidad, la honradez con la riqueza, el sentimiento de lo bello y lo bueno con la sensación del lujo plebeyo, el derecho y la justicia con la legislación ocasional de sus asambleas; confunde el progreso histórico con el desarrollo material; cree que la democracia consiste en la igualdad de todos por la común vulgaridad, y aplica a su

¹¹² Ver, entre outros, DULCI, Tereza Maria Spyer. *As conferências pan-americanas (1889 a 1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013.

¹¹³ Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. “A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América”. *História*, vol. 2, n. 22, 2003, pp. 35-58.

¹¹⁴ Ver, por exemplo, MONTEIRO, Pedro Meira. “As raízes do Brasil no espelho de Próspero”. *Novos Estudos Cebrap*, 83, março de 2009, pp. 159-182.

¹¹⁵ GROUSSAC, Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897, p. 337.

¹¹⁶ Ver COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual: migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2004, pp. 95-101.

modo el principio darwinista de la selección, eliminando de su seno las aristocracias de la moralidad y del talento.¹¹⁷

É possível afirmar a partir da leitura desse excerto a relação não somente entre o adjetivo “calibanesco” e os Estados Unidos, mas entre tal qualificativo e a “democracia” que igualaria pela “comum vulgaridade” e que procuraria eliminar as “aristocracias da moralidade e da alma”. Leitor de Renan, Groussac deixava mais explícita essa questão em um texto escrito em 1900, exatamente sobre *A tempestade*, de Shakespeare:

Y así para Renan, nuestro Platón contemporáneo, Calibán y Próspero han representado los signos de la democracia en pugna con la aristocracia; la lucha eterna y desigual entre la muchedumbre y el grupo selecto y superior; la sórdida protesta del apetito y del instinto contra los ideales de la consciencia y del espíritu.¹¹⁸

Ainda no contexto da Guerra Hispano-Americana, as imagens shakespearianas encontraram ressonância em um breve texto do poeta nicaraguense Rubén Darío, que, citando o discurso de Groussac em Buenos Aires, em maio de 1898, associava a vitória dos Estados Unidos diante da Espanha, que resultou na incorporação de Porto Rico e das Filipinas aos seus domínios e na transformação de Cuba em uma espécie de protetorado dos norte-americanos, ao “triunfo de Calibán”. Tratava-se, nesse texto, da oposição entre o “espírito” latino-americano e o “materialismo” estadunidense: “Miranda [Filha de Próspero] preferirá siempre a Ariel; Miranda es la gracia del espíritu; y todas las montañas de piedra, de hierros, de oros y de tocinos, no bastarán para que mi alma latina se prostituya a Calibán”.¹¹⁹

No encontro dessas múltiplas referências, é possível afirmar que, na mesma linha dos ensaios e relatos de Paul Groussac, *Ariel*, do uruguaio José Enrique Rodó, ao mesmo tempo em que se apropriou do antagonismo entre Ariel e Caliban para se referir às tensões entre os paradigmas democrático e aristocrático, assim como Renan, também se utilizou dos personagens shakespearianos para refletir sobre a posição dos países latino-americanos diante da expansão norte-americana, tal como Darío. Entretanto, é

¹¹⁷ GROUSSAC, Paul. “Discurso del Sr. P. Groussac”. *España y Estados Unidos: conferencias de los señores Dr. Roque Saenz Peña, Paul Groussac y José Ternassi*. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1898, p. 50.

¹¹⁸ GROUSSAC, Paul. “La ‘Tempestad’” [1900]. In: *El viaje intelectual: impresiones de naturaleza y arte*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1904, p. 272.

¹¹⁹ DARÍO, Rubén. “El triunfo de Calibán”. In: *Prosas políticas*. 2. ed. Manágua: Ministério de Cultura, 1983, p. 89.

importante afirmar que, da mesma maneira que o autor francês que escreveu sua peça *Caliban* sem perder de vista o “avanço democrático” na Europa da segunda metade do século XIX, é problemático associar *Ariel* unicamente a um discurso guiado pela situação política internacional marcada pela expansão norte-americana, desconsiderando as particularidades sociais e históricas vivenciadas pelo Uruguai, em particular, e pela América Latina, em geral, na virada do século XIX para o século XX. Não se deve esquecer que esse período foi marcado por um relevante processo de modernização econômica, pela expansão das grandes cidades e pela constituição de uma “sociedade de massas” na região, amplificada no caso uruguaio pelo processo de imigração que ocorria no país nessa época.¹²⁰ Não se pode pensar, portanto, a escrita do *Ariel*, de Rodó, sem antes considerar que a crítica à “democracia”, à “modernização” e ao “utilitarismo” dos Estados Unidos não se referia apenas ao temor do imperialismo norte-americano, mas às próprias transformações das sociedades latino-americanas no umbral do século XX.¹²¹

Assim como Tocqueville ou Renan, Rodó, como é possível perceber nas páginas de seu *Ariel*, parecia vislumbrar o “avanço democrático” como algo inexorável: “el principio de la democracia es, esencialmente, para nuestra civilización, un principio de vida contra el cual sería inútil rebelarse”.¹²² De acordo com o autor, as próprias condições sociais da América expunham a irreversibilidade desse processo, bem como seus “perigos”:

Con relación a las condiciones de la vida de América, adquiere esta necesidad de precisar el verdadero concepto de nuestro régimen social, un doble imperio. El presuroso crecimiento de nuestras democracias por la incesante agregación de una enorme multitud cosmopolita; por la afluencia inmigratoria, que se incorpora a un núcleo aún débil para verificar un activo trabajo de asimilación y encauzar un torrente humano con los medios que ofrecen la solidez secular de la estructura social, el orden político seguro y los elementos de una cultura que haya arraigado íntimamente, - nos

¹²⁰ Sobre a questão da modernidade no *fin-de-siècle* latino-americano, ver ZANETTI, Susana. “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, vol. 2 – A emancipação do discurso.

¹²¹ Entre as análises que abordam o *Ariel*, de José Enrique Rodó, por esta perspectiva, ver MITRE, Antônio. “Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despontar da modernidade em *Ariel* de Rodó”. In: *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 103-121; e SOUZA, Marcos Alves de. *Ideologia e política em José Enrique Rodó: liberalismo e jacobinismo no Uruguai (1895-1917)*. Tese de Doutorado (História). Franca: Unesp, 2006.

¹²² RODÓ, *op. cit.*, p. 29

expone en el porvenir a los peligros de la degeneración democrática, que ahoga bajo la fuerza ciega del número toda noción de calidad; que desvanece en la conciencia todo justo sentimiento del orden; y que, librando su ordenación jerárquica a la torpeza del acaso, conduce a hacer triunfar las más injustificables e innobles de las supremacías.¹²³

Concebendo, portanto, a “democracia” como um processo irreversível, restava a Rodó, expressando uma visão que possivelmente pertencia a uma parte considerável das elites latino-americanas, propor soluções que visassem “moderar” os apetites populares e, nesse sentido, fazer com que a “direção” dos avanços democráticos coubesse às classes “instruídas” da sociedade. Dialogando ainda com o processo de imigração vivenciado pelo Uruguai e por outros países latino-americanos nesse período, o autor de *Ariel* afirmava que não bastava “povoar” o território americano com imigrantes europeus para que se alcançasse a “civilização”. Era necessário, em outro sentido, que esse processo fosse conduzido pelas elites ilustradas por meio da incorporação e educação das “multidões”:

Ha tiempo que la suprema necesidad de colmar el vacío moral del desierto, hizo decir a un publicista ilustre que, en América, *gobernar es poblar*. – Pero esa fórmula famosa encierra una verdad cuya estrecha interpretación es necesario prevenirse, porque conduciría a atribuir una incondicional eficacia civilizadora al valor cuantitativo de la muchedumbre. – Gobernar es poblar, asimilando, en primer término; educando y seleccionando, después.¹²⁴

Nesse sentido, para Rodó, se não fosse controlado pelas elites latino-americanas, o avanço da “democracia” provocaria a vitória da “mediocridade” e do “utilitarismo”, como o que ocorrera nos Estados Unidos. Afastando-se do modelo norte-americano, o autor uruguaio propunha, paradoxalmente, a construção de uma “democracia aristocrática” na América Latina, ou seja, uma “democracia” que, sob a batuta do Estado nacional, permitisse a ascensão de uma “aristocracia do espírito”, cuja função seria conduzir as “massas”, menos “preparadas”, no caminho da “civilização”. Nas palavras do autor:

¹²³ *Ibidem*, p. 25.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 25.

Ninguna distinción más fácil de confundirse y anularse en el espíritu del pueblo que la que enseña que la igualdad democrática puede significar una igual *posibilidad*, pero nunca una igual *realidad*, de influencia y de prestigio, entre los miembros de una sociedad organizada. En todos ellos hay un derecho idéntico para aspirar a las superioridades morales que deben dar razón y fundamento a las superioridades efectivas; pero sólo a los que han alcanzado realmente la posesión de las primeras, debe ser concedido lo premio de las últimas. El verdadero, el digno concepto de la igualdad reposa sobre el pensamiento de que todos los seres racionales están dotados por naturaleza de facultades capaces de un desenvolvimiento noble. El deber del Estado consiste en colocar a todos los miembros de la sociedad en indistintas condiciones de tender su perfeccionamiento. El deber del Estado consiste en predisponer los medios propios para provocar, uniformemente, la revelación de las superioridades humanas dondequiera que existan. De tal manera, más allá de esta igualdad inicial, toda desigualdad estará justificada, porque será la sanción de las misteriosas elecciones de la Naturaleza o del esfuerzo meritorio de la voluntad.¹²⁵

Rodó propunha, em seu ensaio, uma inusitada – embora recorrente – conciliação entre as ideias de “democracia” e “aristocracia”, termos antagônicos, por exemplo, em *A democracia na América*, de Tocqueville. Entretanto, nota-se, no excerto reproduzido acima, que o autor de *Ariel* considerava a nova “aristocracia do espírito” mais legítima e menos contestável que a antiga “aristocracia”, cujos privilégios eram dados pelo nascimento. Isso porque, ela brotaria, segundo ele, de raízes eminentemente “democráticas”. Ao contrário do que se poderia pensar, a “democracia”, nessa abordagem, não representaria a condenação definitiva das desigualdades, mas sua própria justificação.¹²⁶ Daí a possibilidade da sobrevivência de Ariel, mesmo diante das ameaças representadas pelos “excessos” de Caliban.

Sobre tais posições de Rodó, Francisco García Calderón, apontado diversas vezes após a morte do autor uruguaio como seu principal continuador ideológico¹²⁷, afirmava, consubstanciando algumas das ideias centrais de *Ariel*, que:

¹²⁵ *Ibidem*, p. 30.

¹²⁶ Para uma abordagem dessa questão a partir de uma outra perspectiva, ver GOUVEIA, Regiane Cristina. “Projetos para a nação: reflexões a partir de Fichte, Renan e Rodó”. Revista *Ágora*, n. 12, 2011, pp. 1-15.

¹²⁷ SANCHEZ, Luiz Alberto. “Prólogo”. In: GARCIA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. Creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979, p. XV.

[Rodó] No desdigna de las ideas democráticas. Precisa su significación, critica sus excesos, comprende que no puede renegar el Nuevo Mundo de su tradición republicana [...]. La igualdad es provisional, la desigualdad constante y necesaria. Un prematuro socialismo que reemplaza las antiguas revoluciones por huelgas ambiciosas, confunde en algunas repúblicas la democracia con la confusa autoridad de la muchedumbre. El Estado jacobino nivela y deprime, y la evolución igualitaria conduce a la más estéril de las uniformidades.¹²⁸

Na concepção de García Calderón, portanto, assim como em *Ariel*, “democracia” combinava com “hierarquia”, não excluía e até justificava as ideias de “desigualdade” e não representava necessariamente a “autoridade da maioria”. Como entender a “democracia” nesses termos?

É preciso concluir, nesse sentido, que, assim como Rodó, os principais ensaístas de fins do século XIX e inícios do século XX, diante das transformações que ocorriam na América Latina desse período, não deixaram de se questionar sobre as tensões provocadas, ao mesmo tempo, pela expansão econômica e pela ascensão de novos atores sociais, especialmente aqueles ligados ao grande crescimento dos setores populares urbanos nesse período, cujas demandas de participação política só faziam aumentar conforme corriam os anos. O dilema das elites latino-americanas nascia, portanto, dessas novas realidades sociais, exigindo respostas à questão da “democracia” no subcontinente. Da inevitabilidade à impossibilidade de seu estabelecimento na América Latina, as posições foram variadas e, muitas vezes, originais.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a discussão sobre o tema da “democracia” na América Latina e a preocupação das elites locais com a sua aplicação na região não nasceram, como se poderia pensar, durante os processos de redemocratização vivenciados, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, no subcontinente, mas já podiam ser encontrados, por exemplo, nos três ensaios analisados por esta pesquisa: *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), do mexicano Francisco Bulnes; *A América Latina: males de origem* (1905), do brasileiro Manoel Bomfim; e *Les démocraties latines de l'Amérique* (1912), do peruano Francisco García Calderón. A análise que permeará as próximas páginas tem por objetivo destacar as diferentes concepções de democracia presentes nos três autores e a recorrência de um discurso que punha em relevo as dissonâncias entre o “paradigma” democrático europeu

¹²⁸ GARCÍA CALDERÓN, “La creación de un continente”. In *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979, p. 256.

e/ou estadunidense e a “realidade” latino-americana, buscando sempre problematizar esta última visão tão recorrente na produção intelectual e na retórica política do subcontinente. É possível afirmar que uma discussão conjunta de tais ensaios pode contribuir para explicitar, ao mesmo tempo, a similaridade de questões e problemas e a variedade de respostas possíveis acerca do tema da “democracia” na América Latina.

2.2. Democracia: apontamentos sobre um conceito polissêmico

Qualquer um que se proponha a analisar criticamente os discursos sobre a questão da política na América Latina, seja em perspectiva histórica, seja debruçando-se sobre a atualidade, possivelmente mergulhará, sem muito esforço, em um oceano de lugares-comuns. Alguns dos tópicos mais recorrentes a respeito do tema frequentam cotidianamente as conversas e discussões dos mais variados setores sociais e nos mais diversos contextos. É interessante perceber como em tais debates ressoam, muitas vezes, formulações intelectuais de impacto elaboradas no passado e, em alguns casos, sustentadas, ainda hoje, por setores acadêmicos ou pelos chamados “formadores de opinião”. Vejam-se, por exemplo, as abordagens acerca de temas como o papel do Estado e sua intersecção com a economia, as relações entre as lideranças políticas e as “massas” populares e a constituição de um regime “democrático” nos países do subcontinente, que ressaltam, muitas vezes, a “incompetência” dos latino-americanos em estabelecer sistemas de governo que se “enquadrem” nos moldes oferecidos pelos “países desenvolvidos”. As visões sobre o tema da “democracia” na América Latina são paradigmáticas a esse respeito.¹²⁹

É importante ressaltar, nesse sentido, que as ideias de fragilidade, incompletude ou imperfeição das instituições políticas latino-americanas, sem entrar aqui em juízos de valor sobre seu funcionamento real, não são referidas apenas em um sentido de avaliação estrita, mas resultam em um discurso que parece ter entre seus principais objetivos destacar as clivagens entre as práticas políticas “atrasadas” da América Latina em relação às “avançadas” da Europa e dos Estados Unidos. Essa abordagem, em seus diversos matizes, longe de ser um invento atual, teve suas raízes fincadas no processo de

¹²⁹ Sobre a questão da “democracia” na América Latina, ver ANSALDI, Waldo. “A mucho viento, poca vela: las condiciones sociohistóricas de la democracia en América Latina”. In: ANSALDI, Waldo (org.). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007; e também PRADO, Maria Ligia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino & COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

formação dos Estados nacionais latino-americanos no século XIX, permanecendo viva na retórica política e intelectual do subcontinente em todo o século XX e, ainda hoje, nos primeiros anos do novo milênio. Partindo dessas premissas iniciais, é possível afirmar que uma análise em perspectiva histórica do conceito de “democracia” na América Latina pode contribuir para a discussão sobre a constituição de um discurso que projeta os “desvios” da política latino-americana em relação aos “modelos” europeus e norte-americanos.¹³⁰

Entretanto, antes de ingressar propriamente na discussão sobre os três autores analisados neste trabalho, parece fundamental uma breve incursão em algumas definições teóricas sobre a questão da “democracia”. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que as primeiras formulações sobre a ideia de “democracia” foram concebidas no Mundo Antigo nas obras de autores como Heródoto, Platão, Políbio e, principalmente, Aristóteles. Nas teorias das formas de governo, especificamente na chamada “teoria clássica”, ou seja, aquela formulada por tais autores na Antiguidade, a “democracia” era definida como o “governo da maioria” ou “de muitos” em contraposição tanto à “aristocracia” (“governo da minoria” ou “de poucos”) quanto à “monarquia” (“governo de uma única pessoa”). Essas formas eram, ao mesmo tempo, hierarquizadas, definidas como “melhores” ou “piores”, uma em relação às outras, e prescritas, em uma avaliação que definia qual desses modelos de governo tinha mais qualidades ou defeitos para serem aplicados em uma dada sociedade. Em linhas gerais, a “democracia” era representada frequentemente de maneira negativa e considerada, muitas vezes, inferior às outras duas formas.¹³¹

Discutida em outros termos nos períodos medieval e moderno, o discurso acerca da participação do “povo” nos assuntos públicos encontrou novo fôlego a partir da segunda metade do século XVIII. Em um primeiro momento, a ascensão da burguesia impulsionada pelos avanços do capitalismo industrial e calçada no discurso liberal levava a um questionamento dos privilégios de sangue da nobreza do Antigo Regime e a reivindicação de uma política que permitisse a participação de uma nova classe dirigente nas decisões políticas. A sociedade legalmente hierárquica da Época Moderna transformava-se, em muitos países da Europa, após a Revolução Francesa, no império

¹³⁰ Sobre a questão dos “modelos” e “desvios” na “História das Ideias” na América Latina, ver PALTÍ, Elias José. *El tiempo de la política: el siglo XIX revisitado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 288-292.

¹³¹ BOBBIO, Norberto. “Democracia”. In: BOBBIO, Norberto; METTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.). *Diccionario de política*. 5. ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 320-321; ver também, do mesmo autor, “Democracia e ditadura”. In: *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 135-149.

da igualdade formal, constituindo-se, entretanto, novos privilégios baseados na força econômica e justificados pela “incapacidade” de alguns, “com seus próprios esforços”, alcançarem êxito nas novas sociedades industriais “abertas ao talento”.¹³² O efeito reverso desse processo consistiu no exponencial crescimento, ao longo do século XIX europeu, das massas de trabalhadores urbanos, cujas precárias condições de vida e a gritante desigualdade social existente nas grandes cidades, resultou, cada vez mais, em novas demandas sociais e políticas, muitas vezes relacionadas às novas ideias socialistas que nasciam e, paulatinamente, se expandiam nas sociedades industrializadas do Velho Continente. Nesse contexto, embora burgueses e proletários, liberais e socialistas, defendessem a “democracia”, não eram coincidentes seus significados e demandas. Em linhas gerais, enquanto os liberais advogavam que seu exercício deveria se basear nos princípios da “liberdade”, por meio de uma “democracia representativa”, os socialistas defendiam uma “democracia direta” como uma das formas de garantir o princípio da “igualdade”.¹³³

No processo de difusão do conceito de “democracia” durante o século XIX, constituiu-se, portanto, um embate pelo significado do termo, ainda hoje sem definição satisfatória. Nesse sentido, Norberto Bobbio afirmava haver uma diferença básica entre dois tipos de “democracia”: a “democracia formal” e a “democracia substancial”, na qual a primeira representaria especificamente a “forma de governo” e a segunda, o “conteúdo” dessa forma. Nas palavras do intelectual italiano:

Estes dois significados [“democracia formal” e “democracia substancial”] podem ser encontrados em perfeita fusão na teoria rousseuniana da democracia, já que o ideal igualitário que a inspira se realiza na formação da vontade geral, e portanto são historicamente legítimos. A legitimidade histórica, porém, não autoriza a crer que tenham não obstante a identidade do termo, um elemento conotativo comum. Tanto é verdade que podem ocorrer historicamente uma democracia formal que não consiga manter as principais promessas contidas em um programa de democracia substancial e, vice-versa, uma democracia substancial que se sustente e se desenvolva através do exercício não democrático do poder. Desta ausência de um elemento conotativo comum temos a prova da esterilidade do debate sobre a maior ou menor democraticidade dos regimes que se inspiram, uns no princípio do governo *do* povo, outros no princípio do

¹³² Em referência a HOBBSAWM, Eric. “A carreira aberta ao talento”. In: *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 255-278.

¹³³ BOBBIO, “Democracia”, *Dicionário de política, op. cit.*, p. 323-325.

governo *para* o povo. Cada um dos regimes é democrático segundo o significado de democracia escolhido pelo defensor e não é democrático no significado escolhido pelo adversário. Além do mais, o único ponto sobre o qual um e outro poderiam concordar é que uma democracia perfeita deveria ser ao mesmo tempo formal e substancial. Mas um regime desse gênero pertence, até agora, ao gênero dos futuríveis.¹³⁴

É possível afirmar, partindo das premissas de Bobbio, a histórica inadequação entre “formas” e “conteúdos” nos regimes democráticos. Conforme se pode depreender do excerto acima, os significados do conceito e o maior ou menor grau de democracia de um dado país ou região dependem, muitas vezes, mais da ordem do discurso e do local político e social de quem o profere do que necessariamente da existência de uma “democracia plena” em algum lugar do planeta que possa servir de paradigma às demais.

Essa dificuldade de categorizar e definir a “democracia” se constitui como um dos problemas centrais da produção historiográfica de Pierre Rosanvallon. Ao tratar do conceito em um de seus textos mais importantes, o autor francês afirmava que:

Longe de corresponder a uma simples incerteza prática sobre os meios de seu estabelecimento, o caráter vacilante da democracia participa mais profundamente de sua própria essência. Ela sugere um tipo de regime que jamais deixa de resistir a uma categorização livre de discussões. É daí, aliás, que provém a particularidade do mal-estar subjacente à sua história. O cortejo de decepções e a sensação de traição que desde sempre a acompanharam tem sido tão intensos justamente pelo fato de que sua definição permanece incompleta. Tal vacilação constitui o impulso de uma busca e de uma insatisfação que se esforçam simultaneamente por se explicitar. É necessário partir daí para compreender a democracia: nela se entrelaçam a história de um desencantamento e a história de uma indeterminação.¹³⁵

Para além do caráter de indeterminação que a ideia de “democracia” carrega, é possível também afirmar tal conceito como um local propício para a constituição das lutas políticas como demonstra, em outro sentido, o teórico jamaicano Stuart Hall:

¹³⁴ BOBBIO, “Democracia e ditadura”, *Estado, governo, sociedade*, pp. 157-158.

¹³⁵ ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. In: *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 74-75.

Ora, é perfeitamente correto afirmar que o conceito de “democracia” não possui um significado totalmente fixo, que pode ser atribuído exclusivamente ao discurso das formas burguesas de representação política. “Democracia” no discurso do “Ocidente Livre” não carrega o mesmo significado que possui quando nos referimos à luta “popular-democrática” ou ao aprofundamento democrático da vida política. Não podemos permitir que o termo seja inteiramente expropriado como discurso de direita. Em vez disso, precisamos desenvolver uma contestação estratégica em torno do próprio conceito.¹³⁶

Partindo das discussões propostas por Bobbio, Rosanvallon e Hall, este capítulo procura entender a ideia de “democracia” sob três aspectos básicos, de certa maneira, inerentes às “práticas democráticas” historicamente constituídas na Época Contemporânea: primeiramente, concebendo a inadequação frequente entre “democracia formal” e “democracia substancial”; em segundo lugar, afirmando a indeterminação *a priori* dos significados do termo; e, por fim, entendendo o conceito de “democracia” como mobilizador das lutas e da intervenção política. Como é possível perceber, tais características ressaltam a feição essencialmente polissêmica da ideia de “democracia”. Nesse sentido, é importante ressaltar que tais definições, embora muitas vezes destacadas como características das “imperfeições democráticas” da América Latina, são, até o momento, historicamente inerentes aos regimes assim nomeados. É importante afirmar que o objetivo deste trabalho não é exaltar ou detratar os regimes políticos latino-americanos, considerando-os melhores ou piores que outros sistemas espalhados pelo mundo, mas questionar as visões que, muitas vezes, procuram analisar a história do subcontinente a partir de comparações eurocêntricas ou de posições acrílicas sobre a relação entre a América Latina e os Estados Unidos.

2.3. A “perfeição de inadequados estatutos”: a democracia “fora do lugar”

As discussões sobre o “avanço democrático” no século XIX pautaram, em grande medida, as querelas políticas do período, permeando, de alguma maneira, a retórica dos mais variados grupos sociais. Nesse debate, uma das vozes mais influentes na Europa e nas Américas foi a do francês de origem aristocrática Alexis de Tocqueville, notadamente no seu tratado de dois volumes, publicados respectivamente

¹³⁶ HALL, Stuart. “O problema da ideologia: o marxismo sem garantias”. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 269.

em 1835 e 1840, *A democracia na América*. Essa obra foi resultado de uma viagem oficial, embora não remunerada, para os Estados Unidos, em 1831, juntamente com seu amigo Gustave de Beaumont, cujo objetivo era fazer um estudo sobre o sistema penitenciário norte-americano.¹³⁷ Olhando para as coisas da “América”, mas mirando a conturbada política francesa dos últimos anos do século XVIII e das primeiras décadas do XIX, Tocqueville buscava decifrar, por meio da análise da jovem “democracia” norte-americana, os mistérios do irresistível avanço da “igualdade de condições” em seu país.¹³⁸ Analisar as instituições, leis e costumes norte-americanos era, para o autor de *A democracia na América*, o mesmo que propor soluções ou apontar possibilidades para uma sociedade que vislumbrava, ao mesmo tempo, a implosão de uma organização social “aristocrática” baseada em privilégios legais, garantidos pelo direito de nascimento, e a ascensão de novos modelos baseados na “igualdade de condições”, ideia genérica que, no limite, definia a concepção de “democracia” no texto tocquevilliano.¹³⁹

Embora concebesse o curso da história, associado aos desígnios e à vontade da Divina Providência, como irreversível, Tocqueville entendia que a expansão da “igualdade de condições” poderia ser, de alguma maneira, moderada pelas classes mais ilustradas da sociedade, como é possível perceber no paradigmático excerto abaixo:

Não é necessário que Deus mesmo fale para descobrirmos indícios seguros de sua vontade; basta examinar qual a marcha habitual da natureza e a tendência continua dos acontecimentos: sei, sem que o Criador erga a voz, que os astros seguem no espaço as curvas que seu dedo traçou.

Se longas observações e meditações sinceras levassem os homens de nossos dias a reconhecer que o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade é, a uma só vez, o passado e o presente de sua história, essa simples descoberta daria a esse desenvolvimento um caráter sagrado da vontade do Mestre soberano. Querer deter a

¹³⁷ FURET, François. “O sistema conceptual de *A democracia na América*”. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. XI.

¹³⁸ O olhar atento em direção à “América”, entendida aqui como “Estados Unidos”, não foi uma especificidade de Tocqueville, mas podia ser verificado na França antes mesmo da Revolução de 1789. Imagens idealizadas sobre a sociedade e a política norte-americana representaram, muitas vezes, propostas de reforma para a sociedade francesa do Antigo Regime. Ver DARNTON, Robert. “O entusiasmo pela América: Condorcet e Brissot”. In: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹³⁹ Para uma discussão sobre os conceitos de “democracia” e “aristocracia” em Tocqueville, ver JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; IUPERJ, 2005, pp. 40-50.

democracia pareceria então a luta contra Deus mesmo, e nada mais restaria às nações senão acomodar-se ao estado social que lhes impôs a Providência.

Os povos cristãos parecem-me proporcionar, em nossos dias, um espetáculo assustador; o movimento que os arrebatava já é forte o bastante para que não se possa suspendê-lo, e ainda não é suficientemente rápido para que não se perca a esperança de dirigi-lo. Sua sorte está em nossas mãos, mas logo irá escapar-lhes.

Instruir a democracia, reavivar se possível suas crenças, purificar seus costumes, regular seus movimentos, substituir pouco a pouco pela ciência dos negócios sua inexperiência, pelo conhecimento de seus verdadeiros interesses seus instintos cegos; adaptar seu governo aos tempos e aos lugares; modifica-lo de acordo com as circunstâncias e os homens – este é o primeiro dever imposto nos dias de hoje aos que dirigem a sociedade.¹⁴⁰

Tal era, nesse sentido, o objetivo de Tocqueville ao escrever seu célebre tratado: longe de querer copiar o modelo norte-americano, o nobre francês buscava tirar lições da “democracia moderada” dos Estados Unidos para regular o avanço da “igualdade” na França. No entanto, embora os dois volumes de *A democracia na América* fossem, estruturalmente, concebidos a partir da discussão explícita sobre as instituições, leis e costumes estadunidenses e na reflexão implícita sobre a situação francesa, em dados momentos, outro tipo de comparação emergia de suas páginas. Se os Estados Unidos, ou, dito de outro modo, a “América” sem complementos, era o local da “democracia”, a “América do Sul”, devidamente especificada em oposição ao “grande povo do norte”, era a região menos propícia para o seu desenvolvimento. Segundo Tocqueville, “a América do Sul não pode suportar a democracia”.¹⁴¹

É preciso, entretanto, antes de discutir as concepções tocquevillianas sobre as dificuldades de implantação da “democracia” na “América do Sul”, esclarecer que Tocqueville afirmava que o estabelecimento de um sistema político em um dado país dependia de três condições básicas: seus meios naturais ou físicos, suas leis e seus costumes. Desses três elementos, os costumes eram mais importantes que as leis, e as leis mais relevantes que os aspectos da natureza. Não bastava, portanto, que uma nação tivesse condições físicas e uma legislação adequada se seus *mœurs* não fossem compatíveis com estes. Nesse sentido, ao tratar especificamente do caso mexicano,

¹⁴⁰ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 11-12.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 360.

Tocqueville afirmava que a “anarquia política” do país se devia, entre outras coisas, à “cópia” dos modelos norte-americanos que, transportados para uma sociedade com costumes distintos da realidade em que se originaram, resultavam em um estado social e político incompatível com a “democracia”:

A constituição dos Estados Unidos parece essas belas criações da indústria humana que encham de glória e de bens os homens que as inventaram, mas que permanecem estéreis em outras mãos.

É o que o México faz ver nos dias de hoje.

Os habitantes do México, querendo estabelecer o sistema federativo, tomaram por modelo e copiaram quase inteiramente a constituição federal dos anglo-americanos, seus vizinhos. Mas, ao transportarem para seu país a letra de lei, não puderam transportar ao mesmo tempo o espírito que a vivifica. Vimo-los então se embaraçar o tempo todo entre as engrenagens de seu duplo governo. A soberania dos Estados e da União, saindo do círculo que a constituição traçara, penetraram cada dia uma na outra. Atualmente, ainda, o México se vê incessantemente arrastado da anarquia ao despotismo militar, e do despotismo militar à anarquia.¹⁴²

Tocqueville destacava, nesse excerto, uma questão cara à reflexão intelectual sobre a América Latina ao longo dos últimos dois séculos, qual seja, a “cópia de modelos estrangeiros” que aplicados às “realidades” do subcontinente degeneraram em “anarquia” e “despotismo”. Nesse sentido, o autor de *A democracia na América* se questionava sobre se as “revoluções” não seriam o “estado mais natural da América do Sul” e, mesmo que logo em seguida aparentasse refutar tal concepção, afirmava que, ao considerar o hemisfério meridional do continente “nesse estado alternante de misérias e crimes”, era “tentado a crer que para ele o despotismo seria um bem”.¹⁴³ De certa maneira, tais ideias, mesmo que difusas, foram e, muitas vezes, ainda vem sendo, em seus mais variados matizes e pelas vertentes políticas mais distintas, reproduzidas indefinidamente, tornando-se tópicos recorrentes nos discursos políticos e intelectuais e na discussão sobre as identidades na América Latina.

Alguns desses pontos estavam postos, em certo sentido, pelo mexicano Francisco Bulnes, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899). Nesse ensaio, escrito sob o impacto da Guerra Hispano-Americana (1898), Bulnes, admirador

¹⁴² *Ibidem*, p. 187.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 263.

exaltado da cultura e das instituições anglo-saxônicas e crítico ferrenho da “herança latina” legada à América de colonização espanhola e portuguesa, lamentava a influência francesa na vida política latino-americana. O autor mexicano destacava que sua retórica repleta de belas palavras e utopias era capaz de “hipnotizar” os “povos latinos”, especialmente os hispano-americanos. Segundo ele,

Francia tiene la potencia de saber hablar y hasta sus taberneros poseen movimientos de tribunos. Cuando Francia habla, enloquece a las naciones latinas, las crispa, las eriza desde su tradición hasta su porvenir, les impone el tétano para enroscarse en caracoles de utopías o para erguirse como lenguas de fuego que sobresalen de misteriosos cráteres. Las ideas francesas son para los países latinos un zodiaco de dioses sin venganzas y sin infiernos, todos ellos ternura, gracia, sensibilidad, elocuencia y grandeza.¹⁴⁴

Considerado o mais importante entre os “países latinos” no umbral do século XX, a França caracterizava-se, segundo o autor mexicano, por perpetuar alguns dos principais defeitos do “caráter latino”, consubstanciados ainda nos marcos do Império Romano, como o excesso de discursos e proclamas e a preeminência do Estado sobre os indivíduos. De acordo com a análise de Bulnes, o modelo francês, latino por excelência e nefasto por natureza, foi emulado, com as piores consequências possíveis, especificamente na América Espanhola desde a independência e, no momento em que seu ensaio era escrito, formava as bases políticas sobre as quais repousavam as repúblicas latino-americanas:

Las ideas revolucionarias que determinaron la independencia de las colonias americanas españolas las dio Francia con todo y palabras que aprendimos de memoria, nuestro liberalismo es francés, nuestras nauseabundas republicas parlamentarias son francesas, nuestros libros científicos, literarios, de arte e industria son franceses, y casi todos nuestros progresos intelectuales y morales los recibimos de Francia junto con el peinado masculino a la *Capoul*. Tenemos los latinos americanos; hasta la temible duda francesa, si se debe pedir o no carta, cuando se tiene *cinco* en el *bacará*. Los latino americanos [sic] de las clases directoras no tenemos alma propia; sino una vibración enérgica y permanente del alma francesa.¹⁴⁵

¹⁴⁴ BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las conquistas recientes de Europa y los Estados Unidos*. México: Imprenta de Mariano Nava, 1899, p. 82.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 83.

É interessante notar que embora se caracterizassem, segundo Francisco Bulnes, pelos mais diversos defeitos e vícios, os franceses eram definidos como portadores legítimos do “caráter latino” legado por Roma. Pelo contrário, os latino-americanos não possuiriam sequer alma própria e sua “latinidade” não era senão um reflexo ou “uma vibração enérgica e permanente” da “alma francesa”. A vida cultural e a vida política no subcontinente se constituiriam, nesse sentido, sobre um conjunto de “ideias estrangeiras”, “francesas”, na maior parte das vezes, opostas à “realidade” nativa. A esse discurso somava-se, ressoando Tocqueville, a concepção da impossibilidade de se aplicarem, em uma determinada região, “leis” que não se enquadrassem nos “costumes” de um dado povo. De acordo com essa visão, a constituição de “democracias” na América Latina se apresentava como tarefa quase impossível, pois o caráter dos países da região se configurava como oposto ao estabelecimento de instituições políticas desse tipo: “las democracias”, segundo Bulnes, “no se hacen con decretos sino con virtudes”.

¹⁴⁶ Essa afirmação levava o autor mexicano a defender que:

Debe calificar de bobería o de cinismo hacer responsables a los gobernantes latino-americanos, de no hacer democracias con la facilidad con que ganan batallas. Es ignorar completamente lo que es la democracia cuando se la pide a un gobierno. Es lo mismo que se las mujeres le pidiesen al gobierno que les dé buenas formas, cabellos rubios y rostros de sirenas o que los hombres pidan que se les convierta en sabios y en probos por medio de una simple ley. Las democracias son un fruto del progreso económico, intelectual y moral, de la mayoría de los habitantes de una nación. La democracia es obra de los pueblos que como los partos no pueden tener verificarse [sic] por delegación. Cuando existen las virtudes populares que hacen la democracia, existe esta por sí misma, naturalmente, necesariamente, sin que haya autoridad ni fuerza que pueda destruirla.¹⁴⁷

A democracia era concebida por Bulnes, portanto, ou como algo dado pelas condições sociais de um país ou como de impossível estabelecimento em locais em que tais condições não existissem. Nesse mesmo sentido, o autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* afirmava que a definição dos destinos de um povo não dependia somente de suas “ideias”, mas essencialmente de seu “caráter”. Segundo o

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 96.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 106.

intelectual mexicano, não faltavam “ideias democráticas” aos latino-americanos, que, no entanto, não possuíam um “caráter” que permitisse seu estabelecimento nos países da região. A ausência de um “caráter” propício para a “democracia” na América Latina era resultado, de acordo com Bulnes, não apenas da sobrevivência dos paradigmas latinos, mas também da constituição de uma sociedade de castas no período colonial, o que marcava, juntamente com os hábitos alimentares e as condições físicas como o clima dos trópicos, a inferioridade do subcontinente em relação aos povos latinos da Europa. Essa sociedade constituída sobre os ideais latinos, o sistema de castas herdado da colonização, o clima e a alimentação desfavoráveis, era formada por um “povo” que, nesse sentido, estava despreparado para a “democracia”:

Sin pueblo para la democracia esta es imposible, solo los autores teóricos y malos, de constituciones, pudieron pensar que una democracia podía realizarse con los residuos de una sociedad de castas, no sabían ni lo que eran castas, ni pueblos ni democracias; aun cuando ya los filósofos europeos habían explicado cuales eran las condiciones de una democracia.¹⁴⁸

Além de destacar a incompatibilidade entre o “povo” e a “democracia” na América Latina, Bulnes ressaltava, nesse excerto, em primeiro lugar, a clivagem entre os “autores teóricos” das constituições e a “realidade” social do subcontinente, sublinhando a dissonância entre as “ideias” e as “práticas” políticas na região. Em segundo lugar, o autor mexicano apontava para a “incompetência” ou “incapacidade” latino-americanas em “aprender” as lições dos “filósofos europeus”. De certa maneira, os problemas políticos da América Latina seriam, de acordo com essa interpretação, entre outros motivos, resultados também de um entendimento “incorreto” tanto das “ideias estrangeiras” quanto das “condições locais”.

A partir de outros paradigmas, referências e concepções políticas, Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem* (1905), também dialogou, a sua maneira, com algumas dessas ideias. Afirmava, por exemplo, em seu ensaio, em termos muito similares aos do autor mexicano, que “estas sociedades [latino-americanas] são em geral arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas; um glossário moderno designando um mundo obsoleto”.¹⁴⁹

¹⁴⁸ *Ibidem*, pp. 236-237.

¹⁴⁹ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 166.

Embora, por motivos diferentes, concordasse com Bulnes a respeito das debilidades dos regimes democráticos latino-americanos, o autor brasileiro, ao contrário do mexicano, concebia uma visão mais positiva e esperançosa sobre o estabelecimento de democracias no subcontinente. Como se discutirá nas próximas páginas, Manoel Bomfim foi um dos principais defensores, durante a Primeira República, de um projeto educacional capaz de “redimir” o Brasil de seu “atraso” histórico. O autor de *A América Latina* afirmava a necessidade de “preparar” as “massas populares” por meio da instrução para que estas pudessem participar da vida política do país. Se isso não ocorresse, não haveria, segundo ele, aplicação efetiva da “democracia” no subcontinente. Ao defender essa ideia, Bomfim não se distanciava, entretanto, em alguns pontos de seu argumento, como se poderá perceber na citação seguinte, de determinados tópicos que podem ser tomados como centrais do discurso conservador de Francisco Bulnes:

Pouco importa o que está inscrito nas Constituições, que as camadas políticas vão depositando nos armários oficiais. Como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado, recalcitrante em tradições e preconceitos, que não sabemos vencer ainda. Querer um regime moderno, com as almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia – é uma monstruosidade. Proclamar a democracia e a liberdade, e manter e defender as condições sociais e políticas da era do absolutismo, é mais que insensato – é funesto, mais funesto que o próprio absolutismo formal. Este é criminoso, mas é pelo menos lógico; o crime pode ser lógico sem deixar de ser crime; o regime da democracia sem povo é absurdo, sem deixar de ser igualmente pernicioso.¹⁵⁰

O excerto acima apresenta tanto semelhanças como diferenças em relação a alguns tópicos defendidos no ensaio de Francisco Bulnes. Assim como no texto do autor mexicano, Bomfim ressaltava a discrepância entre a “letra” das Constituições e o “chão” do país. Entretanto, se, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, o problema do estabelecimento da “democracia” na América Latina parecia ser praticamente insolúvel, pois era resultado de questões como o “caráter” das nacionalidades latinas ou a determinação de fatores naturais sobre os homens do subcontinente, em *A América Latina: males de origem*, eram as razões históricas e

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 331.

sociais que predominavam como explicação sobre os “males de origem” latino-americanos. Se, em Bulnes, a impossibilidade de aplicação da “democracia” estava na ausência de “virtudes” ou de “caráter”, em Bomfim, estava na permanência dos “costumes de três séculos atrás”.

Ainda sobre os obstáculos para a implantação de regimes democráticos na América Latina, ou do Sul, como preferia o próprio Bomfim, o autor brasileiro afirmava:

Por isso, há um século se luta na América do Sul com esse nome de liberdade e democracia nos lábios, sem que se chegue à verdadeira liberdade, nem à democracia; por isso as invocações ao progresso e à civilização permanecem quase estéreis [...] [Governantes e apóstolos] Pretendem conciliar antagonismos: república, democracia, liberdade – e ignorância... Tanto vale construir sobre uma costa de dunas, aberta a todos os ventos – amanhã, ou falta solo, ou vem a areia e tudo submerge.¹⁵¹

Note-se mais uma vez a recorrência, no discurso de Bomfim, de duas dimensões sobre a ideia de “democracia” na América Latina. De um lado, havia uma “democracia teórica” nos “lábios” dos líderes políticos; de outro, uma “democracia prática”, que ainda não fora possível alcançar dadas as condições da “realidade” nacional, em particular, e subcontinental, de maneira geral. Nesse sentido, construir uma “democracia” sobre uma multidão sem instrução seria o mesmo que erguer um edifício sobre a areia das dunas. Não bastaria, conforme essa análise, a existência da “ideia” se a “realidade” social não estivesse preparada para comportá-la. Manoel Bomfim, que em nenhum momento cogitou a possibilidade de participação política dos analfabetos, terminava por ressaltar sua incapacidade de fazer parte da vida pública e, ao mesmo tempo, destacava a missão heroica das elites nacionais e subcontinentais de redimir as “massas despreparadas” por meio de uma grande obra de instrução pública, cuja responsabilidade não deveria recair simplesmente sobre a classe política, mas que se configurava, acima de tudo, como uma peleja definidora do papel dos intelectuais na construção de uma nacionalidade.¹⁵²

Algumas dessas ideias também foram, sob determinados aspectos, retomadas pelo peruano Francisco García Calderón, em *Les démocraties latines de l'Amérique*

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 331.

¹⁵² Ver, nesse sentido, BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: uma nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

(1912), ensaio que destacava, em sua abordagem política, o papel dos “caudilhos” na constituição das “democracias latinas da América”. Nesse texto, o autor ressaltava, assim como Francisco Bulnes e Manoel Bomfim, as clivagens existentes entre as “cartas políticas” e as “práticas locais”:

El desarrollo de las democracias iberoamericanas difiere considerablemente del admirable espíritu de sus cartas políticas. Estas encierran todos los principios de gobierno aplicados por las grandes naciones europeas: armonía de los poderes, derechos naturales, sufragio liberal, asambleas representativas. Pero la realidad contradice el idealismo de estos estatutos importados de Europa. Las tradiciones de la raza dominante han creado, de hecho, sistemas de gobierno simples y barbaros.¹⁵³

Tais governos “simples e bárbaros”, baseados essencialmente na figura dos “caudilhos”, representavam a “realidade democrática” da América Latina, a despeito da incorporação, em suas “cartas políticas” de diretrizes originárias de “estatutos importados da Europa”. No limite, a discussão que estava presente em Bulnes e Bomfim ganhava outras roupagens no texto de García Calderón. Mantinha-se, por um lado, a contraposição clássica entre “ideias” e “realidade social”, enquanto afirmava-se, por outro, a existência de uma “democracia” latino-americana, não equivalente à europeia ou à norte-americana, mas cujas características eram definidas a partir das “tradições das classes dominantes” e a despeito das instituições “copiadas” do estrangeiro. Nesse sentido, em uma passagem que, ao ser lida, pode, ainda hoje, ressoar concepções que permearam o ensaio intelectual latino-americano do século XX, Francisco García Calderón afirmava: “liberalismo, radicalismo, jacobinismo, he aqui los diversos disfraces de la anarquia sudamericana”.¹⁵⁴

Em *La creación de un continente*, ensaio escrito por García Calderón no ano seguinte (1913), essa questão voltava a ser retomada nos seguintes termos:

En vez de seguir direcciones autónomas, [a América Latina] se limitó a copiar extranjeras cartas constitucionales de la política americana. Propuso Bolívar formas que unían la tradición del Nuevo Mundo con útiles aspiraciones europeas. Pero los hombres de estado, improvisados en la guerra libertadora, imitaron sin reserva, se entregaron al vértigo de las creaciones artificiosas. Parlamentos, federación a la manera

¹⁵³ GARCIA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 201.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 133.

norte-americana, presidencia de cuatrienios, apresurada importación de ideas e instituciones, dieron a los primeros años de la república abigarrado aspecto. En naciones semibárbaras, la perfección de inadecuados estatutos. Coronando rudos puntales levantados sin concierto sobre la tierra temblosa, la elegancia complicada de capiteles jónicos.¹⁵⁵

Os textos de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón apontam para a existência de um conjunto retórico que contribuiu para a concepção de um paradigma de análise sobre a América Latina baseado, conforme a definição de Elias José Palti, na relação entre “modelos” europeus e norte-americanos e “desvios” latino-americanos.¹⁵⁶ Trata-se de uma tradição intelectual que se constituiu, no subcontinente, desde meados do século XIX, alicerçada nas ideias de “cópia” e “importação” de saberes e instituições dos países “avançados” que resultavam sempre, posto que em contato com uma “realidade social” caracterizada pelo “atraso”, em sua incorporação “falsa” ou “incorreta” nos países da América Latina. Em linhas gerais, tal concepção, incorporada por autores das mais variadas posições políticas e intelectuais, estava, de certa maneira, na base da célebre polêmica sobre as relações entre “liberalismo” e “escravidão” no Brasil oitocentista, iniciada na década de 1970, entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco e, posteriormente entre Schwarz e Alfredo Bosi, sobre “as ideias fora do lugar”.¹⁵⁷

A “cópia” de “estatutos importados” incompatíveis com a nossa “realidade” nacional ou subcontinental constituiria, nesse sentido, segundo interpretação de Stella Bresciani, ao lado de representações sobre o “meio tropical adverso” e da caracterização das “raças formadoras” da nação, um dos “lugares-comuns” fundamentais da reflexão intelectual brasileira, em particular, e certamente também latino-americana, que vem sendo produzida, pelo menos, desde as independências na primeira metade do século XIX. Embora a autora tratasse especificamente dos intérpretes do Brasil, seria possível ampliar a análise no sentido de ressaltar um discurso de construção de identidades na América Latina, cujo destaque recairia sempre na eterna “incompletude” da “formação

¹⁵⁵ GARCÍA CALDERÓN, “La creación de un continente”, *op. cit.*, p. 290.

¹⁵⁶ PALTÍ, *op. cit.*, p. 288-292.

¹⁵⁷ Ver SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate 1: História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976; e BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos”. In: *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Recentemente, Schwarz voltou à discussão em SCHWARZ, Roberto. “Por que ‘ideias fora do lugar’?”. In: *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

nacional”.¹⁵⁸ O próprio Roberto Schwarz, revisitando a questão, anos depois da publicação de “As ideias fora do lugar”, sugeria, de maneira instigante, algumas possibilidades de análise para essa questão, especialmente ao frisar que, independentemente da realidade ou da efetividade do processo de “cópia” ou “imitação” de “modelos estrangeiros”, a reflexão intelectual nos países da região estava pautada, na maior parte das vezes, por um “mal-estar” das elites políticas e intelectuais da América Latina, existente de fato, quando do confronto entre as “ideias estrangeiras” e a chamada “realidade social” da região.¹⁵⁹ Isso não significaria, entretanto, que as ideias estariam “fora do lugar”, mas que estas foram elaboradas nesses termos. Os “deslocamentos” supostos entre a “letra” da lei e o “chão” social dos países do subcontinente estariam, portanto, na base das formulações que vem permeando a produção intelectual e cultural brasileira e, de maneira mais ampla, latino-americana desde a primeira metade do século XIX, constituindo-se, dessa forma, como um problema de fundo para quem se propõe analisá-la.

No que se refere especificamente à discussão sobre a questão da “democracia” na América Latina, essas concepções funcionaram, muitas vezes, como estas páginas procuraram demonstrar, variando de acordo com as particularidades próprias dos autores que as formularam. Configuravam-se, entre outras abordagens possíveis, por exemplo, como representativas da impossibilidade da participação popular na vida pública, como afirmadoras de projetos que visavam a “redenção” de uma dada população ainda “despreparada” politicamente ou mesmo como justificadora de um *status quo* conservador, cujo poder se alicerçava sobre supostas características da realidade local.

¹⁵⁸ Ver, nesse sentido, BRESCIANI, Stella. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX: fundamentos de um lugar-comum”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, especialmente pp. 424-426. Seguindo vias parecidas às de Bresciani, embora revisitando as interpretações do século XIX e da primeira metade do XX sobre as relações entre “liberalismo” e “escravidão” no Brasil Império, ver o instigante artigo de MARSON, Isabel Andrade. “‘Antigo Regime, feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão’: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre a ‘inconclusão’ da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX)”. *Revista de História*, edição especial (2010), pp. 165-183.

¹⁵⁹ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

2.4. Os “vícios da política”: Estado contra indivíduo

As supostas clivagens entre a legislação e as instituições latino-americanas e sua realidade social desembocaram, na retórica política e intelectual do subcontinente, como discutido acima, na elaboração e na reprodução de certos “lugares-comuns” sobre sua história, especificamente no que se refere ao papel do Estado, à atuação dos chamados “caudilhos” e à participação popular nos assuntos públicos na América Latina. Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco Garcia Calderón elaboraram, cada um a sua maneira, interpretações sobre tais aspectos da vida política da região, buscando responder os dilemas que se apresentavam não somente às elites de seus respectivos países, como também, partindo de uma perspectiva mais ampla, evidenciavam uma clara dimensão continental de suas questões.

É importante, nesse sentido, destacar que a virada do século XIX para o século XX se caracterizou, em diversos países da América Latina, notadamente naqueles em que nasceram os autores analisados nesta pesquisa, mas não somente neles, pelo domínio político de regimes como o Porfiriato (1876-1910) no México, a República Velha (1889-1930) no Brasil e a República Aristocrática (1895-1919) no Peru, concebidos, em geral nas respectivas historiografias nacionais, em maior ou menor escala, como períodos marcados por uma relativa modernização econômica, por uma certa pacificação da vida política sob a égide de “oligarquias” nacionais, pelo crescimento das grandes cidades e, nesse sentido, pela rearticulação das forças sociais e pelo aparecimento de uma nova “sociedade de massas” urbana.¹⁶⁰ Esses reordenamentos das forças sociais, políticas e econômicas no *fin-de-siècle* latino-americano não devem deixar de ser levados em conta na análise dos ensaios de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco Garcia Calderón, cujas visões denotavam não somente aspectos teóricos sobre os temas da política, mas buscavam interpretar suas respectivas sociedades, bem como intervir sobre o que consideravam ser a “realidade” da América Latina.

Para Francisco Bulnes, em particular, escrever sobre as formas da política latino-americana não era apenas discutir suas constituições e instituições, mas conceber as causas de seu “fracasso” e apresentar algumas das linhas gerais daquilo que entendia serem suas características mais marcantes. É possível afirmar, por exemplo, que, para o

¹⁶⁰ Especialmente ZANETTI, *op. cit.*

autor mexicano, havia diferenças essenciais entre a concepção de política de latinos e anglo-saxões. Enquanto os primeiros estariam sempre submetidos às vontades de “pessoas morais” ou instituições como, por exemplo, a Igreja, o Exército ou, principalmente, o Estado; os últimos se constituiriam como o império dos indivíduos. Procurando demonstrar a superioridade da organização social dos anglo-saxões Bulnes, partindo dessa diferenciação básica, afirmava:

En la fórmula anglo-sajona “*la patria es para los individuos*” cada individuo tiene derecho a la formar a la patria conforme al ideal de su bienestar individual, limitado por el derecho de los demás, que es la expresión del derecho social [...]. Todo este conjunto de riquezas históricas, morales, intelectuales y materiales que el individuo defiende, es porque en parte es suyo, porque tiene derecho a reformarlo, a aumentarlo, y en fin, porque necesita y goza con esa protección equitativa de la colectividad que lo desarrolla en la felicidad y cuya reglas no pueden modificarse sin que se tome cuenta de su voluntad. Para un anglo-sajón la patria es el deber, la justicia, la libertad!

Para un latino, la patria ha sido el Estado, la Religión, el Ejército, la Aristocracia: ¡nunca el pueblo ni él! Cada una de esas personas morales ha representado los intereses peculiares de un cierto número de privilegiados [...]; la patria de los latinos, hasta ahora ha sido la voluntad de los que los oprimen; *el individuo para la patria* ha sido según la historia, *el individuo contra la patria* y a favor de los que la aniquilan.¹⁶¹

Bulnes construía, nesse sentido, o antagonismo entre as concepções políticas de anglo-saxões e latinos a partir das relações entre os “indivíduos” e a “pátria”. Tomando como exemplos os paradigmas inglês e norte-americano sob o lema “a pátria para os indivíduos”, o autor mexicano afirmava que, entre os anglo-saxões, constituir uma “unidade nacional” se apresentava como uma tarefa relativamente simples, pois o “indivíduo”, portador de direitos e deveres, era concebido como elemento formador da “pátria”, atuante e participativo nos assuntos nacionais. Em contrapartida, entre os latinos, onde a “pátria” se confundiria com instituições como o Estado, a Religião, o Exército ou a Aristocracia, as relações políticas poderiam ser sintetizadas pela ideia oposta: “o indivíduo para a ‘pátria’”. Mais do que participantes ou constituintes da “coisa pública”, nos países de origem latina, as individualidades estavam submetidas a interesses e se transformavam em servidoras, para utilizar os termos de Bulnes, de

¹⁶¹ BULNES, *op. cit.*, pp. 69-70. Grifos no original.

“pessoas morais” específicas. Essa constatação levava o autor mexicano a descrever da possibilidade de existência tanto de uma “unidade nacional” quanto de uma “democracia” nos países latino-americanos, pois “en la América Latina, las clases sociales están profundamente divididas por cordilleras de preocupaciones e abismos en los que sobresale el ódio o el desprecio”.¹⁶²

Interessante perceber como tais discussões também encontravam ressonância nos textos de Manoel Bomfim. Conforme já assinalado, o ensaísta construiu sua interpretação da “realidade” brasileira, em particular, e latino-americana, de maneira geral, em *A América Latina: males de origem*, alicerçado sobre a ideia de “parasitismo”, mais especificamente aquele exercido por Espanha e Portugal sobre suas colônias americanas durante três séculos.¹⁶³ Ao se referir particularmente à influência do “parasitismo colonial ibérico” sobre a política que iria se constituir na América Latina após os processos de independência na primeira metade do século XIX, Bomfim destacava que o “pensamento exclusivo” dos ibéricos em “sugar toda a riqueza e produção colonial” teria sido a “causa principal dos vícios que vamos encontrar nos costumes políticos das nações latino-americanas”.¹⁶⁴ Impossibilitados, segundo essa interpretação, de implantar um regime complexo em suas possessões ultramarinas dadas as próprias debilidades metropolitanas, os países ibéricos constituíram os órgãos político-administrativos “mais simples possíveis” nas colônias, baseados na distribuição de terras e indígenas e, posteriormente, na venda de escravos negros a “colonos ávidos”, para que estes “produzam muito açúcar e muito ouro”, com o único objetivo de arrecadar impostos para a Coroa. Nesse sentido, Bomfim apontava, nas colônias ibéricas, para a constituição, em primeiro lugar, de uma espécie de “feudalismo vilão”, cuja ressonância nas sociedades latino-americanas podia ser sentida com muita força ainda no início do século XX.

Descendente de uma família da elite rural do Estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro, Manoel Bomfim destacava, em *A América Latina*, duas características que considerava centrais para a formação da sociedade brasileira e latino-americana. Em primeiro lugar, a preeminência do poder dos grandes proprietários de terra, cuja autonomia em relação ao Estado e cujo mando absoluto em seu território teriam sido garantidos, durante o período colonial, de acordo com essa visão, pela concordância por

¹⁶² *Ibidem*, pp. 70-71.

¹⁶³ Para uma visão mais aprofundada dessa questão, ver o capítulo 3 deste trabalho.

¹⁶⁴ BOMFIM, *op. cit.*, p. 141.

parte desses potentados locais em pagar seus tributos e, também, no aceite, sem contestações, do regime imposto pela Coroa. É possível depreender que, desse processo, resultaria o imenso poder que os latifundiários, representados como “caricaturas de senhores medievais”, congregariam na definição dos rumos da política nos países da América Latina.¹⁶⁵

Em segundo lugar, Bomfim sublinhava como outra característica central, vinculada evidentemente ao processo discutido acima, na formação das nações latino-americanas, o “embrutecimento” das populações mais pobres do subcontinente, especificamente aquelas submetidas à escravidão, que, “nos interstícios dos feudos”, retornavam à “condição de selvagens primitivos”. Em suma, na interpretação do autor, a colonização teria sido responsável, nesse sentido, tanto no exagerado poder das lideranças locais ligadas à propriedade de terra, quanto na incapacitação da maior parte da população “embrutecida”, “ignorante” e “selvagem” em atuar nos assuntos políticos. Entretanto, um outro ator mereceria destaque na constituição dos processos políticos na região: o Estado. Concebido no período colonial com o único objetivo de “sugar” as riquezas produzidas pelas possessões coloniais dos países ibéricos, o Estado sintetizava, no texto de Bomfim, todos os “vícios” provenientes da dominação de Portugal e Espanha sobre os países americanos. Segundo ele,

O Estado tem por função, apenas, *cobrar* e coagir e punir aqueles que se neguem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador. A justiça aparece para

¹⁶⁵ Além das questões relacionadas à biografia de Bomfim, muito ligada, especialmente em sua infância e adolescência, a esse mundo rural dominado pelos grandes líderes locais, é importante ressaltar aqui que, as teses de *A América Latina: males de origem* foram concebidas em meio à chamada “República Oligárquica” (1894-1930) no Brasil, período em que a organização política caracterizada pelo “federalismo” e pela chamada “política dos governadores” tinha na figura dos “coronéis”, grandes proprietários de terra de enorme poder regional que, nesse período, controlavam o processo eleitoral, seu principal alicerce. Nesse sentido, é possível afirmar que ao tratar do passado colonial da América Latina, era da Primeira República brasileira que Manoel Bomfim estava falando. Sobre a biografia de Manoel Bomfim, ver AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. Sobre a questão do “coronelismo” no Brasil, ver o clássico recentemente reeditado LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. A primeira edição desse livro foi publicada em 1948. Sobre a centralidade da figura dos grandes proprietários de terra na política da Primeira República, ver CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, pp. 130-148; e também RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político da Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – Vol. 1: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 92.

condenar os que se rebelam contra o Estado ou contra os parasitas criados e patrocinados por ele.¹⁶⁶

E, mais adiante, prosseguia Bomfim:

O Estado existe para fazer o mal, exclusivamente; e esta feição com que desde o primeiro momento se apresenta ele às novas sociedades, tem uma influência decisiva e funestíssima na vida posterior destas nacionalidades: o Estado é o inimigo, o opressor e o espoliador; a ele não se liga nenhuma ideia de bem ou de útil; só inspira ódio e desconfiança... Tal é a tradição; ainda hoje se notam estes sentimentos, porque, ainda hoje, ele não perdeu seu caráter duplamente maléfico – tirânico e espoliador.¹⁶⁷

Dando ênfase à presença do Estado no período colonial e associando-a a uma tradição ainda presente no início do século XX, Manoel Bomfim construía uma imagem de um “Estado”, cujos interesses se encontravam profundamente apartados e desvinculados das demandas da sociedade. Em vez de complementares, Estado e sociedade haviam se tornado, devido aos “vícios” da colonização ibérica, elementos fortemente antagônicos nas novas nacionalidades constituídas na América Latina a partir do início do século XIX. As independências latino-americanas não representaram, no entanto, uma mudança significativa no papel do Estado na região. De acordo com o autor: “Em que consistiu a independência?... Numa substituição de pessoas: criou-se uma junta, aclamou-se um ditador, elegeu-se um presidente, para substituir o vice-rei [...]. Assim se fez nos países em que a mudança foi mais radical. No Brasil e no México, p. ex., não houve nem isso”.¹⁶⁸ E, mais adiante, Manoel Bomfim arrematava:

Homens e fórmulas vão passando sem que a tradição se altere; contra ela, nada podem as revoluções. Mudem-se os nomes aos cargos, suprimam-se estes, criem outros – que os indivíduos chamados a ocupá-los, uma vez ali, logo se acomodarão à feição clássica do Estado, e imediatamente o considerarão uma entidade à parte, com interesses seus, obrigado apenas a tratar de sua própria conservação.¹⁶⁹

¹⁶⁶ BOMFIM, *op. cit.*, p. 142.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 143.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 192.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 193.

Além de ser necessário salientar, neste excerto de *A América Latina: males de origem*, uma concepção sobre a inexistência de mudança na política subcontinental no processo das independências, quando pessoas e cargos iam se sucedendo, mas as estruturas estatais permaneciam as mesmas, é possível traçar aqui um ligeiro paralelo entre as interpretações de Manoel Bomfim e Francisco Bulnes. Assim como na obra do autor mexicano, o Estado na América Latina era concebido, no ensaio brasileiro, como “uma entidade à parte”, com interesses próprios e sem uma verdadeira intersecção com a sociedade. Por outro lado, Bomfim também comparava, assim como Bulnes, a situação dos países do subcontinente com as nações anglo-saxônicas, apresentando, entretanto, respostas diversas a essa questão. Nas palavras do autor brasileiro:

Reclama-se dos poderes públicos aquilo que é seu estrito dever, e eles respondem com as solenes “tiradas” sobre a *iniciativa particular*, suas miríficas virtudes, e o muito que lhe deve a civilização e o progresso das nações anglo-saxônicas. São discursos e arrazoados que não chegam a irritar, antes inspiram dó... Esperar-se na América do Sul, dadas as condições de ignorância e atraso social – esperar-se que a iniciativa particular venha organizar serviços de ordem geral!... Querer que os analfabetos se resolvam a criar escolas, que o operário inculto institua o ensino profissional, ou que o fazendeiro bronco, representante de dez ou doze gerações de exploradores do trabalho escravo, se decida a gastar 300 ou 400 contos, e dedique 20 ou 30 anos a ensaiar a aclimatar culturas exóticas, e a melhorar sementes, ou a formar variedades novas de plantas, e a produzir novas raças e cruzamentos!... Se os negociantes constroem os portos, e os cidadãos organizam e pagam particularmente os *rondantes* noturnos, e os litigantes recorrem a árbitros de convenção, e as “Santas Casas” oferecem leitos à miséria – para que Estado? Fiquem todos os encargos à iniciativa particular... ¹⁷⁰

Como é possível depreender do excerto acima, Manoel Bomfim defendia a existência de um Estado que não fosse tirânico e explorador, mas que se dedicasse a “instruir” as populações da “América do Sul”, impossibilitadas por sua “ignorância”, seu “atraso social” e seus “costumes de três séculos”, para que estas se constituíssem como individualidades ativas. Prosseguindo em seu argumento, Bomfim afirmava:

Só por uma verdadeira aberração da crítica se pode invocar o exemplo das nações anglo-saxônicas para justificar a existência do Estado como organismo dominador,

¹⁷⁰ *Ibidem*, pp. 198-199.

tirânico, oneroso e quase inútil sobre a sociedade. Ali, os poderes públicos garantem e protegem muita iniquidade, mas garantem também umas tantas liberdades, essenciais à personalidade humana, e ocupam-se efetiva e eficazmente do progresso e bem-estar da comunidade. Nem esses anglo-saxônicos [sic] – gentes práticas – suportariam um Estado com outro feito; porque, em verdade, compreende-se que, a uma sociedade possuída de grande cultura moral, seja desnecessária a existência do Estado; mas não se compreende que, existindo ele, não seja justamente para garantir os fracos e promover o bem geral. Estado impassível e inútil seria o ideal desses políticos, que, atribuindo todas as campanhas progressistas à iniciativa particular, são também os primeiros a proclamar que ela é quase nula nestas nações neolatinas.¹⁷¹

Manoel Bomfim sublinhava, mais uma vez, a partir do exemplo dos povos anglo-saxões, a importância do Estado como garantidor “do progresso e do bem-estar da comunidade”, especialmente para as nações “neolatinas”, concebidas, muitas vezes, como regiões em que a “iniciativa individual” era “quase nula”. Embora, assim como Francisco Bulnes, o autor brasileiro tomasse como paradigma os países anglo-saxões, à diferença do autor mexicano, Bomfim defendia uma reforma das sociedades latino-americanas, pautada principalmente em uma ação estatal na área educativa.

Embora com implicações que acarretavam em interpretações muito diferentes das expostas por Manoel Bomfim, Francisco García Calderón, como se discutirá de maneira mais detida nas próximas páginas, também compartilhava de uma visão que expunha um antagonismo intrínseco entre Estados e indivíduos na América Latina, ressaltando assim como os autores mexicano e brasileiro as divergências acerca dessa questão entre latinos e anglo-saxões. De acordo com o autor peruano:

En las naciones anglosajonas, el individualismo se encauza en el hogar estable; puede también enfrentarse al Estado según la fórmula consagrada por Spencer: “el hombre contra el estado [sic]”. Defiende celosamente su autonomía contra leyes excesivas, y la intervención del gobierno en la vida familiar y las pugnas económicas.¹⁷²

Essa interpretação sobre as relações entre Estado e indivíduo nos países anglo-saxões era concebida, na visão de García Calderón, como uma das “divergências fundamentais [que] separam as duas Américas”. Contrapunham-se, de um lado, o

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 199-200.

¹⁷² GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 169.

“individualismo ianque”; de outro, “a onipotência do Estado nas nações do sul”.¹⁷³ As implicações destas observações na obra dos três autores analisados nesta pesquisa levam à elaboração de um quadro que procurava explicitar a debilidade dos indivíduos, resultando na fraqueza das instituições políticas do subcontinente. Mesmo que os diagnósticos coincidissem nesse ponto, as respostas apontadas traziam variações importantes nos três ensaios.

2.5. “Democracias sem povo” na América Latina: prescrições e impasses

De certa maneira, Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón coincidiam em uma visão que ressaltava a ausência de uma grande participação popular na política latino-americana. Cada um desses autores apresentava, entretanto, formulações diferentes sobre possíveis resoluções para esse problema. Para o autor mexicano, seguindo, de certa forma, uma premissa central de *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, o federalismo, tal como no modelo norte-americano, se constituía como uma das características fundamentais para a existência de regimes democráticos. Bulnes considerava, nesse sentido, curiosamente, o Brasil, onde esse sistema havia sido adotado pela Constituição republicana de 1891, como um exemplo bem sucedido de “democracia” na América.¹⁷⁴ Naqueles países em que, entretanto, não houvesse a possibilidade do estabelecimento de democracias baseadas em um sistema federal, como teria sido possível no caso brasileiro, a ditadura era apresentada como o caminho a ser seguido:

Quando no es posible por falta de factores económicos realizar la idea de la república democrática como los Estados Unidos y Suiza, cuando tampoco es posible por falta de una clase verdaderamente rica e ilustrada fundar una plutocracia liberal rigiendo la nación por medio de una sólida oligarquía, lo que más conviene a las naciones que se están formando es la dictadura liberal, con formas de gobierno democrático, eminentemente educativas.¹⁷⁵

¹⁷³ *Ibidem*, p. 170.

¹⁷⁴ “El federalismo es la base inviolable de las repúblicas democráticas bien organizadas como Suiza, Estados Unidos y Brasil”. BULNES, *op. cit.*, p. 93.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 95.

Francisco Bulnes apontava, na citação acima, para algumas possibilidades do que considerava serem as formas de governo mais adequadas para as nações latino-americanas. Em primeiro lugar, o autor mexicano destacava a centralidade dos “fatores econômicos” para o estabelecimento de regimes políticos. Nesse sentido, em alguns países como os Estados Unidos ou a Suíça, haveria condições favoráveis para a existência de “repúblicas democráticas”; em outros, as repúblicas poderiam ser sustentadas e conduzidas por oligarquias plutocráticas ilustradas e progressistas, como, por exemplo, no caso brasileiro. Em regiões, entretanto, em que não fosse possível, por suas condições econômicas e sociais – “nações que se estão formando” –, a constituição de “repúblicas democráticas” ou de “oligarquias ilustradas” capazes de conduzir a política nacional, a “ditadura liberal” era concebida como o regime ideal. As teses de Bulnes ressaltavam, nesse sentido, que essa impossibilidade estava relacionada a uma ideia de “formação”, o que vinculava a “incompletude” das nações na América Latina à prescrição de regimes fortemente centralizados.¹⁷⁶

A defesa da “ditadura liberal” como o regime adequado para países “em formação” não pode ser apontada, entretanto, como uma recomendação estritamente teórica na obra de Francisco Bulnes, estando, por outro lado, essencialmente vinculada a sua experiência política no México das últimas décadas do século XIX. É importante destacar que o ensaísta esteve entre aqueles que apoiaram as consecutivas reeleições do presidente Porfírio Díaz, considerado frequentemente por setores das elites políticas e intelectuais do México na época como o único capaz de assegurar a “ordem” política e conduzir o país na direção do progresso.¹⁷⁷ Nesse sentido, Bulnes afirmava que:

¹⁷⁶ BRESCIANI, *op. cit.* Para uma associação acadêmica recente entre a tese das “ideias fora do lugar” e a ideia de “formação” da nacionalidade no Brasil, ver RICUPERO, Bernardo. “Existe um pensamento político brasileiro ou As ideias e seu lugar”. In: *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 44.

¹⁷⁷ Desde a restauração da República em 1867 e consolidada a hegemonia dos liberais na política mexicana, diversas vozes políticas e intelectuais, inspiradas a partir desse momento por ideias positivistas e evolucionistas, começaram a se manifestar a favor de um regime de “pacificação” nacional que garantisse a “ordem” e colocasse o país na direção do “progresso” econômico. Já em 1878, Bulnes atuava como o mais jovem colaborador do periódico *La Libertad*, editado à época pelo promissor intelectual Justo Sierra, no qual se defendia que apenas a existência de um poder executivo fortemente centralizado seria capaz de conter a “anarquia” política e social que assolava o país. Essas ideias contribuíram para uma justificação da centralização política promovida pelo presidente Porfírio Díaz nos anos seguintes e em sua permanência no poder prolongada por sucessivas reeleições. A ideia da manutenção de um poder executivo forte pautado no combate à “anarquia”, na manutenção da “ordem” e na busca pelo “progresso” podia ser encontrada, por exemplo, na retórica dos intelectuais mexicanos em um documento central para se compreender a história do México durante o Porfiriato: o “Manifesto da Convenção Nacional Liberal a Favor da Reeleição” ou simplesmente “Manifesto da União Liberal”, lançado em 23 de abril de 1892. Assinado por eminentes intelectuais do período, entre os quais o próprio Francisco Bulnes, esse manifesto tinha sua autoria atribuída a Justo Sierra, nesse período um dos principais nomes da vida cultural e política do país. O terceiro mandato de Díaz, embora fosse apresentado por esse grupo como não sendo o

Si algunas de las naciones hispanoamericanas han progresado bastante en relación con el atraso que guardaban como colonias, es debido a la energía y mérito de algunos patriotas que han logrado de convencernos de nuestros vicios y errores o que por la fuerza y apoyados en su valor y audacia y en nuestra indolencia nos han llevado hasta donde han querido y cuando hemos visto el bien que nos resultaba nos hemos inclinado magistralmente a atribuirnos hazañas, que no estaban ni podían estar en el programa de catalepsia de las clases populares ni en los juegos de odio y anarquía de las clases superiores. En el fondo del progreso de las naciones hispanoamericanas, pocas veces deja de encontrarse la voluntad indomable de un dictador con tamaños serios de grande hombre; a veces se encuentra la voluntad de una oligarquía plutocrática, pero hasta ahora nadie ha visto un progreso dictado en regla por la voluntad popular. Todo el contrario, la opinión del vulgo en la América Latina, y el vulgo en las democracias es el rey, aparece hostil o indiferente a los más notables y audaces progresos que han levantado a la mayoría de las naciones américo-hispánicas sobre el nivel de ignominia en que las colocó la conquista.¹⁷⁸

Além de frisar o papel dos “ditadores liberais”, entre os quais se referia certamente a Porfírio Díaz, e, em alguma medida, a atuação das “elites plutocráticas”, pensando no caso da “oligarquia” brasileira, como únicos responsáveis pelos progressos alcançados na América Latina, Bulnes reproduzia outra imagem muito recorrente na produção intelectual do subcontinente: a indiferença popular diante dos assuntos nacionais.

ideal, era entendido como estritamente necessário “para naciones de la condición política de la nuestra”. Tratava-se essencialmente das linhas centrais do argumento de Francisco Bulnes, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*: a afirmação da impossibilidade de constituição de “democracias” na América Latina, dado seu estado social e econômico incapaz de suportá-las, e, nesse sentido, a defesa de regimes fortemente centralizados como única maneira de promover, em oposição à “anarquia” característica das nações latinas, um desenvolvimento pacífico alicerçado nos princípios da “ordem” e do “progresso”. Ver “Manifiesto de la Convención Nacional Liberal a favor de la Relección (23 de abril de 1892)”. In: IGLESIAS GONZÁLEZ, Román (org.). *Planes políticos, proclamas, manifiestos y otros documentos: De la Independencia al México moderno (1812-1940)*. México: UNAM, 1998. Disponível em: <http://www.bibliojuridica.org/libros/1/121/21.pdf>. Além de Sierra, assinaram o documento Manuel M. de Zamacona, Sóstenes Rocha, Rosendo Pineda, Carlos Rivas, Pedro Diez Gutierrez, Pablo Macedo, José Ives Limantour, Francisco Bulnes, Vidal Castañeda y Nájera e Emílio Alvarez. A centralidade de Justo Sierra na escrita desse manifesto é defendida por LOMNITZ, Claudio. “Los intelectuales y el poder político: la representación de los científicos en México del Porfiriato a la Revolución”. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008. Ver ainda o clássico ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

¹⁷⁸ BULNES, *op. cit.*, pp. 109-110.

Importante destacar aqui que, ressoando, de certa maneira, o *Caliban*, de Ernest Renan, Bulnes afirmava que “las plebes europeas, exceptuando las de Rusia, ya conocen su fuerza, o lo que es lo mismo, están tomando posesión del poder absoluto de la brutalidad contra la idea”. Para o autor, que nomeava esse processo como “plebefobia”, o sufrágio popular, na Europa, instigado pelas classes políticas dos países latinos, era caracterizado de maneira extremamente negativa, sendo definido, nesse sentido, como o “dogma del *Juicio final* en este mundo”. Em contrapartida, de acordo com a interpretação de Bulnes, na América Latina, “el sufragio popular no ha causado mal alguno”, pois ainda se encontrava em processo de gestação.¹⁷⁹ Incapaz de se tornar perigoso a ponto de sustentar uma república parlamentar ou de se apresentar como propício para o socialismo, o sufrágio popular no subcontinente teria, segundo Bulnes, unicamente a função de aclamar a “autoridade absoluta” dos grandes líderes políticos da região: “le faltan muchos años a la América latina para sentir las amarguras de la *plebefobia*”.¹⁸⁰

Assim como em relação ao papel das instituições e indivíduos na constituição de uma “unidade patriótica”, a questão da participação popular na política era apresentada por Bulnes a partir da diferença entre “latinos” e “anglo-saxões”. Da mesma maneira que, no Velho Mundo, durante o Império Romano, os “indivíduos” latinos estavam dispostos a abdicar de sua independência em troca da proteção de um “Estado” soberano e protetor e que, após sua queda, passaram a se submeter ao poder da Igreja e, mais adiante, das Monarquias absolutas, as nações latinas, acostumadas à obediência, ao entrarem em contato com as ideias de “direitos dos homens”, teriam passado por uma espécie de “crise de identidade”, provocando um outro tipo de tirania nesses países, a das “massas”, definida por Bulnes nos seguintes termos:

No pudiendo prescindir el latino de sus leyes de gravitación hacia la obediencia absoluta a un poder absoluto de conformidad con su *falta de carácter* para gobernarse y, al mismo tiempo, odiando el latino a causa de sus *ideas modernas* las *tiranías*, ha creído librarse de ellas, deponiendo al rey y decapitándolo para nombrar en su lugar como tirano la masa, es decir que maldice ser vasallo real, para con entusiasmo convertirse en *esclavo del pueblo*.¹⁸¹

¹⁷⁹ Todas as citações do parágrafo em BULNES, *op. cit.*, p. 217.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 218.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 220. Grifos no original.

Acostumados, portanto, às “tirantias”, seja do Estado, da Igreja ou do Exército, os povos latinos foram capazes, de acordo com essa concepção, de alicerçar uma nova “tirania” baseada nas “ideias modernas”: a “tirania das massas”. Nesse sentido, a maneira como Bulnes comparava essa ideia considerada essencialmente latina de participação popular na política ao paradigma anglo-saxão. Em suas palavras:

A esa siniestra humillación conduce proclamar *la soberanía absoluta del pueblo*, a la inversa de los anglo-sajones que rehúsan abiertamente reconocer soberanía ilimitada al pueblo [...]. Para los anglo-sajones, la masa o sea el pueblo, solo posee una calidad efectiva, su fuerza bruta y la soberanía reside *esencial y originariamente* en los individuos. Para un latino, *pueblo e individuos* quiere decir la misma cosa y por tal motivo, al copiar servilmente las instituciones anglo-sajonas han sustituido la palabra *individuos por pueblo creyéndola igual*, lo que es un desatino [...]. Desde el momento en que se *reconoce como soberanía ilimitada la del pueblo*, es absurdo pensar en la existencia de los *derechos individuales*, porque ante la *omnipotencia* o sea el *poder absoluto* nadie puede tener derechos.¹⁸²

Mais uma vez, ao destacar as características marcantes da política latino-americana, Francisco Bulnes ressaltava a soberania dos “indivíduos” nas nações anglo-saxônicas em contraposição à subserviência dos latinos às chamadas “pessoas morais”. Avançadas as grandes transformações vivenciadas pelas Américas e pela Europa no século XIX, o autor mexicano sublinhava a constituição de uma nova “pessoa moral”, cuja existência era preocupante para as classes dirigentes dos países latinos: as “massas”. Embora afirmasse uma complexidade maior dessa questão na Europa, onde o “povo” já havia compreendido sua força, e dissesse verificar certa “passividade” ou “indiferença” no comportamento popular a respeito dos assuntos políticos na América Latina, Bulnes denotava clara preocupação com a ascensão das “massas” no subcontinente. Em sua retórica, a “democracia” se constituiria como impossível de ser praticada na região, dadas as suas condições específicas como os fatores climáticos e alimentares e a herança latina. Ao mesmo tempo, entendia que os avanços econômicos alcançados por essas nações, a despeito de sua “realidade” social desfavorável, apenas poderiam ocorrer sob a tutela de “ditadores liberais” ou de “oligarquias ilustradas”. Nesse sentido, seria possível afirmar que, de acordo com o autor mexicano, como nos

¹⁸² *Ibidem*, pp. 220-221. Grifos no original.

países latinos, especialmente os da América, os “indivíduos” se constituiriam como “débeis” e “frágeis” e a “maioria” seria representada sempre por uma “massa sem rosto”, o “progresso” apenas poderia ser alcançado nas nações latino-americanas por meio de governos ditatoriais ou oligárquicos.

Na interpretação de Francisco Bulnes sobre a política na América Latina, a concepção sobre a impossibilidade do estabelecimento de uma “democracia”, baseada na premissa de que a “realidade” local não seria capaz de suportar a “ideia” estrangeira, significava, de certa maneira, tanto a recusa da participação das “massas” na política quanto a defesa de governos centralizados, como o de Porfirio Díaz, no México, o qual contribuiu para sustentar por um longo tempo¹⁸³, ou de elites plutocráticas ilustradas que fossem capazes de colocar os países latino-americanos nos trilhos do “progresso”.

A interpretação de Francisco Bulnes sobre a importância de “ditadores liberais” encontrava eco em algumas das teses centrais defendidas por Francisco García Calderón em *Les démocraties latines de l’Amérique*. A concepção de um líder político, ou como preferia o autor peruano, de um “tirano” ou “caudilho”¹⁸⁴ como elemento “pacificador”

¹⁸³ Embora houvesse de fato apoiado em diversos momentos, como na assinatura do “Manifesto da União Liberal”, o governo de Porfirio Díaz, Bulnes mudou de opinião após a queda desse governo. Exilado em Cuba após a Revolução Mexicana de 1910, escreveu, no ano de 1920, um ensaio polêmico intitulado *El verdadero Díaz y la Revolución*. Nesse texto, a despeito de continuar sustentando que a ditadura se configurava como o regime mais adequado para os países latino-americanos, dado o seu “estado social”, afirmava que o pecado de Díaz não era ter sido “ditador”, mas ter sido um “mau ditador”. Dizia Bulnes, em 1920: “El general Díaz no puede ser culpable de haber desempeñado en México, un cargo que exigía fisiológicamente el organismo nacional. Responder a noble y legítima necesidad de vida o muerte para un pueblo, sacrificándose si es posible, hasta cometer actos de bandido, no puede ser de ninguna manera agravio sangriento y diabólico para ese pueblo. Si el sacrificio por la patria ha llegado hasta entregar el honor, todos menos la patria tienen el derecho de condenar al patriota loco o santo. El general Díaz ante la moral, la religión, la ciencia, el patriotismo y la historia, solo puede ser culpable de haber sido mal dictador; y es la cuestión que voy a resolver”. BULNES, Francisco. *El verdadero Díaz y la Revolución*. México: Eusebio Gómez de la Puente Editor, 1920, p. 26.

¹⁸⁴ Entre os diversos modelos interpretativos construídos sobre a história da América Latina, a questão do “caudilhismo” se destaca pelo seu alcance, ressonância e persistência nas discussões políticas e intelectuais ainda hoje. De certa maneira, assim como a ideia de “populismo”, o poder dos “caudilhos” do subcontinente representaria, nessa concepção, a perpetuidade dos “vícios” políticos latino-americanos. É possível afirmar, entretanto, que, analisados historicamente os discursos sobre o tema, as abordagens acerca do “caudilhismo” na região, mais especificamente desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, seriam portadoras de uma ambiguidade evidente. Se as primeiras interpretações sobre esse fenômeno carregavam uma negatividade explícita, por exemplo, no *Facundo*, do argentino Domingo Faustino Sarmiento, no desenrolar do processo de formação dos Estados nacionais, ao conceber a história latino-americana a partir do já discutido paradigma das supostas clivagens entre as “legislações importadas” e a “realidade da região”, a figura do “caudilho” podia adquirir, muitas vezes, certa positividade, pois consubstanciava, segundo os defensores dessa ideia, a única possibilidade, dadas as condições locais, de “pacificar” a “anarquia” reinante na América Latina desde as independências. Ver SVAMPA, Maristella. “La dialéctica entre el nuevo y lo viejo: sobre los usos y nociones del caudillismo en la Argentina durante el siglo XIX”. In: GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005, pp. 51-81. Embora a análise de Svampa se concentre exclusivamente nos intelectuais argentinos, sua abordagem pode ser certamente aplicada em outros contextos da América Latina.

da história latino-americana estava entre os eixos estruturadores desse ensaio. Citando a interpretação de Spencer sobre a “invariável sucessão de dois períodos”, o “período militar” e o “período industrial”, o autor peruano concebia uma história latino-americana caracterizada, nas primeiras décadas após a independência, pelos conflitos e pelo predomínio das classes militares, e, posteriormente, pela ascensão política das elites civis, vinculadas a interesses econômicos. Segundo ele, “la Revolución se reduce a un cambio de oligarquias: el grupo militar le cede el campo a la plutocracia”.¹⁸⁵ O “caudilho” se edificava, nessa abordagem, como personagem central na transição entre a “anarquia” do pós-independência e o “industrialismo” a ser constituído posteriormente. Assim como muitos autores do período, o ensaísta peruano localizava no líder político que emergia das guerras civis vivenciadas nas primeiras décadas do século XIX no subcontinente a possibilidade de “pacificação” e desenvolvimento econômico. Em sua concepção da “evolução” da história latino-americana,

Esta primera época [o imediato pós-independência] fue turbia pero llena de colorido, de energía y de violencia. El individuo volvió a adquirir como en las edades heroicas, como en los tiempos del Renacimiento toscano, el Terror francés y la Revolución inglesa, un prestigio extraordinario. La mano dura y ensangrentada de los caudillos impuso a las masas amorfas, formas duraderas. Capitanes ignorantes dominaron en Sudamérica y por ende la evolución de estas repúblicas fue incierta. No hubo pues historia propiamente dicha por falta de continuidad: un *ricorso* perpetuo trae y lleva con sucesivas revoluciones a los mismos hombres con las mismas promesas y los mismos métodos. La farsa política se repite periódicamente: una revolución, un dictador, un programa de restauración nacional. Anarquía, militarismo fueron las formas universales del desarrollo político. Al igual que en las revoluciones europeas, la dictadura siguió a la anarquía y provocó inmediatas contrarrevoluciones. Del desorden espontaneo se pasaba a la formidable tutela. El ejemplo francés se repitió en otro escenario: la anarquía de la Convención fue la antesala de la autocracia de Bonaparte. Los dictadores como los reyes de la edad feudal derribaban los caciques y a los generales de provincia: lo hicieron Porfirio Díaz, García Moreno, Guzmán Blanco... Y las revoluciones se sucedían a las revoluciones hasta la llegada del tirano aguardado que dominó veinte o treinta años de la vida nacional.¹⁸⁶

¹⁸⁵ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 41.

¹⁸⁶ *Ibidem*, pp. 41-42.

Em sua interpretação da história latino-americana do pós-independência, García Calderón apontava para uma primeira etapa caracterizada pelas ideias de “anarquia” e “militarismo”, com disputas intestinas, ditaduras e revoluções sucessivas, que prepararia os caminhos para o estabelecimento de autocracias comandadas por um “tirano aguardado” capaz de controlar e submeter os poderes locais, pacificar a nação e possibilitar o desenvolvimento econômico. Essa construção da história, como se pode perceber, privilegiava os poderes individuais e destacava os grandes homens diante das “massas amorfas” sem qualquer iniciativa política. Antes de prosseguir com a análise, vale a pena destacar, entretanto, que, à diferença das obras de Bulnes e Bomfim, García Calderón não analisava esse processo “evolutivo” como específico da “anarquia” latino-americana, mas como equivalente a episódios da história europeia como o Renascimento ou as Revoluções Francesa e Inglesa. Os “ditadores” do subcontinente teriam, nesse sentido, a mesma função histórica que um Napoleão Bonaparte, por exemplo. Segundo o autor peruano, reforçando essa ideia:

El progreso material [na América Latina] es obra de la autocracia: testigo de ello las dictaduras de Rosas, Guzmán Blanco, Portales, Porfirio Díaz. Los grandes caudillos abandonaban toda la abstracción: su mente realista los llevaba a estimular el comercio, la industria, la inmigración y la agricultura. Al imponer una paz duradera, favorecían el desarrollo de las fuerzas económicas.

En el orden político y en el económico, los dictadores profesaron el americanismo. Representaban la nueva raza mestiza, el territorio y la tradición; eran hostiles a la tutela de la Iglesia, del capital europeo y de la diplomacia extranjera. Su función esencial, como la de los reyes modernos después del feudalismo, fue la de nivelar a los hombres y unir las diversas castas. Los tiranos fundaron las democracias: contra las oligarquías tenían generalmente el apoyo del pueblo, de los mestizos y de los negros, dominaban a la nobleza colonial, favorecieron la mezcla de razas y libertaron a los esclavos.¹⁸⁷

É possível afirmar aqui que o excerto acima sintetizava não somente as concepções de Francisco García Calderón sobre a “evolução” histórica e a política latino-americana, como também revelava muito sobre a própria estrutura de grande parte de seu ensaio. Em primeiro lugar, o autor realizava a associação entre a “autocracia” e a obtenção do progresso econômico do subcontinente. Segundo essa

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 42.

interpretação, além de promover o fim da “anarquia” e a “pacificação” de seus países, esses “ditadores realistas”, abandonaram “toda a abstração”, incentivando, nesse sentido, o desenvolvimento da região. Essa análise, de certa maneira, tangenciava a discussão, frisada ao longo deste capítulo, sobre os “descompassos” latino-americanos entre o “contexto local” e as “ideias estrangeiras”. Pode-se depreender do texto de García Calderón que o “progresso” econômico da região só seria alcançado no momento em que as “abstrações” fossem abandonadas em favor do reconhecimento das “realidades” locais. Essa, de acordo com tal interpretação, teria sido a grande obra dos “caudilhos” nacionais.

Um segundo aspecto a ser ressaltado é a afirmação do “americanismo” e da “democracia” como obra dos “ditadores” latino-americanos na visão de Francisco García Calderón. Representantes e promotores da mestiçagem, “niveladores” da sociedade, aclamados pelos mais pobres e responsáveis pela união entre as várias castas, os “tiranos” teriam professado o “americanismo” na política e poderiam ser considerados como fundadores da “democracia” no subcontinente. É importante destacar, nesse sentido, que, para García Calderón, as ideias de “tirania” e “democracia” não seriam excludentes, mas, pelo contrário, a primeira poderia fundar a segunda. Interessante notar como essa interpretação vai completamente de encontro com uma das teses fundamentais de Alexis de Tocqueville, em *A democracia na América*. Se para o autor francês, a “democracia” poderia ter como efeito uma “tirania”, fosse ela “da maioria” ou de um “César”; para García Calderón, defendendo uma tese exatamente oposta, a “tirania”, especificamente aquela de um “César” centralizador, seria o elemento fundador das “democracias latinas da América”.¹⁸⁸

Além desses dois aspectos, a citação acima deixava entrever alguns fundamentos estruturais da elaboração do ensaio de Francisco García Calderón, especificamente sobre a centralidade que os “grandes homens” ocupavam nessa obra. O próprio intelectual peruano não deixou de citar algumas vezes, em seu texto, o historiador escocês Thomas Carlyle (1795-1881), cujos trabalhos defendiam, em grande medida, o papel essencial dos “heróis” na história humana. Escrevendo suas principais obras na primeira metade do século XIX, em um contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial e de crescentes tensões sociais e políticas na Inglaterra, Carlyle constituía-se como um grande crítico da “democracia liberal”. Em suas obras históricas, fortemente

¹⁸⁸ Ver TOCQUEVILLE, *op. cit.*; e para uma análise sobre essa questão, ver JASMIN, *op. cit.*, pp. 53-75.

inspiradas pelo romantismo, ressaltava o papel de “grandes homens” que, erguendo-se sobre suas dadas sociedades, seriam capazes de sintetizar a época em que viveram.¹⁸⁹ É possível afirmar que esse aspecto da obra de Carlyle pode ser fortemente sentido em *Les democracies latines de l’Amérique*. Francisco García Calderón, dedicando boa parte de seu livro à narrativa das histórias nacionais de vários países da América Latina, concentrava sua abordagem principalmente na atuação dos grandes “caudilhos” do subcontinente. Nesses capítulos, conforme se pode depreender da análise dessa obra, os grandes líderes políticos sintetizariam a própria história das nações latino-americanas.

Em certa medida, essa organização política e social baseada, segundo a interpretação de García Calderón, na figura dos “caudilhos”, edificada a partir de heranças e tradições tanto de espanhóis quanto de indígenas, seria a única “verdade política” existente na América Latina. Constatando de maneira idêntica a Bulnes e Bomfim, o divórcio entre as “práticas” e as “ideias” na América Latina, o autor peruano apontava, não obstante, para uma resposta diversa. A despeito das proclamações “falsas”, a política latino-americana se constituiria a partir de um regime “personalista” e sua “democracia” derivava exatamente desse tipo de organização. Nas palavras de García Calderón:

Fuera del régimen del caudillo, la mentira política predomina: la libertad de los sufragios no es sino una promesa platónica inscrita en la Constitución; las elecciones son obra del gobierno; no hay opinión pública. El periodismo, casi siempre oportunista, no hace sino reflejar la indecisión de los partidos. *Status* políticos y condiciones sociales se oponen: aquellos proclaman la igualdad y las razas son diversas; el sufragio universal, y las razas son iletradas; la libertad, y los déspotas imponen sus poderes arbitrarios. Por mediación de sus prefectos y gobernadores, el Presidente dirige las elecciones, apoya tal o cual candidato, impone inclusive su sucesor: es el supremo elector.¹⁹⁰

Vale a pena destacar nesse excerto, em primeiro lugar, mais uma vez, a recorrência, na retórica política dos intelectuais analisados neste capítulo, da ideia de “mentira política”, sintetizada pela “promessa platônica” de liberdade dos sufrágios na Constituição. García Calderón concebia, partindo dessa premissa, a impossibilidade real

¹⁸⁹ Sobre Thomas Carlyle, ver ANDRADE, Débora El-Jaick. “Escrita da história e política no século XIX: Thomas Carlyle e o culto aos heróis”. *História e perspectivas*, Uberlândia (35), pp. 211-246, jul./dez. 2006.

¹⁹⁰ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 203-204.

da prática do voto, de modo particular, em países em que as “massas” eram “iletradas”. Nesse sistema, acabava por prevalecer, em grande medida, a única “verdade política” possível: o poder do Presidente, o “supremo eleitor”.

Nesse sentido, principalmente nos países latino-americanos marcados por uma condição inferior à de Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, modelos de relativo desenvolvimento e de sociedades mais complexas, não seria possível pensar de maneira alguma, no ensaio do autor peruano, em um sistema político no qual o poder executivo tivesse sua força reduzida. Nas palavras de García Calderón,

Fuera de las naciones australes, no se han formado todavía ni clases ni intereses sociales. Ninguno de los problemas que agitan a Europa (extensión del derecho de sufragio, representación proporcional, autonomía municipal) tienen allí importancia inmediata. El Estado es el tutor necesario, especie de providencia social de donde provienen la riqueza, la fuerza y el progreso. Debilitar esta influencia sería fomentar el desorden interno. En América, sólo han sido útiles las constituciones que han reforzado el poder central contra la anarquía perpetua.¹⁹¹

García Calderón destacava, no excerto acima, a centralidade e a necessidade de um Estado forte em países em que as classes e interesses sociais não teriam ainda se “formado”. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, assim como Francisco Bulnes, o ensaísta peruano entendia que os problemas da participação popular no subcontinente se apresentavam como menos nocivos que na Europa, onde as “massas” se constituíam como elemento decisivo da política. Em segundo lugar, é preciso afirmar que a defesa de governos fortes na América Latina, presente no texto de Francisco García Calderón, vinha acompanhada também, como no ensaio de Francisco Bulnes, da ideia de “nações em formação”. Como já foi discutido anteriormente neste capítulo, a concepção de “incompletude” das nacionalidades do subcontinente, forneceu, muitas vezes, munição a um discurso que afirmava a necessidade de governos centralizadores como única forma de salvar esses países da “anarquia perpétua”. O Estado, definido, nessa análise, como “tutor necessário”, representaria a única via de acesso ao “progresso” para essas nações. De acordo com esse autor, na América Latina em “formação”, o Estado e o “caudilho” eram suas “verdades” políticas possíveis.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 206.

Concebendo a política latino-americana nesses termos, Francisco García Calderón apontava, na reta final de seu ensaio, para alguns possíveis “remédios” contra a “ação dissolvente das revoluções”. Obviamente, essas prescrições tinham como pressuposto básico a definição de um exercício “realista” do poder, ou seja, que estivesse de acordo com a “realidade” local e que renunciasse aos “dogmas ingênuos” e a “abstrações” mais propícios ao estrangeiro:

Aumentar la duración del mandato presidencial, a fin de evitar las demasiados frecuentes luchas entre los partidos; simplificar la maquinaria política que transforma los parlamentos cada vez más numerosos en simples organizaciones burocráticas; prolongar el mandato de los senadores y de los diputados para impedir que elecciones frecuentes turben la existencia de los pueblos; renunciar, en suma, a los dogmas ingenuos de los estatutos políticos en nombre de las reformas concretas: tal parece ser el ideal que detendría en América tropical, en el Perú, en Bolivia, la acción disolvente de las revoluciones.¹⁹²

É importante ressaltar aqui que defender um executivo forte, com maior tempo de mandato e eleições menos frequentes com o objetivo de diminuir as mobilizações dos partidos, significava apontar não somente para um processo de “pacificação” da política latino-americana, mas também, de maneira específica, da política peruana que vivenciava, durante esses anos, um período particularmente turbulento, no qual ficavam explícitas as divisões políticas que começavam a se formar no seio das elites civilistas e a emergência de movimentos de massa relevantes na capital Lima.¹⁹³

De maneira geral, as concepções políticas expostas por Francisco García Calderón em *Les démocraties latines de l'Amérique* se concentravam essencialmente na figura dos “caudilhos” nacionais, grandes líderes capazes de centralizar e fortalecer o Estado e o poder executivo e de pacificar as “anárquicas” nações latino-americanas. De

¹⁹² *Ibidem*, p. 206.

¹⁹³ Vale a pena destacar aqui que no momento em que o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique* escrevia seu ensaio, a “República Aristocrática” peruana e, especificamente, a elite “civilista” que controlava o país desde 1895 passava por um período de sérias divisões internas, ao mesmo tempo em que as tensões sociais urbanas cresciam no país, principalmente em Lima. Em 1912, ano em que García Calderón publicou sua obra mais importante, alcançava a presidência do Peru, o então ex-prefeito da capital, Guillermo E. Billinghurst, rico explorador de nitrato muito ligado às classes trabalhadoras limenhas, derrotando o candidato civilista Antero Aspíllaga. Billinghurst, que subiu ao poder em meio a manifestações das massas operárias em seu favor, fazia desses movimentos populares seu trunfo para enfrentar as elites civilistas, que, entretanto, se uniram contra o presidente, derrubando-o por meio de um golpe em 1914. KLARÉN, Peter. “As origens do Peru moderno, 1880-1930”. In: BETTHEL, Leslie (org.). *História da América Latina – Vol. V: de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2008, pp. 347-349.

acordo com essa interpretação, o “caudilhismo” seria a única “verdade” política possível na América Latina. Em meio a discursos e “constituições falseadas” por “dogmas ingênuos”, as ditaduras seriam a única possibilidade dos países do subcontinente se colocarem nas rotas do “progresso”. Segundo a tese de García Calderón, a “democracia” latino-americana se constituiria a partir do estabelecimento de “tirantias”. Entre tantos “lugares-comuns” constituídos na análise política e intelectual nos dois últimos séculos na América Latina, a ideia de um autoritarismo intrínseco às formações políticas da região, avessa a qualquer modelo que implicasse participação popular, tem ocupado posição de destaque, fornecendo ainda hoje explicações para o “fracasso” da “democracia” ou sua “incompatibilidade” com a “realidade” política dos países latino-americanos, cujos destinos, para muitos, ainda hoje, estariam profundamente vinculados ao mando de seus “caudilhos”. Como resposta a uma pretensa incapacidade de participação política das “massas iletradas”, tanto Francisco Bulnes quanto García Calderón prescreviam regimes fortemente centralizados, “ditadores liberais”. Se para o primeiro essa alternativa significava a impossibilidade da democracia na América Latina, para este último, se configuraria como a única maneira possível de que estes países a alcançassem.

Partindo de um diagnóstico similar (o “despreparo” das massas para a política), mas apresentando respostas diversas a esse problema, Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem* concebia, como muitos de seus contemporâneos, a atividade intelectual como veículo para a transformação política e social.¹⁹⁴ Nesse contexto, os temas da instrução pública e do combate ao analfabetismo foram tomados, muitas vezes, como bandeiras intelectuais que miravam a “educação” como o fator que possibilitaria a redenção do “atraso” nacional.¹⁹⁵ É possível depreender daí a relação umbilical explicitada no texto de Manoel Bomfim entre as ideias de “democracia” e “instrução”. Se a “democracia”, signo da “modernidade”, poderia ser apontada como uma falácia em uma nação composta principalmente por analfabetos, a “instrução” das classes populares poderia significar a implantação no país não somente de uma “verdadeira democracia”, mas em sua inserção definitiva nas vias do “progresso” internacional. Bomfim demonstrava também, como muitos de seus contemporâneos, uma profunda decepção com o regime republicano no Brasil. Segundo o autor, embora a “república”

¹⁹⁴ Ver, nesse sentido, SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁹⁵ Para esse debate no Brasil da Primeira República, ver BOTELHO, *Aprendizado da nação*, op. cit., pp. 55-71.

tenha sido proclamada no país, ela não veio acompanhada com a “democracia”, a qual só seria alcançada por meio da “instrução” da população:

Fez-se a *república* no Brasil, e adotou-se o regime da democracia pura, o sufrágio universal; o governo seria apenas, um mandatário – o delegado, representando a vontade da maioria da nação. Tal é a essência do regime – um órgão governamental em nome da maioria. Não sendo assim, não concorrendo a maioria das vontades para instituir os poderes públicos, está falseado o sistema. Ao mesmo tempo, compreendendo, e compreendendo muito bem, que, hoje, o indivíduo analfabeto não é um cidadão completo, e que, numa democracia, todo cidadão deve conhecer seus direitos e deveres – compreendendo isto, a Constituição republicana estabelece que “só serão eleitores os indivíduos que souberem ler e escrever”. No entanto, ocorre que, no país, apenas 10% dos cidadãos sabem ler e escrever, e vem dali que mesmo quando as eleições fossem puríssimas, ainda assim o regime estaria falseado – porque apenas 10% dos cidadãos iriam às urnas. Em hipótese nenhuma seria uma *república* democrática, pois que o governo representa a vontade de uma minoria insignificante, e o sufrágio universal – uma burla, visto a ignorância absoluta das massas. Dito isto, qual o dever do Estado-república? Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos.¹⁹⁶

Inserido em um debate existente no Brasil desde a década de 1870, iniciado, portanto, na crise do Império, e que se estendeu ao longo da Primeira República, Manoel Bomfim apontava para as diferenças entre os conceitos de “república”, entendida por ele como sistema de governo, e “democracia”, cujos significados em seu texto podem ser apreendidos a partir de uma ideia que relacionava o fator social à participação política.¹⁹⁷ De acordo com sua interpretação, a constituição de uma “república” sob os princípios da “democracia pura”, ou seja, do “sufrágio universal” no Brasil, se edificava sobre bases essencialmente falsas, dado o analfabetismo reinante no país, a “ignorância absoluta das massas”, que impedia que a grande maioria da população atuasse, de fato, no mundo da política, restringindo as decisões referentes aos assuntos públicos à “vontade de uma minoria insignificante”. Segundo as teses de Manoel Bomfim, a “instrução” dessas “massas ignorantes” deveria se afigurar como atitude principal das classes dirigentes da República para a construção de uma

¹⁹⁶ BOMFIM, *op. cit.*, pp. 202-203.

¹⁹⁷ Para o debate sobre os conceitos de “democracia”, “república” e “federalismo” na crise do Império e no alvorecer da República no Brasil, ver CARVALHO, José Murilo de. “República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891”. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, pp. 141-157, jan./jun. 2011.

“democracia verdadeira” não somente no Brasil, mas em todo o continente. Na conclusão de seu ensaio, Bomfim afirmava, mais uma vez, a relação que concebia entre as ideias de “democracia” e “instrução”:

Depois de enumerar as vantagens da instrução, e de mostrar a necessidade de levá-la a todos os espíritos, se queremos partilhar do progresso – depois dessa longa demonstração, será preciso provar que difundir a instrução constitui um dever iniludível, para todos que são responsáveis pela sorte dessas sociedades americanas. Dever, sim; dever de honra para os que são capazes de compreender um dever – tal é o aspecto moral da questão. O dever supremo dos que ocupam as posições dominantes em nome de um regime democrático e livre é o de suprimir a injustiça, quando possível, defender a liberdade, estabelecer a igualdade. Se assim é, que há mais de urgente que o fazer desaparecer entre os indivíduos essa causa de desigualdade, essa causa de inferioridade intelectual e econômica, e de incapacidade política – qual o “não saber ler e escrever”?... Compreende-se, porventura, uma democracia de onde 90 por 100 dos indivíduos são excluídos por analfabetos? Tanto vale dizer: uma democracia sem povo, sem cidadãos. Um tal regime, ainda que o levassem a uma partida de pureza ideal, não passaria da opressão e do despotismo de uma aristocracia, sem nobreza, sobre a plebe servil. Não se trata de fazer o libelo dos políticos; basta, para aqueles que são de boa-fé, a tristeza de contemplar a própria obra e ver como esses oitenta anos de democracia na América Latina têm desmoralizado o regime e os ideais que eles sinceramente apregoavam. Trata-se de acentuar as causas do fracasso em que se desfazem todos os programas e governos, até demonstrar como este fracasso resulta de que, nos políticos, a ação não corresponde à palavra. Os desastres e os males procedem unicamente de que eles pregam a liberdade, e não promovem os meios de torna-la efetiva. ¹⁹⁸

Essa citação, a despeito de sua extensão, é capaz de fornecer uma boa síntese do pensamento político e social de Manoel Bomfim. Um primeiro aspecto a ser destacado é a ideia da “redenção” da América Latina como um “dever moral” não apenas das classes que ocupavam o poder, mas também dos próprios intelectuais. Como já foi ressaltado anteriormente, em países compostos majoritariamente por analfabetos, o domínio da palavra constituía-se como elemento de distinção social, resultando, conseqüentemente, na definição do próprio lugar ocupado pelas elites letradas nessas

¹⁹⁸ BOMFIM, *op. cit.*, p. 337-338.

sociedades.¹⁹⁹ Nesse sentido, é possível afirmar que, arrogando-se a tarefa de reformar moralmente a sociedade brasileira, em particular, e latino-americana, de maneira geral, por meio da “instrução popular”, os intelectuais, entre os quais o próprio Manoel Bomfim, não estavam somente tentando estabelecer uma democracia efetiva ou nacionalidades consistentes, mas atuavam, consciente ou inconscientemente, no sentido de redefinir, enquanto “redentores morais”, seu papel na sociedade.²⁰⁰

Em segundo lugar, o autor de *A América Latina: males de origem* localizava exatamente na questão do “analfabetismo”, “causa de desigualdade”, a ausência de “democracia” no subcontinente: era a ele que se devia, no limite, a ausência de liberdade e igualdade nas nações latino-americanas. Concordando, nesse sentido, com a “incapacidade” dos analfabetos em participar da vida política, Bomfim entendia que apenas com a erradicação desse mal, a “democracia” poderia ser, enfim, implantada nas nações latino-americanas. Por fim, é importante destacar que, mais uma vez, o autor brasileiro, ao ressaltar a existência de uma sociedade que pregava os valores democráticos, mas que mantinha 90% de sua população iletrada, retomava a ideia da clivagem entre a retórica política e a “realidade social”. Nessa interpretação, enquanto houvesse esse descompasso, de nada adiantariam as leis e mudanças de regime político. Entretanto, ao contrário de Bulnes, que ressaltava o caráter latino como impeditivo para o estabelecimento da “democracia” na América Latina, Bomfim apontava para a reforma social, especificamente no que se referia à instrução pública, como alternativa capaz de combater os “males de origem” da região.

A “democracia” no Brasil e, de forma mais ampla, na América Latina, só poderia ser alcançada, de acordo com Manoel Bomfim, no momento em que a sociedade, reformada moralmente, se livrasse dos vícios legados pela colonização, resistentes principalmente na atuação (ou falta de atuação) do Estado e no analfabetismo persistente na maior parte da população. Essa reforma deveria partir do próprio Estado, com a participação decisiva dos intelectuais nesse processo. Concebendo, de fato, a “incompletude” dos analfabetos enquanto “cidadãos”, o autor de *A América Latina: males de origem* entendia que “reformar” a “instrução” e alfabetizar a população da região significaria, enfim, colocar as “ideias no lugar”, possibilitando que as nações latino-americanas, “redimidas”, pela “educação”, de seus “males de origem”, se

¹⁹⁹ Ver SEVCENKO, Nicolau. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”. *Revista de Cultura Vozes*, n. 9, nov. de 1980.

²⁰⁰ BOTELHO, *Aprendizado da nação*, op. cit., pp. 71-72.

dirigissem para as vias do “progresso” e da “verdadeira democracia”. Para o bem ou para o mal, esse estabelecimento se daria “de cima para baixo”, ressaltando o papel da minoria ilustrada diante das “massas ignorantes”, consideradas incapazes de participar da “democracia”.

2.6. Caliban, o “outro”: modernidade democrática e tradição autoritária

Analisadas tais interpretações sobre as questões da política na América Latina no umbral do século XX, é preciso retornar ao início do capítulo antes de finalizá-lo.

Encaminhando seu ensaio para a conclusão, Francisco García Calderón, a despeito de todas as suas concepções políticas e com o peso de ser considerado um dos principais senão o principal discípulo de José Enrique Rodó, afirmava, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, que “es preciso no olvidar las sugerencias de Caliban para la América futura”.²⁰¹ Vale a pena destacar aqui, em primeiro lugar, que, ao tratar de Caliban, o autor peruano estava se referindo possivelmente aos Estados Unidos e não a algumas de suas características frequentemente associadas ao personagem deformado e praguejador de Shakespeare como a democracia “niveladora”, “mediocre” e “perigosa” para a “alta cultura”. É curioso notar, entretanto, se tomarmos novamente o *Caliban*, de Ernest Renan, que, na Europa, o escravo interesseiro tomava o poder, sem, no entanto, abandonar as sugestões de Próspero. Na modernidade do Velho Continente, a “democracia” se tornara dominante. Vinha acompanhada, entretanto, da influência dos antigos aristocratas. No mesmo sentido, as representações construídas à época sobre os Estados Unidos associavam, muito fortemente, a república da América do Norte a elementos “calibanescos”. Note-se, por outro lado, que, em uma visão como a de García Calderón, Caliban era apresentado como elemento externo, cujas sugestões, embora pudessem e, muitas vezes, deveriam ser acatadas, não passariam de simples conselhos aos Prósperos locais, certamente mais simpáticos a Ariel.

Se Caliban, mesmo com toda a carga negativa de que, muitas vezes, foi revestido, remetia à vitória da modernidade democrática na Europa e nos Estados Unidos, esse personagem não encontrou, em contrapartida, espaço nas representações sobre a América Latina, mais frequentemente associada às figuras de Próspero e Ariel,

²⁰¹ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 208.

pelo menos até o período posterior à Segunda Guerra Mundial.²⁰² Nos textos da virada do século XIX para o século XX, Caliban era construído sempre como o “outro” a ser refutado, temido, admirado, respeitado ou copiado. Essa tensão interpretativa provocada pelos caminhos trilhados pelas apropriações dos personagens shakespearianos remete a um dos principais tópicos do ensaísmo produzido no subcontinente nos últimos duzentos anos: as relações entre “modernidade” e “tradição” na América Latina.²⁰³ Esse antagonismo, independentemente de como essa questão foi resolvida nos textos de cada autor, se constituía, na maior parte das vezes, como elemento central no discurso e na argumentação de grande parte dos intelectuais que procuravam elaborar interpretações sobre as várias nacionalidades da região, em particular, ou sobre a América Latina, de maneira geral. O “moderno” era representado, muitas vezes, como símbolo do “estrangeiro” a ser emulado, nos discursos “modernizadores”, ou refutado, nos discursos “conservadores”, seja com o objetivo de combater os elementos “tradicionais”, no primeiro caso, seja buscando revalorizá-los, no segundo.

Embora diversas concepções tenham sido formuladas a esse respeito nos últimos dois séculos, é preciso ressaltar que seria a partir dessa “dialética entre o novo e o velho”, para utilizar a feliz expressão de Maristella Svampa²⁰⁴, que as interpretações sobre a América Latina e a construção de suas identidades vêm se constituindo praticamente desde as independências. Essa dialética está, por exemplo, na base da tese das “ideias fora do lugar”, que esteve no centro da retórica política e intelectual latino-americana desde o século XIX. Ressoando o “mal-estar” de suas elites, indignadas ou resignadas pela “realidade” local não ser como a da Europa ou dos Estados Unidos, os ensaios latino-americanos elaboraram diversas respostas a esse conjunto de problemas envolvendo a questão das tensões entre “modernidade” e “tradição” no subcontinente. Os temas da política e, especificamente, da “democracia” na América Latina, discutidos neste capítulo, podem fornecer alguns elementos para essa discussão.

²⁰² Pode-se afirmar que a apropriação de Caliban como símbolo dos povos colonizados e, nesse sentido, como protótipo dos povos da América Latina, dataria da segunda metade do século XX, no contexto dos processos de emancipação política ocorridos na África, na Ásia e na Oceania após a Segunda Guerra Mundial. É possível que a releitura mais famosa da peça de Shakespeare sob a perspectiva anticolonial seja a obra do intelectual martinicano Aimé Césaire, *Une tempête (pour un théâtre nègre)*, publicada em 1969, em que Caliban era apresentado como um herói anticolonialista. Para a transposição dessa ideia para a “realidade colonial” da América Latina na segunda metade do século XX, ver sua abordagem mais conhecida em FERNANDEZ RETAMAR, *op. cit.*, pp. 9-70.

²⁰³ Sobre essa questão, ver PALTÍ, *op. cit.*, pp. 259-308.

²⁰⁴ SVAMPA, *op. cit.*, pp. 78-81.

O “atraso” latino-americano poderia, por exemplo, ganhar uma feição determinista como no texto de Francisco Bulnes. O caráter e as condições físicas e naturais seriam as responsáveis por seus “males” e impossibilitariam o estabelecimento da “democracia” na região. O paradigma apontado como ideal pelo autor mexicano não era, entretanto, a Europa como um todo, mas especificamente os países anglo-saxões, exemplificados pela Inglaterra e, no continente americano, pelos Estados Unidos, superiores aos países latinos por seus costumes e instituições. Bulnes se colocava, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, em um contexto de expansão dos Estados Unidos e sob o impacto da independência de Cuba em relação à Espanha, seduzido pela “evolução” de seus vizinhos do norte e extremamente pessimista em relação aos países do sul. Concebia, embora não como uma solução que resolveria os problemas da América Latina, mas como uma possibilidade de amenizá-los, a implantação de regimes centralizados por um poder executivo forte como o modelo político ideal para as nações em “formação” da região. Se a “modernidade” anglo-saxônica era impossível de ser estabelecida nos países latino-americanos por seus costumes e caráter, a “modernidade” latina, cujo exemplo máximo era a república francesa parlamentar, anárquica e corrupta e que, além de tudo, segundo sua interpretação, corria o risco de degenerar em socialismo, era indesejável para as nações da América. De acordo com Francisco Bulnes, a “realidade” latino-americana, incompatível com certos “modelos” estrangeiros, exigiria uma “ditadura progressista” temperada por elementos “liberais” e “democráticos”, que fosse capaz, ao mesmo tempo, de estabelecer a “ordem” nos países da região e encaminhá-los na direção do “progresso”.

O brasileiro Manoel Bomfim, em outra direção, não considerava os “vícios” da política latino-americana a partir de uma perspectiva determinista, mas como resultado de um processo histórico e social vinculado à colonização ibérica, cuja síntese seria a imagem de um Estado espoliador e completamente desvinculado da sociedade. O autor de *A América Latina: males de origem* afirmava o absurdo em se proclamar a “república” e a “democracia” em países onde o “povo”, analfabeto, era incapaz de participar da vida política. As belas ideias e dogmas “estrangeiros” e “modernos” não se enquadravam, portanto, à “realidade” social “arcaica” da região. Bomfim propunha, nesse sentido, como remédio para os “males de origem” da América Latina, que se realizasse nos países da região um grande projeto de instrução pública que possibilitasse a todos aqueles que não soubessem ler e escrever que pudessem se tornar cidadãos “por completo”, participando assim verdadeiramente dos assuntos nacionais. Essa obra não

seria somente de responsabilidade do Estado e dos governantes, mas missão dos intelectuais que, de certa forma, definiam assim seu próprio papel social em sociedades fortemente excludentes. A “instrução” seria, nesse sentido, a única maneira das nações latino-americanas alcançarem a “verdadeira democracia”, cuja existência não se restringiria apenas ao plano da retórica, mas se constituiria como “realidade” social de fato.

Diferentemente de Bulnes e Bomfim, Francisco García Calderón afirmava a existência na América Latina de uma “outra” democracia estruturada na figura dos “caudilhos”, resultado das “tradições” locais de origem indígena e ibérica. Ao contrário das outras duas interpretações destacadas neste capítulo, o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique* ressaltava que a “democracia” latino-americana, simples e bárbara, se constituiria a despeito da retórica e dos dogmas “estrangeiros”, vinculada, por outro lado, a sua “realidade” social. Entretanto, essa organização política existente seria, de alguma forma, falseada no plano teórico por essas mesmas ideias impossíveis de serem incorporadas ao cotidiano social. É interessante notar como partindo de pressupostos diferentes, Francisco Bulnes e Francisco García Calderón se assemelham em suas abordagens. Se o mexicano afirmava que, dada a impossibilidade democrática na América Latina, os governos fortes e centralizados seriam os mais adequados para a região, o peruano radicado na França afirmava que tais governos eram eles mesmos os signos da democracia nesses países. Ambos coincidiam, nesse sentido, na associação entre a política latino-americana e regimes fortemente centralizados.

Note-se que, nos três autores, o “moderno” se configurava sempre como elemento externo, em contraposição ao “arcaico” e “tradicional” local. A ideia de “democracia” surgia nessas obras ou como elemento estrangeiro, como nos textos de Bulnes ou Bomfim, ou ressignificada a partir de concepções relacionadas a “tradições” específicas da região, ganhando uma feição “bárbara”, como na interpretação de García Calderón. De qualquer forma, as ideologias e instituições “avançadas” eram, nesse tipo de retórica, tanto entre os modernizadores ou reformadores, quanto entre os conservadores, apresentados, em contraposição ao “atraso” local, como elementos “estrangeiros”, como “ideias fora do lugar”.

A construção dessa dialética entre o “outro” e o “próprio”, cujas variações podem ganhar inúmeros contornos – o “novo” e o “velho”, o “moderno” e o “arcaico”, a “modernidade” e a “tradição”, a “democracia” e o “autoritarismo”, etc. –, impregna ainda hoje a retórica política e intelectual na América Latina, se constituindo como um

problema central para os estudiosos das ideias na região. Reconhecer a construção desse conjunto de “lugares-comuns” nesses discursos produzidos desde as independências, pode representar um primeiro passo para a constituição de análises críticas sobre as situações particulares dos países latino-americanos, sem, no entanto, recair em clichês relacionados aos “desvios” latino-americanos na incorporação de “modelos” externos europeus e estadunidenses.

CAPÍTULO 3

OS PARASITAS DA AMÉRICA:

Circulação de ideias, retórica política e análise social

... parásitos que florecen a expensas de otras flores, y fructifican a expensas de otros frutos (símbolo antediluviano de la dominación de España en el Nuevo Mundo)...

Eugenio María de Hostos, “Plácido”, 1870.

A viagem ascendente do parasitismo era inegável: estudado com razão, primeiramente no reino vegetal, passou a ser estudado, ainda com justos motivos, no reino animal, e chegou por meio de erros e exagerações a ser encaixado no reino social.

O livro de Massart e Vandervelde contribuiu assaz para esse resultado.

Pegar d’ele e aplica-lo à colonização de espanhóis e portugueses na América, foi toda a façanha do Sr. Bomfim.

Sylvio Romero, *A América Latina*, 1906.

3.1. “A façanha do sr. Bomfim”

A ideia de “parasitismo social” foi utilizada por Manoel Bomfim como um dos eixos estruturadores de seu ensaio *A América Latina: males de origem* (1905) e, portanto, apresenta-se como temática obrigatória para todo aquele que pretende estudá-lo. Um dos primeiros textos “críticos” sobre essa obra, o homônimo *A América Latina* (1906), do influente intelectual brasileiro Sylvio Romero, não se absteve de encarar a discussão.²⁰⁵ Segundo Romero, “a doutrina biológico-social do *parasitismo*, aplicada à colonização dos ibéricos n’América” era o “esteio principal” e a “desvirtuada premissa”

²⁰⁵ Sobre as polêmicas em que se envolveu Sylvio Romero e, especificamente, sobre a discussão com Manoel Bomfim, ver VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

do livro de Bomfim. Desvirtuada, nas palavras do crítico, porque submetia, “infelizmente”, as verdadeiras “doutrinas científicas” às “imposições da moda”.²⁰⁶

Romero deslegitimava as conclusões de *A América Latina: males de origem* argumentando que seu autor não aplicava com correção em seu texto as teses acerca do parasitismo elaboradas pelos autores europeus. Curiosamente, ao desqualificar o ensaio nesses termos, sua crítica feroz terminava por acentuar o caráter original das proposições de Bomfim no contexto brasileiro. Ao citar e refutar a utilização que este autor fez de *Parasitisme Biologique et Parasitisme Social* (1893), de Jean Massart e Émile Vandervelde, uma das obras de referência utilizada para a elaboração de *América Latina: males de origem*, Romero afirmava:

A viagem ascendente do *parasitismo* era inegável: estudado com razão, primeiramente no reino *vegetal*, passou a ser estudado, ainda com justos motivos, no reino *animal*, e chegou por meio de erros e exagerações a ser encaixado no reino *social*.

O livro de Massart e Vandervelde contribuiu assaz para esse resultado.

Pegar d’ele e aplica-lo à colonização de espanhóis e portugueses na América, foi toda a façanha do Sr. Bomfim.²⁰⁷

Mais adiante, prosseguia Romero,

O *parasitismo* na ordem social [...] não deve ser tomado no sentido maléfico, pejorativo, pessimístico do dr. Manoel Bomfim. A expressão *classes-parasitárias-sociais, indivíduos-parasitas-sociais*, a despeito de sua repetição constante, tem ainda hoje um pronunciado sabor metafórico [...].

O abuso das metáforas fundadas em ilusórias relações de semelhança é o flagelo da sociologia [...].

O parasitismo social, no que tem de real, é sempre a exceção n’um povo dado; absurdo é supô-lo estendido por uma nação inteira. Não poderia ela subsistir e menos ainda representar uma função histórica distinta.²⁰⁸

A despeito dos juízos de valor presentes na crítica elaborada por Sylvio Romero, os excertos citados pontuam algumas questões que podem servir como interessantes

²⁰⁶ ROMERO, Sylvio. *A América Latina (Analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*. Porto: Livraria Chadron de Lello & Irmãos, 1906, p. 38. Grifo no original. A grafia das citações foi atualizada para facilitar a leitura do texto.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 39. Grifos no original.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 40. Grifos no original.

pontos de partida para a análise do conceito de “parasitismo” na obra de Manoel Bomfim. Em primeiro lugar, Romero apontava para a utilização “equivocada” do conceito “biológico” de “parasitismo” quando aplicado às sociedades humanas. Em seguida, reconhecia que embora o autor de *A América Latina: males de origem* se apropriasse das ideias de Massart e Vandervelde, realizava, de maneira “incorreta”, a “façanha” de aplicá-las à colonização de portugueses e espanhóis na América. Posteriormente, destacava a utilização “metafórica” do conceito. Por fim, afirmava, contrariando Bomfim, que classes ou indivíduos poderiam ser parasitas, jamais as nações. Embora se diferenciem entre si, as questões levantadas por Sylvio Romero apontam para dois dos problemas centrais do ensaio: o significado do conceito de “parasitismo” e a sua utilização no texto de Bomfim. A análise desses dois eixos – o sentido do termo e sua aplicação – nortearão as páginas que se seguem.

É preciso afirmar, primeiramente, que a análise acerca do conceito de “parasitismo” que será realizada neste capítulo não se restringirá ao ensaio de Manoel Bomfim. Em primeiro lugar, o objetivo será desvendar seus sentidos biológico e social, com ênfase em sua transformação ao longo do século XIX. Em seguida, em uma abordagem que privilegiará a questão da circulação das ideias, será discutida a formulação de uma narrativa histórica e social que atribuiu ao “parasitismo ibérico” e ao “parasitismo colonial” os “males de origem” da América Latina, aproximando, nessa análise, a obra de Manoel Bomfim dos ensaios *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), do mexicano Francisco Bulnes, e *Les démocraties latines de l'Amérique* (1912), do peruano Francisco García Calderón.

Nesse ponto, é importante destacar que a obra de Manoel Bomfim causou, muitas vezes, certo estranhamento nos estudiosos da História intelectual brasileira da Primeira República. Uma possível explicação para esse fato é que, quando confrontado com o contexto intelectual brasileiro de sua época, no qual Sylvio Romero era um de seus maiores expoentes, o autor de *A América Latina: males de origem* apresentava uma interpretação que fugia dos padrões deterministas e racialistas hegemônicos e não encontrava paralelo em seus contemporâneos nacionais. O brasilianista Thomas Skidmore concluiu, pecando contra o ofício do historiador, que Bomfim estava “à frente do seu tempo”.²⁰⁹ Segundo Flora Sussekind e Roberto Ventura,

²⁰⁹ SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 172.

É da oscilação entre crítica ao paradigma étnico-biológico e produção de interpretação marcada metaforicamente por tal paradigma que derivam a ambiguidade e a estranheza deste texto, ocasionando resistências a sua recepção histórica e propiciando seu progressivo recalque.²¹⁰

Atribuir quaisquer explicações para o “estranhamento” causado pela obra de Bomfim entre os estudiosos parece uma missão arriscada. Entretanto, apresenta-se como plausível a hipótese de que essa sensação poderia ser resultado de uma interpretação de *A América Latina: males de origem* que na maioria das vezes tomou como parâmetro de análise apenas o contexto intelectual brasileiro e sua relação com determinados autores europeus. Pelo fato de se mostrarem arredias à associação com alguns textos canônicos frequentemente incorporados pela elite intelectual brasileira de sua época, algumas das formulações do ensaio de Bomfim não apresentavam de maneira explícita uma clara “filiação” intelectual. Ao mesmo tempo, em meio às “estranhezas” do texto, certos pesquisadores e críticos demonstraram surpresa ao identificar que nas teses bomfinianas ressoavam ideias presentes em autores como Karl Marx, Emile Durkheim ou mesmo os escritores anarquistas.²¹¹ Visto exclusivamente no contexto intelectual brasileiro, *A América Latina: males de origem* é um livro inusitado, difícil de ser classificado e que expunha teses completamente originais.

Nesse sentido, este capítulo busca deslocar a discussão em torno do ensaio de Manoel Bomfim. Em primeiro lugar, ao cotejá-lo ao lado dos textos de autores hispano-americanos como Francisco Bulnes e Francisco García Calderón, é possível notar a similaridade de temas e problemas e a recorrência de algumas questões nos três autores. Analisar a obra de Bomfim, a partir de uma perspectiva mais ampla, latino-americana, pode ser uma alternativa fecunda para ressaltar aspectos de seu ensaio muitas vezes imperceptíveis quando vistos nos limites das fronteiras intelectuais brasileiras.²¹² Em segundo lugar, a discussão acerca do conceito de “parasitismo” e seus significados

²¹⁰ SUSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto. “Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)”. In: SUSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984, p. 12.

²¹¹ Para uma aproximação entre Bomfim e Marx, ver SUSSEKIND & VENTURA, *op. cit.*, pp. 11-56; para o paralelo com Durkheim, ver ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 23; Para a comparação com os autores anarquistas, ver UEMORI, Celso Noburu. “Darwin por Manoel Bomfim”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n. 56, dez. 2008, pp. 327-348. Para todas essas aproximações, ver AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, pp. 287-315.

²¹² Baseio-me aqui nas reflexões de PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a História Comparada da América Latina”. *Revista de História*, n. 153, 2005, pp. 11-33.

históricos e sociais permite avaliar como, em meio a determinadas condições sociais, políticas, econômicas e culturais, se formulam as ideias, como elas circulam e, nesse movimento, como se transformam e são capazes de transformar uma determinada realidade social.

3.2. Parasitas e parasitismo: os conceitos e seus significados sociais

Uma das grandes teses defendidas por Sylvio Romero em seu ensaio de refutação a *A América Latina: males de origem* refere-se ao “equivoco” acerca da utilização em sentido social do termo “parasitismo”. Afirmava em seu texto a primazia do significado biológico do conceito e, em seguida, acusava a insensatez da “metáfora” social proposta por Bomfim. A despeito disso, o crítico reconhecia que na Antiguidade, o termo “parasita”, embora fosse, em sua concepção, primordialmente biológico, também era utilizado em sentido social. Mesmo que concordasse, de certa maneira, que “toda enorme categoria da existência não passa d’uma imensa cadeia de parasitismos”²¹³, pois

Parasitas são todos de tudo e tudo de todos; parasitas são os vegetais uns dos outros, são os animais entre si e em relação aos vegetais de que se nutrem; parasitas são as classes sociais umas das demais; é o Estado em face da sociedade; é o comércio em relação à lavoura e às indústrias fabris e manufatureiras; é o capitalista diante do operário que o enriquece, e o operário para com o capital que o nutre... Parasitas são os astros, pode-se dizer, em relação ao espaço, a Lua em relação à Terra, a Terra em relação ao Sol, o Sol em relação a algum grande centro cósmico desconhecido; parasitas são todos esses do tempo que os faz mover e os destrói.²¹⁴

Romero afirmava que

[...] a qualidade de *parasita* é um *predicado* que, por demasiado extenso, não define o *sujeito*. É pálido, incolor, indeterminado, incharacterístico, indefinido, e, como tal, não pode exercer a função lógica de distinguir e classificar.

²¹³ ROMERO, *op. cit.*, p. 46.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 46.

N’essa acepção genérica, é apenas uma *metáfora*, que amplia e, implicitamente, falseia o significado rigoroso que tem o qualificativo em história natural.²¹⁵

Romero atribuía, portanto, um “significado rigoroso” ao conceito de “parasitismo” quando aplicado à história natural e afirmava que esse mesmo “qualificativo” se constituía como um “predicado” muito vago para se referir às sociedades.

Como o próprio crítico reconhecia, era possível encontrar na Antiguidade o conceito de “parasita” em ambos os sentidos: biológico e social. Romero recorria a Aristóteles para afirmar a predominância do primeiro. De fato, o filósofo ateniense que viveu no século IV a. C. o utilizou com esse significado, especialmente em sua *História dos Animais*.²¹⁶ Entretanto, o teatro grego e, especificamente, as peças de Epicarmo, já davam conta da figura do “parasita social” nos séculos VI e V a. C. O personagem do “parasita”, que persistia ainda nas representações da época de Aristóteles, se caracterizava por ser bajulador, galhofeiro e, principalmente, por comer e beber na casa dos outros.²¹⁷ O significado social do conceito antigo de “parasita” foi evidenciado, tempos depois, no século II d. C., nos marcos do Império Romano, por Luciano de Samósata, em um diálogo satírico chamado exatamente de *O parasita*:

SIMÃO

[...] A palavra “parasitismo” é antiga; o que ela significa realmente?

TIQUÍADES

Comer a custa de outrem.²¹⁸

O termo “parasita”, nascido entre os gregos, continuou habitando o vocabulário social sob o domínio romano, seja nas peças teatrais de Plauto, seja na oratória de Cícero, se confundindo, muitas vezes com a figura do “cliente”, ou seja, daquele que dependia de alguém mais poderoso para se manter.²¹⁹

²¹⁵ *Ibidem*, p. 47. Grifos em itálico no original.

²¹⁶ ARISTÓTELES. *História dos Animais*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2006, p. 177, 194 e 225.

²¹⁷ HANDLEY, E. W. “Comedy”. In: EASTERLING, P. E. & KNOX, B. M. *The Cambridge History of Classical Literature*. Volume I: Greek Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 369.

²¹⁸ LUCIANO DE SAMÓSATA. *O parasita*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 67.

²¹⁹ DAMON, Cynthia. “Greek Parasites and Roman Patronage”. *Harvard Studies in Classical Philology*. Vol. 97: Greece in Rome: Influence, Integration, Resistance. 1995, pp. 181-195.

Não é o objetivo deste capítulo desvendar os significados dos conceitos de “parasita” e “parasitismo” entre gregos e romanos, visto que a questão demandaria um maior aprofundamento, mas relativizar, já nas suas origens, a preeminência biológica de tais vocábulos. Mesmo que não seja possível elencar todas as evidências a esse respeito, é provável que, entre os Antigos, ao contrário do que afirmava Romero, a definição social predominasse sobre a biológica. Nesse sentido, parece interessante, voltando aos marcos cronológicos deste trabalho, discutir as transformações que envolveram o conceito de “parasita” ao longo do século XIX, visando compreender melhor a sua utilização nos textos analisados nesta pesquisa. Para tanto, uma consulta a alguns dos principais dicionários de língua portuguesa, castelhana e francesa daquele período pode fornecer instigantes informações sobre o tema. A escolha desses três idiomas se deve ao fato de terem sido aqueles em que os ensaios de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón foram escritos. Ressalte-se ainda que o brasileiro elaborou seu texto durante sua estada em Paris e a que a primeira edição do livro do autor peruano foi redigida e publicada em francês.

Entre os dicionários das três línguas que foram pesquisados, o que menos apresentou variações no decorrer do século XIX foi o *Dictionnaire de l'Académie Française*. Nele, a palavra *parasite* apresentava, nas edições consultadas (1798, 1835 e 1879), três sentidos básicos: era definida, respectivamente, como um substantivo com sentido social em termos semelhantes aos dos Antigos (“o que come à custa dos outros”), e como um adjetivo, primeiramente, biológico e, em seguida, com sentido figurado, relacionado à produção de textos. Na versão de 1798, podia-se ler:

PARASITE. s. masc. Écornifleur, celui que fait métier d'aller manger à la table d'autrui [...].

On appelle *Plante Parasite*, celles qui végètent sur d'autres plantes, et qui se nourrissent de leur substance. En ce cas il est adjectif.

On dit aussi adjectivement et figurément, *Mots parasites*, pour dire, des mots, des expressions qui reviennent trop souvent dans un même ouvrage [...].²²⁰

Embora sutis, as transformações que a definição conheceu na língua francesa ao longo do século XIX merecem ser destacadas. Na edição de 1835, acrescentava-se outro sentido biológico ao conceito: o adjetivo “parasita” deixava de ser aplicado

²²⁰ *Dictionnaire de l'Académie Française [sic], revu, corrigé et augmenté par l'Académie elle-même*. 5 ed. T. II. Paris : J. J. Smits, 1798, p. 223.

exclusivamente ao reino vegetal e passava a caracterizar também o reino animal.²²¹ Em 1879, ao mesmo tempo em que o termo *parasite* era apresentado de maneira praticamente idêntica a do dicionário de 1835, havia a presença, à diferença das duas publicações anteriores, do vocábulo *parasitisme*, dessa vez, com significado que se relacionava unicamente às ciências da natureza:

PARASITISME. s. m. I. de Médec. et Hist. Nat. État d'un corps organisé qui vit sur un autre corps.²²²

No dicionário do positivista francês Émile Littré, um dos mais conceituados de fins do século XIX, datado de 1883, ao definir *parasite*, o autor apresentava primeiramente significados históricos e sociais e, em seguida, biológicos. Chama a atenção, entretanto, a profusão, nessa publicação, de palavras derivadas do conceito, na maior parte das vezes, relacionados às ciências da natureza.²²³

Mais interessantes, entretanto, que as transformações em torno do conceito na língua francesa durante o século XIX, são as que ocorreram nos dicionários ibero-americanos nesse mesmo período. Na edição do *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española* de 1817, o *parásito* era definido simplesmente como “truan, juglar o chocarrero”²²⁴, ou seja, como alguém que vivia de pequenos golpes e trapanças; ou aquele que fazia uso de piadas, gagues ou caretas, muitas vezes grosseiras; ou mesmo aquele que cantava, recitava e realizava espetáculos de rua para conseguir algum dinheiro. No entanto, na edição seguinte do dicionário, poucos anos depois, o conceito já trazia uma denotação social mais próxima daquela existente, por exemplo, na língua francesa. O *parásito* era, segundo ele, “el que se arrima a otro para comer a costa agena [sic]”.²²⁵ Note-se que em ambas as definições, tanto a de 1817 como a de 1822, não havia qualquer menção à utilização biológica do termo.

Quando tomado, entretanto, o dicionário da língua castelhana, organizado por Vicente Salva, publicado em 1847, podia-se encontrar a seguinte definição:

²²¹ *Dictionnaire de l'Académie Française*. 6 ed. T. II. Paris : Imprimerie et Libraire de Fermin Didot Frères, 1835, p. 242.

²²² *Dictionnaire de l'Académie Française*. 7 ed. T. II. Paris : Librairie de Fermin-Didot et Cie., 1879, p. 345.

²²³ LITTRÉ, Émile. *Dictionnaire de la langue française*. T. III. Paris : Libraire Hachette e Cie., 1883, pp. 942-943.

²²⁴ *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. 5 ed. Madrid: Imprenta Real, 1817, p. 639.

²²⁵ *Diccionario de la lengua castellana por la Academia Española*. 6 ed. Madrid: Imprenta Nacional, 1822, p. 600.

PARÁSITO. m. El que se arrima a otro para comer a costa ajena. *Parasitus*. || [-TA] adj. que se aplica a las plantas que se alimentan y crecen con el jugo y sustancia de otras a que están asidas. *Parasitus*.²²⁶

Mais próximo do final do século XIX, em 1884, operou-se uma pequena, mas essencial transformação na compreensão do conceito de “parásito” no dicionário da Real Academia Española:

Parásito. ta. [...]. adj. Aplica-se al animal o vegetal que se alimenta y crece con el jugo y sustancia de otro a que vive asido. || m. El que se arrima a otro para comer a costa ajena.²²⁷

As definições do dicionário de língua espanhola, produzidas ao longo do século XIX, apresentam algumas questões que merecem ser discutidas. Em primeiro lugar, a inexistência nas primeiras edições desse período de quaisquer explicações biológicas do termo e sua clara significação social. Depois, comparados os últimos sentidos analisados, nota-se, em 1847, a presença das duas definições, respectivamente, a social e a biológica, ordem que, como é possível notar, se inverteu na edição de 1885. Esse mesmo percurso pode ser notado, com algumas diferenças, nos dicionários de Antônio de Moraes Silva para a língua portuguesa. Em 1813, Moraes Silva apresentava da seguinte maneira as definições de *parasítico* (adjetivo) e *parasito* (substantivo):

PARASÍTICO; adj. De parasito. § *Planta parasítica*; a que se cria no tronco de outra, e se nutre de sua substancia.

PARASITO; s. m. Papajantares, o que anda adulando a quem lhe dá de comer.²²⁸

Em edição posterior, publicada em 1858, na definição de *parasítico*, afirmava-se, em complemento, a existência de “lisonjas parasíticas”, que seriam praticadas pelo

²²⁶ SALVA, Vicente. *Nuevo diccionario de la lengua castellana que comprende la última edición integra; muy rectificada y mejorada por la Academia Española, y unas veinte y seis mil voces, acepciones, frases y locuciones, entre ellas muchas americanas, añadidas por don Vicente Salva*. 2 ed. Paris: Librería de Don Vicente Salva, 1847, p. 800.

²²⁷ *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. 12 ed. Madrid: Imprenta de D. Gregório Hernando, 1884, p. 788.

²²⁸ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. T. II. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 396.

“comedor que desfruta, e é servil”.²²⁹ Estava presente também nesse dicionário, diferentemente do que ocorrera na primeira edição de 1813, o vocábulo *parasitismo*, cujo significado era “vício de parasito”²³⁰, não especificado aqui se biológico ou social. Em sequência, o termo *parasito*, além de receber uma inusitada definição de suas origens gregas e ter destacada sua conotação negativa no século XIX, deixava de existir apenas na forma masculina, ganhando também uma versão feminina (*parasita*), ao mesmo tempo em que passava a ser aplicado, como substantivo e não adjetivo, a algumas famílias de insetos (*parasitas*).²³¹

Para encerrar essa incursão nos dicionários do século XIX, vale a pena reproduzir o verbete *parasita*, e não mais *parasito*, da edição de 1891 do Moraes Silva, como forma de encaminhar a discussão acerca do conceito:

Parasita; s. m. e f. Planta ou animal que vive a custa de outro ser. § (fig.) Individuo que não trabalha e que vive do que explora de outrem; papajantares. § *Parasitas*; pl. família de insetos ápteros, que não têm queixada, e que vivem sobre o corpo de outros animais, como as pulgas, piolhos, etc.. § It. Plantas que vivem sobre um vegetal de espécie diferente, e alimentam-se da seiva dele. No Brasil, há numerosas espécies de parasitas, algumas das quais dão belas flores. § *Parasita*, adj. Que vive parasitariamente a custa de outro ser; que vive da substância alheia: v. *Parasito*.²³²

A análise dos dicionários de língua portuguesa, castelhana e francesa parece muito propícia para uma discussão acerca dos conceitos de *parasita* e *parasitismo*. O primeiro ponto a ser ressaltado é que o seu primeiro sentido (os substantivos *parasite*, *parásito* e *parasito*), no início do século XIX, nas três línguas, era social, seja em uma definição nos moldes greco-romanos (“o que come à custa dos outros”), seja no particular verbete castelhano de 1817. Nesses mesmos dicionários, notadamente o português e o francês, já que não havia no castelhano qualquer definição biológica, só

²²⁹ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 6 ed. T. II. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p. 485.

²³⁰ *Ibidem*, p. 485.

²³¹ Segundo a definição do dicionário: “PARASITO, A, s. (do Gr. *parasitos*, feito de *para*, junto, próximo, e *sitos*, trigo) (+ Entre os antigos, ministro subalterno dos altares, proposto para tomar conta dos pães; hoje em sentido odioso). Papajantares, pessoa que anda adulando alguém, para que lhe dê de comer, etc., que vive de substância alheia. § + *Parasitas*, pl. família de insetos ápteros, que não têm queixada, e que vivem sobre o corpo de outros animais, como v. g. as pulgas, os piolhos, etc.”. Ver *Ibidem*, p. 485.

²³² SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario de lingua portugueza*. 8 ed. Vol. II. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora Empreza Literária Fluminense, 1891, pp. 479-480.

era utilizado nos termos das ciências naturais, especificamente no que se referia ao reino vegetal, como adjetivo (*plantas parasitas*).

À medida que se desenvolvia o século XIX e, ao mesmo tempo, o discurso cientificista ganhava corpo e alcançava proeminência nos meios intelectuais, em um primeiro momento, na Europa e, mais adiante, na América Latina, o sentido biológico do termo, agora aplicado também ao reino animal, foi se tornando hegemônico no vocabulário dos países de língua portuguesa, castelhana e francesa. Essa afirmação pode ser comprovada pela profusão de palavras derivadas de *parasite* relacionadas às ciências da natureza nos dicionários franceses no fim do século e pela inversão dos significados social e biológico do vocábulo *parásito* entre as edições 1847 e 1885 da Academia Española, o que remete ao maior grau de importância que o segundo sentido foi adquirindo ao longo dos anos. Dentre todas as transformações que o conceito sofreu nessa época, talvez a mais sutil e, nesse sentido, mais interessante de ser observada, seja a perceptível nos dicionários de língua portuguesa. Para além da substituição do masculino *parasito* pelo substantivo uniforme *parasita*, vale a pena notar que os significados sociais da palavra em questão que possuíam, em 1813, um sentido literal, passam a ser compreendidos, em fins do século XIX, em sentido figurado.

Não é de estranhar, portanto, que Sylvio Romero afirmasse, em um contexto intelectual que privilegiava o discurso científico em relação ao discurso social, que ao aplicar a ideia de “parasitismo” às sociedades humanas, Manoel Bomfim estivesse simplesmente fazendo um uso incorreto de uma “metáfora” biológica. Note-se aqui que embora, em sua definição francesa de meados do século XIX, o termo “parasitismo” fosse aplicado especificamente à medicina e à história natural, o seu significado na língua portuguesa adquiria, tanto em 1858 quanto em 1891, um sentido ambíguo, podendo ser compreendido indistintamente como biológico ou social.

Vale destacar, por fim, que Manoel Bomfim era médico e, portanto, quando defendia a existência de um “parasitismo social”, tinha sempre em vista, como é perceptível em seu texto, os significados biológicos do termo. A análise do conceito, como se pretendeu fazer aqui, cujo objetivo não deve ser, em hipótese alguma, opinar sobre quem tinha razão ou não na contenda, pode contribuir para uma percepção mais ampla acerca das transformações e das condições do discurso dos autores pesquisados. Da mesma maneira, analisar a obra de Bomfim ao lado da de outros latino-americanos que escreveram por volta da mesma época, pode contribuir para ampliar os horizontes de sua obra e, de certa maneira, da própria história intelectual brasileira.

3.3. Decadência e colonização: o “parasitismo ibérico”

Em *A América Latina: males de origem*, a tese acerca do “parasitismo social” como “origem dos males” latino-americanos foi, em linhas gerais, edificada por Manoel Bomfim a partir de quatro pressupostos principais: a analogia entre “parasitismo biológico” e “parasitismo social”; a afirmação do “parasitismo” como característica do povo ibérico; a noção da existência de um “parasitismo ibérico” sobre as colônias americanas; e, por fim, a tese de que esse “parasitismo” afetou o desenvolvimento das nacionalidades no subcontinente, resultando, após as independências latino-americanas, em um “parasitismo” interno das elites e do Estado em relação ao “povo”. Este capítulo se debruçará, a partir de agora, especificamente sobre o segundo e o terceiro pressupostos que, embora estejam profundamente conectados e, muitas vezes, pareçam similares, possuem importantes diferenças.

Em um primeiro momento, é importante ressaltar que, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a ideia de “parasitismo” surgia, muitas vezes, associada à tese da “decadência ibérica” tanto em Portugal como na Espanha.²³³ A narrativa recorrente da história desses países, nesse período, ressaltava uma sucessão de eventos que teria resultado no declínio do poderio peninsular ao longo da Época Moderna. A ascensão era representada, inicialmente, pela Reconquista diante dos mouros e, em um segundo momento, pela expansão marítima; seu apogeu, o século XVI, era interpretado como um período de grandeza e esplendor, especialmente na Espanha, onde ficou conhecido como Século de Ouro; ironicamente, conforme se entendia à época, esse momento de auge trazia em seu bojo as sementes da “decadência”, cujos sintomas já podiam ser sentidos no decorrer do século XVI. A descoberta e a conquista da América estavam, segundo os intérpretes da história ibérica nesse período, profundamente relacionadas a essa trajetória.

²³³ O historiador francês Jacques Le Goff afirmou que, ao defenderem a ideia de um progresso linear e contínuo, o Iluminismo e a “era da Revolução Industrial” puseram o conceito de “decadência” em descrédito entre fins do século XVIII e inícios do século XX e que este teria sido retomado apenas após a Primeira Guerra Mundial por autores como Oswald Spengler, Georges Lukács e Arnold Toynbee. É importante ressaltar que isso não ocorreu na península ibérica, onde, em contraposição, sua utilização foi crescente durante esse período, denotando uma percepção por parte das elites políticas e intelectuais de Espanha e Portugal de que estes países já haviam vivido sua “Era de Ouro” no passado e que enfrentavam uma situação de “atraso” em relação às grandes potências europeias no presente. Cf. LE GOFF, Jacques. “Decadência”. In: *História e memória*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 391.

A temática da “decadência” ibérica, em geral, e espanhola, em particular, vinha sendo discutida em toda a Europa desde, pelo menos, meados do século XVII, encontrando grande profusão ao longo do século XIX, tanto entre autores ibéricos quanto entre estrangeiros como o norte-americano William H. Prescott, o alemão Leopold Von Ranke e o inglês Henry Thomas Buckle.²³⁴ Se na historiografia espanhola oitocentista, foi difundida em obras como as de António Cánovas del Castillo, Modesto Lafuente, Manuel Colmeiro e Manuel Pedregal y Cañedo, a tese da “decadência” ganhou novas abordagens, especialmente após a derrota espanhola para os Estados Unidos na Guerra Hispano-americana em 1898, tanto entre os autores da Geração de 98 como Miguel de Unamuno e Angel Ganivet, quanto entre os intelectuais “regeneracionistas” como Joaquín Costa e Ricardo Macías Picavea. Se entre os primeiros, a temática era tratada de maneira mais literária e buscando analisar a “psicologia do povo espanhol”, entre os últimos, era apresentada de maneira pragmática, expondo seu programa político de maneira mais explícita.²³⁵

Em Portugal, essa narrativa da “decadência”, cujos primeiros capítulos teriam sido a morte do rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, e, como consequência, o início da União Ibérica, em 1580, teve entre seus mais importantes defensores autores como Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins.

O escritor romântico e historiador liberal Alexandre Herculano foi considerado por muitos como uma espécie de precursor das interpretações que nortearam a produção intelectual da Geração de 1870, à qual pertenceram Quental e Martins. Crítico do absolutismo monárquico e da influência religiosa nos assuntos nacionais, Herculano, em sua *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), apontava para o estado de letargia de seu país em termos que encontrarão eco, anos depois, nos escritos de Francisco Bulnes e Manoel Bomfim. Nesse sentido, Herculano descrevia da seguinte maneira a situação social de Portugal na primeira metade do século XVI:

Os vexames e abusos na administração da justiça praticavam-se em todas as instancias, desde as inferiores até as mais elevadas, e não só no foro secular, mas também no

²³⁴ É interessante ressaltar que a antipatia de ingleses e norte-americanos com relação à Espanha, entre fins do século XVIII e inícios do século XX, contribui sobremaneira para a profusão da tese da “decadência ibérica” e da chamada “*leyenda negra*”. Ver KAGAN, Richard L. “El paradigma de Prescott: la historiografía norteamericana y la decadencia de España”. *Manuscrits*, n. 16, 1998, pp. 229-252.

²³⁵ PASAMAR ALZURIA, Gonzalo. “La configuración de la imagen de la ‘decadencia española’ en los siglos XIX y XX”. *Manuscrits*, n. 11, 1993, pp. 183-214.

eclesiástico. O reino estava cheio de vadios que viviam opulentamente, sem saber como. O vício do jogo predominava em todas as classes sociais, com as suas fatais consequências de roubos e de discórdias e misérias domésticas. O luxo era desenfreado. A corte andava atulhada de ociosos, e a casa real dava o exemplo da falta de ordem e economia. Nos paços dos fidalgos via-se um sem número de criados, bem superior ao que permitiam as rendas dos amos, de modo que faltavam os braços para o trabalho, sobretudo para a agricultura. Qualquer viagem d’el rei era um verdadeiro flagelo para os povos por meio dos quais transitava. A imensa comitiva de *parasitas* de todas as ordens e classes devorava a substancia dos proprietários e lavradores. Mantimentos, cavalgaduras, carros, tudo era tomado e os detensores [sic] ou não pagavam ou pagavam com escritos de dívida, divertindo-se os cortesãos, em destruírem os frutos, as fazendas e as matas. Se, porém, no civil ia mal o reino, não ia melhor no eclesiástico. Nem os bispos, nem os prelados das terras pertencentes às ordens religiosas cumpriam com suas obrigações. Do que se tratava era de comer os dízimos e rendas, e muitas vezes faltava ao povo os ofícios divinos e os sacramentos. As visitas feitas pelos prelados não tinham por fim reformar os costumes ou prover ao culto, mas sim extorquir dinheiro.²³⁶

Embora utilizasse o termo “parasita” em um contexto específico, ao tratar dos cortesãos que acompanhavam o rei em suas viagens, Herculano, destacando alguns tópicos que se tornaram recorrentes na narrativa da “decadência ibérica”, reconhecia em todas as classes sociais a ausência do trabalho, a opulência excessiva e a dependência de rendas alheias. Mesmo não utilizando diretamente tal conceito quando se referia aos eclesiásticos, ao afirmar que o clero nada mais fazia do que “comer os dízimos e rendas” deixava implícita sua visão acerca do caráter “parasitário” desse estrato social sobre o restante da sociedade portuguesa.

Oliveira Martins, principal referência de Manoel Bomfim quando se tratava da colonização portuguesa sobre o Brasil, seguiu as sendas abertas por Herculano no que dizia respeito tanto à degeneração social e moral da península ibérica quanto ao caráter negativo das conquistas ultramarinas. Utilizou-se em suas diversas obras historiográficas do termo “parasita” para se referir às classes sociais que considerava nocivas para Portugal, especialmente a aristocracia e o clero. Em suas obras de análise social e política, representava esses grupos da mesma maneira que o fazia em seus textos de história. Sobre o seu país no século XIX, afirmava que a “educação de séculos

²³⁶ HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Tomo I. Lisboa; Rio de Janeiro: Livraria Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d., p. 217-218. O grifo é meu.

reduzira [a sociedade portuguesa] às condições de *parasitismo* cortesão e sobretudo monástico”.²³⁷ Note-se, entretanto, que as interpretações de Herculano e Oliveira Martins referem-se à história e a situação social, política, econômica e cultural de Portugal e não aos seus efeitos sobre as colônias.

Em linhas gerais, essa narrativa da “decadência ibérica” foi, em maior ou menor proporção, incorporada aos ensaios de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón, que procuravam, a partir dela, compreender a situação em que se encontrava a América Latina. De certa maneira, os três autores, embora marcados por importantes diferenças, enxergavam o “parasitismo” como uma das características constitutivas da formação dos povos ibéricos e das nacionalidades americanas.

Em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), o mexicano Francisco Bulnes destacava, em um primeiro momento, a origem múltipla dos povos peninsulares. A composição do povo ibérico seria resultado, segundo sua interpretação, da mistura entre o “celtiberico puro”, primeiro habitante da região, o cartaginês, o romano, o godo, o berberisco e o árabe. Em linhas gerais, para Bulnes, o espanhol seria o resultado dos piores vícios de cada uma dessas populações. Entre as características negativas que teriam sido legadas à península durante esses séculos de formação estava a “necessidade de parasitismo” herdada dos romanos que conquistaram a região na Antiguidade. Nas palavras de Bulnes,

El romano dejó caer durante trecientos años su frialdad para tiranizar, *su necesidad de parasitismo*, su rapacidad jurídica, su grosería de elefante, su hambre de plebe perezosa y su podredumbre para ungir césares.²³⁸

A relação entre o Império Romano e a ideia de “parasitismo” voltou a aparecer, mais adiante, em outro momento do ensaio de Bulnes. Ao analisar o “caráter” do povo romano, o autor mexicano terminava por se reportar indiretamente a algumas questões que considerava referentes à própria história da América Latina. Segundo ele,

El pueblo romano fue de gran carácter, el objeto de este gran carácter era el bienestar de los ciudadanos romanos por la sumisión incondicional de todos los demás pueblos. El *parasitismo militar* sobre el trabajo de los vencidos no fue, un ideal, sino el objeto claro,

²³⁷ MARTINS, Oliveira. *Portugal contemporâneo*. Tomo I. 3 ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira Editor, 1895, p. X.

²³⁸ BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las conquistas recientes de Europa y los Estados Unidos*. México: Imprenta de Mariano Nava, 1899, p. 25. Os grifos são meus.

preciso e incesante del pueblo romano. Mas esa gran base de la sociología romana formó este ideal latino: todo individuo debe buscar su bienestar en la protección y favores del Estado en cambio de desaparecer como individualidad por medio de una obediencia absoluta al Estado.²³⁹

A partir da leitura do ensaio de Bulnes, é possível depreender que quando o autor destacava a “sumisión incondicional de todos los demás pueblos” e o “parasitismo militar sobre el trabajo de los vencidos” não estava falando apenas do Império Romano, mas indiretamente criticava a própria colonização ibérica sobre o Novo Mundo. Além disso, ao desqualificar o “parasitismo” romano, o autor mexicano se mostrava pessimista quanto ao valor que a pretensa herança latina poderia ter para os países das Américas, especialmente no que se referia à questão do poder do Estado na região. Francisco Bulnes afirmava, nesse sentido, a superioridade de países, como os anglo-saxões, em que o poder dos indivíduos seria mais importante que o do Estado, exageradamente influente, segundo ele, nos países latinos.²⁴⁰ Nesse sentido, para o autor mexicano, os grandes “legados” que o Império Romano havia deixado para seus descendentes “latinos” eram o seu “parasitismo” e um Estado protetor e provedor capaz de eclipsar individualidades.

Em uma interpretação que ressoava, em alguns momentos, a de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem*, caracterizava a formação das nacionalidades ibéricas a partir de uma sucessão conflituosa de povos que se estabeleceram, ao longo de séculos, na península. Ocupada por cartagineses, romanos, visigodos e árabes, esse território se caracterizou, de acordo com Bomfim, durante esse longo período, pelas lutas de resistência e, ao mesmo tempo, pela assimilação de elementos culturais dos distintos “invasores”. Esse desenvolvimento histórico teria resultado, segundo esse autor, na constituição de um caráter “parasitário” nos povos da região.

A guerra constante e as lutas permanentes, que alcançaram seu ponto máximo no período da Reconquista, tiveram grandes consequências para a formação das nacionalidades ibéricas. Em primeiro lugar, teria se constituído nessa região uma cultura voltada para uma educação exclusivamente guerreira, resultando em populações dispostas a viver de saques e razias, com tendências depredadoras e praticamente

²³⁹ *Ibidem*, p. 219.

²⁴⁰ Essa questão foi discutida mais detidamente no capítulo 2.

incapazes de se habituarem a trabalhos pacíficos. Essa cultura alimentada por instintos guerreiros produzira na península “a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro, a selvageria das festas e torneios”.²⁴¹

Segundo Bomfim, em tempos de guerra, era comum que se vivesse do saque, da rapina, dos tributos e dos resgates. Entretanto, os oito séculos de conflitos constantes que tiveram como palco os territórios ibéricos faziam com que tais práticas se naturalizassem e a possibilidade de um trabalho regular se configurasse como impensável. Conforme essa interpretação, ao serem expulsos os últimos árabes, em fins do século XV, a Espanha unificada mantivera um pensamento único: conquistar o mundo. Esse objetivo não resultava apenas do instinto aventureiro dos ibéricos, mas do fato de que a península havia se habituado a viver exclusivamente do fruto de suas conquistas, porque além de não saber fazer outra coisa que não guerrear, o trabalho havia adquirido uma conotação negativa entre os habitantes da região.

A história da expansão portuguesa, de acordo com o autor brasileiro, sintetizava bem a evolução e a realização do “pensamento ibérico” edificado sobre as bases de um “ideal depredador, absorvente, exclusivo, do qual se vieram fundir todos os outros: glórias guerreiras, ardores místicos...”.²⁴² Manoel Bomfim concluía, nesse sentido, que o desenvolvimento histórico da península teve como um de seus principais resultados a constituição de nacionalidades caracterizadas pelo “parasitismo”.

Embora caminhasse em sentido diverso do de Bulnes e Bomfim, Francisco García Calderón, em *Le démocraties latines de l'Amérique* (1912), também afirmava a diversidade dos alicerces sobre os quais se edificaram as nacionalidades na península ibérica. De acordo com esse autor, “frente al desarrollo de las naciones indoeuropeas, la originalidad española es el producto de África, del atavismo ibérico, de la larga dominación mora y del Oriente semítico”.²⁴³ O destaque que García Calderón dava à “África”, à “dominação moura” e ao “Oriente semítico” como elementos constitutivos das nacionalidades ibéricas estava muito distante de remeter a características positivas dos povos peninsulares. Na interpretação desse autor, o cerne da “decadência” de Espanha e Portugal não poderia ser encontrado em suas “origens europeias”, mas exatamente nas influências exteriores ao Velho Continente.

²⁴¹ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 76.

²⁴² *Ibidem*, p. 84.

²⁴³ GARCÍA CALDERÓN, *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, p. 15.

Segundo o autor peruano, as nacionalidades ibéricas foram resultado da luta secular pela conquista da unidade nacional, da epopeia católica contra o Islã, da conquista de continentes misteriosos e da tenebrosa busca por uma unidade religiosa por meio dos autos de fé. Entretanto, a partir do fim do “Século de Ouro”, o mundo teria assistido ao declínio das nacionalidades peninsulares, marcado, em grande medida, pela incorporação cada vez maior do “fanatismo africano” e “semítico” pelas monarquias e pelo clero ibérico. Segundo García Caderón,

Bajo la teocracia, el pueblo conquistador degenera: [...] la monarquía vence a las ciudades libres y a la nobleza arrogante. El clero reina sobre las escuelas y en los palacios: es la casta superior como en Oriente. Los rufianes y los pícaros suceden a los héroes y a los aventureros y el *parasitismo oriental* invade la Península con las legiones de mendigos orgullosos que pueblan los caminos de Castilla. Es el ocaso del quijotismo heroico. La venganza de los moros vencidos fue imponer a la Península empobrecida su fanatismo africano.²⁴⁴

Diferentemente de Manoel Bomfim, que atribuía o “parasitismo ibérico” a um desenvolvimento histórico mais geral, tanto Bulnes quanto García Calderón estabeleceram origens específicas ao “parasitismo”, relacionando-o ao início da “decadência ibérica” nos estertores do Século de Ouro. Nesse sentido, o mexicano, admirador dos anglo-saxões e crítico ferrenho de um possível legado latino à América ibérica, relacionava o “parasitismo” à herança que os romanos teriam deixado à Espanha, Portugal e suas colônias e, ao mesmo tempo, atribuía aos Estados ibéricos uma espécie de “parasitismo militar” sobre suas conquistas. O autor peruano, em contrapartida, um dos principais arautos da “latinidade” das Américas portuguesa e espanhola no início do século XX, afirmava que o “parasitismo”, que surgira na península juntamente com a teocracia e o declínio do “heroísmo” e do espírito aventureiro, era “oriental”. Sem especificar necessariamente de que “Oriente” se tratava, García Calderón terminava por mesclar as influências africana, moura e semítica na península e por atribuir, em grande medida, a “decadência ibérica” ao elemento não-europeu que se estabeleceu na região. Além disso, o autor peruano, apontado muitas vezes como “elitista”, embora também alimentasse a crítica à monarquia e ao clero ibérico, associava o “parasitismo”, em um primeiro momento, às

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 15-6. Os grifos são meus.

“legiones de mendigos orgullosos” que povoavam os caminhos de Castela e não às elites dirigentes da península.

Francisco Bulnes, sempre destacando analogias entre o Império Romano e o Império Espanhol, afirmava que, após se expandirem, ambos teriam como característica marcante o que o autor chamava em seu texto de “parasitismo militar”. Segundo ele, em dado momento de seu desenvolvimento histórico, tanto Roma na Antiguidade quanto a Espanha na Época Moderna passaram a viver como “parasitas” de suas conquistas, o que teria resultado na degeneração das duas sociedades. De acordo com o autor mexicano:

España desde que se dedicó a la gloria hizo como todas las naciones conquistadoras, un pueblo andrajoso, hambriento, repleto de vicios. En los países que viven del parasitismo de las *conquistas*, no hay más que dos clases sociales: alcornoques famélicos y dioses sin virtudes.²⁴⁵

Francisco Bulnes ressaltava, como determinados autores ibéricos oitocentistas, que a riqueza proveniente da exploração colonial resultara na ruína das “indústrias” e do comércio da metrópole, fazendo com que toda sua população vivesse, de uma maneira ou de outra, a custa das riquezas provenientes das “conquistas”. O trabalho tornara-se, nesse contexto, uma atividade desprezível, repudiada por todas as classes sociais. Assim como em Roma, as origens da “decadência” social e moral da península ibérica estavam profundamente relacionadas ao “parasitismo” da Espanha sobre a América que privilegiava a riqueza fácil e enganosa tomada das colônias e proporcionava o ócio e o declínio da vida econômica na metrópole:

El oro y la plata de América importadas à España, arruinaron la industria, la agricultura, el comercio y en general el trabajo español, y *cuando en una nación no es posible trabajar, todos tienen que morir o vivir por el parasitismo. Así es que en España la plebe fue el parásito del ejército y del clero; la clase media convertida en rebaño de hidalgos, fue parásito de los nobles, del Estado y del clero; la nobleza fue parásito rapaz de las dependencias y colonias, nutrida por el peculado, y parásito del clero; la monarquía misma llegó a ser parásito del clero y una víctima burlada de los usureros.*²⁴⁶

²⁴⁵ BULNES, *op. cit.*, p. 27. O grifo em itálico está no texto original.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 103. Os grifos são meus.

Note-se, nesse texto que ressoa, em alguns momentos, determinadas descrições concebidas anteriormente por Alexandre Herculano em *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, que o “parasitismo” se configurava como característica de todas as classes sociais na Espanha, em uma definição que poderia ser estendida também a Portugal. É impossível saber, a partir dos elementos recolhidos nesta pesquisa, se Manoel Bomfim leu o ensaio de Francisco Bulnes, mas certamente os dois autores formularam suas concepções a partir de referências comuns. Nesse sentido, ecoando as palavras de Bulnes acerca do “parasitismo” espanhol sobre a América, Bomfim fazia uma descrição muito similar dos efeitos, nas próprias metrópoles, da colonização “parasitária” praticada pelos ibéricos no Novo Mundo, cujo resultado teria sido um estado generalizado de “parasitismo” que se alastrara por todas as classes sociais na península:

O importante era recolher a riqueza e digeri-la. Todo o mundo correu à obra, *todas as classes se incorporaram ao parasitismo. O Estado era parasita das colônias; a Igreja era parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico de negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou no pátio dos fidalgos.*²⁴⁷

Esse “parasitismo” ibérico que se estendia a todas as classes sociais foi tema, mesmo que de maneira indireta, também de Francisco García Calderón. Embora aplicado a outro contexto, ao analisar a situação da América Latina após a Independência, o autor peruano, em *La creación de un continente* (1913), entendia que “subsisten en América los vicios españoles – el caciquismo, el poder de las oligarquias locales, el parasitismo burocrático”.²⁴⁸ No mesmo sentido, em *Les démocraties latines de l’Amérique*, afirmava:

En las democracias latinas americanas, estéril ha sido la “revolución fundamental” de las cuales los políticos se ufanan bajo el barniz republicano, profunda y secular se mantiene la herencia española. Las formas varían pero el alma de la raza permanece

²⁴⁷ BOMFIM, *op. cit.*, p. 108-9. Os grifos são meus.

²⁴⁸ GARCÍA CALDERÓN, “La creación de un continente”, *op. cit.*, p. 241.

idéntica. Los presidentes autócratas reemplazaran a los virreyes; las antiguas luchas entre gobernadores y los obispos persisten, para el patronato en los asuntos eclesiásticos, el prestigio de los doctores y los títulos académicos. La casta dominante, heredera de los prejuicios españoles, que menosprecia la industria y el comercio, vive de la política y de sus fútiles agitadores. Los terratenientes señorean como antes de la Revolución. Subsisten los antiguos latifundios, inmensos dominios que explican el poder de las oligarquías. Las asambleas ejercen una función secundaria como antaño los cabildos. El catolicismo sigue siendo el eje de la vida social. Los pícaros de la novela española, parásitos altivos e ingeniosos, se imponen. La burocracia devora las riquezas del fisco: hace un siglo estaba formada por castellanos voraces, hoy la conforman americanos abúlicos. A pesar de la igualdad proclamada en las constituciones, el indio sigue sometido a la implacable tiranía de las autoridades locales: el cura, el juez de paz y el cacique. Con otros nombres renacen los pequeños déspotas de la época española.

249

García Calderón tratava, nesse excerto, da continuidade expressa entre os períodos colonial e independente na América Latina, atribuindo não ao desenvolvimento histórico, à economia ou a política, mas às características da “raça” hispânica a situação de permanência nos países do subcontinente. Além dos “pícaros de la novela española, parasitos altivos y ingeniosos”, localizava na América independente estratos sociais que remetiam às teses da “decadência” e do “parasitismo” da península ibérica como a “casta dirigente” que “menosprecia la industria y el comercio” e a “burocracia que devora las riquezas del fisco”.

Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón coincidiam, em seus textos, na percepção de um “parasitismo” generalizado nos países ibéricos que abarcava todas as classes sociais. Como consequência, tinham consciência dos efeitos que essa ação peninsular provocava nas colônias, num primeiro momento, e nas nacionalidades americanas, posteriormente. Embora divergissem muito em suas conclusões, como este trabalho procura demonstrar, concebiam suas interpretações sobre a história ibérica em linhas muito parecidas. É interessante notar, para além dessas questões, que seis anos antes de Manoel Bomfim publicar *A América Latina: males de origem* e defender a existência de um “parasitismo ibérico” sobre a América, proposição que causou estranheza em alguns setores intelectuais brasileiros, o mexicano Francisco

²⁴⁹ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 47.

Bulnes utilizasse termos muito similares aos do autor brasileiro para refutar os “males” da colonização ibérica.

3.4. A construção e a circulação de uma ideia: o “parasitismo colonial”

Como visto acima, além de ser crítico da utilização do conceito de “parasitismo” na análise da vida social, Sylvio Romero não conseguia aceitar de forma alguma na obra de Manoel Bomfim a aplicação do termo à relação entre nações.²⁵⁰ É importante destacar, nesse ponto, que *A América Latina: males de origem* não foi a única obra desse período a afirmar o “parasitismo” dos países colonizadores sobre os colonizados. Pouco antes da edição do ensaio de Bomfim, foi publicado em Londres, em 1902, o livro *Imperialism: a study*, do intelectual reformista inglês John Atinkson Hobson, autor frequentemente apontado como o inventor do conceito de “imperialismo”. É interessante notar que o título de um dos capítulos de seu livro era “Economic parasites of the Imperialism”, em que se referia principalmente aos grupos financeiros, investidores da bolsa e especuladores que, apoiados pelos Estados nacionais, passaram a lucrar com a expansão imperial das grandes potências mundiais, especialmente a partir de 1870.²⁵¹

Embora tenha sido uma obra muito influente em sua época, inspirando, entre outras, as reflexões de Lenin, alguns anos depois, parece difícil afirmar que Bomfim tenha tido contato com esse texto antes de escrever ou quando escrevia seu ensaio. O que parece certo, no entanto, é que as bases de sua tese acerca do “parasitismo colonial” já se faziam notar em 1897, ano em que escreveu um parecer solicitado pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal, aprovando o *Compêndio de História da América*, de Rocha Pombo, que participava como único concorrente de um concurso para o provimento de um manual de História da América direcionado às escolas normais.²⁵² Nesse parecer, Manoel Bomfim, antecipando algumas das conclusões expostas em seu mais importante ensaio, afirmava:

²⁵⁰ ROMERO, *op.cit.*, p. 40.

²⁵¹ Ver HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. Londres: James Nisbet & Co., 1902.

²⁵² Ver BITTENCOURT, Circe. “O percurso acidentado do ensino de História da América”. In: BITTENCOURT, Circe e IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

[Os conquistadores] vinham da península para aqui, não com o intuito de se fazerem americanos, mas simplesmente para enriquecerem, a princípio, arrancando ao mexicano ou ao inca, os seus tesouros, depois forçando o índio a trabalhar para eles, obrigando-o a lavrar a terra ou a cavar a mina em seu proveito deles [sic]. *A mãe-pátria passou a ser uma verdadeira parasita, de um parasitismo cruel e imprevidente, não cogitando sequer [sic] de conservar a vida de sua vítima.*²⁵³

Mais adiante, continuava Bomfim:

Para manter e assegurar esse domínio feroz, essa exploração bárbara e primitiva, ela [a metrópole] fechava as colônias ao convívio e ao comércio do resto do mundo. *As classes dirigentes, absorvidas ou dominadas todas pelo clericalismo, fizeram-se parasitas do Estado, que, por sua vez, era parasita das colônias.*²⁵⁴

A tese do “parasitismo colonial” defendida por Manoel Bomfim, antecipada no parecer de 1897 e desenvolvida em *A América Latina: males de origem*, não encontrava paralelo, como já foi dito anteriormente, entre os principais intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o século XX. Entretanto, como também já se discutiu aqui, as mesmas questões estavam postas, em 1899, nas análises do mexicano Francisco Bulnes em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*. Essa coincidência faz com se descarte a absoluta originalidade das proposições de Bomfim, bem como remete ao questionamento acerca dos mecanismos que levaram à elaboração dessa ideia e, ao mesmo tempo, a sua circulação. Se as analogias entre a biologia e a sociedade e a tese do “parasitismo ibérico” conduzem o pesquisador a referências explícitas que, muitas vezes, o próprio texto de Bomfim deixa entrever, a tese do “parasitismo colonial” não revela com tanta facilidade seus parentescos intelectuais. Tomem-se, por exemplo, as duas referências mais explícitas do ensaio de Manoel Bomfim: *Parasitisme organique*

²⁵³ BOMFIM, Manoel. “Parecer sobre o livro ‘História da América’ de Colombo, apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal [parecer de 1897]”. In: POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900, p. XI-XII. Os grifos são meus. É interessante destacar, para além das discussões específicas deste capítulo, a sequência da citação acima: “E a incompatibilidade entre o colono e os naturais foi crescendo sempre; o ódio alastrou-se e aprofundou-se de mais em mais, propagando-se depois às novas gerações de indígenas e até aos mestiços, que se confundiram aos olhos do aventureiro espanhol, com o representante do solo americano, com o íncola primitivo. A administração era orientada nesse mesmo sentido – de tirar da colônia o máximo de proveito possível”. Note-se, no final deste excerto, uma espécie de antecipação da tese do “sentido da colonização”, consagrada por Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. XII. O grifo é meu.

et parasitisme social (1893), de Jean Massart e Émile Vandervelde, e as obras de Oliveira Martins.

Escrita pelos autores de origem belga e filiação política socialista Jean Massart, importante botânico que, entre outros lugares, esteve no Brasil, e Émile Vandervelde, formado em direito, ciências sociais e economia política e militante do Partido Operário Belga que, anos depois, chegaria a ser ministro de Estado, *Parasitisme organique et parasitisme social* buscava constituir analogias, como seu próprio título denuncia, entre os “parasitismos” orgânico e social. Nesse livro que aproximava os conceitos da biologia e as relações entre os grupos sociais, as questões envolvendo a colonização não se configuravam como eixo central. Ao tratar do “parasitismo” no Império Romano, por exemplo, não se referia na maior parte das vezes aos territórios conquistados, mas às ligações sociais que uniam “patrões” e “clientes”, em interpretação que remetia a de alguns importantes historiadores alemães do século XIX, especialistas em história romana, como Theodore Mommsen e Ludwig Friedlaender. No mesmo sentido, sua descrição sobre a Espanha não diferia muito da dos autores que, desde o século XVII, vinham escrevendo sobre a decadência dos países ibéricos.²⁵⁵ Nessa obra, o excerto que mais se aproximava da tese do “parasitismo colonial”, nos moldes defendidos por Bomfim, nascia de uma analogia entre o Império Romano e a colonização do Novo Mundo:

In the history of the Roman people we have what may be considered the classic example of a community which begins with an agricultural, self-supporting mode of life, and ends by being altogether parasitic; the populace fed on the corn of the provincials, and the exploited by the labour of regiments of slaves, those vast farms or *latifundia*, of which they could not have beat the boundaries even on horseback if the caprice had taken then to do so! Still, this transformation in the economic character of the Roman people was largely determined by those wars of conquest which fill the annals of the Republic from start to finish. Our purpose will be better served if we seek our examples on virgin soils and in the colonies of the New World, where the same were not at work, but where, nevertheless, proprietorship, due to personal labour in the first instance, degenerates more or less rapidly into sheer parasitism.²⁵⁶

²⁵⁵ Consultada na tradução inglesa: MASSART, Jean & VANDERVELDE, Emile. *Parasitism organic and social*. Londres: Swan Sonnenschein & Co. Limited, 1895, p. 102-3.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 52-3.

Embora tangenciassem a questão da exploração “parasitária” sobre o “solo virgem” do Novo Mundo, Massart e Vandervelde não se aprofundaram, em nenhum momento de seu livro sobre o tema do “parasitismo colonial” nos moldes defendidos por Manoel Bomfim.

Outra referência central no ensaio do intelectual brasileiro, o historiador português Oliveira Martins, que, como os autores belgas, foi importante interlocutor das ideias socialistas em seu país, tocava nessa mesma questão de maneira apenas lateral. No primeiro tomo de sua *História de Portugal*, afirmava, ao criticar a expansão marítima lusitana, que conquistado o Mar Tenebroso, se desenhava uma nova empresa para a nação portuguesa: “devorar o descoberto, digerir o mundo”.²⁵⁷ De maneira mais explícita, mas se referindo à chegada da família real ao Brasil em 1808, Oliveira Martins voltava a utilizar metáforas digestórias para se referir à história da expansão de seu país:

Os mandarins que sugavam Portugal, apenas sabiam devorar também o Brasil. Parecia, primeiro, que a capital portuguesa passara para o Ultramar, e com ela todas as virtudes e qualidades, verdadeiras ou supostas, dos portugueses na Europa; e via-se agora que portugueses e brasileiros eram ambos vítimas de uma família de roedores dourados e fardados. A nuvem de gafanhotos que desde o XVII século [sic] devorava tudo em Portugal, pousava agora no Brasil para em casa o digerir mais a vontade.²⁵⁸

É importante ressaltar, entretanto, que a interpretação de Oliveira Martins, exposta acima não afirmava que Portugal era “parasita” do Brasil, mas que as elites portuguesas, e, mais especificamente, a casa real dos Bragança, eram “parasitas” não apenas da colônia, mas também da própria metrópole. Note-se também que o historiador, mais preocupado com a história de seu país que com o desenvolvimento das antigas possessões coloniais, localizava o crescimento do “parasitismo” desses grupos exatamente no momento da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, considerado por muitos autores, desde o século XIX, como um dos marcos finais da colonização lusitana sobre o Brasil.

É possível afirmar, nesse sentido, que nem no livro de Massart e Vandervelde nem tampouco nas obras historiográficas e políticas de Oliveira Martins encontrava-se,

²⁵⁷ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Tomo I. 4 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1887, p. 222.

²⁵⁸ MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*. 5 ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1920, p. 103.

de maneira direta, a principal tese de Manoel Bomfim, também defendida, em outros termos, por Francisco Bulnes: a ideia de que a metrópole ibérica atuava como parasita de suas colônias na América.

Parece interessante, nesse momento, direcionar a análise para uma referência que surgia de maneira mais discreta em *A América Latina: males de origem*: o intelectual russo, radicado na França, Jacques Novicow (1849-1912). O autor, marcado por sua militante postura anti-bélica, se caracterizava, assim como Bomfim, por ser um dos principais críticos do “darwinismo social” em sua época.²⁵⁹ Em determinado momento de sua exposição sobre a colonização de portugueses e espanhóis na América, Manoel Bomfim citava, em uma referência no pé da página, uma nota de rodapé retirada de um texto de Jacques Novicow intitulado “Les anglo-saxons et leur prétendue supériorité”, publicado em *La Revue*, em 1902. Na nota, Bomfim citava as seguintes palavras de Novicow:

Para obter alguns quilogramas de ouro, os conquistadores espanhóis massacravam às vezes uma população inteira de uma cidade. Estas gentes não conheciam a piedade. Em algumas décadas despovoaram um continente. O governo estabelecido por esses homens foi conforme a sua natureza feroz e selvagem. Será preciso [sic] longos anos para que os americanos do sul, se possam erguer desse regime espantoso.²⁶⁰

Merece destaque o fato da citação acima, retirada de Novicow e reproduzida por Manoel Bomfim, ser uma nota de rodapé em ambos os textos. Nesse artigo específico do autor russo, o tema da colonização espanhola sobre a América não era o principal assunto e sua menção visava apenas, por meio de uma breve comparação, lançar luz sobre a questão central de que tratava naquele ponto do texto: a colonização inglesa sobre a América do Norte. Em *A América Latina: males de origem*, o que era uma nota de rodapé apenas auxiliar no texto original foi utilizada para corroborar a tese central do ensaio. Nesse sentido, a citação poderia, certamente, por sua pertinência e em meio ao

²⁵⁹ BARNES, Harry Elmes. “A sociological criticism of war and militarism: an analysis of the doctrines of Jacques Novicow”. *The Journal of International Relations*, vol. 12, n. 2, oct. 1921, pp. 238-265.

²⁶⁰ Novicow citado por BOMFIM, *op. cit.*, p. 97. No original, “Pour obtenir quelques kilogrammes d’or, les conquistadores [sic] espagnols massacraient parfois la population de toute une ville. Ces gens ne connaissent pas la pitié. En quelques décades, ils ont depauplé un continent. Le gouvernement, établi par ces hommes, fut conforme à leur nature féroce et sauvage : ce fut le despotisme le plus épouvantable que connaisse l’histoire. Il faudra de longues années pour que les Américains du Sud puissent se relever de ce régime épouvantable. Ver NOVICOW, Jacques. « Les anglo-saxons et leur prétendue supériorité ». *La Revue (Ancienne Revue des Revues)*. Vol. XLI, 1902, p. 510.

exagerado número de reproduções de obras alheias, estar no corpo do texto de Bomfim, que, no entanto, preferiu reproduzi-la também em uma nota.

É preciso destacar que Novicow não ficou conhecido nos meios intelectuais franceses por escrever em *La Revue*, mas alcançou certa repercussão ao publicar em 1893 o livro *Les luttres entre sociétés humaines et leurs phases sucessives*. Nesse texto, o autor russo, entre os diversos temas tratados, não se furtou de discutir a questão da exploração espanhola sobre a América em termos muito similares aos da nota de 1902. Reproduzia, nesse sentido, em dado momento de sua mais importante obra, a seguinte citação: « Durant trois siècles, dit M. E. Reclus, les Espagnols ont vécu en parasites sur les populations mexicaines et, suivant la loi constante de la nature, le parasitisme les avait rendus impuissants à l'action ». ²⁶¹ Tratava-se aqui, em termos muito próximos dos utilizados por Manoel Bomfim, de uma referência a uma das principais obras do importante geógrafo e anarquista francês Élisée Reclus: a *Nouvelle Géographie Universelle*, coleção composta por 19 volumes, encomendada pela Editora Hachette, e publicada entre 1875 e 1892.

É importante, nesse ponto, para melhor prosseguir com a argumentação, uma breve incursão sobre alguns pontos da biografia de Élisée Reclus. ²⁶² Nascido em 1830, filho de pais protestantes, o francês Élisée Reclus estudou na Alemanha, onde começou a demonstrar, já nesse período, seu interesse pela geografia e sua defesa das ideias republicanas. De volta a sua terra natal, participou, em 1851, de movimentos que tentavam impedir que Luís Bonaparte tomasse o poder como imperador da França, sendo obrigado, após a ascensão do sobrinho de Napoleão ao trono francês, a fugir para a Irlanda. De lá, migrou em 1852 para os Estados Unidos, atuando como preceptor em Nova Orleans. Nessa região, conheceu mais de perto a organização social do Sul estadunidense, tornando-se crítico da estrutura escravista da região. Em 1855, “querendo compreender a formação latino-americana” ²⁶³, estabeleceu-se na Colômbia, onde acalentou a ideia de organizar colônias de imigrantes europeus nessa região, mas não obteve êxito. Retornou à França em 1857, passando a escrever regularmente, especialmente sobre os países que conhecera em suas viagens. Ingressou na Sociedade Geográfica de Paris, em 1862, e foi colaborador frequente de importantes revistas como

²⁶¹ Elisée Reclus citado por NOVICOW, Jacques. *Les luttres entre sociétés humaines et leur phases sucessives*. 2 ed. Paris: Felix Alcán Editeur, 1896, p. 413.

²⁶² Para os dados biográficos de Elisée Reclus, ver ANDRADE, Manuel Correia de. “Atualidade do pensamento de Elisée Reclus”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Élisée Reclus: geografia*. São Paulo: Ática, 1985, pp. 11-20

²⁶³ *Ibidem*, p. 12.

a prestigiada *Revue des deux mondes*, publicação em que escreveu diversos textos sobre os Estados Unidos e a América Latina, entre os quais alguns sobre o Brasil.

Em um desses textos, em que tratava, em 1867, dos países da América Central e dos projetos franceses para a construção, nessa região, de um canal que ligasse os oceanos Atlântico e Pacífico, Reclus já esboçava a associação entre o “colonizador” e o “parasita” ao falar da Guatemala:

Sous le régime espagnol, la ville de Guatemala était la résidence d’un vice-roi et le siège du tribunal de l’inquisition ; c’est de là que partaient les ordres pour maintenir le monopole commercial, la servitude politique, l’oppression religieuse dans toutes les régions de l’isthme ; c’est là que se constituait une aristocratie de sang et de fortune de plus en plus orgueilleuse, et que les oisifs, les ambitieux, *les parasites*, accouraient en foule pour obtenir leur part de jouissances et de domination.²⁶⁴

Reclus conciliava, nesse período, uma intensa produção intelectual e uma forte militância política. Vinculado aos grupos anarquistas na França, foi amigo do líder russo Mikhail Bakunin, que conheceu em 1864 e com quem se correspondeu até a morte de Bakunin em 1876. Participou, em 1871, da Comuna de Paris, ao lado de seus irmãos Paul e Élie, o que resultou em sua prisão no mesmo ano. Mesmo encarcerado, continuou mantendo contatos com a Editora Hachette, que o queria como autor de sua *Nouvelle Geographie Universelle*. Após grande pressão de grupos internacionais, o governo francês ordenou sua soltura, mas condenou-o a dez anos de exílio, cumpridos na Suíça. Dedicou-se, longe de sua terra natal, à escrita dos 19 volumes de sua obra. É importante ressaltar que a Hachette, sabendo das posições políticas de Reclus, inspecionou severamente a produção desses tomos, o que levou o próprio autor a realizar uma autocensura em seu texto. Independentemente do que tenha sido ou não permitido pelos editores da *Nouvelle Geographie Universelle*, em seu volume XVII, publicado em 1891, dedicado ao México, à América Central e ao Caribe, a ideia do “parasitismo colonial” foi utilizada não apenas na citação reproduzida no livro de Novicow, mas retornou em alguns momentos do texto:

Pendant plus de trois siècles, les Espagnols avaient vécu en *parasites* sur les populations mexicaine, et suivant, la loi constante de la nature, le *parasitisme* les avait rendus

²⁶⁴ RECLUS, Élisée. « Les republicues de l’isthme américain ». *Revue des deux mondes*, Ano XXXVIII, t. 74, 1868, p. 488. O grifo é meu.

impuissants à l'action. Durant toute cette longue période, les habitants de l'immense empire colonial restèrent sans histoire.²⁶⁵

E mais adiante :

C'est que la metropole et ses possessions d'autrefois avaient été également immobilisées pendant trois cents années : d'un côté, l'exploration et la conquête du Nouveau Monde avaient l'Espagne et avaient fait vivre en *parasite* sur des trésors mal acquis ; de l'autre, de travail d'accommodation à une civilisation nouvelle avait occupé toutes les forces des colonies jusqu'aux temps de la révolution commune.²⁶⁶

Não parece, entretanto, ser uma simples coincidência, encontrar tais citações no volume da *Nouvelle Geographie Universelle*, de Reclus, dedicado, entre outras regiões, às Antilhas. É importante ressaltar esse ponto, pois os volumes XVIII (*L'Amérique de Sud – Les régions andines*) e XIX (*L'Amérique du Sud – L'Amazonie et La Plata*) embora também se reportassem a países de colonização ibérica sequer mencionavam qualquer espécie de “parasitismo colonial”. Nesse sentido, vale destacar que, mesmo após seu retorno à Europa, Élisée Reclus não deixou de olhar para a América, com atenção especial para a América Central e as Antilhas. Isto porque, conforme este trabalho buscará discutir nas páginas seguintes, estava sendo desenvolvida nessas regiões, em um contexto de lutas relacionadas à obtenção de independências políticas em relação à Espanha, uma retórica que associava a colonização ibérica a uma ideia de “parasitismo” sobre a América. Interessante notar que os termos ali utilizados não se distanciavam sobremaneira daqueles que formaram as premissas teóricas de *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim.

3.5. O “parasitismo colonial” e as Antilhas no século XIX

Em meados do século XIX, as Antilhas viviam importantes transformações históricas. Diferentemente da maior parte da América espanhola, Cuba e Porto Rico não se tornaram países independentes nas primeiras décadas do século. Se analisado especificamente o caso cubano, é possível afirmar que, conforme corria o Oitocentos, as

²⁶⁵ RECLUS, Élisée. *Nouvelle Geographie Universelle*. Tomo XVII: Indes Occidentales (México, Isthmes Américains, Antilles). Paris: Librairie Hachette et Cie., 1891, p. 13. Os grifos são meus.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 119. O grifo é meu.

tensões econômicas, sociais e políticas aumentavam dia a dia. Os antagonismos eram diversos: além do confronto entre a enriquecida elite de *criollos* brancos, que controlava as *plantations* de café, tabaco e, principalmente, açúcar, e os comerciantes que, em sua maioria, eram provenientes da Espanha, as tensões existentes na ilha passavam também pela questão racial, resultado da permanência da escravidão na colônia.²⁶⁷

A década de 1860 se iniciou em meio a alguns eventos marcantes não apenas na América, em particular, mas também nas relações entre o continente americano e a Europa. Além do início da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, em que a questão da escravidão era central e que certamente repercutiu nos assuntos cubanos, esse período foi marcado pela tentativa de anexação de Santo Domingo por parte da Espanha²⁶⁸ e pela participação da metrópole ibérica, ao lado de tropas inglesas e francesas, em uma intervenção militar no México do presidente Benito Juárez.²⁶⁹ Nesse sentido, Cuba e Porto Rico ocupavam posição estratégica para a política externa e os interesses espanhóis. De acordo com o historiador cubano Manuel Moreno Friginals, nesse contexto, “entre 1860 e 1865 viveu-se [especificamente em Cuba] uma atmosfera de guerra em meio à paz”.²⁷⁰

As derrotas do Sul escravista nos Estados Unidos e da Espanha na intervenção em Santo Domingo tiveram grande repercussão em Cuba e Porto Rico. Além do Brasil, essas duas possessões espanholas eram as únicas a ainda manter o sistema escravista na América. Durante a guerra estadunidense, parte das elites *criollas*, entre os quais se destacava a figura de José António Saco, foi responsável por uma rearticulação de um discurso “reformista” em Cuba, que, ao demonstrar tímido apoio ao Norte e tecer diversos elogios ao presidente Abraham Lincoln, passava a não ver com maus olhos a anexação da ilha ao território norte-americano.²⁷¹ Essas posições do chamado Partido

²⁶⁷ Ver MORENO FRAGINALS, Manuel. *Cuba-Espanha; Espanha-Cuba: uma história comum*. Bauru, SP: Edusc, 2005, pp. 273-285.

²⁶⁸ Em 1861, o presidente dominicano Pedro Santana, em meio a uma grave crise econômica e a uma suposta ameaça de invasão por parte do Haiti, propôs a Espanha que anexasse novamente aquela parte da ilha, o que levou grande parte da população de Santo Domingo a se revoltar contra Santana e os espanhóis. Entre 1863 e 1865 ocorreu a Guerra de Restauração Dominicana, que terminou com a derrota dos ibéricos em Santo Domingo.

²⁶⁹ A intervenção no México foi iniciada quando o presidente Benito Juárez decretou suspensão por dois anos dos pagamentos dos juros da dívida que o México tinha com os três países. Entretanto, enquanto os governos da Espanha e da Inglaterra, após um acordo firmado com Juárez, retiraram suas tropas do México em 9 de abril de 1862, os franceses ali permaneceram até 1867.

²⁷⁰ MORENO FRAGINALS, *op. cit.*, p. 282.

²⁷¹ A posição de José António Saco (1797-1879) em torno da questão do “anexionismo” de Cuba ao território norte-americano pode ser definida como, no mínimo, ambígua. Porta-voz dos interesses da sacarocracia havanesa, Saco foi um dos primeiros autores a formular uma ideia de “nacionalidade cubana”. Crítico ao tráfico negreiro, mas não anti-escravista, foi propagandista “da migração branca e da

Reformista – que, apesar da fama, jamais se constituiu institucionalmente como um partido político – encontraram forte oposição em Cuba não apenas por parte das autoridades de Madri, mas também de setores da juventude universitária havana, contrária não somente às posições dos *junteros* (“como chamavam os reformistas”), mas também à incorporação da ilha à poderosa república do norte.

O ano de 1868 marcou uma importante inflexão na trajetória colonial da Espanha nas Antilhas. Em 17 dias, entre 23 de setembro e 10 de outubro daquele ano, três eventos modificaram o panorama político tanto na metrópole ibérica quanto em suas possessões americanas. Em 23 de setembro, o médico Ramón Emeterio Betances dava início, com o chamado “Grito de Lares”, a um levante que lograva a proclamação da independência em Porto Rico, que, entretanto, logo foi debelado pelas autoridades espanholas. No dia 30 daquele mesmo mês, eclodia na Espanha a Revolução de 1868, também chamada de “La Gloriosa”, que punha fim ao reinado de Isabel II e marcava o início do período conhecido como “Sexênio Democrático”, que se pretendia “democrático” apenas na metrópole, não na colônia. Por fim, no dia 10 do mês seguinte, com a publicação do “Manifiesto de la Junta Democrática de la Isla de Cuba” e, com o chamado “Grito de Yara”, ambos sob a liderança de Carlos Maria de Céspedes, tinha início na maior das Antilhas um conflito bélico contra a dominação espanhola muito

eliminação (não da abolição) dos negros” da ilha (MORENO FRAGINALS, *op. cit.*, p. 246). Sobre sua posição a respeito dos Estados Unidos, algumas de suas obras são capazes de revelar essa ambiguidade. Em 1837, publicou em Madri, *Paralelo entre la isla de Cuba y algunas colonias inglesas*, em que afirmava que “los esfuerzos de todos buen cubano” deveria ser a independência, “pero si arrastrada por las circunstancias, tuviera que arrojar en brazos estraños, en ningunos podría caer con más honor que en los de la gran Confederación Norte-Americana”. Ver SACO, José Antonio. *Paralelo entre la isla de Cuba y algunas colonias inglesas*. Madrid: Oficina de Don Tomás Jordán, 1837, p. 23. Esta posição era diversa da que Saco defendeu, em 1848, após a guerra entre a república norte-americana e o México, em outro panfleto, este mais conhecido que aquele, intitulado *Ideas sobre la incorporación de Cuba a los Estados Unidos*. Para além de explicitar o caráter expansionista dos Estados Unidos, a questão da escravidão era central para o argumento de Saco: “Si Cuba formase hoy parte de ella [da federação norte-americana], estaria incomparablemente más inquieta que al presente [...]. Acaso no dista mucho el día en que los Estados del Norte fulminen su anatema contra las regiones del Sur: su separación será entonces inevitable, y Cuba arrastrada por la necesidad de conservar sus esclavos, seguiría la suerte de la nueva nación que al sur se formará. Entrando en ella, no solo echará de menos en su nueva alianza todo aquel grado de fuerza y protección que fue a buscar en los brazos de la disuelta confederación, sino que quedaría reunida a la parte de ella menos civilizada, menos industriosa, y por desgracia compuesta de distintas razas, tanto más antipáticas, cuanto una de ellas es blanca y dominadora, y otra negra y esclava”. SACO, José Antonio. *Ideas sobre la incorporación de Cuba a los Estados Unidos*. Paris: Imprinta de Panckoucke, 1848, p. 10. A Guerra de Secessão marcou, nesse sentido, um novo momento de aproximação com os Estados Unidos de Saco e seu grupo político. Sobre o “anexionismo” ou “anti-anexionismo” de José Antonio Saco, ver OPATRNY, Josef. “José Antonio Saco y los Estados Unidos”. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. X, n. 19, jul./dic. 2009, pp. 79-104.

mais duradouro que o que se iniciara em Porto Rico dias antes: a Guerra dos Dez Anos (1868-1878).²⁷²

Élisée Reclus, que em nenhum momento deixou de se interessar pelos assuntos das Américas, não se absteve, ainda em 1868, de publicar na *Revue Politique et Littéraire* de Paris um pequeno artigo francamente favorável ao levantamento cubano e à proclamação de uma república na ilha, refutando tanto o domínio de Madri quanto sua incorporação aos Estados Unidos. O geógrafo e anarquista francês demonstrava nesse texto profundo conhecimento sobre os acontecimentos em Cuba, elaborando uma análise ampla que buscava discutir os eventos antilhanos e sua relação com a situação política da Espanha e os interesses estadunidenses.²⁷³

Ainda no contexto da Guerra dos Dez Anos em Cuba, e de acordo com os objetivos desta pesquisa, vale citar um documento reproduzido, décadas depois, em uma biografia de um dos mais importantes atores desse conflito, intitulada *Vida de Ignacio Agramonte*, de Juan J. E. Casasús, publicada em 1937. Nesse livro, narrava-se que, após o assassinato do insurgente Augusto Arango, no início de 1869, por parte das forças peninsulares, o Comité Revolucionário de Camaguey, cujo principal dirigente era o biografado Agramonte, publicara um proclama, datado de 27 de janeiro daquele ano, em que era possível ler a seguinte sentença, na qual a ideia de “parasitismo” estava associada aos funcionários espanhóis da ilha de Cuba:

España nunca podrá resignarse a reconocer nuestros derechos, porque entonces no podría arrancarnos, a título de sobrantes, los fondos necesarios a llenar nuestras necesidades más perentorias, entonces dejaría de ser nuestro suelo el venero a que acuden sedientos de oro ese sin número de empleados famélicos y venales, que como un enjambre de *parásitos* aflige a nuestra desgraciada Patria.²⁷⁴

Note-se no texto do proclama, a descrição dos “empleados famélicos y venales”, claramente espanhóis, que, “sedientos de oro”, como um “enjambre de parásitos” ocupavam a “desgraciada Patria” cubana. É possível afirmar, por meio desta citação, que se a utilização da ideia de “parasitismo colonial” em obras como as de Manoel

²⁷² MORENO FRAGINALS, *op. cit.*, p. 285.

²⁷³ RECLUS, Élisée. “L’Insurrection de Cuba”. *Revue Politique et Littéraire*, année I, n. 12 (1868), pp. 269-271.

²⁷⁴ Ignacio Agramonte foi um dos principais nomes da chamada Guerra dos Dez Anos (1868-1878), sendo o principal líder do movimento na região de Camaguey. CASASÚS, Juan J. E. *Vida de Ignacio Agramonte*. Camaguey: La Sociedad Camagueyana “La Popular de Santa Cecilia”, 1837. Disponível em <http://www.camagueycuba.org/ia/>. Acesso em 08/03/2013. O grifo é meu.

Bomfim, Francisco Bulnes ou Élisée Reclus era concebida em sentido que buscava analisar um determinado desenvolvimento histórico ou uma dada situação social, podia ser encontrada em Cuba, em fins da década de 1860, em um manifesto com significado fortemente político, uma afirmação do “parasitismo” espanhol sobre a ilha de Cuba que funcionava tanto como mobilizador da ação política quanto como um importante criador de um sentimento de identidade nacional.²⁷⁵

A ideia de um “parasitismo” espanhol sobre suas colônias americanas não ocupava, por essa época, apenas os manifestos políticos, mas encontrava também ressonância nos ensaios culturais. Considerado um dos principais intelectuais latino-americanos do século XIX, o dominicano Eugenio Maria de Hostos foi, ao lado de vozes como José Martí, Ramón Emeterio Betances e José Enrique Varona, importante arauto das causas da independência antilhana e do fim da escravidão. No dia 21 de março de 1870, Hostos leu publicamente, pela primeira vez, em Nova York, onde recolhia fundos para Guerra de Independência cubana, um ensaio intitulado “Plácido”, que escrevera em homenagem ao poeta mulato de origem havanesa Gabriel de la Concepción Valdés (1809-1844), conhecido, em sua época, como “Plácido”.²⁷⁶ Nas palavras de Hostos,

En medio de esos dos ríos [San Juan e Yumurí], la naturaleza, que es menos española que la Providencia, se obstinó en hacer eterna la protesta del suelo contra el usurpador, y para que las edades futuras compararan lo que había sido la isla primitiva, tal cual la produjeron las evoluciones de la naturaleza, tal cual hacía las delicias del indígena, tal cual produjo las exclamaciones y el asombro inmortales de Colón, dejó en medio de los dos ríos de Matanzas el valle más encantador que han profanado jamás la codicia y la crueldad.

En aquel valle, al amparo de sus plátanos dadivosos, al abrigo de sus ceibas eminentes, a la sombra de sus mangos portentosos; al arrullo de las palmas – pararrayos que se mecen –, al alcance del cocotero delicioso; próximo al jubo calenturiento, a la jagua medicinal, al guayabo que fructifica sin descanso; *entrelazados por los millares*

²⁷⁵ Sobre as identidades como mobilizadoras da paixão política, ver PRADO, Maria Ligia Coelho. “Identidades latinoamericanas”. AYALA MORA, Enrique e POSADA CARBÓ, Eduardo (org.). *História general de la América Latina. Vol. VII – Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. 1. ed. Paris: UNESCO; Editorial Trotta, 2008.

²⁷⁶ Sobre Eugenio Maria de Hostos, ver MALDONADO DENIS, Manuel. “Eugenio Maria de Hostos: sociólogo y maestro antillano”. In: HOSTOS, Eugenio Maria de. *Moral Social; Sociología*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1982. Sobre o ensaio “Plácido”, ver ROIG DE LEUCHSERING, Emílio. “Hostos, apóstol de la independencia y de la libertad de Cuba y Puerto Rico”. In: *Hostos y Cuba*. Havana: Municipio de la Habana, 1939, pp. 58-59.

*de parásitos que florecen a expensas de otras flores, y fructifican a expensas de otros frutos (símbolo antediluviano de la dominación de España en el Nuevo Mundo); bloqueados por la naturaleza primitiva, solicitados por todos los pájaros de la floresta y por todas las alimañas de los bosques, habitantes solitarios del templo de árboles y flores, de agua y luz, de vida y armonía en que la naturaleza se muestra a los salvajes, en aquel valle, donde más tarde nació Plácido, nacieron los primeros hombres que halló España en aquella comarca encantadora. Los conquistadores no pudieron conseguir que aquellos inocentes moradores les dieran noticias de unos indios perseguidos, e hicieran tal y tan cobarde matanza en la comarca que desde entonces hasta hoy y para siempre, conserva toda ella el nombre siniestro que lo recuerda [Matanzas].*²⁷⁷

Hostos se utilizava, nessa descrição, de uma imagem da natureza, para criar por meio de uma analogia, a ideia de um “parasitismo” espanhol sobre o Novo Mundo. Isto posto, duas questões merecem ser destacadas a propósito desse texto. Em primeiro lugar, é possível afirmar que o ensaio, a despeito de sua forte carga literária, se aproximava, mesmo que por vias diferentes, do proclama de Camaguey por seu acentuado teor político. Não bastasse ter sido escrito em meio à Guerra dos Dez Anos em Cuba, sua leitura nos Estados Unidos foi feita com o objetivo de ajudar a insurreição não apenas pela arrecadação de fundos para municiar o conflito, mas também por meio da propaganda, já que Plácido configurava-se, no texto de Hostos, como um símbolo contra a dominação espanhola. Em segundo lugar, ao afirmar que os “*parásitos*” podem ser tomados como “símbolos antediluvianos” da dominação espanhola sobre o Novo Mundo, Hostos não apenas explicitava a comparação, mas também expunha uma utilização ampla da analogia, de maneira que é possível depreender dessa afirmação que a imagem da Espanha como “parasita” do Novo Mundo talvez fosse recorrente no contexto das lutas antilhanas.

Nos anos que se seguiram, as analogias entre o “parasitismo” e a colonização espanhola sobre as Antilhas continuaram circulando nessa região. Faz-se necessário, entretanto, antes de prosseguir na análise do conceito e de suas utilizações no contexto antilhano, destacar alguns desdobramentos dos conflitos emancipacionistas entre a colônia insular e metrópole ibérica nas últimas décadas do século XIX. Em 1878, a “Paz de Zanjón” pôs fim Guerra dos Dez Anos, mas não significou necessariamente a pacificação das Antilhas espanholas, especialmente porque esse acordo não reconheceu

²⁷⁷ HOSTOS, Eugenio Maria de. “Plácido”. In: *Hostos y Cuba*. Havana: Municipio de la Habana, 1939, p. 170.

nem tampouco garantiu as duas principais reivindicações dos insurgentes cubanos: a independência e a abolição da escravidão. Essa insatisfação, especialmente por parte dos setores mais pobres da ilha, resultou, pouco tempo após a assinatura do pacto, em outro levante, liderado por António Maceo, conhecido na História Cubana como Guerra Chiquita (1879-1880). Embora Cuba não tenha ganhado sua independência após os anos de guerra, o pacto de Zanjón concedeu à ilha status de província da Espanha. A partir de 1879, surgiam, acompanhando o novo contexto institucional, dois partidos políticos na maior da Antilhas: o Partido da União Constitucional (PUC), cujos diletantes eram majoritariamente ibéricos, e o Partido Liberal, posteriormente, Partido Liberal Autonomista (PLA), composto principalmente por *criollos*.²⁷⁸

Sobre o Partido Liberal Autonomista, é possível afirmar que fosse herdeiro, em termos ideológicos, do reformismo *criollo* anterior à Guerra dos Dez Anos, que após Zanjón, passou a reivindicar da monarquia espanhola reformas administrativas e uma participação no governo da ilha de Cuba. O PLA, além disso, exercia um papel central no jogo político desse período, pois sob a bandeira da “autonomia” conseguiu atrair, em um primeiro momento, para suas fileiras e manter certo controle sobre alguns dos mais radicais defensores da independência cubana. Nesse contexto, a possibilidade de se imprimirem panfletos, proclamas e programas políticos fez com que, embora a vida partidária estivesse polarizada entre as duas agremiações oficiais, outras correntes encontrassem um espaço de manifestação. Em termos sociais, além da discussão, nos estertores da escravidão, sobre o chamado *problema negro*, produziu-se o fenômeno da “hispanização” da ilha com a chegada de milhares espanhóis provenientes da península e das Canárias, que passaram a ocupar posição de destaque na sociedade cubana.²⁷⁹

Segundo Moreno Friginals, a década de 1880 foi palco de uma “grande revolução industrial açucareira cubana”, marcada pela mecanização da produção, pela passagem do trabalho escravo negro para o trabalho assalariado branco, pela constituição de uma divisão entre um setor agrícola e um setor industrial na produção, pelo fim da diversidade de mercados e a restrição a um único comprador (os Estados

²⁷⁸ Sobre tais partidos, Manuel Moreno Friginals afirma que “[Na estrutura política cubana após 1879] Não se tratava da clássica divisão do século 19, de conservadores e liberais que se alternavam no poder já que, com exceção da aspiração autonômica, o programa de ambos era idêntico e, embora ganhassem as eleições, careciam de poder. Tanto a direção de um partido como a de outro conformavam uma ampla gama que ia desde as posições mais retrógradas até o liberalismo de salão, à europeia. Tampouco estamos diante de um partido colonialista e outro anticolonial, já que ambos compartilhavam a tese da continuidade da Espanha como metrópole cubana. O que representavam eram dois setores da sociedade cubana dentro da complexa trama colonial”. Ver MORENO FRAGINALS, *op. cit.*, p. 316.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 316-317.

Unidos) e, por fim, pelo predomínio dos produtores espanhóis em relação às antigas elites *criollas*.²⁸⁰ A economia cubana, entre fins da década de 1880 e inícios da de 1890, mostrava-se praticamente dependente da exportação de açúcar para os Estados Unidos, que, nesse contexto, passaram a travar uma relação econômica e diplomática cada vez mais tensa com a Espanha, onde muitos setores se opunham a assinar tratados comerciais que garantissem vantagens aos norte-americanos.

Os Estados Unidos, na segunda metade dessa década, pressionavam a Espanha a assinar acordos que, não bastassem a possibilidade de trazer grandes vantagens aos norte-americanos em associação aos produtores açucareiros, ao mesmo tempo, em que prejudicavam outros setores da economia antilhana, representavam também um sério risco à dominação colonial dos espanhóis sobre a ilha. Essa tensão implicou em um rompimento dentro do próprio “partido ibérico” em Cuba, originando, de uma dissidência do PUC, o Partido Reformista, que logo ganhou apoio do PLA e da classe média *criolla* partidária do anexionismo. Segundo Moreno Fragnals, “o PR agrupou todos aqueles grandes interesses ibéricos ligados ao açúcar, ou aos Estados Unidos, que já constituíam uma nova sacarocracia, mas de marcado caráter industrial”.²⁸¹ Nesse contexto de forte dissensão política, o PLA publicava, em 1887, uma coletânea de artigos em que, ao defender um regime autônomo da ilha de Cuba, se podia ler uma severa crítica à burocracia colonial, na qual a ideia de um “parasitismo colonial” mais uma vez estava posta em evidência:

Hay que acabar con eso que se denomina la burocracia que, por regla general, no desempeña en nuestra sociedad otro papel que el de zánganos de colmena [...]. *Son los parásitos del presupuesto, buenos tan solo para satisfacer las miras y los compromisos de partido a expensas de la colonia.*²⁸²

Note-se aqui que, por defender a “autonomia” e não a “independência”, o discurso de Antonio Govin, um dos mais destacados membros do Partido Liberal à época, não acusava diretamente a Espanha como sendo “parasita” de Cuba, mas, por outro lado, apontava para o caráter “parasitário” da burocracia espanhola que atuava

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 328-329.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 331.

²⁸² GOVIN, Antonio. “Exposición de la doctrina autonomista: discurso pronunciado por Don Antonio Govin, secretario de la junta central del partido liberal, en la reunión pública celebrada en Santiago de Cuba el día 9 de enero de 1887”. In: *La autonomía colonial: colección de artículos publicados por “El Triunfo” órgano oficial del Partido Liberal*. Havana: Imprenta “El Retiro”, 1887, p. 193. O grifo é meu.

sobre a ilha. Embora tenha sido, muitas vezes, defendido por militantes partidários da emancipação política nos anos seguintes à Zanjón, o PLA passou a sofrer críticas cada vez mais intensas, especialmente por parte daqueles que eram contrários tanto à permanência do domínio espanhol quanto ao início da sujeição aos interesses estadunidenses.²⁸³ Entre os resultados desse descontentamento cada vez maior com o PLA, esteve também a criação, em 1892, do Partido Revolucionário Cubano, idealizado pelo líder político e poeta José Martí que então vivia, por ter apoiado a causa da independência na Guerra dos Dez Anos, exilado nos Estados Unidos. O PRC visava romper com as posturas moderadas ou conservadoras do PLA e preparar uma nova guerra de independência.

Essa nova guerra, conhecida também à época como “Guerra Necessária”, se iniciou no dia 24 de fevereiro de 1895, sob a liderança de José Martí, Máximo Gomez e Antonio Maceo, todos exilados que retornaram à Cuba para lutar pela emancipação. Entretanto, assim como na Guerra dos Dez Anos, travada anteriormente, os homens de letras – e não apenas os de armas – cumpriam um importante papel para, especialmente no exterior, promover a difusão e granjear adeptos para a causa da emancipação. Atuava, nesse sentido, o importante intelectual cubano José Enrique Varona, que, no ano do início da guerra, foi convocado por Martí para dirigir, em Nova York, o periódico independentista *Pátria*. Note-se a utilização por parte de Varona do conceito de “parasitismo” em um manifesto publicado em espanhol, inglês e francês, nesse mesmo ano de 1895, intitulado *Cuba contra Espanha*. Nesse texto, as similaridades com a maneira que essa ideia aparecia nos textos de Manoel Bomfim se faziam ainda mais evidentes:

El uso que de ese poder ha hecho el gobierno español está patente en la triple explotación a que ha sometido a Cuba. España no tiene en realidad política colonial. No ha buscado en las tierras lejanas que ha sometido por la fuerza sino la riqueza inmediata; la que ha arrancado con violencia al trabajo de los naturales. *Por eso España no es hoy sino un parásito de Cuba*. La explota con su régimen fiscal, con su régimen

²⁸³ Entre os textos que defenderam uma postura crítica ao autonomismo cubano esteve, entre outras obras, *Cuba y sus partidos políticos*, folheto publicado na Jamaica, lavrado pelo médico José Mayner y Ros e utilizado por Élisée Reclus, em sua *Nouvelle Geographie Universelle*, para afirmar, sobre a situação cubana, que “Dans les années normales, la mère patrie, vivant en parasite sur sa colonie, en retirait jusqu’à 150 millions de francs”. RECLUS, *Nouvelle Geographie Universelle*, op. cit., p. 702. O grifo é meu. Ver também MAYNER Y ROS, José. *Cuba y sus partidos políticos*. Kingston : Mortmer C. De Souza Impessor, 1890.

mercantil y con su régimen burocrático. Estas son las formas de la explotación oficial; lo que quiere decir que no son las únicas formas de su explotación.²⁸⁴

Varona afirmava, nesse manifesto, de maneira mais direta que os textos antilhanos citados anteriormente, o caráter “parasitário” da colonização espanhola sobre Cuba. A sentença expunha claramente a condição de “parasitismo” de uma nação sobre a outra, não nos moldes pretensamente analíticos como Reclus havia feito anos antes, mas como produto de uma retórica política, propagandística e identitária, ainda mais radical e explícita que a utilizada por Hostos quase vinte e cinco anos antes. As posições dos textos de Reclus e Varona sobre a independência de Cuba, especificamente nesse período, não se configuravam como aleatórias ou acidentais, mas apontavam em ambos para uma defesa da emancipação antilhana. Se Varona atuava editando um periódico favorável à emancipação em Nova York, Reclus era, por sua vez, um dos membros mais ilustres do Comitê Francês Cuba Libre, fundado em Paris, em janeiro de 1896, que militava na Europa, especificamente na Cidade Luz, a favor da Guerra de Independência cubana. Vale a pena destacar que entre as principais lideranças desse grupo, estavam o anarquista franco-italiano Charles Malato e o médico porto-riquenho exilado em Paris Ramón Emeterio Betances, principal responsável pelo “Grito de Lares”, insurreição que, em 1868, havia se levantado pela independência de Porto Rico.²⁸⁵

Essa concepção defendida por Varona circulou em vários pontos da América Latina no contexto da guerra cubana. Na Argentina, algumas das ideias presentes em *Cuba contra España*, ressoavam, em 1896, em uma pequena publicação crítica à colonização espanhola sobre a maior das Antilhas, escrita pelo historiador Carlos María Uríen e intitulada *Revolución Cubana*.²⁸⁶ Nesse texto, o autor reproduzia trechos inteiros do opúsculo de Varona, destacando, entre outras, a afirmação do autor cubano, citada acima, que ressaltava o caráter “parasitário” da exploração peninsular sobre a ilha.²⁸⁷ Em proporção ainda maior, por sua proximidade com as Antilhas, no México, assistiram-se a intensos debates nos meios políticos e intelectuais, dos quais Francisco

²⁸⁴ VARONA, Enrique José. *Cuba contra España*. Nova York: Imprenta América, 1895, pp. 12-13. O grifo é meu.

²⁸⁵ FERNÁNDEZ, Frank. *L'anarchisme à Cuba*. Paris: Editions CNT, 2004, p. 47.

²⁸⁶ Sobre a repercussão na Argentina dos conflitos em Cuba, ver LÓPEZ, Carolina Elisabet. “Los intelectuales argentinos frente a la independencia cubana de 1898: último bastión imperialista y nuevo status colonial”. *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, ano 13, n. 26, 2º. sem./2011, pp. 3-25.

²⁸⁷ URÍEN, Carlos María. *Revolución Cubana*. Buenos Aires: Imprenta, Litografía y Encuadernación de J. Peuser, 1896, p. 115.

Bulnes não se furtou de participar.²⁸⁸ Em 1897, em uma publicação que reunia alguns dos principais artigos sobre o tema que haviam saído anteriormente em periódicos mexicanos, Bulnes marcava claramente sua posição sobre a colonização espanhola sobre Cuba, em particular, e sobre a América, de maneira geral, associando-a, assim como em seu ensaio *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, a uma ideia de “parasitismo”. Polemizando com o deputado mexicano Carlos de Olaguíbel y Arista, Bulnes afirmava:

Siempre me ha dado a conocer como liberal y nadie extrañará que no crea en los llamados derechos de conquista. La conquista no significa el procedimiento moral de una institución pedagógica o de caridad, como se la pretende presentar, *sino la industria militar del parasitismo*, realizado por la violencia contra el derecho y siniestramente dirigida por el terror.²⁸⁹

Algumas linhas a seguir, o autor mexicano deixava, mais uma vez, marcado seu argumento:

Se ha presentado como poderoso argumento que España gobierna liberalmente a Cuba, fundándose en la legislación constitucional, civil y penal que rige en la Isla, enteramente igual a la española. Los que tal cosa escriben, ignoran que la legislación fiscal, *realizadora del parasitismo metropolitano, es terriblemente expoliadora de Cuba.*²⁹⁰

Em outro texto, respondendo ao periodista mexicano Trinidad Sanchez Santos, Bulnes encerrava sua argumentação da seguinte maneira:

Todas las conquistas españolas, en todas partes y en todos tiempos no han servido a la causa de la civilización, sino a la desenfrenada e inmoral del *vampirismo*. *La pérdida de Cuba para España sólo significa el final de un parasitismo que desacredita de la correcta civilización del continente americano.*²⁹¹

²⁸⁸ Sobre o impacto da Guerra Hispano-Americana entre os intelectuais mexicanos, ver ROJAS, Rafael. “Retóricas de la raza: intelectuales mexicanos ante la Guerra del 98”. *Historia Mexicana*, abr.-jun. 2000, vol. XLIX, n. 04.

²⁸⁹ BULNES, Francisco. “Hojas sueltas: réplica al Sr. Olaguíbel y Arista”. In: *La independencia de Cuba en relación con el criterio americano y los intereses de México: Colección de notables artículos sobre esta cuestión de distinguidos escritores mexicanos*. México: [Tipografía de J. León y Co.], 1897, p. 59. O grifo é meu.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 60. O grifo é meu.

²⁹¹ BULNES, Francisco. “Los fallos sobre las conquistas españolas: réplica al Sr. Sanchez Santos”. In: *La independencia de Cuba en relación con el criterio americano y los intereses de México: Colección de*

Francisco Bulnes, como foi dito anteriormente, era um crítico ferrenho das “origens latinas” da América e um grande admirador da cultura anglo-saxônica. Ao contrário da maior parte da intelectualidade mexicana de sua época que se posicionava ou a favor da independência de Cuba ou em prol da Espanha, defendia que o melhor para a maior das Antilhas era sua incorporação aos Estados Unidos. Embora isso não tenha ocorrido oficialmente, em 1898, após o cruzador *Maine* ser afundado na Baía de Havana, o governo estadunidense declarava guerra à Espanha e, em 19 de abril de 1898, tinha início a Guerra Hispano-americana. O conflito, encerrado em 12 de agosto desse mesmo ano com a vitória dos Estados Unidos, tirou dos peninsulares o que restava de seu império colonial. Cuba tornava-se oficialmente independente, mas na prática passou a existir como uma espécie de protetorado estadunidense. Porto Rico e as Filipinas, até então possessões espanholas, tiveram seus territórios submetidos ao domínio norte-americano. Não bastasse significar a ascensão dos Estados Unidos como uma potência mundial no contexto da “Era dos Impérios” e a imersão da Espanha em uma grande “crise de consciência”, cujos sintomas podem ser apreendidos nas obras da “Geração de 98” e nos textos “regeneracionistas”, esse momento significou, na América Latina, o início de uma nova onda de discussão identitária, que direcionava seu foco para os caminhos que os latino-americanos deveriam tomar em um contexto de ascensão do gigante ianque.

Em 1898, terminava a história do “parasitismo colonial” dos espanhóis sobre Cuba e as Antilhas. Não foi o fim, entretanto, da utilização desse conceito, anos depois associado a uma “façanha” intelectual de Manoel Bomfim.

3.6. O circuito das ideias: diálogos entre as Américas e a Europa

A ideia de “parasitismo colonial”, tese que representava o que de mais original havia no texto de Manoel Bomfim e que tanta “estranheza” causou entre seus analistas na época da publicação de *A América Latina: males de origem* e continuou provocando ainda depois, já circulava, com uma certa diversidade de aplicações e significados na Europa e nos países vizinhos ao Brasil. Encontrada em manifestos, ensaios culturais, textos políticos, artigos de periódicos, folhetos, panfletos ou discursos, a concepção de

notables artículos sobre esta cuestión de distinguidos escritores mexicanos. México: [Tipographia de J. León y Co.], 1897, p. 81. O grifo é meu.

que a Espanha agia como “parasita” de suas possessões coloniais funcionou, em diversos textos e contextos, tanto como ferramenta analítica por aqueles que à distancia, como Francisco Bulnes, analisavam o quadro cubano, quanto como mobilizadora das paixões políticas, arma propagandística ou elemento forjador de identidades por aqueles diretamente envolvidos nas lutas anticoloniais. Até que chegasse a constituir a estrutura analítica sobre a qual se baseou o ensaio de Manoel Bomfim, tais ideias percorreram um longo caminho.

Se como destacado no começo deste capítulo, o conceito de “parasita” tinha, possivelmente, no início do século XIX, um significado mais social que biológico, é válido ressaltar que, conforme o discurso relacionado às ciências naturais ganhava força, a utilização das ideias de “parasita” e “parasitismo”, tomadas a partir desse momento como analogias ou metáforas orgânicas aplicadas às sociedades, se configurava como uma importante arma retórica, cujo sentido era capaz de expor uma condição social em que uns eram explorados por outros. Na Europa do século XIX, esses conceitos podiam ser encontrados, na maior parte das vezes, sendo aplicados aos privilégios que alguns setores sociais detinham à custa do trabalho alheio. Ao tomar autores da esquerda europeia como, por exemplo, Pierre-Joseph Proudhon ou Karl Marx, pode-se perceber que a ideia do “parasitismo social” era exposta, em seus textos, com certa recorrência, seja para destacar o papel opressivo do Estado, seja para explicar o caráter da dominação que capitalistas e burgueses exerciam sobre as classes operárias nas potências industriais do Velho Mundo.²⁹² Entretanto, não era possível encontrar nas discussões desses autores quaisquer referências ou elementos que permitissem afirmar que os europeus atuassem como “parasitas” de suas colônias em outros continentes.

Preocupados com a questão social em seus respectivos países ou, de maneira mais geral, no continente europeu, para tais autores a questão colonial estava posta, como no caso de Marx, por exemplo, na medida em que se relacionava como o desenvolvimento do capitalismo na Europa. Se lá, a analogia entre “exploradores/parasitas” e “explorados/parasitados” se aplicava a questões referentes a uma ordem social fortemente marcada pelas tensões e transformações relacionadas à modernidade industrial, na América Latina e, mais especificamente, nas Antilhas espanholas de meados do século XIX em um contexto de lutas anticoloniais, esses

²⁹² Como notaram os autores que ressaltaram pontos de contato entre Manoel Bomfim e autores europeus, especialmente com algumas correntes de esquerda. Ver SUSSEKIND & VENTURA, *op. cit.*, pp. 11-56; UEMORI, *op. cit.*, pp. 327-348; e AGUIAR, *op. cit.*, pp. 287-315.

termos adquiriam outros significados. Afirmar que a Espanha era “parasita” de suas colônias, em Cuba, na segunda metade do Oitocentos, por exemplo, tinha como objetivo não apenas descrever uma determinada situação política e econômica, mas, ao mesmo tempo, mobilizar politicamente para o confronto, fazer propaganda da causa da emancipação e criar uma identidade por meio da refutação do inimigo colonizador.

Afirmar o “parasitismo colonial ibérico” nos ensaios de Francisco Bulnes e Manoel Bomfim, por outro lado, representava não apenas uma tentativa de análise social, política, econômica e cultural da América Latina, mas também funcionava como ferramenta retórica importante para explicar seu “atraso” em relação à Europa e, especialmente nesse momento, aos Estados Unidos.

É importante ressaltar aqui a questão da circulação das ideias entre as Américas e a Europa nesse período. Longe de apresentar uma imagem que aponta para uma via de mão única na direção do conhecimento ou, pior, ressaltar um quadro de deturpação das ideologias europeias em solo americano, a análise aqui empreendida buscou destacar, em um primeiro momento, como um conceito ou um conjunto de concepções podem adquirir significados variados de acordo com a sua utilização em contextos históricos específicos. Em outro sentido, ao discutir como Manoel Bomfim transformou o “parasitismo colonial ibérico” em eixo explicativo de suas reflexões, parece possível fazer alguns comentários sobre o lugar da Europa na elaboração do conhecimento na América Latina.

Ao contrário do que pensava Sylvio Romero, ao atribuir o “equivoco” de Bomfim na aplicação das ideias europeias em seu ensaio, a utilização feita pelo autor de *A América Latina: males de origem* do termo “parasitismo” marcava, naquele contexto, a particularidade da experiência americana, marcada pela história da colonização, em relação à europeia, marcada pelas tensões da Revolução Industrial e pelas revoluções sociais e políticas iniciadas em fins do século XVIII e que permearam todo o século XIX. Ainda sobre a circulação das ideias entre fins do século XIX e inícios do século XX e as relações entre a Europa e as Américas, vale a pena destacar o papel da cidade de Paris, espécie de Meca da cultura mundial nesse período, fundamental para a existência de intercâmbios não apenas entre o Velho e o Novo Mundo, mas também entre os intelectuais latino-americanos das diversas partes do subcontinente.²⁹³ Entre os

²⁹³ Entre os autores que já escreveram a esse respeito, podem ser citados como relevantes ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês – A França e a América Latina: cultura, política e identidade*. Brasília: Editora da UnB, 2005; ZANETTI, Susana. “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-

exemplos desta última afirmação estão o brasileiro Manoel Bomfim que redigiu seu ensaio ainda durante sua estada em Paris e o peruano Francisco García Calderón que viveu muitos anos nessa cidade, atuando como um dos mais importantes defensores da “latinidade” das Américas de colonização espanhola e portuguesa e cujos ensaios foram escritos em francês e publicados por editoras parisienses.

Considerada como centro de formação intelectual, recebendo, portanto, pessoas de vários lugares do mundo, e às voltas com seus interesses de expansão imperial, disputando a primazia no globo com ingleses e alemães, a França e seus intelectuais ocupavam papel central nesse processo de trocas culturais. Paris certamente funcionava, especialmente nos anos da *Belle-Èpoque* como uma espécie de “cidade-mediadora”, ao mesmo tempo receptora e difusora de saberes. Sobre a abrangência dos intelectuais franceses, nesse período, pode-se tomar como exemplo a figura do geógrafo anarquista Élisée Reclus, a quem é possível apontar, a partir da análise proposta por este capítulo, como importante “mediador” entre a Europa e as Américas.²⁹⁴ Não bastasse ter vivido por algum tempo nos Estados Unidos e na Colômbia, Reclus, por meio de seus livros e artigos, expos aos seus leitores sua visão, construída sob as lentes do anarquismo e de sua experiência europeia, sobre as questões americanas. Autor de certo impacto na América Latina, as análises do intelectual francês passavam a ser lidas no Novo Mundo como referências para novas discussões.

Conhecido e admirado por autores como Monteiro Lobato e Graça Aranha, Élisée Reclus veio ao Brasil em 1893 e teve, entre finais do século XIX e inícios do século XX, algumas de suas obras traduzidas no país.²⁹⁵ Para atestar sua recepção favorável entre os intelectuais brasileiros dessa época, basta dizer que Sylvio Romero, em determinado momento de sua crítica, recorreu a Élisée Reclus e “sua admirável *Nouvelle Geographie Universelle*”²⁹⁶ para, ironicamente, contestar alguns pontos do ensaio de Manoel Bomfim. É possível também, nesse sentido, que a obra do geógrafo anarquista francês, mesmo não tendo sido citada em *A América Latina: males de*

1916)”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, vol. 2 – A emancipação do discurso; COLOMBI, Beatriz. “Camino a la meca: escritores hispanoamericanos en Paris”. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *História de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2008, vol. I – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo;

²⁹⁴ A discussão proposta aqui se baseia nas reflexões de SOARES, Gabriela Pellegrino. “História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol. II. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Humanitas, 2011, pp. 87-97.

²⁹⁵ LOPES, Milton. “Élisée Reclus e o Brasil”. *GEOgraphia*, vol. 11, n. 21, 2009.

²⁹⁶ ROMERO, *op. cit.*, p. 24.

origem, houvesse sido ao menos consultada por Manoel Bomfim, de quem se suspeita a utilização de alguns conceitos geográficos elaborados pelo autor francês na composição de sua interpretação sobre a América Latina.²⁹⁷ No contexto hispano-americano, é curioso notar como Francisco García Calderón, em seu livro *Le Pérou Contemporain* (1907), se apropriava das análises de Élisée Reclus para construir seus argumentos para explicar a derrota de seu país para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883).²⁹⁸

Dito tudo isso, não parece mero acaso que Reclus, defensor da causa da independência antilhana, afirmasse três vezes o “parasitismo colonial” espanhol especificamente no volume de sua *Nouvelle Geographie Universell* referente às ilhas do Caribe – mesmo que tenha também atribuído essa característica da colonização ibérica ao caso mexicano – e nenhuma nos dois volumes que escreveu sobre a América do Sul. Levando-se em conta que o geógrafo anarquista participou do Comité Francés Cuba Libre, em que marcava sua posição a favor da emancipação cubana, e se relacionava politicamente com latino-americanos, entre os quais podemos destacar o líder político e médico porto-riquenho Ramón Emeterio Betances, conhecido à época como “El Antillano”, é possível depreender que sua ideia de “parasitismo colonial” estivesse, de alguma maneira, relacionada a suas percepções acerca dos eventos antilhanos da segunda metade do século XIX. No mesmo sentido, a utilização dessa ideia por Francisco Bulnes parece relacionada, em um primeiro momento, a uma determinada leitura do autor mexicano sobre o processo caribenho, transposta, de maneira mais ampla, para sua análise da colonização ibérica como um todo.

O que dizer, nesse sentido, da utilização da ideia de “parasitismo colonial” feita por Manoel Bomfim em *A América Latina: males de origem*? É possível que o autor brasileiro, que não aparentava, em um primeiro olhar, grande preocupação com a questão antilhana, tenha se apropriado dessa concepção diretamente da *Nouvelle Geographie Universell*, de Reclus, ou por intermédio dos textos de Jacques Novicow. Sobre as referências de Manoel Bomfim, é importante destacar que a grande maioria dos textos citados pelo ensaísta era de autores localizados à esquerda do espectro político europeu, socialistas ou anarquistas, críticos da guerra, da exploração de uma classe sobre a outra e das doutrinas racialistas. Vale reafirmar que não era surpreendente

²⁹⁷ Cf. OLIVA, Terezinha Alves de. “O pensamento geográfico em Manoel Bomfim”. In: CRUZ, José Vieira & BITTENCOURT JUNIOR, Antônio (orgs.). *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010, p. 119.

²⁹⁸ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Le Pérou Contemporain*. Paris: Dujarric e Cia. Editerurs, 1907, p. 5.

que Bomfim fosse visto com a “estranheza”, anteriormente ressaltada aqui, entre seus contemporâneos e seus analistas posteriores, já que estas não eram as bases teóricas adotadas pelos principais autores brasileiros do período. Mesmo não estando à “frente do seu tempo”, como querem alguns, Manoel Bomfim se apropriou de algumas ideias que sua época oferecia e construiu um ensaio que interpretava com tamanha originalidade o processo histórico da América Latina.

Infelizmente, é preciso ainda ressaltar que pouco se olhou para as relações entre a escrita e publicação de *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim, em relação ao processo político e intelectual latino-americano do mesmo período, o que certamente contribuiu para turvar a percepção sobre algumas de suas sutilezas, escondidas sob a análise da história nacional ou eurocêntrica.²⁹⁹

²⁹⁹ Entre os esforços de aproximação entre a obra de Manoel Bomfim e a América Latina, ver BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Nacionalismos antirracistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. Dissertação de Mestrado (História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2002; e SANTOS, Davi Siqueira. *A América Latina, de Manoel Bomfim, e Ariel, de José Enrique Rodó: dois ensaios de interpretação latino-americana*. Dissertação de Mestrado (Literatura e Vida Social). Assis, SP: Unesp, 2011.

PARTE 2
IDEIAS SOBRE A AMÉRICA LATINA

CAPÍTULO 4

NO LABIRINTO DAS RAÇAS:

Identidades e discurso racialista na América Latina

Queda demostrado que el trópico no puede en el sentido económico producir alimentación fisiológica humana para una grande ni para una pequeña población. Las poblaciones aborígenes actuales del trópico americano mantenidas en el período de las sub-especies humanas, han degenerado aún por el alcoholismo al grado inferior en que las ha fijado su falta de buena alimentación y tienen que extinguirse más o menos rápidamente.

Francisco Bulnes, *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, 1899.

Não há na história da América Latina um só fato provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas.

Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, 1905.

Para que esta selección se concrete a favor del elemento blanco, sería menester, no sólo que las razas sometidas sean numéricamente proporcionadas, sino que la masa europea domine y pueda imponer su mentalidad a las futuras razas. En resumidas cuentas, el problema de la raza depende de la solución dada al problema demográfico. Sin el aporte de una población nueva, la raza de América retrocederá y se agotará lamentablemente.

Francisco García Calderón, *Les démocraties latines de l'Amérique*, 1912.

4.1. As “três raças humanas”: alimentação nos trópicos e imperialismo

Muitos dos que buscaram, ao longo dos séculos XIX e XX, interpretar a América Latina, forjando identidades continentais, nacionais, étnicas, etc., caracterizavam-se por dissertar, como movimento inicial de seu esforço de explicação e, por vezes, de síntese, sobre as “origens” a miúdo negativas do subcontinente. No decorrer do século XIX, com o avanço das doutrinas científicas, tornou-se lugar comum afirmar a inferioridade dos latino-americanos a partir critérios relacionados à natureza e à raça. Os trópicos eram vistos, em geral, como sendo nocivos para a civilização e o progresso humanos. Indígenas, negros e asiáticos eram representados frequentemente como raças inferiores e a mestiçagem, como causa da degeneração dos povos. Na América Latina, mesmo após a guinada ariologista e modernista da virada do século XIX para o XX, o discurso científico sobre os trópicos e as doutrinas racialistas permaneceram, mesmo que por vezes modificados ou diluídos, na produção cultural e intelectual latino-americana.³⁰⁰ Essas questões serão discutidas de maneira mais detida nas páginas seguintes.

Em diálogo com os “problemas” que se apresentavam aos intelectuais de sua época, o mexicano Francisco Bulnes, em seu ensaio *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899), defendeu, naquela que talvez seja a tese mais surpreendente de sua argumentação, a existência, no globo, de três raças humanas definidas a partir de critérios alimentares: as raças do trigo, do milho e do arroz. Bulnes não foi, entretanto, o primeiro autor latino-americano a evocar essa distinção. No clássico ensaio *Conflicto y armonías de las razas en América* (1883), o célebre intelectual e político argentino Domingo Faustino Sarmiento traçava um paralelo entre o alcance da cultura do milho no continente americano, que constituía na região uma “civilização do milho”, e a importância do cultivo do arroz e do trigo, respectivamente, na China e na Europa:

La adquisición del maíz la hicieron los indios antes que sus progenitores se desparramaran por todo el Continente, pues en todas las partes se le encuentra cultivado aún, en las islas donde la raza existe. Puede llamársele la civilización del maíz, a la que ha alcanzado la raza india; como es el arroz la base de la alimentación de la civilización

³⁰⁰ FELL, Eve-Marie. “Del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, vol. 2 – A emancipação do discurso.

chinesca, y el trigo de pan la de la Europa, encontrándose con las momias egipcias de las primeras dinastías, granos intactos de este cereal.³⁰¹

Embora se apresente como tarefa difícil definir precisamente o grau de originalidade da proposição de Sarmiento³⁰², é preciso destacar a inexistência de um desenvolvimento mais aprofundado dessa questão, cuja única referência de fato era a citação acima, no último ensaio publicado em vida pelo autor argentino. Antes de discutir, entretanto, como Francisco Bulnes fez dessa premissa uma das teses centrais de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, alguns apontamentos se apresentam como estritamente necessários.

Ao longo do século XIX, alguns dos mais importantes políticos, artistas e letrados da Europa e das Américas refletiram sobre as tensas relações entre “natureza” e “civilização”. É possível afirmar que as grandes discussões em torno da cultura, da política e da nação durante esses anos foram balizadas, muitas vezes, pelo embate entre a valorização do meio natural em um mundo marcado pela instabilidade e a velocidade das transformações históricas sob a modernidade e a defesa da preeminência do homem sobre a natureza como condição basilar para o progresso do capitalismo.³⁰³ Essas visões conflitantes foram capazes de produzir diversas representações sobre a “natureza”, que passou a ser concebida, tanto como algo que poderia ser descrito de maneira objetiva pelos cientistas, explorada, medida e dimensionada pela razão, quanto como algo repleto de sentimentos humanos, inspiradora de admiração e temor, sobretudo na imaginação dos artistas românticos.³⁰⁴ Segundo Maria Ligia Prado,

Na perspectiva do historiador, a natureza pode ser entendida como um objeto sobre o qual se elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para a

³⁰¹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915, p. 76.

³⁰² Uma pista sobre essa questão pode estar em uma das referências utilizadas por Sarmiento em *Conflicto y armonías de las razas en América*, o político e estudioso inglês Sir John Lubbock. Em obra traduzida para o francês, ao tratar do que chamara de “les sauvages modernes”, Lubbock, citando o pioneiro nos estudos sobre os indígenas dos Estados Unidos, Henry Schoolcraft, afirmava: “La vie nomade et la guerre des buissons les tenaient seules dans l’état sauvage, quoique le maïs fût pour eux un elemento de civilisation commune avec leur voisins”. Ver LUBBOCK, John. *L’homme avant l’histoire, étudié d’après les monuments et les costumes retrouvés dans les différents pays de l’Europe suivi d’une description comparée des mœurs des sauvages modernes*. Paris: Germer Baillière Libraire-Editeur, 1867, p. 421.

³⁰³ Ver SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Sobre as relações entre a natureza e os discursos sobre a modernidade no Brasil, ver MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

³⁰⁴ PRADO, Maria Ligia Coelho. “Natureza e identidade nacional nas Américas”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004, p. 179-180.

gestação de imagens e ideias que vão compor repertórios diversos, entre eles, os constitutivos da identidade do território e da nação.³⁰⁵

Desdobramentos, em certa medida, dos discursos sobre a “natureza”, as discussões propostas acima também podem se aplicar, em muitos sentidos, ao tema da “alimentação”. Embora relativamente recentes no Brasil, os estudos relacionados a essa temática têm uma longa história e permitem uma multiplicidade de enfoques. Nas palavras do historiador Henrique Carneiro, “a alimentação, além de uma necessidade biológica, é um complexo sistema simbólico de significados sociais, sexuais, políticos, religiosos, éticos, estéticos etc.”.³⁰⁶ Em texto anterior, esse mesmo autor, dessa vez ao lado de Ulpiano Bezerra de Menezes, afirma a existência de cinco enfoques predominantes a partir dos quais a alimentação costuma ser apreendida pelos estudiosos: o enfoque biológico, o econômico, o social, o cultural e o filosófico. De acordo com os autores, para cada perspectiva adotada, a natureza da análise do objeto é também alterada:

O alimento pode ser focado enquanto plantas econômicas ou animais domésticos (ou, hoje, matérias-primas de diversa proveniência ou sintetizadas), como mercadorias ou nutrientes, como vetores de ação social e política, como elementos simbólicos ou ideológicos e suportes de práticas culturais.³⁰⁷

É possível afirmar que natureza e alimentação carregam, em diferentes sociedades, diversos significados.

Nesse sentido, em seu ensaio de 1899, Francisco Bulnes defendia a tese de que o grande perigo para a América Latina não eram os avanços expansionistas dos Estados Unidos e da Europa, mas as condições “orgânicas” – o meio físico, a natureza e a alimentação – e “superorgânicas” – os costumes políticos e morais – do subcontinente. O autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* afirmava, nessa obra, a relação direta entre “civilização” e “alimentação” como ponto de partida e, ao mesmo tempo, como uma de suas teses centrais para explicar o “fracasso” hispano-americano

³⁰⁵ *Ibidem*, pp. 180.

³⁰⁶ CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 1.

³⁰⁷ MENESES, Ulpiano Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. “A História da Alimentação: balizas historiográficas”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 5, pp. 9-91, jan./dez. 1997, p. 11.

diante dos Estados Unidos e da Europa.³⁰⁸ O primeiro capítulo de seu ensaio, intitulado “Las tres razas humanas”, iniciava-se propondo, “de acuerdo con una severa clasificación económica”, a divisão da humanidade em três grandes raças: a raça do trigo, a raça do milho e a raça do arroz. Bulnes se perguntava ao final desse parágrafo: “¿Cuál destas es indiscutiblemente superior?”³⁰⁹

De acordo com o polêmico intelectual mexicano, dentre as “três raças humanas”, apenas a do trigo poderia ser definida como a “única verdadeiramente progressista”. Segundo ele, todos os grandes impérios da Antiguidade fundaram-se sem exceção sobre os campos de trigo. Embora fosse cultivado em regiões importantes como o Egito e a Índia, foi, inicialmente, na Ásia Menor que esse cereal pôde florescer como signo de civilização:

El trigo del Asia Menor, hizo el imperio asirio, el imperio persa, el imperio macedónico, el imperio mahometano, el imperio musulmán moderno, y dio fuerza de carácter invencible a Grecia y Roma. La cuna de la civilización moderna está formada en la historia clásica con las potentes espigas de trigo del Asia Menor.³¹⁰

É interessante notar como Bulnes, já em suas primeiras conclusões, associava a força ou a fraqueza dessas “raças” ao contexto de expansão imperialista na virada do século. Segundo ele, o arroz, considerado pelo ensaísta, nutricionalmente inferior ao trigo, fundou “dos tenebrosos imperios, animalizados por su espíritu conservador, como por un instinto de tortuga inmóvil, en el fondo de los fangos de sombrías ignorancias”: a Índia bramânica e a China. Na concepção de Bulnes, a fragmentação da Índia bramânica que “se desmembró como todo organismo en putrefacción” em “pequenos Estados moribundos”, teria facilitado a penetração dos ingleses, consumidores de trigo, nessa região, evidenciando a debilidade das nações que se alimentavam exclusivamente de arroz.³¹¹ Quanto à China, que na virada do século XIX para o século XX se conservava relativamente independente a despeito dos interesses imperialistas na região³¹², ainda

³⁰⁸ Sobre como os hábitos alimentares contribuíram para uma discussão em torno da identidade nacional no México, ver PILCHER, Jeffrey. *¡Vivan los tamales!: la comida y la construcción de la identidad mexicana*. México: Ediciones de la Reina, 2001.

³⁰⁹ BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*. México: Imprenta Mariano Nava, 1899, p. 5.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 6.

³¹¹ *Ibidem*, p. 6.

³¹² HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, pp. 389-90.

não havia sido dominada definitivamente “por la misma razón que una virgen casta puede conservar su virginidad ante la lujuria de una reunión de sátiros”. A China era considerada por Bulnes como “el imperio con menos energía para conservarse independiente”.³¹³

Bulnes afirmava, nesse mesmo sentido, que o milho fundara na América dois impérios: o asteca e o inca, “en apariencia poderosos, pero débiles al grado de caer para siempre vencidos, por insignificantes gavillas de bandoleros españoles”. A defesa radical da superioridade da “raça do trigo” sobre a do “milho” levava Francisco Bulnes a considerar os hábitos alimentares como mais importantes para a vitória dos espanhóis sobre os impérios de Montezuma e Atahualpa que o seu poderio militar à época da Conquista:

No se puede ya contar con seriedad que los imperios inca y azteca fueron fácilmente vencidos a causa de la superioridad de las armas, táctica y arrojo español, y sobre todo por el susto que inspiraban a los indios las armas de fuego, las armaduras y los caballos.

314

Segundo Bulnes, a “raça do trigo” seria capaz de dominar sem muitas dificuldades a do “milho”, e com menos dificuldades ainda, a do “arroz”, considerada pelo autor como a mais débil entre as três. A “raça do trigo” seria, nessa análise, superior às outras duas, especificamente, em contextos de guerra ou conquista. Não parece uma simples coincidência que essa análise tenha sido formulada em um quadro de expansão imperialista, no qual as nações mais industrializadas do planeta, que, com algumas variações, como os Estados Unidos, ou exceções, como o Japão, se caracterizavam pelo consumo de trigo; em contraposição às regiões submetidas, cuja alimentação se baseava em outros cereais.

Em meio a tabelas de alimentos, Bulnes procurava demonstrar que o milho e o arroz não se constituíam como cereais capazes de fornecer uma alimentação que pudesse suprir as necessidades humanas em proteínas e carboidratos, ao contrário do trigo, alimento considerado por Bulnes, como “completo”.³¹⁵ O trigo também seria

³¹³ BULNES, *op. cit.*, p. 7. O Japão, embora pertencesse na teoria à “raça do arroz”, se configurava como exceção no mundo asiático e era visto de maneira positiva pelo autor mexicano como se verá adiante.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 7.

³¹⁵ Para explicar a fragilidade das raças do milho e do arroz, Francisco Bulnes recorreu aos estudos relacionados à química orgânica e à nutrição. Segundo ele, um adulto vigoroso da raça do trigo, necessitaria por dia, em condições normais, de uma quantidade determinada de oxigênio, de água pura, de

capaz de fornecer uma quantidade maior de sais minerais e, especialmente, de fósforo se comparado aos outros dois cereais. A ausência de fósforo explicaria, em certa medida, algumas características das raças do milho e do arroz. Segundo ele:

Las razas que se alimentan exclusivamente de maíz y de arroz, son casi desfosforadas, lo que explica su falta de potencia mental y su aspecto soñoliento, embrutecido, profundamente conservador como el de las montañas y eminentemente melancólico como el de los cementerios.³¹⁶

Com base nas obras do zoólogo Isidore Geoffrey Saint-Hilaire e do médico e antropólogo Arthur Bordier, ambos franceses, Bulnes defendia, em complemento, a indispensabilidade do consumo de carne para a nutrição humana. Afirmava, citando Saint-Hilaire, autor também utilizado por Bordier³¹⁷, que sem a presença desse gênero alimentar nas refeições humanas o trabalho cerebral e a civilização não seriam possíveis. Nas palavras de Geoffrey Saint-Hilaire, citadas de maneira quase literal³¹⁸ por Bulnes:

Cuantos grandes hechos en la vida de las naciones, explicados mal por los historiadores, han tenido sólo por causa secreta, la alimentación. ¿Habría Inglaterra sometida a Irlanda, si este pueblo se hubiera alimentado con cosa mejor que papas? ¿Y más allá de los mares, obedecerían *ciento cuarenta millones* de hindous, á alguno millares de ingleses, si aquellos se hubieran nutrido como ellos? Los brahamas como en otro tiempo

sais minerais, de proteínas, de gorduras e de carboidratos. Como a qualidade das águas e do ar nas Américas, na África e na Ásia em nada deixava a desejar aos seus congêneres europeus, Bulnes entendia que seu estudo deveria se concentrar especificamente no consumo humano de proteínas, gorduras e carboidratos. Sua tese era a de que o trigo seria o único alimento, dotado de valor nutricional apenas similar ao do leite materno, que poderia ser consumido, exclusivamente ou como principal artigo de alimentação, por indivíduos e sociedades sem prejuízo para a satisfação das necessidades orgânicas de uma nutrição, ao mesmo tempo, nitrogenada, composta por proteínas, e não nitrogenada, composta por carboidratos. *Ibidem*, pp. 9-11.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 13.

³¹⁷ A obra de Bordier utilizada por Bulnes para compor seus argumentos, foi BORDIER, Arthur. *Le géographie médicale*. Paris: C. Reinwald, 1984.

³¹⁸ Embora a tradução de Bulnes contemple de maneira satisfatória o significado do texto original, ao se confrontar com a versão francesa nos deparamos com o seguinte período inicial: “Que des grands faits, dans la vie des nations, auxquels historiens assignent des causes diverses et complexes, e dont le secret est au foyer des familles!”. Note-se que Bulnes traduziu “au foyer des familles”, que pode significar aproximadamente em português, “lareira”, “sala” ou “casa”, por “alimentación” como forma de legitimar mais facilmente as teses de seu ensaio. Ver o original SAINT-HILAIRE, Isidore Geoffrey. *Lettres sur les substances alimentaires et particulièrement sur la viande de cheval*. Paris: Librairie de Victor Masson, 1856, p. 15-6.

Pitágoras, han querido suavizar las costumbres, lo consiguieron, pero enervando a los hombres.³¹⁹

Segundo Bulnes, antes da Conquista, as “razas americanas del maíz” não conheciam alimentos, tais como o ovo de galinha, e não tinham acesso a alguns tipos de leite como o de vaca, o de burra, o de cabra ou o de égua, o que também as impedia de se beneficiar das proteínas existentes no queijo. Não havia também cavalos, touros, carneiros, cabras ou cerdos que pudessem ser consumidos. Os quadrúpedes americanos, como as lhamas, por exemplo, não existiam em quantidade suficiente para poderem ser transformados em alimentação regular. Para se conservarem, as “raças do milho” recorriam à carne de cachorro como alimento de luxo e, mais comumente, à carne de animais “repugnantes” como, por exemplo, iguanas, formigas e serpentes. Embora houvesse na América pré-hispânica animais como pombas, patos, tartarugas, veados, lebres, javalis e uma leguminosa rica em nitrogênio como o feijão, tais alimentos nunca estiveram ao alcance das classes populares para que fossem consumidos cotidianamente.³²⁰ De acordo com Bulnes:

Estas razas asoladas por la falta de alimentación que civiliza, no son culpables de su barbarie inextinguible ni de su natural decadencia. Es el medio que se impone con despótica severidad a los hombres, cuando estos no están bastante civilizados para modificarlo.³²¹

É importante destacar, nesse ensaio, a relação direta entre o tipo de “civilização” alimentar de cada região e a posição das nações no tabuleiro geopolítico mundial no

³¹⁹ Geoffrey Saint-Hilaire citado por BULNES, *op. cit.*, p. 17.

³²⁰ Sobre as leguminosas, alimentos substitutos ou complementares aos cereais, também não eram em geral plantas cujo cultivo seria adequado aos trópicos. O feijão, a vagem e a ervilha, por exemplo, cresceriam em melhores condições em climas subtropicais, embora pudessem ser também cultivados nos trópicos, mas com menor rendimento e qualidade inferior. Ao contrário do que ocorreria na América, regiões tropicais da África, da Ásia e da Oceania conheceriam outros tipos de leguminosas bem mais afeitas às terras tropicais. Entretanto, por serem cultivadas com mais dificuldades e por serem menos saborosas que os frutos mais abundantes, serviriam como alimento mais dos animais que dos homens: “Es cierto que el arroz es más barato que las leguminosas y que el hombre ignorante que no conoce el valor fisiológico de sus alimentos se inclina a consumir aquellos que le cuesta poco esfuerzo adquirir y sobre todo las leguminosas tropicales son inodoras y insípidas y el paladar del hombre tropical está siempre excitado por frutos y frutas de penetrante perfume y de exquisito sabor. El trópico es pérfido y profundamente proxeneta para seducir al hombre a que desaparezca como ser vivo en la pereza”. *Ibidem*, p. 41.

³²¹ Embora conhecessem mais quadrúpedes que os povos pré-colombianos, motivos religiosos faziam com que as “raças do arroz” não pudessem consumir, de acordo com Bulnes, carnes ricas em proteína. O fato de animais como a vaca, o touro ou o carneiro representarem, nessas culturas, segundo o autor mexicano, deuses, tornava impossível transformá-los em alimentos. *Ibidem*, p. 13.

umbral do século XX. Em linhas gerais, as nações europeias, consumidoras de trigo, davam as cartas no cenário internacional, respondendo pela conquista das frágeis regiões cuja base nutricional era o arroz, especificamente, a Índia e a China. Os povos alimentados pelo milho, os latino-americanos, não tão débeis como os asiáticos, mas inferiores às “raças do trigo”, mantinham ainda sua independência, mas poderiam perdê-la a qualquer momento. Não é possível, nesse sentido, desvencilhar as teses defendidas por Bulnes em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* e o quadro de expansão imperialista do *fin-de-siècle*.

Feitas essas considerações gerais, é necessário esclarecer as posições do autor mexicano acerca de duas nações conquistadoras, os Estados Unidos e o Japão, e de um continente conquistado no contexto da “Era dos Impérios”, a África. Em primeiro lugar, para Bulnes, os Estados Unidos poderiam ser incontestavelmente classificados como membros da “raça do trigo”. A despeito de se localizar na América e de sua população indígena ser, em grande medida, consumidora de milho, a federação norte-americana, de acordo com seu argumento, era conduzida por homens provenientes da “raça” mais bem alimentada, possuía uma parcela significativa de seu território localizada em zonas temperadas ou frias e, principalmente, era, no fim do século XIX, a maior produtora de trigo do planeta.³²² Os Estados Unidos possuíam, portanto, os elementos necessários para se constituírem como uma nação conquistadora no alvorecer do novo século.

Entre as “raças do arroz”, a exceção que confirmaria a regra, para o autor mexicano, seria o Japão. A geografia insular japonesa, por propiciar que, de uma maneira geral, todo seu território tivesse acesso fácil à pesca, possibilitou o grande consumo nessa região de frutos do mar, definidos por Bulnes como alimentos energéticos, ricos em proteína, fósforo e sais minerais. A nutrição popular desse país baseada no arroz e em pescados, moluscos e crustáceos, era reforçada em termos químicos pela soja. Leguminosa muito nutritiva, que se consumida juntamente com o arroz, era capaz de propiciar ao povo japonês uma alimentação rica em proteínas, gorduras e carboidratos. Segundo o autor mexicano, “lo pueblo japonés ha dispuesto de excelentes alimentos que lo han librado de la conquista y lo han hecho conquistador”.

323

É importante ressaltar, por fim, que, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, a África, provavelmente o principal alvo da corrida imperialista

³²² *Ibidem*, p. 6.

³²³ *Ibidem*, p. 14.

durante o século XIX, não era sequer classificada como pertencente a uma das “três raças humanas”. As referências ao Continente Negro ao longo do ensaio se restringiam a menções sobre a produção de matérias-primas tropicais e sobre as características da mão-de-obra fornecida pela região.³²⁴ Em primeiro lugar, parece possível afirmar que, de maneira subjacente, o texto de Bulnes deixava implícito que, embora débeis, as “raças” do milho e do arroz foram capazes de forjar “civilizações”, o que não ocorrera entre os povos africanos, marcados pela “selvageria” e a “barbárie”. Um segundo ponto a ser destacado é que a imagem projetada sobre tal continente nesse ensaio não diferia muito daquela hegemônica entre os países conquistadores: a África tropical, rica em matérias-primas e mão-de-obra, se constituía como o local a ser explorado pelas “raças superiores”.³²⁵

Os hábitos alimentares eram representados, portanto, nesse ensaio, como definidores do desenvolvimento histórico das “civilizações”. Entretanto, de acordo com Bulnes, as características nutricionais de cada região estavam também profundamente relacionadas à posição geográfica e à natureza de cada nação. Na defesa de suas teses sobre a alimentação nas Américas, Francisco Bulnes não deixou de discutir, nesse sentido, temas caros à reflexão intelectual latino-americana nas últimas décadas do século XIX, especificamente, as questões que se referiam ao clima e à natureza dos trópicos.³²⁶

Em um primeiro momento, Francisco Bulnes procurou demonstrar como embora a humanidade pudesse se desenvolver com a mesma facilidade nos trópicos e fora dele, o esplendor e a fertilidade da natureza nas regiões tropicais antes de serem propícios

³²⁴ Vale a pena destacar aqui, especificamente, a visão de Bulnes acerca do trabalhador negro no contexto americano. Nas palavras do autor de *El porvenir de las naciones hispano-americanas*: “El trabajador ideal del trópico es el negro, pero el negro esclavo, el negro libre sabe pedir alto jornal como el europeo o más que el europeo cuando conoce que sus brazos son más productivos”. Mais adiante afirmava ainda que: “El trabajo en el trópico americano ha sido arruinado; 1º Por la persecución de las naciones civilizadas al tráfico de negros. 2º Por la abolición de la esclavitud en toda la América. 3º Por los progresos de la instrucción popular que hace conocer al negro su gran utilidad y el derecho que tiene para poner precio a su trabajo y elevar este tanto como el del europeo”. *Ibidem*, p. 150.

³²⁵ Ver, nesse sentido, SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

³²⁶ Os debates em torno da influência da natureza sobre o homem dos trópicos é, obviamente, anterior ao século XIX. Considerações desse tipo já habitavam as crônicas e relatos de viajantes sobre o Novo Mundo desde o século XVI. Entretanto, de acordo com Antonello Gerbi, os primeiros autores a conceberem uma visão “científica” sobre a natureza do Novo Mundo teriam sido os naturalistas do século XVIII, Buffon e De Pawn. Ver GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo: Historia de una polémica (1750-1900)*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

para a “civilização”, eram prejudiciais ao seu florescimento.³²⁷ Nas palavras do autor mexicano:

Toda esta riqueza [natural] es para los ojos humanos y mentira para la civilización de tan maravillosos países [tropicais]. Para el hombre progresista, la feracidad tropical era una feracidad de infortunios, una fertilidad de calamidades, una riqueza inagotable de venenos, una majestad purulenta y generosa de sabandijas, de insectos malvados, de larvas crueles. En suma, los países tropicales ofrecieron a las razas humanas y lo han cumplido, miseria, abyección, barbarie, corrupción y decrepitud fatal para la especie. Hasta el momento actual puede decirse que la civilización no es planta tropical, que espontáneamente crece, sin intervención de razas de origen extra-tropical.³²⁸

Note-se, mais uma vez, para além de todas as características negativas associadas aos trópicos no texto de Francisco Bulnes, que a possibilidade de “civilização” nessas regiões passava, como é possível perceber no excerto acima, pela intervenção e pela presença de elementos pertencentes a “raças de origem extratropical”. Nesse sentido, inferia-se a impossibilidade de, com suas próprias características, os países tropicais alcançarem as luzes da “civilização” e poderem seguir pelas vias do “progresso”.

Em consonância com seu argumento, o autor mexicano, seguindo as trilhas do botânico francês Paul-Antoine Sagot, afirmava que a cultura dos cereais nos países

³²⁷ As teses de Francisco Bulnes que serão discutidas a seguir dialogam essencialmente com as concepções do historiador inglês Henry Thomas Buckle, autor do clássico publicado em dois volumes *História da civilização na Inglaterra* (1857-1861). Muito criticado pelos historiadores da Inglaterra vitoriana por não centrar sua história nos grandes heróis da nação e, portanto, por diminuir o valor pedagógico das narrativas individuais exemplares, Buckle afirmava a influência do meio físico sobre os homens e as sociedades e entendia que o nível de “civilização” e as possibilidades de “progresso” dos agrupamentos humanos poderiam ser definidos objetivamente pela capacidade de ação dos homens sobre a natureza. Não obstante, considerava que a influência do meio físico sobre os comportamentos de indivíduos e sociedades se dava, sobretudo, a partir de quatro fatores: o clima, a alimentação, o solo e o aspecto geral da natureza. É importante ressaltar que Buckle entendia por “aspecto geral da natureza”, o impacto causado pelo meio físico sobre os sentidos humanos, especialmente sobre a visão. Quanto maior a exuberância da natureza, defendia o autor, menor a racionalidade dos homens, o que explicaria o estado do pensamento e das ideias nos trópicos, onde a natureza teria sempre predominado sobre a cultura. Ao se referir ao Brasil, país em que o meio natural se mostrava mais abundante que em qualquer outro lugar do mundo, Buckle afirmava que “no meio dessa pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem”. Nesse sentido, a centralidade da Europa, de uma maneira geral, e da Inglaterra, particularmente, no contexto da “civilização universal”, devia-se ao predomínio das forças humanas sobre as forças naturais: “o único progresso verdadeiramente efetivo depende, não da liberdade da natureza, porém da energia do homem”. BUCKLE, Henry Thomas. *História da civilização na Inglaterra*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900. Sobre Henry Thomas Buckle, ver ARAÚJO, Valdei. “Henry Thomas Buckle (1822-1862)”. In: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 217-225. Sobre suas principais ideias e o impacto da obra desse autor no Brasil, ver MURARI, *op. cit.*, pp. 73-8.

³²⁸ BULNES, *op. cit.*, p. 35.

quentes era muito menos vantajosa que nos países frios. Vários fatores como a qualidade e o valor nutritivo dos grãos nascidos nos trópicos faziam com que estes fossem economicamente muito inferiores aos cultivados nas regiões temperadas ou frias. Os trópicos que facilitariam a produção de milho e arroz dificultariam, pelo contrário, a cultura do trigo e do centeio. Segundo os argumentos de Bulnes, as regiões tropicais, “de maneira imoral”, em vez de nutrir os homens com alimentos fosforados e proteínas, os enganaria propiciando “saborosos venenos” que afetariam seu sistema nervoso e suas funções mentais.³²⁹ Para o autor mexicano, estava no meio físico, mais que no desenvolvimento histórico, a explicação do “fracasso” hispano-americano. Os trópicos eram, segundo ele, a “maldição” da América Latina:

La gran calamidad de la América latina, su gran maldición, es haber tendido la mayor parte de su cuerpo en el trópico. Todos los males que nos causó la conquista, son insignificantes, pasajeros, disculpables y muy fácilmente remediables; es el trópico que ha impedido nuestra civilización y sin las altas mesas de los Andes, estaríamos a la altura de los angolas.³³⁰

Diminuindo o papel da Conquista ibérica como causa dos “males” que afligiam a América Latina, Bulnes afirmava a culpa dos trópicos pelo estado das nações do subcontinente. Segundo ele, o que havia determinado o “êxito” dos povos “extratropicais”, bem como o “fracasso” dos povos “intertropicais” nas Américas, foram

³²⁹ A mandioca seria, no texto de Bulnes, o melhor exemplo de planta surgida para “seduzir” e “destruir” o homem tropical: “El *mandioca* (manioc) es por excelencia el manjar predilecto de la América intertropical que ha degradado su población. El *mandioca* es la planta celeste de los perezosos de primer orden; es planta tropical humilde, que se reproduce muy fácilmente y muy poco exigente en cuanto a la fertilidad de las tierras, soporta sin sufrir largos períodos de sequía o de fuertes lluvias, casi nada vulnerable al ataque de los insectos, conviene admirablemente a los climas calientes lluviosos y a las tierras de gran feracidad. El *mandioca* planta recomendable para hacer perezosos imbéciles, es originaria de América, es la planta alimenticia principal de Brasil, Paraguay, Colombia, las Guyanas y las Antillas grandes y pequeñas. Es una planta que el trópico regala silvestre o a muy poco costo a sus amados hijos, es de muy fácil digestión, pero de valor nutritivo muy débil, inferior al de las papas. Hay poblaciones en la América del Sur tropical que sólo comen y han comido durante siglos, *mandioca* y frutas silvestres, que miran el trabajo como un castigo vergonzoso y terrible y que viven en praderas de permanente verdor. Si el *mandioca* fuera un alimento fisiológicamente completo para el hombre, serviría para crear en los países tropicales una gran civilización amparando centenares o millares de millones de hombres, pero siendo un alimento pérfido que sacia casi sin alimentar; las razas que lo consumen sintiéndose debilitadas, buscan en el alcohol, en el café, en el mate, en el tabaco, en la coca, en el opio; estimulantes y narcóticos, que aparentemente las fortalecen o las hacen descansar de los lentos delirios de la inanición”. *Ibidem*, p. 41.

³³⁰ Duas questões importantes a destacar. Em primeiro lugar, quando afirmava que a “grande calamidade” da América Latina é ter a “maior parte de seu corpo” no trópico, o discurso de Bulnes ressoava algumas concepções presentes em autores como Montesquieu, por exemplo. Ver GERBI, *op. cit.* Em segundo lugar, note-se aqui, mais uma vez, a relação entre os povos africanos (“angolas”) e uma ideia de “selvageria”. *Ibidem*, p. 45.

necessariamente as características do meio físico. Os trópicos, de acordo com o autor mexicano, incapazes de produzirem elementos culturais e econômicos relevantes, se constituíam então como inimigos mortais dos valores da “civilização” e do “progresso”:

No se conoce un grande ni un pequeño arte musical del trópico, ni un buen instrumento musical; la flauta es egipcia, el laúd caldeo, la cítara persa, la lira griega. No hay habido tampoco una escultura ni una pintura tropical. No hay grandes industrias ni filosofías, ni en general ciencia en el trópico. Hay poetas en los trópicos de otras razas en ellos aclimatados, pero no se conoce una poesía tropical y aún el poeta de raza de trigo en los trópicos es brillante como las aves de las espesuras tórridas, exuberante como la vegetación tropical, difuso como un bosque de bejucos, atronador como las tempestades ecuatoriales, falso como las serpientes, numeroso como los moscos, con potencia de epidemia que todo contagia; la política, la religión, las finanzas, el arte militar, la historia y la filosofía. En los países tropicales se aúlla como en África o todo está en verso como en la latina América; todo se rima, las palabras como las cifras, la astronomía como la terapéutica, como el amor. El fruto mental de color exquisito, de perfume enervante, de sabor insípido o empalagoso; se asemeja al fruto terrestre de poca substancia impregnado en líquidos azucarados y en sales orgánicas laxantes.³³¹

De acordo com Francisco Bulnes, essas populações “sin ciencia, sin filosofía, casi sin costumbres morales, sin riquezas en sus bolsillos, sin arte, sin historia, sin comercios, sin gobiernos regulares y sensatos, en una palabra, sin civilización”³³², não teriam grandes oportunidades de deixarem o estado de prostração em que se encontravam, pois os efeitos dos trópicos eram considerados determinantes do destino de seus habitantes. Entretanto, destacava possibilidades de reforma ou de “salvação” desses povos que passavam essencialmente pela questão alimentar. Segundo ele, “para descubrir el porvenir probable de una nación, hay que resolver el gran problema de la alimentación de su pueblo”.³³³

Considerando que a maior parte do continente americano estava localizada nos trópicos, Bulnes questionava se essas regiões poderiam produzir uma alimentação fisiológica para homens “civilizados” e com potência para desenvolver a “civilização”. O autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* entendia que sim. A criação de gado poderia ser feita em regiões mais altas e uma alimentação que combinasse

³³¹ *Ibidem*, p. 37.

³³² *Ibidem*, p. 37-8.

³³³ *Ibidem*, p. 147.

arroz, raízes feculentas como a mandioca, por exemplo, leguminosas, proteínas e carne, seria excelente para o desenvolvimento físico e moral dos habitantes dos trópicos. Entretanto, Bulnes se questionava, mais uma vez, sobre a possibilidade de prover tal alimentação para grandes massas de população ao longo do século seguinte. Para essa pergunta, a resposta do autor mexicano era negativa:

El trópico no puede mejorar, ni desarrollar su producción agrícola, sin la intervención del hombre. ¿Quién puede ser el hombre cultivador en regla del trópico americano? ¿Sus actuales habitantes? Imposible. Los habitantes actuales del trópico americano trabajan sólo para sus placeres, siendo la embriaguez el principal de ellos, sino el único. El habitante actual del trópico no tiene que trabajar para comer; la naturaleza le ofrece bondadosamente raíces y frutas silvestres que lo *sacian* sin bien alimentarlo, pero le ofrece también estimulantes moderadores de su nutrición que esconden su debilidad como el mate y el coca. Por lo mismo que el habitante actual del trópico casi no necesita trabajar para vivir, sólo lo hace y mal cuando se le ofrece jornal alto, y en este caso nuestro jornalero tropical sabe dividir admirablemente el año en días de trabajo y días de prostitución.³³⁴

No desenvolvimento de seu argumento, Bulnes afirmava que em regiões extratropicais o *jornalero* seria obrigado a trabalhar por um salário moderado ou baixo, restando a ele apenas outras duas opções: roubar ou morrer de fome. Em contraposição, o homem dos trópicos poderia conseguir vestuário e alimentação em abundância, mesmo que de baixa qualidade, trabalhando pouco ou nada, graças às benesses da natureza. Ao mesmo tempo, devido à influência do clima quente e do alcoolismo, a quantidade e a qualidade do trabalho no trópico seriam necessariamente inferiores aos países temperados ou frios. O valor alto pago no mercado internacional por produtos tropicais como a cana-de-açúcar e o café, desestimularia também a agricultura voltada para a produção de alimentos, mais custosa e menos lucrativa.

Dada a impossibilidade de se produzirem alimentos capazes de civilizar as populações tropicais, restaria às nações hispano-americanas se fixar nas regiões extratropicais de seus territórios. Para os povos “aborígenes”, nem essa opção haveria:

Queda demostrado que el trópico no puede en el sentido económico producir alimentación fisiológica humana para una grande ni para una pequeña población. Las

³³⁴ *Ibidem*, p. 148.

poblaciones aborígenes actuales del trópico americano mantenidas en el período de las *sub-especies* humanas, han degenerado aún por el alcoholismo al grado inferior en que las ha fijado su falta de buena alimentación y tienen que extinguirse más o menos rápidamente.³³⁵

É possível afirmar que o discurso de Francisco Bulnes sobre a natureza da América tropical dialogava, em diversos momentos, como no excerto acima, com teorias, muito em voga no período em que escrevia seu ensaio, que defendiam a validade do darwinismo social e a aplicabilidade da seleção natural às sociedades humanas. A América Latina, de maneira geral, e o México, particularmente, seriam exemplares nesse sentido. O indígena no limiar do século XIX era considerado por esse autor como “subespécie humana” prestes a ser extinta. O desaparecimento das “raças do milho” na América seria, dessa forma, praticamente inevitável e, no limite, desejável. Assim como outros de seus contemporâneos, como Justo Sierra, por exemplo, afirmava a incompatibilidade entre os grupos indígenas e a “civilização”. Menos otimista que aquele *científico*, entretanto, Bulnes não depositava suas esperanças no ensino e na mestiçagem, atribuindo ao determinismo geográfico e, por consequência, ao determinismo alimentar o “fracasso” do subcontinente.³³⁶

De acordo com essa interpretação, o “problema” da vida nos trópicos seria agravado pela “degeneração” do homem que habitava essas regiões. Nesse sentido, para Francisco Bulnes, assim como para os demais autores analisados nesta pesquisa, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón, se configurava como praticamente impossível, em ensaios que buscavam interpretar a América Latina, escapar de discussões envolvendo as “raças” que habitavam o subcontinente. A presença de grandes quantidades de negros e indígenas, considerados pelas elites brancas como inferiores e responsáveis pelos “males” que afligiam as nacionalidades da região, tornava esse tema obrigatório nos textos do umbral do século XX. Para sobreviver à expansão imperialista promovida pelas nações industrializadas do globo no alvorecer do século XX, a América Latina, conforme pensavam esses autores, não poderia se furtar de discutir a “viabilidade” das raças que habitavam seu território. A autonomia dessas

³³⁵ *Ibidem*, p. 150.

³³⁶ Sobre a questão das representações sobre os indígenas no México na época de Francisco Bulnes, especificamente na obra de Justo Sierra, ver SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. “Mestiçagem e questão indígena no Porfiriato: identidade e alteridade nas obras de Justo Sierra”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, pp. 157-176, jan./jun. 2013.

nações corria perigo: para esses intelectuais, seria, entre outras discussões, por meio da análise da “questão racial” que as respostas que procuravam poderiam ser encontradas.

4.2. A construção retórica da “inferioridade”: indígenas e negros

Não havia, entre fins do século XIX e inícios do XX, como as classes dirigentes e intelectuais latino-americanas se esquecerem, nos diversos textos produzidos nesse período, dos variados grupos étnicos e sociais que habitavam os países da região. Durante esses anos, as elites políticas e intelectuais, em geral, identificadas com a cultura branca, europeia e ocidental, caracterizaram, muitas vezes, as populações negras e indígenas do subcontinente como empecilhos para a modernização, para o progresso e para a civilização de seus países. Nesse contexto, as diversas doutrinas evolucionistas e racialistas, surgidas na Europa no século XIX, encontraram terreno fértil e foram abordadas de maneira original pelos homens de letras da América Latina.³³⁷ Conforme entendiam muitos intelectuais durante esses anos, o “progresso” econômico, político e social das nações latino-americanas passava antes pela “viabilidade” das raças que habitavam esses territórios. Nas próximas páginas, serão apresentadas, em primeiro lugar, as representações construídas por Francisco Bulnes, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem* (1905), e Francisco García Calderón, em *Les démocraties latines de l'Amérique* (1912), sobre os grupos indígenas e negros da América Latina. Em seguida, como tais autores discutiram os temas da mestiçagem e da imigração. O objetivo dos itens seguintes é analisar de maneira comparada como os três autores entendiam essas questões e como, por meio delas, formularam discursos identitários sobre seus países, de maneira particular, e sobre a América Latina, de maneira geral.

No processo de construção dos Estados nacionais na América Latina, os projetos de modernização dos grupos liberais e, mais tarde, dos chamados positivistas, esbarravam frequentemente no “problema” racial. No México, por exemplo, após ascender ao poder, em 1854, com a Revolução de Ayutla, os liberais iniciaram no país diversas reformas que tinham por objetivo resolver o problema da estagnação

³³⁷ Sobre as teorias raciais surgidas no século XIX e apropriadas com muita força na América Latina entre os últimos anos desse século e os primeiros do seguinte, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; ver também STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

econômica por que passava o Estado mexicano nesse período. Buscavam, por meio da intervenção política na questão agrária e, em especial, na propriedade da terra, estimular o desenvolvimento do país.³³⁸ Entre as diversas medidas da Reforma, nome pelo qual ficou conhecido esse período marcado por importantes alterações na legislação nacional e pelo acirramento dos conflitos entre liberais e conservadores, destacou-se a promulgação, em junho de 1856, da chamada Lei Lerdo. Essa lei estabelecia a desamortização das terras pertencentes a corporações civis ou eclesiásticas com o objetivo de sanear as contas do Estado mexicano e estimular a propriedade privada individual no país. Embora o principal alvo dos liberais fosse a Igreja Católica, essas medidas também interferiram nas terras comunais indígenas, vistas como empecilho para o estabelecimento da propriedade privada, para a constituição de uma agricultura moderna e para a integração dos índios e de suas terras ao mercado capitalista no México.

A preocupação com a questão da propriedade de terra característica ao liberalismo mexicano nos anos 1850 continuou a ser demonstrada ao longo das décadas seguintes. Terminada a Intervenção Francesa e consolidada a vitória sobre os grupos conservadores em 1867³³⁹, os liberais buscaram novamente interferir na propriedade comunal indígena. O autóctone era considerado pelas elites do período como alcoólatra, excessivamente supersticioso e dependente da Igreja, desinteressado pelo trabalho e, na maioria das vezes, incapaz de progresso.³⁴⁰

Esse tipo de visão sobre o indígena permeava as páginas de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, como é possível perceber nas seguintes palavras de Francisco Bulnes:

El indio es desinteresado, estoico, sin ilustración; desprecia la muerte, la vida, el oro, la moral, el trabajo, la ciencia, el dolor y la esperanza. Ama cuatro cosas seriamente; los ídolos de su vieja religión, la tierra que le da de comer, la libertad personal y el alcohol, que le procura fúnebres y sordos delirios. Es un hombre que debía vestir una mortaja y regalar sus magníficos dientes, pues ni ríe, ni habla, ni canta y casi ni come. Job en su

³³⁸ SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 86.

³³⁹ Sobre a Intervenção Francesa, ver PANI, Erika. *El Segundo Império: pasados de usos múltiples*. México: CIDE/FCE, 2004.

³⁴⁰ SOARES e COLOMBO, *op. cit.*, p. 88.

muladar es un vociferador de color socialista, el indio en el suyo, es el verdadero Job con aspecto taciturno y ateo.³⁴¹

As ideias de “desinteresse” e “passividade” dos indígenas, recorrentes nos discursos de liberais e *científicos* ao longo de todo o século XIX, foram retomadas pelo ensaio de Bulnes. A incapacidade de progresso desses grupos estava sintetizada nas quatro únicas coisas que “amavam”. Se a “religião idólatra” e o alcoolismo contribuía, de acordo com essa concepção, para exacerbar as características negativas dessas populações, o apego à terra e a sua “liberdade pessoal” os impediam de serem incorporados ao projeto das elites políticas mexicanas. Segundo o autor:

La lengua del indio nadie la entiende y él no quiere hablar la de sus verdugos. ¿Para qué trabajar si nada puede ser suyo? Acabó de pillarlo el conquistador y siguió el fraile y cuando el fraile acaba, continua el cacique y cuando se ahorca el cacique, lo expolia su ayuntamiento, su amo, su tinterillo, cualquiera; lo indio es de todos los que quieran dominarlo. El indio solo tiene una gran fiesta; *el velorio*; la presencia de la muerte lo alegra, lo hace danzar, en las tomaínas del cadáver aspira todo un apocalipsis: el muerto gestoso, verduoso, papuloso, es la *chef-d’oeuvre* del banquete, el canto tiene el compás de la canción cananea, monótona, igual, insufrible; sonado a gota de agua sobre plancha de fierro incandescente. No hay en esa grande fiesta, la turbación religiosa, ni un miedo solemne, ni la crispadura de la duda en las pupilas, ni los tonos lívidos del dolor en los semblantes; hay una estupidez báquica alegremente entre sonrisas afónicas de dos embrutecimientos: el de la tradición y el del aguardiente.³⁴²

Algumas questões merecem ser ressaltadas na citação acima. Em primeiro lugar, a diferença entre as línguas faladas pelo indígena e por seus “conquistadores”. Essa divergência, é possível afirmar, seria um primeiro elemento impeditivo para a constituição de uma “unidade nacional”, cuja condição basilar estaria relacionada à constituição de uma pretensa homogeneidade cultural em que a questão linguística ocuparia posição estratégica. Em seguida, vale a pena destacar a posição de submissão

³⁴¹ BULNES, *op. cit.*, p. 30.

³⁴² *Ibidem*, p. 30. Não há como ler esse excerto de Francisco Bulnes e não recordar de um dos capítulos mais famosos de *O labirinto da solidão*, de Octávio Paz, “Todos os Santos, Dia de Finados”: “[...] A morte nos vinga da vida, despe-a de todas as vaidades e pretensões e a transforma no que é: alguns ossos limpos e um esgar horrível. Num mundo fechado e sem saída, onde tudo é morte, o único valioso é a morte. [...] O mexicano, obstinadamente fechado para o mundo e para os seus semelhantes, abre-se diante da morte? Adula-a, festeja-a, cultiva-a, abraça-se a ela, definitivamente e para sempre [...]”. Ver PAZ, Octávio. *O labirinto da solidão*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984, p. 55-6.

em que o indígena era apresentado, em que “qualquer um” poderia ocupar a posição de seu amo. Por fim, Bulnes realizava a associação entre a “estupidez báquica” da relação desses grupos com a morte e as duas causas de seu atavismo: a tradição e o alcoolismo. Note-se que essas características, associadas aos grupos indígenas, os colocaria, como já mencionado acima, em uma posição inviabilizadora de uma possível “unidade nacional”, representando inclusive, como se poderá perceber no excerto seguinte, um perigo para a manutenção do território em caso de qualquer intento estrangeiro:

El indio no tiene más que maíz en su estómago, alcohol en sus venas, y en su cerebro la superstición, ese quisto fúnebre de los imbéciles. Mientras el *industrialismo* no saque el indio de las garras del hacendado, no será aquel más que un *animal de servicio* y entonces la frase eléctrica de Lamennais tiene que sonar como el rayo, cuando al frente de cualquier enemigo extranjero, recordemos que “*el establo en que comen y duermen los animales de servicio no es una patria*”.³⁴³

Desconhecedores do “industrialismo”, mal alimentados e alcoólatras, os grupos indígenas jamais se disporiam, de acordo com Bulnes, a lutar pela defesa da nação mexicana diante de um inimigo estrangeiro. O autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* afirmava, nesse sentido, o ódio dos indígenas com relação ao seu “conquistador”, ou seja, ao homem branco³⁴⁴, sentimento que poderia resultar em um grande perigo para a manutenção da nacionalidade mexicana:

³⁴³ BULNES, *op. cit.*, p. 74-5.

³⁴⁴ Francisco Bulnes dialogava nesse ponto com algumas das ideias do intelectual e político conservador Francisco Pimentel (1832-1893). Embora tenha sido um dos grandes intelectuais mexicanos do século XIX, Pimentel apoiou a Intervenção francesa e o Segundo Império, sendo considerado, por conta disso, figura marginal na história intelectual mexicana por muito tempo. Além de defender a ocupação estrangeira e o regime de Maximiliano, teve participação política efetiva nesse período, atuando como prefeito da Cidade do México. Suas principais ideias sobre a questão indígena, a imigração e a mestiçagem se encontram em *Memoria sobre las causas que han originado la situación actual de la raza* (1864), obra publicada sob a Intervenção francesa. Nessas *Memórias*, dedicadas a Maximiliano “en prueba de amor y respeto”, Pimentel caracterizava o indígena como “grave, taciturno y melancólico, flemático, frio y lento, sufrido, servil y hipócrita”. Afirmava que esses grupos possuíam apenas “las virtudes propias de la *resignación* [...]”, resultado natural de los tristes acontecimientos que le han educado”. Pimentel entendia que não havia no México uma nação propriamente dita, pois os dois grupos étnicos que habitavam o território mexicano, brancos e indígenas, em nada se assemelhavam. A resolução ideal para esse problema, segundo Pimentel, seria a “desindianização” do índio mexicano. Para esse conservador, o “terrígena” deveria esquecer sua religião, seu idioma e sua propriedade comunal para formar com o branco “una masa homogénea, una nación verdadera”. No entanto, Pimentel entendia que um indígena educado consistia em um grande risco para a nação, pois sendo muito rancoroso com relação aos brancos, poderia, nessas condições, exercer, com mais facilidade, sua vingança contra eles. Conservador convicto, Pimentel se referia, quando falava em suas *Memórias* de “vingança contra os brancos”, a Benito Juárez, indígena que liderava as hostes liberais contra os conservadores durante a guerra civil. Ver BASAVE BENITEZ, Agustín. *México mestizo: análisis del nacionalismo mexicano en torno de la mestizofilia de Andrés Molina Enriquez*. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002;

El indio no tiembla, sino disimula su odio y su cólera *ante la mirada severa de un español*, cuando se siente su impotencia pero cuando conoce que puede luchar con el español, ni hace caso de su mirada ni de ninguna clase de amenazas. El indio es patriota para su raza, no para la que lo ha oprimido, defiende con heroicidad, no el territorio nacional, sabe que no es suyo, pero defiende lo que le han dejado en las montañas o en los territorios lejanos. Un puñado de indios yaquis, que nada tienen de salvajes, han resistido con verdadera pujanza y admirable valor, más de diez años de ataques rudos de las fuerzas federales, pero esos indios que también defienden lo que consideran suyo y lo *poco suyo* constituye su pequeña patria, nada les importaría saber que la flota turca bombardeaba a Veracruz. Hay una frase muy vulgar refiriéndose a los indios y es la siguiente: “*Los indios de tal parte son leones en su terreno, pero fuera de él, nada valen*”. [...]

Mientras el indio sepa que a pesar de nuestras leyes civilizadas, los grandes intereses sociales impuestos por la conquista, como es nuestro vicioso régimen agrícola, lo obliga a continuar de sardina, no puede ser nuestro hermano sino un débil e interesante enemigo.³⁴⁵

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, de acordo com Francisco Bulnes, o indígena não poderia ser considerado membro da nação mexicana, mas um perigoso adversário de seus interesses dentro de seu próprio território. Embora a população indígena houvesse tido um significativo decréscimo ao longo do século XIX³⁴⁶, ao mesmo tempo em que se assistiu a um crescimento relevante dos mestiços, considerados pelos autores mais importantes de sua época os verdadeiros constituintes da nacionalidade mexicana³⁴⁷ e que passaram a ser em fins do século a maioria da população, esses grupos permaneciam numerosos representando, muitas vezes, uma ameaça à constituição de uma unidade nacional. Daí o esforço de intelectuais e políticos

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Pátria Mestiza: História e Memória na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado em História. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009; do mesmo autor, “A mestiçagem como exclusão do indígena na obra de Francisco Pimentel (México – 1864)”. In: *Anais Eletrônicos do IX Encontro Internacional da ANPHLAC*. Goiânia, 2010; e GARZA, Beatriz. “‘Pimentel y Altamirano’: discusiones sobre la literatura y la lengua”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*, vol. 2: Emancipação do discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994.

³⁴⁵ BULNES, *op. cit.*, p. 75.

³⁴⁶ As estimativas sobre a população, a partir de dados recolhidos no ano de 1885, afirmavam que por volta de 38% dos habitantes do México eram indígenas diante de 43% mestiços e 19% europeus. Esses dados podem ser conferidos em NAVARRETE LINARES, Federico. *Las relaciones interétnicas en México*. México: UNAM, 2004, p. 79-80.

³⁴⁷ Sobre essa questão, ver BASAVE BENITEZ, *op. cit.*; NAVARRETE LINARES, *op. cit.*; e FERNANDES, *Pátria Mestiza*, *op. cit.*

desse país em erradicar esse perigo, mesmo que à custa, muitas vezes, do desaparecimento dessas populações.

No caso brasileiro, o que tornava complexa a discussão acerca da questão racial, não era o “problema” indígena como no México, mas principalmente a escravidão e seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos e culturais após a Abolição. Não havendo mais distinções legais entre brancos e negros após a assinatura da Lei Áurea (1888), as diferenças passavam a ser justificadas a partir de outros critérios, especialmente após a incorporação por parte das elites intelectuais brasileiras de um discurso marcado por um viés cientificista e evolucionista. Já utilizadas na Europa como base teórica para a expansão imperialista, a partir da década de 1870 essas matrizes teóricas passaram a funcionar como argumento para explicar as diferenças e desigualdades internas.³⁴⁸ Nas palavras de Lilia Schwarcz,

Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos, ex-escravos – “classes perigosas” a partir de então – nas palavras de Silvio Romero transformaram-se em “objetos de ciencia”. Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades.³⁴⁹

A Abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República no ano seguinte explicitaram as tensões sociais latentes e os dilemas da questão racial para a formação da nacionalidade brasileira. Para os homens de letras estrangeiros como Henry Thomas Buckle, Louis Agassiz, Arthur de Gobineau e Gustave Le Bon, o país era o paradigma do fracasso propiciado pelo trópico e pela mistura de raças. Para os “homens de ciência” brasileiros como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha tais interpretações pareciam muito viáveis como forma de explicar os “males de origem” da nação.³⁵⁰

Em um ambiente em que era hegemônico um discurso balizado pelo racismo científico, Manoel Bomfim foi uma exceção entre aqueles que analisaram a questão social no Brasil em sua época.³⁵¹ Entretanto, ao mesmo tempo em que esse autor não

³⁴⁸ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 28.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 28.

³⁵⁰ *Ibidem*, pp. 36-42.

³⁵¹ É preciso ressaltar que, em relação ao discurso de seus contemporâneos, Bomfim, como defenderam Flora Sussekind e Roberto Ventura, foi capaz de elaborar um “contradiscurso” que a despeito de se constituir a partir de referências oferecidas pela biologia, subvertia os cânones vigentes nas ciências

recusava por completo o discurso cientificista em seus textos, não conseguiu também fugir de certos pressupostos tão caros àqueles a quem criticava. Nesse sentido, embora em seu livro de 1905 rejeitasse a inferioridade biológica das “outras” raças, Bomfim afirmava a centralidade ibérica na formação das nações latino-americanas. Embora o autor atribuísse aos grupos indígenas e negros “certa influência” sobre a formação das nacionalidades americanas, afirmava que esta se dava “numa proporção muito mais reduzida do que se pensa”.³⁵²

Buscando diminuir a influência geralmente negativa da “raça” na formação das nacionalidades americanas, Bomfim acabava conseqüentemente diminuindo o papel de negros e indígenas na formação do caráter dos povos latino-americanos. Embora negasse a inferioridade biológica desses grupos, afirmava, em contrapartida, sua inferioridade cultural, como a longa, mas esclarecedora citação seguinte pode demonstrar. Segundo o autor de *A América Latina: males de origem*:

Há duas razões para que essa influência [de negros e indígenas nas sociedades latino-americanas] não fosse muito sensível. Em primeiro lugar, os indígenas e negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam, nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes que se impusessem aos outros e provocassem imitação. Almas rudimentares, naturezas quase virgens, eram eles que, nesse encontro e entrecruzamento de raças, sofriam influência dos mais cultos, e os imitavam. Estes povos primitivos se distinguem, justamente, por um conjunto de qualidades negativas – inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado etc., à proporção que progridam, a civilização irá enchendo esses quadros vazios. Vem daí a sua grande adaptabilidade a qualquer condição de vida (*de vida*, não de morte – como essas que se ofereciam aos negros e índios escravizados). Por isso, misturadas a outros povos, a influência que

sociais brasileiras de então. Além disso, Bomfim desenvolveu um pensamento radical em que se recusava a afirmar a inferioridade biológica inerente aos negros, indígenas e mestiços de maneira específica, e às populações latino-americanas de maneira geral, bem como foi capaz de analisar, conforme Antônio Candido, “além do regime de trabalho, as bases da sociedade brasileira e latino-americana”. Por fim, é importante destacar que o autor sergipano foi um grande crítico do racismo científico, defendendo a educação como fator decisivo para redimir os grupos “parasitados” das sociedades da América do Sul. A discussão sobre essas questões podem ser encontradas nos vários interpretes da obra de Manoel Bomfim. Ver AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979; BOTELHO, André. *O batismo da Instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado. IFCH-Unicamp, Campinas-SP, 1997; GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010; SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. “Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)”. In: *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984; CANDIDO, Antônio. “Radicalismos”. In: *Vários escritos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

³⁵² BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 236.

exercem essas raças é uma influência antes *renovadora* que *diretriz*. Expliquemos essa metafísica: são gentes infantis, que não possuem irredutíveis qualidades de caráter, e resistem menos ao influxo de novas ideias, que as populações cultas, sobre as quais pesam tradições históricas especiais e uma civilização determinada [...]. Além dessa primeira razão, temos que os índios e negros não gozavam da mesma liberdade que os brancos; não gozavam de nenhuma. Eram forçados a contrariar o seu caráter a moldar-se ao dos povos ibéricos, não só pela natural sugestão das gentes mais cultas sobre as incultas, como porque a isto as forçavam ativamente. Não eram livres de dar expansão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhes pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e pelo sentimento destes.

353

Em se tomando os adjetivos utilizados por Manoel Bomfim para se referir a negros e indígenas, é possível elaborar um cenário geral sobre a visão que o autor brasileiro constituía, em seu texto, sobre esses grupos étnicos e sociais. Eram representados, nesse sentido, como “atrasados”, “almas rudimentares”, “natureza quase virgem”, “povos primitivos”, “inconsistentes de caráter”, “levianos”, “imprevidentes”, “indiferentes pelo passado”, etc. Certamente a melhor imagem que os definiria, na visão de Bomfim, seria a de “quadros vazios”. Defensor de um projeto educativo para o Brasil, como já discutido anteriormente³⁵⁴, o autor de *A América Latina: males de origem* destacava uma inferioridade cultural, possível, portanto, de ser transformada, nessas populações, em contraposição ao determinismo biológico predominantemente defendido nos meios intelectuais brasileiros da época. A despeito disso, embora essa descrição servisse como base para o ensaísta afirmar a maior capacidade de negros e indígenas em aprender e se modificar, é possível inferir que suas culturas eram entendidas como inferiores e menos influentes que a dos povos de origem europeia.

Esse autor destacava, ainda assim, a “contribuição”, mesmo que “reduzida”, dos “selvagens” na composição das nacionalidades subcontinentais. Em suas palavras: “Reduzida, porém, como é, não se pode desconhecer a influência dos selvagens – pretos e índios”. E prosseguia tratando do que considerava serem características gerais dos povos de origem africana:

³⁵³ *Ibidem*, pp. 236-7.

³⁵⁴ Ver Capítulo 2 desta dissertação.

Pelo que vem dos africanos, ela se exprime por uma certa afetividade passiva, uma dedicação morna, doce e instintiva, sem ruídos e sem expansões. Cativos, martirizados, eles se enforcam em séries, atiram-se às caldeiras de garapa fervente – o suicídio é o fato comum; é por exceção que matam o *senhor* algoz. A escrava martirizada ontem pela senhora toma-lhe hoje o filho e cria, amorosa, solícita, com o cuidado e a ternura da maternidade desinteressada. Ainda hoje, os descendentes destes escravizados de três séculos afagam por aí, com seu carinho esquecido e submisso, o egoísmo do branco absorvente.

De par com essas qualidades, citam-se os clássicos defeitos dos negros: submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil... Tais qualidades são antes o efeito da situação em que os colocaram. Pensem na mísera condição destes desgraçados, que, jovens ainda, ignorantes, de inteligência embrionária, são arrancados de seu meio natural e transportados a granel, nos porões infectos, transportados por entre ferros e açoites, a um outro mundo, à escravidão desumana e implacável! É como se, a nós, nos atirassem à Lua!... Heroicos foram eles de resistir como resistiram. As histórias das revoltas dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos aí estão para mostrar que não faltava aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal. Se hoje, depois de trezentos anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis.³⁵⁵

Pontuado por algumas contradições fundamentais como a afirmação da “submissão incondicional” dos negros e depois de sua “resistência heroica”, o texto de Bomfim ao procurar distanciar o negro da condição de “degenerado” e “inferior” biologicamente, contrariando as teses do racismo científico presentes nos discursos políticos e intelectuais de sua época, o transformava frequentemente em uma “vítima passiva”, mesmo quando destacava suas virtudes e sua resistência diante da escravidão. As descrições sobre os indígenas feitas por esse autor seguiam a mesma direção: o destaque, ao mesmo tempo, à “passividade” e à “resistência”, bem como a afirmação de sua “inconstância” e do predomínio entre esses grupos de características ligadas ao sentimento e não à razão:

O indígena americano, quanto a qualidades positivas, se caracteriza por um amor violento à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável e uma grande instabilidade intelectual, direi mesmo uma grande instabilidade de espírito. Esse amor à

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 238.

liberdade é, no índio, essencial, irrefletido, sem nenhuma preocupação de tradições históricas, nem de dignidade pessoal – é uma questão de necessidade orgânica [...].

A instabilidade de espírito, tão notável nessa raça, é uma qualidade que se explica justamente pelo grau de evolução mental: o espírito ainda não amadurecido, não educado nos longos esforços de atenção e tenacidade. São móveis, instáveis como crianças, porque têm o espírito infantil. Tal qualidade mesmo quando fora um defeito, é certamente corrigível pela educação.

Os outros traços característicos da raça são os que acusam as qualidades negativas: desinteresse, indolência etc., apontadas como defeitos imperdoáveis por todos esses que desejariam ver o caboclo a devorar-se na labuta, para enriquecer... o país, quer dizer: o intermediário parasita, o senhor de engenho, o dono da mina... Acatemos as louváveis intenções e santas aspirações desses abnegados, mas reconheçamos que esses defeitos todos são devidos simplesmente à falta de educação social.³⁵⁶

Algumas caracterizações de negros e indígenas elaboradas por Manoel Bomfim não eram novidades na história cultural brasileira. A “instabilidade de espírito” dos povos autóctones, defendida por esse autor, remetia, por exemplo, ao discurso que afirmava a “inconstância da alma selvagem”, tão difundido no período colonial e que continuou circulando na fala de políticos e intelectuais do país após a Independência.³⁵⁷ Cabe ressaltar aqui, mais uma vez, que embora se contrapusesse ao “racismo científico” de seus contemporâneos, Bomfim afirmava, como um homem de seu tempo, a preeminência ibérica na construção das nacionalidades americanas e a inferioridade cultural dos grupos negros e indígenas. Concebidos como povos “passivos”, “indolentes” ou “infantis”, essas populações não eram entendidas como fadadas a um destino de fracasso determinado pela biologia como nas obras de seus contemporâneos. Para Bomfim, apenas um projeto educacional encampado pelas elites políticas e intelectuais das nações latino-americanas os poderia redimir.

No Peru, a questão racial também se apresentava como um tema candente na segunda metade do século XIX e no início do século XX. É possível afirmar que a população indígena, majoritária no país, foi excluída dos projetos políticos de construção do Estado nacional elaborado pelas elites *criollas* após a Independência.

³⁵⁶ *Ibidem*, pp. 238-40.

³⁵⁷ Sobre essa questão, ver CASTRO, Eduardo Viveiros de. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Vistos como inferiores pelas camadas dominantes, esses grupos étnicos não tiveram lugar no processo de formação da nação.³⁵⁸

Escritor “ausente” de sua pátria³⁵⁹, Francisco García Calderón reafirmou, em seus ensaios, algumas das características atribuídas anteriormente por Francisco Bulnes e Manoel Bomfim em seus textos às populações negras e, especialmente, indígenas da América. Segundo o autor peruano radicado na França, a questão racial “es la llave del irremediable desorden que desgarrá América”.³⁶⁰ Em *Le Pérou Contemporain* (1907), García Calderón afirmava que os indígenas peruanos necessitavam de um protetor laico que os livrasse, na esfera religiosa, do clero e, na esfera social, do *cacique* e dos grandes *hacendados*. Nas palavras do autor, “a cette nation, dominée par un atavisme triste et profond, il faut faire aimer la civilisation et la vie”.³⁶¹ Como Bulnes, García Calderón, em *Les démocraties latines de l’Amérique*, representava os indígenas como populações consumidas pelo alcoolismo e pela miséria e que, a despeito de serem legalmente livres, eram, na realidade, servos de pequenas tiranias que o escravizariam. O indígena, segundo esse autor:

Desnutrido, sucio, degenera y muere; para olvidar la pesadilla de su existencia cotidiana, se emborracha, se vuelve alcohólico y su numerosa prole acusa rasgos degenerativos; vive en la altura donde reina un clima gélido y la eterna soledad. Nada viene a alterar la monotonía de estas extensiones yermas ni rompe la línea inflexible de un horizonte ilimitado; allí, crece el indio, triste y cetrino como el desierto que los rodea. Las importantes etapas de su vida: nacimiento, matrimonio y muerte son objeto de una explotación religiosa. Servil y supersticioso, termina por amar las tiranías que lo oprimen. Venera los dioses familiares de los cerros; es a la vez cristiano y fetichista. Cree encontrar en la naturaleza misteriosa, demonios y duendes, poderes ocultos ora hostiles, ora bienhechores.³⁶²

³⁵⁸ Ver, nesse sentido, CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *História del Peru Contemporâneo*. 4. ed. Lima: IEP, 2007.

³⁵⁹ Utilizando a expressão de GIL LÁZARO, Alicia. “Las señas de identidad de un escritor ‘ausente’: América Latina e Perú en el pensamiento de Francisco García Calderón”. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer e MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual (siglos XIX e XX)*. México: El Colégio de México, 2004.

³⁶⁰ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979, p. 193.

³⁶¹ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Le Pérou Contemporain: étude sociale*. Paris: Dujarric e Cie. Editeurs, 1907, p. 328.

³⁶² GARCÍA CALDERÓN, *Las democracias latinas de América*, op. cit., p. 195.

É interessante sublinhar na citação acima que Francisco García Calderón atribuía aos povos indígenas características não muito distantes daquelas encontradas na descrição desses mesmos grupos em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, de Francisco Bulnes. Destaque-se, em primeiro lugar, que o problema alimentar na América Latina, tema central do ensaio mexicano, era retomado, embora sem o mesmo destaque, pelo texto de García Calderón. Note-se, nesse sentido, que o primeiro adjetivo utilizado para se referir às populações indígenas da América é “desnutrido”, em uma clara referência aos hábitos alimentares supostamente precários desses grupos. Além disso, os povos autóctones eram apontados por ambos os autores como alcoólatras e supersticiosos, monótonos e tristes, servis e oprimidos por “qualquer um” que os quisesse explorar.

Em *Le Perou Contemporain*, García Calderón afirmava, nesse sentido, que para resolver o “problema indígena” em seu país seria necessário, primeiramente, afastar esses grupos de suas mais remotas tradições e, com o objetivo de reforçar a nacionalidade, educar essas populações. Mais que isso, seria necessário colocá-los sob a tutela de uma elite ilustrada que os transformaria em elementos “ativos” e produtivos para a nação:

D'un coté, il faut respecter ses traditions, dans la propriété et dans la famille ; de l'autre, gouverner cette race par une tutelle savante, faire de l'Indien un ouvrier ou un soldat, provoquer des émigrations dans le même territoire pour libérer l'Indien de ses traditions locales, de ses penates, de son cadre monotone et déprimant ; et, dans le collège spéciaux, étendre la langue espagnole et former une élite indienne qui aiderait le gouvernement dans son oeuvre civilisatrice.³⁶³

Se García Calderón entendia que as populações indígenas poderiam ser redimidas pela educação, pelo trabalho e por seu contato com os brancos, especialmente imigrantes, o mesmo não se pode dizer de sua visão sobre os negros. A representação desse autor sobre esses grupos étnicos era profundamente depreciativa. Segundo ele, o negro degeneraria ainda mais o estado das populações da América Latina. Sua mescla com os brancos resultaria, segundo ele, sempre em resultados pífios para a formação das “raças” americanas:

³⁶³ GARCÍA CALDERÓN, *Le Perou Contemporain*, op. cit., p. 328.

Los negros llegados a América como esclavos, vendidos *a usanza de feria* (como acémilas) son seres primitivos, impetuosos y sensuales. Ociosos y serviles, no contribuyen al progreso de la raza. En las casonas de la época colonial, son los criados, amas y ayos de los hijos del amo; en el campo, en los cañaverales, son los siervos que trabajan al compás del latigazo de los capataces. Conforman una población analfabeta que ejerce una influencia deprimente sobre la imaginación y el carácter de los americanos. Aumentan la intensidad voluptuosa del temperamento tropical, lo debilitan y dejan en la sangre de los criollos elementos de imprevisión, de ociosidad y de servilismo, a la larga inextirpables.³⁶⁴

A centralidade identitária do elemento branco na conformação das nacionalidades latino-americanas pressupunha, com maior ou menor grau de radicalismo, nas obras de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón, a inferioridade racial ou cultural das populações negras e indígenas. Para resolver o problema da nação, seria necessário para esses autores, discutir antes o “problema das raças” que habitavam a América Latina.

Com maior ou menor pessimismo, Bulnes, Bomfim e García Calderón representavam os povos indígenas como populações passivas, inconstantes e infantis que poderiam significar um grande perigo para as nacionalidades latino-americanas se não fossem educadas pelas elites da região. Bulnes e García Calderón destacavam, em seus textos, além da grande incidência do alcoolismo e da superstição existente entre os povos indígenas, a fragilidade da soberania nacional sobre territórios em que um setor expressivo da população não estava disposto a lutar em sua defesa, se recusando, muitas vezes propositadamente, a aprender a língua oficial dos Estados Nacionais em que habitavam. Mais que um perigo, o indígena não incorporado à nação poderia ser, segundo essas interpretações, um inimigo da nacionalidade. Entretanto, se para o autor peruano era possível introduzir esses grupos à sociedade peruana por meio da educação e de seu contato com os brancos, para o *científico* apenas o seu desaparecimento poderia ter resultados positivos para os países latino-americanos. Francisco García Calderón explicitava, de maneira ainda mais radical, uma visão profundamente negativa sobre as populações negras da América, afirmando que a presença desses grupos étnicos intensificaria as influências nefastas dos trópicos sobre essas sociedades. Manoel Bomfim, em outro sentido, representava negros e indígenas de maneira, muitas vezes,

³⁶⁴ GARCÍA CALDERÓN, *Las democracias latinas de América*, op. cit., p. 196.

contraditória, afirmando a inferioridade cultural desses grupos em relação aos povos ibéricos e fazendo sua defesa a partir de um discurso capaz de lhes atribuir, ao mesmo tempo, características como “passividade” e “resistência”. Embora procurasse construir um discurso de defesa dessas populações, o autor brasileiro as considerava “vítimas passivas” do “parasitismo” social das elites econômicas e não, ao menos ainda, “agentes históricos”. Vistos como “páginas em branco” por esse intelectual, negros e indígenas, cuja inferioridade biológica era refutada por Bomfim, somente poderiam ser redimidos, segundo essa interpretação, por meio da educação.

4.3. A via mestiça: vislumbrando o futuro da América Latina

Em países como o México, o Brasil e o Peru em que as populações indígenas e negras compunham uma parcela significativa do total de habitantes da nação, o tema da mestiçagem surgia como uma discussão inescapável para os políticos e intelectuais que empreenderam análises sobre o presente e procuraram apresentar soluções para o futuro de suas respectivas nacionalidades. Desenvolvida à exaustão na Europa por autores como Ernest Renan, Gustave Le Bon, Hypolite Taine e Arthur de Gobineau, entre outros, a questão racial era, sem dúvida, polêmica, produzindo, no contexto latino-americano, uma vasta discussão sobre o tema da mistura de raças. Condenada pelos quatro autores supracitados, a mestiçagem era apresentada como causa de degeneração e motivo principal do “fracasso” dos países da região. É importante ressaltar mais uma vez que, utilizadas no Velho Continente para explicar a expansão imperialista das nações mais “fortes” e “aptas” sobre as mais “débeis” e “frágeis”, por meio da defesa de um “darwinismo social” que definia superioridades e diferenças nas relações entre os povos, as teorias raciais e científicas funcionavam no subcontinente como justificadoras das desigualdades internas dos países da América Latina.³⁶⁵

O México de Francisco Bulnes pode ser apontado, em contraposição a formulações que viam a mescla de raças a partir de critérios negativos, como um exemplo de país latino-americano em que a identidade nacional, especialmente nas últimas décadas do século XIX, foi se constituindo majoritariamente a partir de um ideal de mestiçagem.³⁶⁶ É importante destacar que as teses alimentares que constituíam

³⁶⁵ Ver SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 28.

³⁶⁶ Chamada de “mestiçofilia” por Agustín Basave Benitez e de “ideologia da mestiçagem” por Federico Navarrete Linares, a defesa de uma identidade nacional mestiça no México se consolidou durante o

o estofo argumentativo de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* não deixavam de levar em conta essa questão. Bulnes afirmava, nesse sentido, interpretando a história do subcontinente, que as “raças do milho”, ou seja, os indígenas jamais teriam conseguido a emancipação política da América por si sós. Em suas palavras:

Las razas del arroz no presentan resistencia de combate de ninguna manera y las razas del maíz solo pueden según la historia, formar ejércitos capaces de luchar honrosamente e hasta vencer las razas del trigo, solo cuando tienen jefes y oficiales en su gran mayoría de la raza del trigo, pura o mestiza. Por si mismos y sin intervención de los criollos, (raza pura española) y de los mestizos de indio y español, los pueblos de América jamás hubieran hecho su independencia.³⁶⁷

Note-se, nesse sentido, que ao ressaltar a possibilidade de exércitos americanos comandados por mestiços serem capazes de vencer as poderosas “raças do trigo”, Bulnes se contrapunha às visões de autores europeus como Le Bon e Gobineau, para os quais a mistura de raças significaria sempre degeneração; ao contrário, afirmava uma “melhora” da “raça do milho” a partir de sua mescla com os membros da “raça do trigo”. A despeito disso, como é possível perceber na citação acima, a “valorização do mestiço” se apresentava, não obstante, como uma espécie de ferramenta retórica que funcionava no sentido de frisar a inferioridades das populações indígenas da América.³⁶⁸

Vivendo no México, país em que a maior parte da população era composta por mestiços, Bulnes afirmava o desaparecimento paulatino de indígenas e brancos, o que o levava a se questionar sobre o “valor social” daqueles que provinham da mistura das “duas raças formadoras”. Mais uma vez, o autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* promovia as possibilidades das “populações mescladas” em contraposição aos “povos autóctones”. Isso não significava, entretanto, que os mestiços fossem entendidos no texto de Francisco Bulnes como equivalentes, em termos raciais, aos brancos. No entanto, dadas as condições demográficas de seu país,

Porfiriato, especialmente nas obras de Justo Sierra e Andrés Molina Enriquez, se constituindo como formulação dominante após a Revolução Mexicana de 1910. Sobre esse tema, ver, entre outros, BASAVE BENITEZ, *op. cit.*; NAVARRETE LINARES, *op. cit.*; e FERNANDES, *Patria Mestiza*, *op. cit.*; e SANTOS JUNIOR, *op. cit.*

³⁶⁷ BULNES, *op. cit.*, p. 15.

³⁶⁸ A combinação entre a “exaltação do mestiço” e a “detração do indígena” se configurava como traço marcante da retórica intelectual do México durante o Porfiriato. Nesse sentido, ver NAVARRETE LINARES, *op. cit.*; e SANTOS JUNIOR, *op. cit.*

predominantemente habitado por mestiços e indígenas, Bulnes preferia optar por uma defesa dos primeiros em relação a estes últimos. Se estes eram frequentemente representados como “passivos”, “desinteressados” e “avessos à civilização”, aqueles eram dotados de características opostas. Nas palavras do ensaísta mexicano:

El mestizo es anti-clerical, jacobino sin apetito sanguinario: se burla de los frailes sin aborrecerlos y le entusiasma todo lo que es novedad, progreso, osadía, civilización. Tiene en general, muy buenas facultades intelectuales y hubiera avanzado mucho, si no amase el alcohol tanto como el indio, vicio que no es común en el español.

El mestizo es susceptible de gran civilización, si sabe en él el alcoholismo y lanzarle junto a otro *obrero* trabajador, que lo ponga en la alternativa de perecer o trabajar. Es decir, al mestizo lo puede fácilmente salvarel [sic] Estado y la inmigración.

369

De acordo com essa interpretação, o mestiço era, em muitos aspectos, ao contrário do indígena, dotado de características que permitiriam a sua civilização: era anticlerical, entusiasmado pela novidade e pelo progresso e possuía ótimas faculdades intelectuais. Seguindo uma linha de argumentação recorrente durante o Porfiriato, o mestiço era apresentado como o futuro da nacionalidade mexicana, como aquele que teria a responsabilidade de “salvar o Estado”, diante da debilidade dos povos indígenas. As “raças do milho” por si sós poderiam representar o fracasso das nacionalidades americanas. Em contraposição, se mescladas aos povos mais “civilizados” pertencentes às “raças do trigo” talvez significassem a garantia de sobrevivência dos países do subcontinente.

Como já discutido acima, Manoel Bomfim, embora localizasse nas “origens ibéricas” a espinha dorsal da identidade latino-americana, discordava frontalmente da tese que atribuía uma inferioridade biológica intrínseca de negros e indígenas. Nesse sentido, parece importante destacar que o autor de *A América Latina: males de origem* refutava a afirmação daqueles que defendiam, em uma assertiva tão recorrente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, que a degeneração humana poderia ser definida como resultado da mistura de raças. Criticando o viés racista de Louis Agassiz e tomando como base as obras do estudioso da psicologia Théodule-Armand Ribot e do biólogo e antropólogo Jean Louis Armand de

³⁶⁹ BULNES, *op. cit.*, p. 31.

Quatrefages³⁷⁰, o autor brasileiro afirmava a ausência de provas acerca do prejuízo produzido pela mestiçagem às nações da América Latina, atribuindo às condições históricas do subcontinente e não a sua condição racial, seus “males de origem”. Nas palavras de Bomfim:

Não há na história da América Latina um só fato provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas.³⁷¹

Mais uma vez, Bomfim relacionava os “males de origem” da América a dois pontos essenciais: a história e a educação. A discussão acerca da mestiçagem funcionava, nesse sentido, como via pela qual o autor de *A América Latina: males de origem* apresentava, em seu ensaio, seu projeto de redenção do “atraso” nacional por meio da instrução. Rebatia acusações efetuadas pelos detratores dos mestiços, segundo as quais, eles seriam pouco inteligentes, cruéis, pérfidos, indolentes, indisciplinados, imprevidentes e preguiçosos. De acordo com Bomfim, essas características se deviam não a elementos raciais, mas a pouca educação que tiveram. Em suas palavras:

Quanto à inteligência, ninguém contestará que os há – mestiços – admiravelmente bem dotados. São exceções, dizem. Sim, sem dúvida que são exceções; não é só entre os mestiços, mas por toda parte – os grandes talentos, os gênios constituem exceção, formam uma minoria insignificante sobre a massa geral, banal, medíocre [...].

Acusam-nos, aos mestiços – de cruéis, pérfidos... Para que repetir as crueldades e perversidades dos brancos e compará-las às que se alegam contra aqueles?... Quem o quisesse fazer, verificaria que, relativamente, os mestiços são uns santos.

Acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são excluídos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latinas da América. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que as condenam.³⁷²

³⁷⁰ Segundo Bomfim: “Este último – Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não tendo preconceito de cor, os mestiços têm podido desenvolver e têm mostrado ‘uma decidida superioridade artística sobre as duas raças mães’”. BOMFIM, *op. cit.*, p. 264.

³⁷¹ *Ibidem*, pp. 264-265.

³⁷² *Ibidem*, p. 265.

Na citação acima, é possível perceber que as críticas aos pressupostos que tomavam como certa a inferioridade dos mestiços em relação àqueles pertencentes às “raças puras” passavam, na obra de Manoel Bomfim, por dois argumentos básicos: em primeiro lugar, se destacava que os defeitos atribuídos aos povos marcados pela mistura de raças também estavam presentes naquelas sociedades em que esta não havia ocorrido; em segundo lugar, esses vícios, dos quais Bomfim não descrevia a existência, se deviam basicamente aos efeitos da ignorância propiciada pela parca instrução existente nos países da América Latina. Parece importante ressaltar, mais uma vez, que, para Manoel Bomfim, apenas uma grande obra de instrução popular seria capaz de resolver os problemas latino-americanos, resultados, em sua interpretação, menos do quadro racial que das deficiências relacionadas à educação nacional e, em perspectiva mais ampla, continental.

Assim como na obra do autor brasileiro, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, de Francisco García Calderón, embora se destacasse a questão da mestiçagem, entendia-se que a espinha dorsal das nacionalidades latino-americanas era essencialmente ibérica. De acordo com o escritor peruano: “El criollo allende el mar es un español del siglo heroico, enervado por el mestizaje y el clima”.³⁷³ Interessante ressaltar nessa citação que o contato com as “raças autóctones” da América era equiparado, na constituição do *criollo* americano, a fatores de ordem natural. Ainda, nesse sentido, vale a pena sublinhar a utilização do adjetivo “enervado” o que parece resultar em um sentido de piora ou degeneração do ibérico quando em relação com os povos nativos do Novo Mundo e com os trópicos.

Buscando, em um de seus capítulos centrais, discutir o “problema da raça”, García Calderón elegeu o tema da mestiçagem como ponto central de sua argumentação. Segundo ele, diferentemente dos Estados Unidos, em que os povos de origem europeia realizavam um tipo de mestiçagem endogâmica, “en las Repúblicas latinas se forman extraños linajes: indios, americanos, negros, orientales y europeos de todos los orígenes crean, en hogares muy mezclados, la futura raza”.³⁷⁴ Essa mestiçagem, sempre presente nas nações latino-americanas, variava de acordo com a região do continente. Tal desenvolvimento histórico típico dos países da América Latina seria, segundo García Calderón, capaz, entretanto, de suscitar uma série de questionamentos e preocupações. Em linhas gerais, a posição do ensaísta peruano

³⁷³ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 8.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 194.

acerca dos homens que se constituiriam como resultados da mistura de raças encontrava alguma ressonância naquilo que defendia Bulnes. Segundo o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique*:

Un antropólogo argentino, el señor Ayarragaray dice que “el mestizo primario es inferior al progenitor europeo, pero a menudo superior al ancestro indígena”. Es altivo, viril y ambicioso, si sus antepasados fueron charrúas, guaraníes o araucanos; inclusive, los hijos del pacífico quechua son también superiores al indio. Aprenden castellano, asimilan las costumbres nuevas de la civilización superior y conforman la élite en la política y la abogacía. El mestizo, producto de un primer cruce no constituye un producto utilizable para la unidad política y económica de América porque conserva los defectos del indígena: es desleal, servil y a menudo haragán. Solamente después de nuevas uniones con el europeo es que se afirma la fuerza de carácter heredada del blanco. Heredero de la raza colonizada, de la raza autóctona, adaptado al medio, es muy patriota. El americanismo, hostil a los extranjeros, es su obra.³⁷⁵

Várias questões podem ser depreendidas do excerto acima. Em primeiro lugar, seguindo uma concepção elaborada pelo antropólogo argentino Lucas Ayarragaray, que parece estar subjacente também nas ideias sobre mestiçagem defendidas em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, por Francisco Bulnes, García Calderón sustentava que o mestiço poderia ser considerado um homem superior ao indígena e, ao mesmo tempo, inferior ao europeu. Diferentemente das doutrinas elaboradas no Velho Continente que defendiam, na segunda metade do século XIX, a degeneração provocada pela mescla, os ensaístas latino-americanos, inseridos em um contexto diverso, marcado pela presença de raças consideradas “inferiores”, entendiam que a mistura se apresentava como uma alternativa superior à manutenção dos indígenas em seu estado “puro”. Assim como na interpretação de Bulnes, o mestiço era associado em *Les démocraties latines de l'Amérique*, ao aprendizado do língua oficial, no caso o castelhano, e por assimilar com facilidade os “costumes novos da civilização”. Além disso, García Calderón parecia defender uma espécie de “aprimoramento” da mestiçagem que seria resultado de uma sequência de cruzamentos realizados a cada geração. Nesse sentido, quando mais o sangue indígena fosse sendo diluído pela “força de caráter herdada do branco”, mais forte poderia ser considerado o mestiço.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 197.

Ressaltando a ideia de que a formulação de uma “raça americana” deveria se constituir a partir de um tronco essencialmente europeu, Francisco García Calderón destacava o fato de que as revoluções que inquietavam a América Latina seriam capazes de demonstrar o desequilíbrio existente na região entre as raças que a habitavam. Nesse sentido, o autor peruano, citando Gustave Le Bon, entendia que a mestiçagem, da maneira como estava se apresentando no subcontinente, se apresentava como extremamente preocupante, pois o número de indígenas e negros superava, e muito, o número de brancos. Esse tipo de mestiçagem, em que houvesse a predominância de homens considerados “inferiores”, se constituía, na visão de García Calderón, como perigosa para o futuro da América Latina. Em suas palavras:

La resistencia de los neo-americanos al cansancio y la enfermedad mengua considerablemente. En la retórica tremendamente agitada del porvenir, los elementos de síntesis futura se combinan y se complican. Si las razas siguen divididas, no habrá unidad posible para oponerse a probables invasiones [...].

Al estudiar [...] el mestizaje americano vemos que el indio y el negro, numéricamente, aventajan en mucho al blanco: el elemento europeo no llega a diez por ciento de la población total. En Brasil y Argentina, numerosos son los inmigrantes alemanes e italianos, pero en los demás países, la necesaria corriente migratoria es insignificante.³⁷⁶

Algumas questões merecem ser pontuadas no excerto acima. Em primeiro lugar, García Calderón reafirmava um certo pessimismo em relação à mestiçagem na América, pois se a mescla de raças poderia funcionar como elemento para elevar o elemento indígena, a pequena quantidade de brancos no subcontinente se apresentava como empecilho para que se alcançasse tal objetivo de maneira plena. Sem o elemento europeu, único capaz de “aprimorar” o homem americano, a mistura de raças se configuraria como essencialmente desvantajosa para as nações do subcontinente. Esse ponto pode remeter a uma temática básica nos ensaios desse período: a “divisão” das raças na América Latina em um contexto caracterizado, conforme vem sendo destacado ao longo deste trabalho, pela expansão imperial das nações industrializadas do globo, seria capaz de facilitar quaisquer invasões estrangeiras.³⁷⁷ Por fim, é possível afirmar que, de acordo com essa interpretação, apenas o ingresso de elementos pertencentes às

³⁷⁶ *Ibidem*, pp. 198-199.

³⁷⁷ Essa questão será discutida com mais atenção no Capítulo 5 desta dissertação.

raças brancas seria capaz de transformar a mestiçagem em algo positivo, ou, no limite, menos negativo, para a América Latina. Francisco García Calderón se apresentava, nesse sentido, como um grande defensor da imigração europeia para os países latino-americanos como uma das formas de “salvar” o subcontinente da ameaça estrangeira que o rondava.

A questão racial e a mestiçagem, especificamente, se configuravam como temáticas centrais dos ensaios de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón. Tanto o autor peruano quanto o mexicano entendiam que a mistura de raças, embora pudesse “enervar” o homem europeu, teria o poder de “melhorar” o elemento indígena. Para tanto, era necessário, não obstante, a predominância do primeiro como forma de fortalecer as novas raças surgidas na América. Diferentemente de Manoel Bomfim que minimizava a influência das raças na constituição das nacionalidades do subcontinente, atribuindo à formação histórica e à questão educacional os “males de origem” do subcontinente, os dois autores evocavam a imigração como “solução” dos problemas da América Latina.

4.4. Entre o branqueamento e a assimilação: a imigração europeia

Em linhas gerais, é possível afirmar que, ao considerarem “inferiores” as populações indígenas e negras que habitavam a América Latina e, ao mesmo tempo, por conceberem, a partir das características demográficas da região, a inevitabilidade da mestiçagem, grande parte das elites responsáveis por ditar os rumos da política latino-americana, passaram a conceber a imigração europeia como fator de “salvação” do subcontinente. É importante ressaltar que a defesa da imigração para a América Latina constituía-se como assunto avaliado pelas classes dirigentes da região desde o início do século XIX. No processo de formação dos Estados nacionais, a importação de europeus era tomada, muitas vezes, tanto como forma de incorporar colonos “civilizados” capazes de ocupar as regiões de fronteira dominadas então pela “barbárie” indígena³⁷⁸, quanto como meio para a substituição da mão-de-obra escrava nas grandes lavouras em

³⁷⁸ Essa posição era dominante entre nomes da elite liberal argentina como Domingo Faustino Sarmiento, Bartolomé Mitre e Juan Bautista Alberdi, para quem “governar é povoar”. Ver, nesse sentido, DEVOTO, Fernando J. “Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

um cenário em que já se vislumbrava a abolição.³⁷⁹ A incorporação das teorias raciais no discurso dos intelectuais e políticos do subcontinente nas últimas décadas do século XIX adicionou novos elementos a essa discussão. A ideia de que a imigração europeia poderia servir como veículo “branqueador” das sociedades latino-americanas se somava, nesse contexto, aos objetivos econômicos de colonização de terras consideradas “vazias” ou de sua utilização enquanto mão-de-obra substituta do trabalho escravo. Embora imigrantes asiáticos como japoneses e chineses tenham ingressado na América Latina nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX como forma de suprir carências produtivas no setor agrícola da região, a preferência das elites latino-americanas pela importação de braços europeus era evidente.³⁸⁰

Impulsionada por razões demográficas, como o excedente populacional no continente europeu, que resultava na pressão social por terras para o cultivo, e pelas grandes transformações políticas da segunda metade do século XIX, como, por exemplo, as guerras de unificação ocorridas na Itália e na Alemanha, a imigração europeia para as Américas vivenciou o seu auge entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Nesse contexto, entre 1881 e 1915, por volta de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas. Se o país americano que mais recebeu egressos do Velho Continente nesse período foram os Estados Unidos (70% desse total), Argentina (4,2 milhões de imigrantes) e Brasil (2,9 milhões) se constituíram como os Estados nacionais da América Latina que mais atraíram as correntes imigratórias provenientes da Europa.³⁸¹ Para além de razões econômicas, importar um contingente populacional dessa região, significava também para setores importantes da intelectualidade e da política latino-americana da época um meio “civilizatório” e uma possibilidade de “aprimoramento” – sinônimo, nesse contexto, de “branqueamento” – das raças que habitavam o subcontinente.

Em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, Francisco Bulnes, ao tratar do tema da imigração, deixava explícita sua posição no que dizia respeito a uma pretensa superioridade, não somente racial, mas também moral, dos europeus em relação aos latino-americanos, a qual se evidenciaria no êxito que aqueles advindos do

³⁷⁹ Essa questão se aplica especificamente ao caso brasileiro. Ver, nesse sentido, ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁸⁰ Ver, por exemplo, SCHWARCZ, *op. cit.*, pp. 184-186.

³⁸¹ KLEIN, Herbert S. “Migração internacional na História das Américas”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 25.

Velho Continente alcançariam em terras americanas, se comparados aos próprios habitantes da região. Em suas palavras:

La ventaja del inmigrante en nuestra América, no consiste en nuestra riquezas que son vulgares sino en nuestra inmensa pobreza moral engastada en magnífica inteligencia. Los extranjeros que vienen indigentes, nos encuentran siempre acostados, reclinados, sentados a la bartola, nunca en movimiento y si nos llegan a ver trabajar es con la intranquilidad y temor del que está cometiendo un crimen. Por supuesto que esos extranjeros indigentes pocos años después de su permanencia entre nuestra pereza que recita versos y estruja la política, nos obligan a besarles las manos, a pedirles empleos, a ser sus servidores o sirvientes, a considerarlos como de nuestra *high-life*, a entregarles a nuestras herederas para que les conserven su capital y no les den un puntapié después de dejarlas en la miseria.³⁸²

Interessante perceber, nesse excerto, a contraposição entre o latino-americano “encostado”, “reclinado” e “sentado”, para quem trabalhar equivaleria estar “cometendo um crime”, diante do europeu “industrioso” e “produtivo”. De acordo com essa interpretação, qualquer indigente estrangeiro disposto a “fazer a América” poderia se tornar um grande homem na parte “latina” do Novo Mundo, não somente por seus próprios méritos, mas, em grande medida, pela incapacidade dos habitantes do subcontinente. Nas palavras de Bulnes, ressaltando, mais uma vez, a superioridade moral dos homens do Velho Continente em relação àqueles que viviam na América Latina: “todo extranjero entre nosotros tiene que trabajar y fuerte para hacer fortuna, pero si trabaja bien no fracasará porque ni queremos, ni podemos hacerle competencia”.³⁸³

Nesse sentido, Francisco Bulnes, como já discutido no primeiro item deste capítulo, entendia que o indígena, em sua “debilidade” característica das “raças do milho”, não era capaz de trabalhar de maneira satisfatória na agricultura de abastecimento, seja por seu atavismo, por seu desinteresse ou por seu alcoolismo. Para resolver esse “problema”, o autor mexicano propunha como única solução para a América Latina, a importação de imigrantes, os quais, diferentemente da população local, seriam capazes de promover avanços na produção de alimentos nas regiões menos quentes do subcontinente. Em suas palavras: “Las tierras nuevas tienen que ser puestas

³⁸² BULNES, *op. cit.*, p. 189.

³⁸³ *Ibidem*, p. 190.

en la cultura por la inmigración, y sin ella, nos espera el hambre lenta pero continua que aniquilará nuestra población”.³⁸⁴ E mais adiante: “El problema de la inmigración es para México, como para Chile, Argentina y Brasil, una cuestión de vida o muerte; olvidarlo es resignarse a perecer en más o menos tiempo”.³⁸⁵

É importante ressaltar que, para Francisco Bulnes, a imigração não resolveria somente os “problemas” da produção de alimentos e das “raças” na América Latina, mas também seria responsável por elevar o nível da política na região, especialmente, se conseguisse constituir nela uma “agricultura democrática” capaz de substituir a “agricultura aristocrática” que caracterizava o subcontinente desde o período colonial. Segundo ele:

La inmigración salvará la agricultura porque desde luego se forma una agricultura democrática, como debe ser en todo país que no quiera el régimen social monárquico absoluto. La agricultura aristocrática no es de las repúblicas. Y mientras tengamos aristocrática, el sufragio libre no llenará de clérigos y clericales las Cámaras legislativas federales y dos Estados. Es una locura cuando se trata de correr, aserrarse las piernas. Sólo a nuestros constituyentes, excelentes utopistas, pero que ignoraban todo lo que es sociología, se les ocurrió fundar una república democrática sobre una agricultura aristocrática, con la agravante de no haber industrias ni comercios poderosos que templaran un poco la rigidez monárquica de nuestro organismo económico y social. La colonización es la única que puede democratizar la agricultura y producir una masa de hombres *conservadores de sus riquezas* y liberales para sus derechos y los agenos [sic].

³⁸⁶

Vale a pena ressaltar, nesse sentido, que, de acordo com Bulnes, o imigrante europeu não seria somente um trabalhador melhor e mais apto que o indígena e o mestiço americanos, mas também poderia se constituir como vetor de novos paradigmas políticos na América Latina, baseados em princípios relacionados à pequena propriedade e aos valores liberais.

Assim como Bulnes, Francisco García Calderón, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, também apresentava uma posição favorável à imigração europeia na América. Entretanto, tendo em vista as disputas imperialistas que estavam ocorrendo ao redor do globo, o autor peruano ressaltava certa preocupação de setores das elites

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 273.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 274.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 280.

políticas e intelectuais latino-americanas e, especialmente, brasileiras³⁸⁷, não somente em relação à imigração japonesa, então já muito polêmica à época, mas também à alemã, que se impunha com muita força no sul do Brasil. Apesar disso, entendia, defendendo ainda assim a vinda dos imigrantes germânicos à América Latina, que “en los países donde todavía no intenta sentar las bases de un imperio, su influencia [dos alemães] era beneficiosa”.³⁸⁸

No mesmo sentido de Bulnes, García Calderón destacava, especialmente ao colocar em relevo o caso argentino, a certeza de êxito dos imigrantes recém-chegados ao Novo Mundo, bem como sua representação enquanto elementos renovadores da sociedade e da política nos países da América Latina:

Los colonos traen las tradiciones y las costumbres de las razas disciplinadas, un organización moral, obra de siglos de convivencia. Los campesinos que llegan a América, defienden intereses establecidos, el gobierno, la ley y la paz: trabajan, luchan y ahorran. Además, sólo los hombres emprendedores emigran y transmiten a las nuevas democracias un impulso vital por ellas desconocido. A la segunda generación, los hijos de colonos extranjeros son argentino, brasileños o peruanos: su patriotismo es a menudo tan ardiente y exclusivo como el de los nacionales. Adoptan completamente las costumbres locales después de haberse hecho al medio americano.

Vascos e italianos han transformado ya la Argentina: llegan como obreros, empleados o comerciantes, establecen colonias agrícolas y se vuelven propietarios. Queman etapas: sus hijos serán banqueros y orgullosos plutócratas [...]. Los inmigrantes aumentan pues la riqueza nacional y pueblan el desierto.³⁸⁹

García Calderón destacava, nesse excerto, em primeiro lugar, o colono europeu como portador de “tradições” e “costumes” próprios de “raças disciplinadas”, defensoras da autoridade e da paz e, na linha de Bulnes, trabalhadoras, industriais e, principalmente, empreendedoras, capazes, por conta disso, de fornecer um novo “impulso vital” às “democracias” americanas. O autor peruano destacava, em complemento a essa afirmação, certa facilidade de incorporação desses imigrantes às nacionalidades que os recepcionassem e, assim como em *El porvenir de las naciones*

³⁸⁷ Interessante notar que, para defender essa ideia, Francisco García Calderón citava o livro *A América Latina*, de Sylvio Romero, obra em que este autor polemizava com a obra homônima de Manoel Bomfim. Ver GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 160-161.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 162.

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 200.

hispanoamericanas, o êxito do elemento proveniente do Velho Mundo que, por seu mérito pessoal, deixava ser empregado, tornando-se proprietário.

Nesse sentido, Francisco García Calderón, ao afirmar que a mestiçagem ideal nos países da América Latina deveria se constituir essencialmente em torno do elemento europeu, atribuía à imigração um papel central em sua tese. Levando-se em conta que:

Las castas inferiores aventajan al tradicional sojuzgador: el orden de antaño es reemplazado por la anarquía moral; las enraizadas convicciones, por un escepticismo superficial; la tozudez castellana, por la indecisión. La raza negra va obrando, y el continente retorna a la primitiva barbarie.

Esta regresión constituye una grave amenaza. En Sudamérica, la civilización depende de la dominación numérica del hombre blanco sobre el mulato, el negro y el indio. Una fuerte inmigración puede restablecer el desequilibrio de las razas americanas.

390

É interessante ressaltar aqui que o predomínio dos brancos sobre as “raças” consideradas por García Calderón como “inferiores” não deveria se apresentar somente como político ou econômico, mas, primeiramente, numérico. O predomínio de mulatos, negros e indígenas na América Latina se constituiria, dessa forma, como fator de “degeneração” social, causa da “anarquia moral” e signo da “primitiva barbárie” no subcontinente. Apenas a imigração poderia, nesse sentido, restabelecer a primazia branca sobre a América Latina. Em suas palavras:

Para que esta selección se concrete a favor del elemento blanco, sería menester, no sólo que las razas sometidas sean numéricamente proporcionadas, sino que la masa europea domine y pueda imponer su mentalidad a las futuras razas. En resumidas cuentas, el problema de la raza depende de la solución dada al problema demográfico. Sin el aporte de una población nueva, la raza de América retrocederá y se agotará lamentablemente.

391

Dessa forma, o imigrante além de povoar e aumentar com o seu trabalho as riquezas da América, se constituiria como o principal elemento capaz de solucionar o “problema” das raças no subcontinente. De acordo com essa interpretação, se não

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 199.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 200.

resolvesse essa questão, a América Latina em vez de evoluir, retrocederia, estando fadada à “degeneração” e à “anarquia”.

Contraponto às duas visões expostas acima, *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim, questionava a afirmação corrente em sua época, sintetizada, em certa medida, nos textos de Francisco Bulnes e Francisco García Calderón, que atribuía ao latino-americano uma incapacidade de trabalhar e que defendia virtudes da imigração europeia como fator regenerador do subcontinente. O autor brasileiro concebia que, dado o estado social das nações latino-americanas, a imigração, mais que um bem, poderia significar prejuízos para a região. Em suas palavras:

[...] Nas condições atuais das nacionalidades latino-americanas, forçar a emigração é quase um desazo. Em dadas condições é dissolvente para a harmonia social a intromissão violenta de populações, que além de excessivas para a força assimiladora, serão necessariamente refratárias à assimilação e, de alguma sorte, incompatíveis com as gentes naturais. São mais os males dessa colonização precipitada que as vantagens. Em todos estes países, o progresso é tardio e o trabalho relativamente pouco remunerador, porque os processos e os instrumentos são antiquados, irracionais às vezes. A vida não oferece condições de conforto, nem as garantias correntes nos países industriais, adiantados. Em tais condições, ou o colono é um indivíduo que vem para aqui com o único intuito de colher, por qualquer meio, um pedaço de fortuna, e ei-lo a maquinar explorações torvas, germes de indenizações, ei-lo a parasitar e a perturbar a vida econômica do país, até o dia em que, reunidas as libras, toma o caminho da pátria; ou é o proletário, o colono trabalhador, desejoso de fixa-se e de obter, aqui, uma situação melhor que a da sua origem. Mas este último, ao chegar, reconhece logo que o enganaram; as condições de inferioridade do país patentearam-se em todas as coisas, e ele se sente mal.³⁹²

De acordo com as concepções de Manoel Bomfim, a imigração, antes de representar uma via para a regeneração social e racial da América Latina, se constituía como um perigo ainda maior para o estabelecimento dessas nacionalidades. Em primeiro lugar, porque, diferentemente do que afirmava García Calderón, a assimilação dos recém-chegados às sociedades receptoras não se daria de maneira simples, pelo contrário: na interpretação do autor brasileiro, além das dificuldades intrínsecas de sua incorporação, os próprios imigrantes, na definição exposta em *A América Latina: males*

³⁹² BOMFIM, *op. cit.*, p. 177.

de origem, seriam “refratários à assimilação” e, de alguma forma, “incompatíveis com as gentes naturais”. Não bastassem essas questões, os equívocos envolvendo o ingresso de europeus em solo latino-americano se explicitariam a despeito dos objetivos que os trouxessem para o Novo Mundo: se viessem unicamente como o intuito de angariar fortuna e retornar a sua terra natal, se somariam ao conjunto de “parasitas”, que não faziam mais que “sugar” os países da região, “perturbando” ainda mais sua vida econômica; se, por outro lado, estivessem de fato dispostos a trabalhar duro e se fixar, encontrariam uma realidade social decepcionante, capaz de arrefecer seu desejo de “fazer a América”. Para Bomfim, seria necessário, em primeiro lugar, reformar e melhorar os países do subcontinente, para que assim os imigrantes europeus que aqui chegassem não fossem os de “nível social e intelectual” inferior ou muito similar ao dos habitantes da América Latina, nem os “exploradores e parasitas”, dispostos unicamente a se aproveitar de sua “fraqueza” e de seu “atraso”. Nas palavras do autor brasileiro, se as pessoas se sentissem “felizes” nas nações que as recebessem, a imigração ocorreria de maneira natural, como nos Estados Unidos.

Além disso, Manoel Bomfim contestava frontalmente a ideia que defendia que o imigrante seria o responsável por “reformar” e “organizar” a vida social dos países latino-americanos. Segundo sua interpretação:

Temos de convir que é absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias; e, quando o faça, há-de fazê-lo para si, e não para quem se confessa por si mesmo incompetente.³⁹³

Bomfim se contrapunha, dessa forma, àqueles que atribuíam ao imigrante o protagonismo da “redenção” nacional. O autor de *A América Latina: males de origem* afirmava que toda a responsabilidade de “reforma” e de “organização” dos países latino-americanos deveria ser de seus próprios habitantes e não dos estrangeiros adventícios, portadores, ao menos inicialmente, de valores e objetivos diferentes daqueles das “gentes naturais”. Nesse sentido, Manoel Bomfim ressaltava, mais uma vez, o papel da educação não somente como forma de “salvar” o povo latino-americano de sua “ignorância” e promover o “progresso social” que poderia resultar, dessa maneira, em

³⁹³ *Ibidem*, p. 178.

uma “colonização” de fato, mas como veículo de “assimilação social” dos imigrantes já presentes nos países da região:

Pensam [os políticos latino-americanos] resolver o caso – escrevendo em decretos, a “grande nacionalização” do colono; seria muito bom se o decreto bastasse... A nacionalização política não importa para o caso; e essencial é a assimilação social, e esta só se obtém pela difusão da instrução, pela absorção das inteligências nas escolas – que os estadistas, no entanto, julgam desnecessárias.³⁹⁴

Em complemento a esse raciocínio, Manoel Bomfim adicionava a seguinte nota de rodapé ao texto acima:

No Brasil, a indiferença dos políticos por essa questão é tal que permite às *colônias*, os zonas onde o elemento estrangeiro de uma certa nacionalidade é grande, o terem somente escolas suas, estrangeiras, escolas que, às vezes, são até subvencionadas pelos dinheiros públicos brasileiros. Assim, sucede que as gerações, já nascidas no Brasil, se passam sem misturar-se jamais com os naturais, sem perder coisa alguma de seu estrangeirismo. O rei da Itália e o kaiser germânico têm tão bons súditos nascidos no Brasil como os de lá, ou talvez mais fieis – que a saudade da pátria nunca vista, confrontadas à mesquinhez do país onde vivem, a ausência de queixas, pois que lá não estão, tudo isto mais o afervora no amor da nacionalidade recebida por herança.³⁹⁵

Parece importante destacar nas duas citações acima os principais argumentos que subjazem a discussão de Manoel Bomfim acerca do tema da imigração. Em primeiro lugar, dadas às condições do país, em particular, mas da América Latina, de maneira geral, o homem egresso do Velho Continente, ao contrário do que enunciava García Calderón, não era assimilado e não procurava se assimilar às nacionalidades que o recebessem, conservando, na maior parte das vezes, o sentimento patriótico em relação à sua terra natal. Em vez de tornar-se argentino, brasileiro ou peruano, como queria o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique*, permanecia sendo alemão ou italiano. Um segundo ponto que, não obstante, se relacionava ao primeiro dizia respeito à ausência de instrução nos países da América Latina, fator responsável, inicialmente, por impedir o “progresso social” da região e, por consequência, por não propiciar uma

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 178-179.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 179.

“colonização natural” como a que ocorria nos Estados Unidos. Além disso, o “problema educacional” do subcontinente remetia também à incapacidade desses países em “assimilar” o elemento externo à nacionalidade, permitindo que este se mantivesse como estrangeiro mesmo vivendo na América Latina, o que complicava ainda mais o já difícil processo de constituição de uma homogeneidade das nações da região.

As diferentes respostas sobre a questão da imigração na América Latina em Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón, se inseriam de maneira perfeitamente coerente com as respectivas interpretações dos autores sobre a “problemática das raças” na América Latina. Entre a determinação de “inferioridades” raciais e culturais, os três ensaístas buscaram apresentar soluções compatíveis com suas premissas, resultando, nesse sentido, em duas visões sobre o problema das identidades étnicas, nacionais e continentais na América Latina.

4.5. Imigração e instrução: “inferioridade racial” e “debilidade cultural”

O “problema” das raças que habitavam o território latino-americano se constituiu como uma temática central para todos aqueles que buscaram interpretar o subcontinente entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Embora as doutrinas racialistas tenham sido predominantes na discussão intelectual concebida no período, não foram as únicas, como demonstra *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim. Em um primeiro momento, é preciso afirmar que essa discussão pode ser essencialmente associada às teses alimentares elaboradas por Francisco Bulnes, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, especificamente em duas dimensões. Em primeiro lugar, ao definir as diferenças entre as raças do trigo, do milho e do arroz, o autor mexicano constituía, em seu texto, uma divisão entre as “civilizações” branca, indígena e asiática em total consonância com a situação geopolítica mundial marcada pelo avanço imperialista, especialmente da Europa e dos Estados Unidos, no fim do século, definindo assim as “raças” consideradas “superiores”, as “raças conquistadoras”, e as “inferiores”, as “raças conquistadas”. A única exceção, conforme discutido acima, por critérios alimentares particulares, era o Japão que, a despeito de sua alimentação ser maciçamente baseada no arroz, se constituía como uma das protagonistas da expansão promovida pelas nações industrializadas. Em segundo lugar, nesse mesmo sentido, evidenciava sua visão sobre os povos “autóctones” da América, consumidores de milho, e, portanto, sujeitos à

soberania das “raças do trigo” sobre o planeta. O principal significado dessa afirmação de Bulnes era que se a população latino-americana estivesse constituída majoritariamente de elementos indígenas, a região estaria fadada ao desaparecimento.

Isto posto, é importante ressaltar a partir dos ensaios analisados a formulação de duas interpretações básicas sobre o tema das “raças” na América Latina. A primeira, que poderia ser chamada de “racialista”, presente nos textos de Francisco Bulnes e Francisco García Calderón, e a segunda, “não-racialista” ou “reformista”, que pode ser depreendida da discussão promovida por Manoel Bomfim.

A interpretação “racialista” de Francisco Bulnes e Francisco García Calderón parte de um pressuposto essencial: a “inferioridade” racial, em escalas variadas, dos indígenas e dos negros. A constituição demográfica dos países latino-americanos marcada pela predominância dessas duas categorias em relação ao elemento branco de origem europeia representaria, de acordo com essa visão, um obstáculo para a sobrevivência dessas nacionalidades diante do expansionismo europeu e norte-americano evidente nesse período. Na concepção de Francisco Bulnes, esse “problema” seria ainda agravado pelos “males dos trópicos” que debilitariam com o clima e a alimentação de má qualidade o homem da região. Diferentemente de autores europeus do período que afirmavam o caráter degenerativo da mestiçagem, o que significava também, nessas interpretações, um destaque à inferioridade da América Latina “mesclada” diante de uma Europa “pura”, Bulnes e García Calderón afirmavam a “mistura de raças” como uma possibilidade de “melhora” da raça nativa. Na impossibilidade de se constituírem no subcontinente homens “impolutos” como os do Velho Continente e, em um contexto populacional, em que era impossível desconsiderar a participação de indígenas e negros na formação das nacionalidades, a diluição do sangue de raças consideradas “inferiores” se apresentava como mais viável para a conformação de uma “unidade nacional” que o isolamento entre as respectivas etnias marcadas por antagonismos irreconciliáveis. As possibilidades positivas da mestiçagem se configurariam, portanto, a porta pela qual ingressaria, em seus argumentos, a tese do “branqueamento” e, nesse sentido, o incentivo à imigração europeia para a América Latina. O ingresso de colonos brancos e europeus poderia funcionar, dessa forma, como veículo para “aprimorar” a “raça americana” a partir do desaparecimento paulatino das populações “autóctones” e predomínio do elemento branco.

Perspectiva diversa era defendida por Manoel Bomfim. O autor brasileiro, partindo de critério “não-racialistas” ou “reformistas”, entendia, diferentemente de

Francisco Bulnes e Francisco García Calderón, que a “inferioridade” característica das populações indígenas e negras não era racial, mas cultural. Representados como “inconstantes”, “atrasados” e “infantis”, esses dois grupos étnicos eram vistos como “páginas em branco”, “quadros vazios”, dotados de uma “cultura” quase nula se comparada à branca e europeia. Essa “inferioridade” não era, entretanto, explicada a partir de critérios racialistas, mas em termos históricos e sociais. O indígena e o negro, “parasitados” desde o período colonial, deviam a sua falta de instrução e educação, e não a uma determinação biológica, seu estado de prostração. A mestiçagem, por sua vez, não era vista como fator de degeneração, podendo até ser benéfica ao agregar as melhores características de cada uma das raças. A imigração, por outro lado, não deveria ser encarada como a “salvação” do subcontinente, pois o estado social da América Latina ainda não se apresentava como propício para a promoção da “colonização” de suas terras pelos trabalhadores egressos da Europa. Em todas essas afirmações estava presente a tese bomfiniana de que apenas a instrução, e não a imigração, poderia redimir as nacionalidades latino-americanas de seu “atraso” histórico.

Ao considerar a “inferioridade” racial de indígenas e negros, Francisco Bulnes e Francisco García Calderón recaíam, em grande medida, em um determinismo biológico que apenas poderia ser diluído por meio de um vigoroso processo imigratório que resultasse no “branqueamento” da população latino-americana. Ao afirmar a “inferioridade” cultural desses grupos, Manoel Bomfim evocava uma grande obra educacional que pudesse ser levada a cabo pelas elites políticas e intelectuais da região e que fosse capaz de retirar a maior parte de sua população do estado de prostração em que se encontrava. Pertencentes às elites nacionais de seus respectivos países, os três autores discutiram a partir de premissas diversas, respondendo de maneira variada, às questões envolvendo o “problema” racial e os temas da mestiçagem e da imigração. Apesar das divergentes abordagens, esses ensaístas representavam a voz de setores importantes das classes dominantes latino-americanas, atribuindo uma “inferioridade”, seja racial ou cultural, aos povos etnicamente diferentes que habitavam a região. Nessa discussão, ressaltava-se, em cada proposta de reforma social, seu próprio papel enquanto intelectuais, como porta-vozes da “redenção” da América Latina, seja por meio da defesa de um projeto imigratório e “branqueador”, seja por meio de uma obra de instrução das populações que não haviam sido ainda iluminados pelas “luzes do saber”.

CAPÍTULO 5

IDENTIDADES EM CONFLITO:

A América Latina na “Era dos Impérios”

En 1899, a raíz de Manila y de Santiago, los Estados Unidos declararon que poseían a Filipinas por derecho de conquista y, rota de hecho la tradición democrática que había sido una de las grandes fuerzas morales, y acaso la mayor honra de la República del Norte, se incorporó esta nación al grupo de las Potencias colonizadoras.

El criterio democrático americano ha sido sustituido con el criterio monárquico europeo; y el resto de la América queda a la merced de las fuerzas complejas y múltiples que pone en juego el nuevo orden de cosas.

César Zumeta, *El continente enfermo*, 1899.

No son la Europa y los Estados Unidos con sus ambiciones, los enemigos de los pueblos latinos de América; no hay más enemigos terribles de nuestro bienestar e independencia que nosotros mismos. Nada de alianzas guerreras, ni de concilios hispanoamericanos, ni de congresos continentales latinos. Nuestros adversarios ya los he hecho conocer, se llaman: nuestra tradición, nuestra historia, nuestra educación contraria al desarrollo del carácter.

Francisco Bulnes, *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, 1899.

Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos; e é este um dos graves inconvenientes da atitude malévola e agressiva da Europa [...], e é lícito, pois, acreditar que, um dia, a grande república do Norte possa mudar de proceder, e admita combinações diplomáticas tendentes à sonhada invasão da América Latina.

Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, 1905.

Si, en una Europa dominada por germanos y eslavos, los pueblos mediterráneos se ven obligados a replegarse hacía el mar azul poblado de islas griegas y de símbolos tan antiguos como el mundo, es probable que el mito antiguo se realice nuevamente y que la antorcha del ideal de la civilización latina pase de Paris a Buenos Aires, o Río de Janeiro, como pasó de Roma a Paris en la época moderna, y de Grecia a Roma, en la época clásica. América, hoy desierta y dividida, salvará la cultura de Francia e Italia, la herencia de la Revolución y del Renacimiento, y habrá justificado hasta el final la feliz osadía de Cristóbal Colón.

Francisco García Calderón, *Les démocraties latines de l'Amérique*, 1912;

5.1. Os nomes da América: as bases da disputa

As últimas décadas do século XIX e as iniciais do século XX se configuram como um período extremamente interessante para uma análise acerca das questões relacionadas às identidades nas Américas. Americanismo, latino-americanismo, hispano-americanismo, ibero-americanismo, pan-americanismo, etc., foram expressões que estiveram na retórica política e intelectual dos homens de letras do subcontinente durante esses anos. Tais conceitos carregavam em seu cerne uma variedade de significados e uma diversidade de implicações identitárias. Como vem sendo ressaltado ao longo desta dissertação, estas discussões se inseriam em um contexto geopolítico muito delicado para os países da região. Em meio à expansão imperialista dos países industrializados, especialmente os europeus, os Estados Unidos derrotaram a Espanha na Guerra Hispano-americana (1898), conquistaram Porto Rico e as Filipinas e transformaram Cuba em uma espécie de protetorado. Esses avanços expansionistas da república do Norte poderiam significar, conforme a discussão encontrada nos diversos autores que escreveram ensaios nessa época, que a independência e a autonomia dos países latino-americanos corriam sérios riscos. Nesse sentido, a despeito das posições particulares de cada intelectual que escreveu nessa época, o fortalecimento do “inimigo” em solo americano estabeleceu em bases bem claras a representação do “outro”, explicitando a “alteridade” e configurando “identidades”.³⁹⁶

³⁹⁶ Para uma discussão sobre as relações entre identidade e alteridade, ver PRADO, Maria Ligia Coelho. “Identidades latinoamericanas”. AYALA MORA, Enrique e POSADA CARBÓ, Eduardo (org.). *Historia*

Em *La creación de un continente*, escrito por Francisco García Calderón, em 1913, o ensaísta peruano apontava, em um de seus capítulos, para a questão do “americanismo”. A primeira ressalva feita pelo autor, ao tratar do tema, dizia respeito ao fato de, nos países da Europa, esse conceito ser diretamente associado aos Estados Unidos da América: “Tiene en Europa el americanismo un sentido estrecho: se refiere a los Estados Unidos, a sus imperfecciones y grandezas”.³⁹⁷ Essa relação direta entre os conceitos de “Estados Unidos” e “América” se expressava claramente em textos europeus de meados do século XIX. Como já destacado em outro capítulo deste trabalho, em *A democracia na América* (1835-1840), sempre que utilizava o termo “América”, Alexis de Tocqueville estava se referindo à federação do Norte, em contraposição à complementação necessária aos países ao sul da fronteira com o México, tratados como “América do Sul”.³⁹⁸ Para García Calderón, não seria possível falar de apenas um “americanismo”, mas de dois:

Existen dos formas de americanismo, sajón y latino, que es imposible reducir a unidad. Las repúblicas del Sud tienen tradiciones e historias que son también americanas. Lo son por el territorio en que se desarrolla la vida política de estas democracias. Con mayor razón que en el Norte donde aniquiló el Conquistador a las razas de la edad precolombina, llamamos americanas a las naciones ibéricas de cuyo inquieto desarrollo son autores indígenas y mestizos.³⁹⁹

Interessante notar no excerto reproduzido acima, em um primeiro momento, não somente a contraposição entre os “americanismos” saxão e latino, mas também entre as ideias de “Norte” e “Sul”. É possível perceber ainda a definição de um “americanismo latino” constituído por “nações ibéricas” desenvolvidas por “indígenas e mestiços”. Pode-se afirmar que o texto de Francisco García Calderón estava perpassado por um conjunto de definições identitárias variado. Tratava, em diversa medida, de um “americanismo” latino, do Sul, ibérico e mestiço. Ao mesmo tempo, como em qualquer definição dessa natureza, explicitava também a construção de uma alteridade em relação aos “americanos” saxões e do Norte, marcada não somente por diferenças culturais e

general de la América Latina. Vol. VII – Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930. 1. ed. Paris: UNESCO; Editorial Trotta, 2008.

³⁹⁷ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. “La creación de un continente”. In: *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979, p. 247.

³⁹⁸ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

³⁹⁹ GARCÍA CALDERÓN, “La creación de un continente”, *op. cit.*, pp. 247-248.

geográficas, mas também históricas. Este capítulo procura discutir a elaboração e as implicações desses discursos identitários a partir da análise dos ensaios de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón. Antes, entretanto, de passar à análise de como essas questões emergiam em cada um dos autores, parece necessário estabelecer algumas linhas básicas acerca das formulações conceituais relacionadas, principalmente, às ideias de “América” e “americano”.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a ideia de “América” foi concebida, nos primeiros anos do século XVI, em homenagem ao navegador florentino Américo Vespúcio, como forma de nomear o “novo mundo” ou a “quarta parte da Terra” que acabara de ser encontrada pelos europeus.⁴⁰⁰ Apesar dessa questão inicial, as transformações, debates e disputas em torno desse conceito que interessam a este trabalho são aquelas que se referem ao século XIX e, de maneira mais específica, as que se seguiram aos processos de emancipação política e construção dos Estados nacionais nas Américas.

Como ressaltou com muita perspicácia Francisco García Calderón, no umbral do século XX, a ideia de “América” e o gentílico “americano” eram, especificamente na Europa, frequentemente associados aos Estados Unidos. De acordo com Luís Claudio Villafañe Santos, diferentemente dos países de língua espanhola e portuguesa em que o emprego da denominação “estadunidense” poderia resolver o impasse a respeito da apropriação de termos continentais por um único Estado nacional, não existiria uma palavra na língua inglesa para se referir ao natural dos Estados Unidos que não *American*.⁴⁰¹ Na interpretação desse autor, não se deve atribuir, entretanto, essa frequente associação entre o que é “americano” e o que é relativo aos Estados Unidos apenas à diferença de poderio geopolítico, econômico e cultural da república do Norte em comparação com os demais países do continente.

Seguindo essas trilhas argumentativas, no período colonial, da mesma forma que entre os ibéricos que, mesmo na América, se consideravam “portugueses” ou “espanhóis”, podia-se afirmar que a identidade predominante, no ambiente das Treze Colônias, era essencialmente inglesa, a qual a identidade “americana”, apesar de já existente, estava subordinada. Mesmo após a independência estadunidense, em 1776,

⁴⁰⁰ Ver, sobre essa questão, O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

⁴⁰¹ SANTOS, Luís Claudio Villafañe. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 65.

haveria ainda, nos Estados Unidos, uma ambiguidade, em que o termo “americano” concorreria com os gentílicos relativos às “pátrias locais”, mais precisamente, aquelas que se constituiriam como os Estados da federação.⁴⁰² De acordo com Villafañe Santos, teria sido apenas com o fim da Guerra de Secessão (1861-1867) e da divisão do país entre unidades escravistas e antiescravistas que o termo “americano” teria se imposto como predominante para o estabelecimento de uma identidade nacional.⁴⁰³

Ao contrário do que ocorrera nos Estados Unidos, entre os países hispano-americanos, quando da disputa entre os conceitos generalizantes de “América” e “americanos” e os referentes às “pátrias locais”, prevaleceram, a despeito de algumas propostas isoladas de integração como, por exemplo, as de Simón Bolívar, estes últimos, utilizados como sintetizadores das identidades nacionais que se constituíram nas antigas colônias espanholas. No que se referia ao Império Brasileiro, a rejeição à ideia de “americanismo” configurava-se como a tônica da política de construção de um Estado nacional baseado em um regime monárquico que preferia adotar valores considerados “europeus”.⁴⁰⁴ Nesse sentido, de acordo com a interpretação de Villafañe Santos:

É fácil imaginar que, se o projeto de fazer da América espanhola uma única nação tivesse tido sucesso, ou se o americanismo brasileiro tivesse desabrochado antes, o título de americano teria tido competidores mais fortes. As identidades locais nos Estados Unidos desembocaram sem competição real na identidade comum, de “americano”, em um caminho inverso ao da construção das identidades nacionais latino-americanas.⁴⁰⁵

É preciso, entretanto, destacar ainda a esse respeito que, em finais do século XIX, no momento em que autores, como, por exemplo, Francisco García Calderón, apregoavam o “americanismo” dos países do Sul, a relação entre as ideias de “Estados Unidos” e de “América”, ao que parece, estava relativamente bem solidificada no

⁴⁰² Ver, também, GREENE, Jack P. “Identidades dos estados e identidade nacional à época da Revolução Americana”. In: PAMPLONA, Marco A. & DOYLE, Don H. (org.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

⁴⁰³ SANTOS, *op. cit.*, pp. 66-67. Essa posição, entretanto, vem sendo questionada por autores que têm abordado a questão mais recentemente, os quais encontram um nacionalismo estadunidense ainda muito frágil no período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial. Ver, nesse sentido, GRANT, Susan-Mary. “Americanos construindo uma nova nação, 1860-1916”. In: PAMPLONA, Marco A. & DOYLE, Don H. (org.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

⁴⁰⁴ SANTOS, *op. cit.*, pp. 67-68.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 68.

discurso político, intelectual e no senso comum nas Américas e na Europa. Se em um primeiro momento, a diversidade das políticas de construção dos Estados nacionais poderia esclarecer os motivos dessa apropriação, a pujança econômica e militar dos Estados Unidos no alvorecer do século XX certamente contribuiu para explicar a consolidação dessa associação entre “americanos” e “estadunidenses”. Restava para os “outros” americanos estabelecer as bases de sua “outra” América, como forma de se impor perante o rival poderoso e estabelecer uma imagem de si no concerto internacional das nações que os definisse e singularizasse.⁴⁰⁶ Dessa forma, os mais variados intelectuais do subcontinente arrogaram-se a tarefa de construir uma nova identidade, elaborando as mais diversas definições sobre esta “outra” América que, para alguns, era “latina”; para outros, “ibérica”; para outros ainda, “hispanica”. Nos anos que se seguiram à Guerra Hispano-americana (1898) essas identidades estavam em conflito: qual delas definiria melhor esta “outra” América?

Entre as diversas denominações propostas nesse período, aquela que, provavelmente, adquiriu maior repercussão e impacto, permanecendo ainda hoje como marca identitária da região, foi a de “América Latina”, conceito construído e estabelecido nos discursos políticos e intelectuais das Américas e da Europa ao longo do século XIX.⁴⁰⁷ A versão paradigmática sobre o seu surgimento e difusão foi, por muitos anos, a elaborada, em 1965, pelo historiador norte-americano John Leddy Phelan. Phelan afirmava que esse conceito havia sido inventado na França da década de 1860. Sua utilização teria como fim, ao mesmo tempo, a defesa do panlatinismo e da liderança dos franceses sobre as demais nações latinas da Europa e da América diante do avanço cada vez mais incisivo dos anglo-saxões, representando, em suma, a justificação ideológica dos projetos expansionistas de Napoleão III. O termo passou a ser utilizado de maneira mais frequente, segundo ele, a partir da publicação de um artigo de L. M. Tisserand intitulado “Situation de la latinité” na *Revue des Races Latines*, em 1861. A

⁴⁰⁶ Ver, entre outros, MONTEIRO, Pedro Meira. “As raízes do Brasil no espelho de Próspero”. *Novos Estudos Cebrap*, 83, março de 2009, pp. 159-182.

⁴⁰⁷ Sobre a construção do conceito de América Latina ao longo do século XIX, ver, entre outros, FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005; QUIJADA, Mônica. “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’ (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)”. *Revista de Índias*, vol. LVII, n. 214, Septiembre-Diciembre, 1998, pp. 595-616; BETHELL, Leslie. “O Brasil e a idéia de “América Latina” em perspectiva histórica”. *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 44, pp. 289-321, jul.-dez. 2009; e FARRET, Rafael Leporace e PINTO, Simone Rodrigues. “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”. *Topoi*, vol. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, pp. 30-42.

apropriação desse conceito pelos próprios hispano-americanos teria se dado, de acordo com essa visão, apenas posteriormente e a reboque dos europeus.⁴⁰⁸

O grande êxito dessa interpretação foi capaz de eclipsar outras visões sobre o mesmo tema como, por exemplo, o artigo de Arturo Ardao “La idea de Latinoamérica”, publicado também em 1965, no semanário uruguaio *Marcha*. Retomado com certo impacto nos meios intelectuais alguns anos depois, Ardao afirmava a primazia hispano-americana na criação e solidificação do conceito. Contrariando a tese de Phelan, a ideia de “América Latina” não seria tributária dos europeus, mas fruto de uma reflexão nascida no próprio continente americano.⁴⁰⁹

Visões discordantes à parte, é possível afirmar que o conceito de “América Latina” apresentava-se desde sua constituição como uma via de mão dupla. De um lado, vinculou-se, muitas vezes, à legitimação de uma primazia cultural, política e econômica estrangeira, principalmente francesa, sobre esta parte da América; de outro, à formulação de uma identidade interna cujo objetivo era afirmar a soberania do subcontinente no contexto geopolítico internacional dos séculos XIX e XX.⁴¹⁰

É provável que o primeiro autor a conceber a ideia de uma América “latina”, e aqui parece não haver discussões entre os vários intérpretes, tenha sido o intelectual, político e economista francês Michel Chevalier, ainda em 1836. Chevalier afirmava que a história universal se configurava como o embate entre “civilizações” ou “raças”, transpondo, entretanto, de maneira inédita, para o Novo Mundo, as disputas que havia em território europeu entre “latinos católicos” e “anglo-saxões protestantes”. Defendia que a França, a mais poderosa entre as nações latinas, deveria liderar suas irmãs europeias e americanas na luta contra os países de origem anglo-saxônica. É possível afirmar que as ideias desse intelectual francês lançaram as bases para a justificação do

⁴⁰⁸ Essa versão se encontra em artigo publicado pela primeira vez em língua inglesa com o título “Pan-latinism, French Intervention in Mexico (1861-1867) and the Genesis of the Idea of *Latin America*”. Para sua versão em espanhol, ver PHELAN, John L. “El origen de la idea de Latinoamérica”. In: *Ideas en torno de Latinoamérica*. México: UNAM, 1986, pp. 441-455.

⁴⁰⁹ ARDAO, Arturo. “La idea de Latinoamérica”. *Marcha*, Montivideo, n. 1282, 27 de noviembre de 1965. A tese exposta nesse artigo foi retomada anos depois com mais repercussão no livro *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos “Rômulo Gallegos”, 1980. Outro autor que reivindica a invenção latino-americana da ideia de “América Latina” é ROJAS MIX, Miguel. “Bilbao y el hallazgo de América latina: unión continental, socialista y libertaria”. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brasilién – Caravelle*, Toulouse, n. 46, 1986, pp. 35-47.

⁴¹⁰ Para essa visão, ver BRANDALISE, Carla. “A ideia e concepção de 'latinidade' nas Américas: disputa entre as nações”. In: ORO, Ari Pedro (org.). *A ideia de latinidade na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 21; e, também, AILLÓN SORÍA, Esther. “La política cultural de Francia en la génesis y difusión del concepto *l’Amérique Latine*, 1860-1930”. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer e MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual (siglos XIX e XX)*. México: El Colegio de México, 2004, p. 72.

expansionismo promovido anos depois pelo imperador Napoleão III e contribuíram para a consolidação do conceito de “América Latina”.⁴¹¹

Por outro lado, a utilização do adjetivo “latino” para se referir a esta parte da América, pode ser encontrada, segundo Arturo Ardao e Miguel Rojas Mix, já na primeira metade da década de 1850, em autores como o dominicano Francisco Muñoz del Monte e os chilenos Santiago Arcos e Francisco Bilbao.⁴¹² Deve-se destacar que, nesse período, os Estados Unidos tinham se apossado recentemente de metade do território mexicano após vencerem a guerra contra seu vizinho do sul em 1848. Além disso, eram notórias as intenções de norte-americanos e ingleses de construir um canal na América Central que ligasse os oceanos Atlântico e Pacífico. Dessa forma, a filiação latina teria sido utilizada pelos hispano-americanos como forma de se contrapor ao expansionismo das nações anglo-saxônicas.

Investida desses sentidos, a ideia de “América Latina” teria sido utilizada pela primeira vez, em 1856, pelo colombiano José María Torres Caicedo, intelectual que viveu por anos em Paris e que defendia a existência de uma América “latina” próxima culturalmente dos franceses e oposta ao ideal representado pela América “saxônica”. O nascimento oficial do conceito, segundo Arturo Ardao, teria sido a publicação de seu poema “Las dos Américas”, que continha os seguintes versos:

Más aislados se encuentran, desunidos,
 Esos pueblos nacidos para aliarse:
 La unión es su deber, su ley amarse:
 Igual origen tienen y misión;
 La raza de la América Latina
 Al frente tiene la sajona raza,
 Enemiga mortal que ya amenaza
 Su libertad destruir y su pendón.⁴¹³

Segundo Mônica Quijada, a emergência e a consolidação da ideia de “América Latina” no subcontinente se deveram principalmente a dois fatores. Primeiramente, a uma “racialização das categorias”, tendência comum à época no ocidente, em que se

⁴¹¹ Ver ARDAO, *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*, op. cit., pp. 155-167; e, principalmente, AILLÓN SORÍA, *op. cit.*, pp. 77-80.

⁴¹² ARDAO, *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*, op. cit.; e ROJAS MIZ, *op. cit.*

⁴¹³ Ver ARDAO, *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*, op. cit.; BRANDALISE, *op. cit.*; AILLÓN SORÍA, *op. cit.*, p. 60.

concebia a história do mundo a partir do embate entre “civilizações” ou “raças”, das quais as principais seriam as rivais “latina” e “anglo-saxônica”. Em segundo lugar, à retomada, em meados do século XIX, de um discurso de unidade hispano-americana formulado anteriormente durante os processos de independência em relação à Espanha.⁴¹⁴ Essas propostas, especialmente as elaboradas por Simón Bolívar, ganharam novas roupagens na segunda metade do século XIX e no início do século XX, quando diversos intelectuais passaram a defender que apenas a união das nações hispano-americanas poderia fazer frente ao perigo representado não apenas pelo expansionismo dos Estados Unidos, mas também, em certa medida, no contexto geral da “Era dos Impérios”, pelas principais potências europeias.⁴¹⁵

Nesse sentido, seria possível afirmar também que o êxito posterior do nome “América Latina” se deveu, em grande medida, a sua maior abrangência cultural e geográfica em relação a outros termos como, por exemplo, América Hispânica, Ibero-América ou América do Sul. A designação “latina” poderia ainda incluir em seu bojo, quando interessasse, não apenas os países de colonização espanhola, mas também os de origem francesa ou portuguesa. Ainda assim, seria possível afirmar que, nas primeiras décadas de utilização do termo, “América Latina” e “América Espanhola” surgiam, entre as vozes hispano-americanas, quase sempre como sinônimas, de modo que o Brasil, por exemplo, por razões políticas ou culturais, fosse quase sempre excluído dessa pretensa unidade subcontinental.⁴¹⁶ Ao mesmo tempo, Mônica Quijada destaca que a preferência por uma América “latina” e não “espanhola” em meados do século XIX, colocava a disputa que os países hispano-americanos travavam com os Estados Unidos numa esfera “universal” e não apenas “local”, já que o confronto que ocorria no continente era apenas um dos ramos do embate que havia no mundo ocidental entre as raças “latinas” e “anglo-saxônicas”.⁴¹⁷

Embora tenha se tornado um conceito praticamente predominante no decorrer do século XX, o nome “América Latina” disputava a primazia com outras designações

⁴¹⁴ QUIJADA, *op. cit.*, p. 606.

⁴¹⁵ Ver GRANADOS GARCÍA, Aimer. “Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana, 1826-1860”. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer e MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual (siglos XIX e XX)*. México: El Colegio de México, 2004. Sobre a Era dos Impérios, ver HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

⁴¹⁶ BETHELL, *op. cit.* A ideia de uma “América Latina” como sinônimo de “América Espanhola” também foi predominante também, de acordo com João Feres Junior, nos Estados Unidos entre fins do século XIX e inícios do XX. Ver, nesse sentido, FERES JUNIOR, *op. cit.*, especialmente o capítulo 2.

⁴¹⁷ QUIJADA, *op. cit.*, p. 610-611. Ver também, da mesma autora, “Latinos y anglosajones: el 98 en el fin de siglo sudamericano”. *Hispania*, Madrid, vol. LVII, 1997, n. 196.

desde meados do século XIX, especialmente com as ideias de “América Hispânica” e “América Ibérica”. É possível afirmar, em primeiro lugar, que o debate em torno da construção de identidades “ibéricas” ou “hispânicas” na América tem provocado intensos debates na região pelo menos desde as independências políticas vivenciadas pelo continente no primeiro quarto do século XIX. Desde as emancipações, o referencial “ibérico” ou “hispânico” foi evocado, seja de maneira depreciativa, causa de “atraso” da região, seja como uma tradição cultural a ser recuperada pelas elites americanas.⁴¹⁸ Vale a pena destacar, nesse sentido, que conforme transcorria o século XIX e arrefeciam as lembranças do rompimento entre as metrópoles e suas possessões, tornava-se possível a constituição de uma visão mais positiva dos antigos colonizadores e a afirmação da validade dos “laços culturais” que mantinham as duas partes do desfeito império conectadas. Formulou-se, dessa forma, especialmente nas últimas décadas do século XIX, um discurso que procurava defender uma identidade “hispânica” para a América de colonização ibérica e, especificamente espanhola, que buscava se contrapor tanto aos projetos de preeminência francesa (latino-americanistas) quanto norte-americana (pan-americanistas) sobre o continente.⁴¹⁹

Na Espanha, especificamente, essa questão esteve ligada, por exemplo, à defesa do “hispanismo”, ideário que procurava afirmar a identidade dos territórios espanhol e hispano-americano a partir da história, dos costumes, das tradições, da língua e da religião católica. Se em meados do século XIX, o discurso hispanista já existente buscava manter a posição da Espanha como centro difusor da cultura dos países de origem “hispânica”, mantendo-se influente na América, após a derrota para os Estados Unidos na Guerra Hispano-americana em 1898, “o hispanismo se consolidou como uma resposta ideológica que buscava reverter a longa decadência espanhola mediante o reatamento dos vínculos com suas ex-colônias de modo a dar forma futura a uma grande ‘pátria hispânica’ sob a liderança da Espanha”.⁴²⁰ É importante ressaltar aqui que a posição do Brasil, como frequentemente ocorre, permanecia ambígua. Se na

⁴¹⁸ A esse respeito, ver VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, especialmente o ensaio “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna e Tavares Bastos”, pp. 151-194; ver, também, BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. Sobre o ibero-americanismo no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX, ver SILVA, Ana Paula Barcellos Ribeiro da. *Diálogos sobre a escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁴¹⁹ MARCILHACHY, David. *Raza hispana: hispanoamericanismo e imaginario nacional en la España de la Restauración*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010, pp. 133-134.

⁴²⁰ BEIRED, José Luís Bendicho. “Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas”. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006.

composição de uma América “ibérica”, a presença do Brasil poderia ser evocada de maneira um tanto mais clara e natural, na defesa de uma América “hispanica”, o país de colonização portuguesa encontrava uma menor possibilidade de ingresso.

É importante ressaltar que as ideias de “América Latina”, “América Ibérica” ou “América Hispânica”, embora já circulassem, como exposto acima, em meados do século XIX, passaram a ser utilizadas e defendidas com maior intensidade no subcontinente, em suas últimas duas décadas, frequentemente como forma de se impor diante da ameaça representada pelos Estados Unidos durante esses anos, criando identidades e propondo a construção de uma unidade entre os demais países da região. Como já destacado acima, independentemente da designação, o Brasil, único país de língua portuguesa das Américas, ocupava sempre uma posição, no mínimo, contraditória, podendo estar ou não representado nessas identidades. Vale a pena ressaltar, por fim, que a construção de discursos exaltando uma comunhão latina, ibérica ou hispanica, tinha, em grande medida, como mote o enfrentamento com as proposições identitárias enunciadas pelos vizinhos do Norte, especialmente em relação ao Pan-americanismo defendido pelos Estados Unidos.⁴²¹

Apresentadas aqui algumas linhas básicas sobre a formulação de conceitos como “América Latina”, “América Ibérica” e “América Hispânica”, parece interessante discutir, em um primeiro momento, de que maneira tais denominações apareciam nos textos de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón, a fim de traçar algumas diretrizes sobre suas interpretações sobre a questão das identidades e da unidade dos países do subcontinente.

5.2. “Américas”, “americanos” e “americanismos”: mobilizando conceitos

Antes de ingressar em uma discussão propriamente qualitativa sobre as questões das identidades e da unidade no continente, esta pesquisa teve como objetivo realizar também um levantamento quantitativo em relação à enunciação dos conceitos de “América” e “americano”, bem como de suas variações, procurando traçar um

⁴²¹ O conceito “Pan-americano” teria sido utilizado pela primeira vez em setembro de 1889, no contexto da convocação da Primeira Conferência Pan-Americana (1889-1890), sendo entendido por alguns setores das elites políticas e intelectuais latino-americanas como uma ameaça à soberania dos demais países do continente. Sobre o pan-americanismo, ver ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y latinoamericanismo”. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus Ideas*. México: Siglo XXI, 1986. Sobre as Conferências Pan-americanas, ver DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*. São Paulo: Alameda, 2013.

panorama sobre sua utilização nos ensaios de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón. Foram elaborados, para tanto, dois quadros, contendo a recorrência desses termos nos ensaios *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, de Bulnes, *A América Latina: males de origem*, de Bomfim, e *Les démocraties latines de l'Amérique*, de García Calderón, buscando explicitar a variedade de formulações identitárias que, ao mesmo tempo, competiam entre si e também com aquelas elaboradas pelos norte-americanos, como se pode visualizar na tabela abaixo:

Quadro 1: Utilização do conceito “América” e suas variações em números absolutos*

	Francisco Bulnes	Manoel Bomfim	Francisco García Calderón
América (relativo ao continente)	82	54	185
América (relativo aos EUA)	-	-	2
América Central ou Centro-América	33	2	32
América do Norte**	6	5	6
América do Sul***	10	59	25
América Espanhola ou Hispânica	9	1	5
América Latina****	149	42	38
América Saxônica ou Inglesa	-	2	3
América Tropical*****	49	-	1
Nuestra América	16	-	-
Outros*****	1	-	1

* Levam-se em conta aqui suas aparições nos títulos dos livros, dos capítulos e no índice.

** Computa-se aqui também “América Setentrional”.

*** Computa-se aqui também “América Meridional”.

**** Computa-se aqui também “Nações latinas da América”, “Países latinos da América” e “Povos latinos da América”.

***** Computa-se aqui também “América Intertropical” e “América Extratropical”.

***** Outros: Francisco Bulnes: “América Equatorial”; Francisco García Calderón: “América Atlântica”.

Em primeiro lugar, a tabela apresenta uma relevante utilização do conceito de “América”, em referência ao continente americano como um todo, nos textos dos três autores. No entanto, em duas oportunidades, o termo surgia, no texto de Francisco García Calderón, associado aos Estados Unidos, embora em ambas estivesse em citações reproduzidas pelo ensaio, uma delas de Walt Whitman e outra, possivelmente, de Tocqueville. Se a ideia de “América” se referindo aos norte-americanos não

encontrou terreno fértil nesses ensaios, o mesmo, como se verá a seguir, não pode se dizer do conceito de “americano”. As referências à “América” dos estadunidenses, embora aparecessem nos textos também, de maneira mais discreta, como “América Saxônica” ou “Inglesa”, estavam sintetizadas no termo predominante “América do Norte”.

Uma observação a ser realizada antes das discussões acerca dos conceitos “desta” América, a partir dos dados do quadro acima, se refere à farta repetição dos termos “América Central” ou “Centro-América”, especialmente nos textos de Francisco Bulnes e Francisco García Calderón, mais utilizados, por exemplo, que “América do Sul” ou “América Hispânica” em ambos os autores. Tais conceitos se apresentavam em seus ensaios mais como unidades geográficas que necessariamente como formulação identitárias. Isso porque a ideia de “América Central” ou “Centro-América”, nesses ensaios, se constituía por meio de uma generalização espacial, esquivando-se, frequentemente, como é possível depreender desta análise, de abordagens acerca de nações específicas dessa região, ou seja, em vez de os dois ensaístas tratarem especificamente de países como a Nicarágua ou a Guatemala, como faziam a respeito do Brasil, da Argentina ou do México, por exemplo, preferiam discutir essa determinada parte da América como um todo homogêneo equivalente a uma unidade geográfica.

Feitas essas duas considerações iniciais, é possível partir para uma análise específica da utilização dos conceitos nas obras de Francisco Bulnes, Manoel Bomfim e Francisco García Calderón. Em primeiro lugar, as designações “América Latina”, “América Hispânica” ou “Espanhola” e “América do Sul” aparecem, muitas vezes, como sinônimas, entendidas como um conjunto geográfico ou cultural contraposto aos Estados Unidos ou à “América do Norte”.

Em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, transparecia uma clara preferência de Francisco Bulnes pela utilização do conceito de “América Latina”. Termos como “América Hispânica” ou “Espanhola” e “América do Sul” – este último recebendo no texto uma categorização frequentemente mais geográfica – ficaram relegados a um segundo plano e, embora tivessem sido utilizados como sinônimos de “América Latina”, surgiam em uma proporção muito pequena. Chama a atenção, no entanto, uma recorrência maior na aplicação de dois conceitos que os superavam em número aparições: “*Nuestra América*” e, principalmente, “América Tropical”. Em primeiro lugar, a ideia de “*Nuestra América*” foi concebida pelo líder político e intelectual cubano José Martí como forma de apresentar uma denominação para o

subcontinente capaz de se contrapor a uma pretensa preeminência norte-americana sobre as Américas. Podendo ser já encontrada em um texto do autor, em 1883, no periódico *La América*, essa designação tornou-se célebre especialmente a partir de um artigo publicado, em 1891, no jornal mexicano *El Partido Liberal*, intitulado, não por acaso, “Nuestra América”.⁴²² Entretanto, é preciso afirmar que a utilização desse conceito por Francisco Bulnes se dava, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, em uma chave invertida em relação à realizada por Martí.⁴²³ Diferentemente do autor cubano que cultivava certo otimismo com relação à América Latina, o mexicano, marcado por seu ácido pessimismo, qualificava a “nossa” América como sendo sempre inferior à “outra”. No mesmo sentido, trilhavam as ideias de “América Latina” e “América Tropical”, as duas mais recorrentes no ensaio. Conforme vem sendo discutido ao longo deste trabalho, Bulnes atribuía tanto às “nefastas heranças latinas” quanto à localização destes países nos “enganadores trópicos”, os piores “males” que afligiam o subcontinente. Em suma, a preferência pelos dois conceitos acima não estava ligada como se poderia imaginar a uma defesa de uma “América Latina” ou de uma “América Tropical”, mas na denúncia destes fatores como causa de degeneração e inferioridade desta “Nossa América” em relação aos Estados Unidos e aos países mais “avançados” da Europa.

A despeito do título de seu ensaio, em *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim, parece haver um conflito entre dois conceitos predominantes, “América Latina” e “América do Sul”, com uma certa preponderância deste último. De maneira geral, os significados dos dois termos podem se confundir frequentemente no texto do autor brasileiro, sendo importante esclarecer que a ideia de “América do Sul”, conforme se depreende da análise da fonte, deve ser associada menos a uma concepção estritamente geográfica – ou seja, a uma clássica divisão entre América do Norte, América Central e América do Sul – mas, principalmente, como contraponto à “América do Norte”, referida em um significado que parecia substituir por antonomásia os próprios Estados Unidos. Uma análise similar, embora invertida, talvez possa valer para o ensaio de Francisco García Calderón, que apresentava, assim como o autor brasileiro, certa alternância entre essas duas nomenclaturas – “América Latina” e

⁴²² MARTÍ, José. “Los códigos nuevos [1883]” e “Nuestra América [1891]”. In: MARTÍ, José. *Nuestra América*. 3 ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2005, pp. 8-14; 31-19.

⁴²³ Essa questão foi levantada ligeiramente e em outros termos em RAMOS, Júlio. “Nuestra América”: arte do bom governo”. In: *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp. 268-270.

“América do Sul” – desta vez com superioridade quantitativa da primeira. É interessante perceber, nesses textos, uma maior utilização da designação “América do Sul” por autores que, em termos geográficos mais precisos, nasceram na parte meridional do continente, um brasileiro e um peruano, em contraposição a uma larga preferência pela ideia de “América Latina” que pode ser extraída dos textos do autor mexicano.

No que se refere à utilização do conceito de “americano” e suas variações, a situação talvez se apresente como ainda mais complexa que em relação ao de “América”, conforme se pode depreender do seguinte quadro:

Quadro 2: Utilização do conceito “americano” e suas variações em números absolutos*

	Francisco Bulnes	Manoel Bomfim	Francisco García Calderón
Americano (relativo ao continente)	36	50	170
Americano (relativo aos EUA)	31	11	23
Anglo-americano	2	-	2
Centro-americano	-	1	5
Hispano-americano	40	2	2
Ibero-americano	-	2	16
Latino-americano	53	10	17
Norte-americano**	79	6	51
Pan-americano	-	-	2
Sul-americano***	9	89	32
Neoamericano	-	-	1

* Levam-se em conta aqui suas aparições nos títulos dos livros, dos capítulos e no índice.

** Computa-se aqui também “Americano do Norte”.

*** Computa-se aqui também “Americano do Sul”.

A primeira questão a ser discutida diz respeito às maneiras por meio das quais os três autores se referiam às coisas relativas aos Estados Unidos. Parece interessante destacar, inicialmente, alguns dos sentidos principais que o termo “americano” carregava nesses textos, evidenciando-se essencialmente três: o conceito “americano” poderia ser associado, como ocorria na maior parte das vezes, a todo o continente; a assuntos ligados à federação norte-americana, como era recorrente; ou, indistintamente à própria “América Latina”, principalmente no ensaio de Francisco García Calderón. Especialmente em Francisco Bulnes, o número de vezes que o gentílico “americano” surge em referência ao continente como um todo é apenas ligeiramente superior a suas

aparições associadas à república estadunidense. A despeito disso, tanto no ensaio do autor mexicano, quanto no de García Calderón existia ainda uma predominância do termo “norte-americano” em relação a “americano”, o que não ocorria no texto de Manoel Bomfim, onde esse adjetivo surgia com maior frequência nas referências à república ianque. Ainda a esse respeito, tanto Bulnes como García Calderón se utilizavam, duas vezes cada um, do conceito “anglo-americano” e apenas o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique* fazia menção ao “pan-americanismo”, como identidade continental, embora sem maiores desenvolvimentos nesse ensaio.⁴²⁴

Em relação aos termos referentes a “esta” América, quatro merecem ser citados: “latino-americano”, “íbero-americano”, “hispano-americano” e “sul-americano”. Embora este capítulo tenha discutido algumas páginas acima as implicações desses conceitos, carregados de significados identitários diversos, é possível afirmar a existência de uma mobilidade a respeito de sua utilização, por vezes, aparentemente aleatória, bem como certa indefinição sobre seus sentidos, os quais parecem se confundir no decorrer dos textos. Dessa forma, as quatro nomenclaturas acima, embora constituídas historicamente a partir de premissas diversas, pareciam ser utilizadas alternadamente, nos três ensaios, como sinônimas.

A larga preferência que Francisco Bulnes tinha, por exemplo, em relação à utilização de “América Latina”, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, não se reproduzia com tanta força quando se tratava do termo “latino-americano”, o qual, embora permanecesse sendo o adjetivo mais utilizado pelo autor mexicano, encontrava como grande concorrente o conceito “hispano-americano”, este último constando inclusive no título de seu ensaio. Manoel Bomfim, por outro lado, embora houvesse batizado seu livro de *A América Latina: males de origem*, preferia adotar nele como ideias mais recorrentes “América do Sul” e “sul-americano”, este último apropriado de maneira muito mais expressiva que “latino-americano”. Dos três autores, aquele que apresentou uma variedade maior de designações referentes a “esta” América foi Francisco García Calderón. Assim como fez o autor brasileiro, o termo

⁴²⁴ Embora não discutisse com mais atenção o tema do “pan-americanismo” em *Les démocraties latines de l'Amérique*, Francisco García Calderón procurou analisar essa questão em outros dois textos importantes: No ensaio *La creación de un continente* (1913) e no artigo “El pan-americanismo: su pasado y su porvenir” (1916), este último publicado na época no Brasil. Ver GARCÍA CALDERÓN, “La creación de un continente”, op. cit., pp. 232-243; e GARCÍA CALDERÓN, Francisco. “El pan-americanismo: su pasado y su porvenir”. In: *REVISTA AMERICANA: Uma iniciativa pioneira da cooperação intelectual (1909-1919)*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001, pp. 235-290. Este último artigo foi publicado também, no mesmo ano, na *Revue Hispanique*, de Nova York, e *Cuba Contemporanea*, de Havana.

predominante, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, foi “sul-americano”, embora com menor recorrência e distância em relação a seus concorrentes se comparado ao ensaio de Bomfim. Note-se ainda que o ensaísta peruano também se utilizou, em um número de vezes quase equivalente, dos vernáculos “latino-americano” e “ibero-americano”. Interessante notar, nesse sentido, entre os textos aqui analisados, que nas obras que traziam a ideia “latina” em seus títulos, ou seja, as de Manoel Bomfim e Francisco García Calderón, houve a preferência, no seu desenvolvimento, por adotar o conceito “sul-americano” um maior número de vezes, ao passo que o ensaio que nomeava as nações do subcontinente como “hispano-americanas” tomava como termo principal ao longo de suas páginas aquele que continha a designação “latina”.

Interessante perceber como tais conceitos pareciam disputar preeminência nos ensaios dos três autores, denotando ainda uma certa indefinição semântica em sua aplicação nos textos. A ideia de “América Latina” dava indícios de ser a mais constante, mesmo quando não era predominante, embora concorresse, principalmente nos ensaios de Manoel Bomfim e Francisco García Calderón, com “América do Sul”. A situação parecia se complicar ainda mais nos termos resultantes das variações em torno do conceito de “americano”. Seria possível dizer, da mesma forma, que as expressões relacionadas a “latino-americano” também poderiam ser apontadas como as mais constantes nos três textos, encontrando rivais variadas em cada um dos autores. Note-se, por exemplo, a utilização expressiva de “hispano-americano”, em Francisco Bulnes, “sul-americano”, em Manoel Bomfim, e, além deste último, também de “ibero-americano”, em García Calderón. Resta ainda, discutidas tais definições identitárias, um questionamento: qual o lugar do Brasil nessas formulações sobre as Américas?

5.3. O Brasil na América Latina: ser ou não ser?

Parece importante discutir algumas questões sobre a presença ou não do Brasil nessas definições identitárias, especificamente nos três autores analisados por esta pesquisa. O tema das relações complexas entre o Brasil e a América Latina, designação utilizada aqui por ser o conceito mais recorrente no debate, suscitou e ainda suscita intensas divergências. Como ressaltou Maria Helena Capelato, um dos grandes dilemas

do Brasil nos dois últimos séculos seria esse: “ser ou não ser latino-americano?”.⁴²⁵ Sobre essas interações e intersecções, alguns comentários merecem ser feitos.

Em obra publicada há poucos anos em língua portuguesa, o antropólogo argentino Néstor García Canclini explicitava os impasses e inflexões dos intercâmbios entre brasileiros e os demais latino-americanos na primeira década do século XXI, nos quais o autor percebia uma relativa, mas importante melhora no alvorecer do novo milênio. Em suas palavras:

A pergunta que encabeça este livro – quem quer ser latino-americano? – adquire significado especial quando aplicada ao Brasil. No resto do continente paira a impressão de que este país pouco se interessa pelo conjunto da região, como se pensasse seu desenvolvimento independente da América Latina. Essa percepção, porém, está mudando. A grande admiração latino-americana pelo Brasil, com escasso conhecimento do país, vem sendo substituída por um difuso interesse recíproco e por integrações frágeis.⁴²⁶

Na formulação muito instigante e reconhecedora das ambiguidades que perpassam as relações entre o Brasil e a América Latina, Maria Ligia Prado, inspirada no historiador mexicano Edmundo O’Gorman, trata das relações entre esses dois polos nos seguintes termos:

Brasil e América Latina: dois polos que se atraem e repelem. Edmundo O’Gorman, em seu clássico livro *A invenção da América*, afirma que, sem contradição lógica, a América é, e ao mesmo tempo, não é a Europa, “condição dramática de sua existência e chave de seu destino”. Penso que podemos afirmar também que o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina. O Brasil afirmou-se e afirma-se como América Latina em diversas e variadas manifestações políticas, mas também nega sua identidade, ignorando, desqualificando e formando estereótipos negativos relacionados ao mundo hispano-americano. No Brasil, os estudiosos da história da América Latina vivem

⁴²⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. “O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2000, pp. 287-316.

⁴²⁶ GARCÍA CANCLINI, Néstor. “Prefácio à edição brasileira”. In: *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras, 2008, p. 15.

intensamente essa dicotomia e precisam, de início, assumir os problemas dela decorrentes.⁴²⁷

Adotando uma posição diversa das de Prado e García Canclini, o latino-americanista Leslie Bethell aponta, em ensaio recente, para uma discussão em termos muito mais assertivos e menos ponderados e cuidadosos sobre essa relação entre Brasil e América Latina. Para o autor, ao longo do século XIX, não existia qualquer identificação entre brasileiros e latino-americanos, a qual só teria sido constituída, nas décadas iniciais do século XX, não por desígnios próprios dos homens da região, mas, principalmente, por meio de iniciativas externas:

Quando foi que o Brasil finalmente começou a fazer parte da “América Latina”? Quando a “América Latina” se tornou “Latin America”, isto é, quando os Estados Unidos, e por extensão a Europa e o restante do mundo, passaram a considerar o Brasil parte integrante de uma região chamada *Latin America*, começando nos anos 1920 e 1930, mas principalmente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. E quando, ao mesmo tempo, os governos e intelectuais hispano-americanos passaram a incluir o Brasil no seu conceito de “América Latina”, e alguns (poucos) brasileiros começaram a se identificar com a América Latina.⁴²⁸

Para o historiador inglês, a incorporação do Brasil à “América Latina” teria se conformado, primeiramente, a partir dos interesses estratégicos da geopolítica norte-americana sobre os demais países do continente durante o século XX, ou seja, a função dessa designação era apontada como sendo, essencialmente, fruto de uma necessidade de categorização externa e estrangeira. Talvez apenas em um segundo momento, essa pretensa integração teria podido se dar por meio da iniciativa de brasileiros e latino-americanos, referidos, pelo autor, de maneira propositadamente segmentada. O argumento de Bethell culminava em uma rejeição completa da identidade entre as Américas de colonização espanhola e portuguesa como se pode perceber nas últimas palavras de seu artigo: “É chegada a hora de o mundo parar de considerar o Brasil como parte daquilo que, na segunda metade do século XX, foi chamado de América Latina, um conceito que perdeu seguramente a utilidade que talvez tenha tido alguma vez”.⁴²⁹

⁴²⁷ PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004, p. 19-20

⁴²⁸ BETHELL, *op. cit.*, p. 305-306.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 314.

No que diz respeito, mais especificamente, aos temas desta pesquisa, Bethell afirmava, em primeiro lugar, que a visão positiva que Manoel Bomfim teria cultivado, em *A América Latina: males de origem*, em relação à América Latina ou Espanhola teria degenerado vinte anos depois, em seu livro *O Brasil na América*, em pessimismo e decepção, afirmados a partir das “irreconciliáveis diferenças históricas” entre essas duas partes do continente.⁴³⁰ Em relação ao interesse dos ensaístas hispano-americanos sobre o Brasil, o latino-americanista apontava a “rara exceção” do argentino Martín García Merou, autor de *El Brasil intelectual: impresiones y notas literárias* (1900). Sobre esse ponto, Bethell afirmava que:

A grande maioria [dos intelectuais hispano-americanos] continuava a excluir o Brasil do que idealizava como “Nuestra América” ou “América Latina”. Os estudos clássicos da deficiência da América Espanhola, influenciados pelo darwinismo social e realizados pelos pessimistas em relação ao seu futuro – por exemplo, César Zumeta (Venezuela, 1860-1955), *El continente enfermo* (1899); Francisco Bulnes (México, 1847-1924), *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899); Carlos Octávio Bunge (Argentina, 1875-1918), *Nuestra América* (1903); Alcides Arguedas (Bolívia, 1879-1946), *Pueblo enfermo* (1909); não tinham, é claro, nada a dizer sobre o Brasil. Francisco García Calderón (Peru, 1883-1953), *Les démocraties latines de l’Amérique* (1912), inclui um capítulo sobre o Brasil, mas um capítulo de apenas dez páginas.⁴³¹

A afirmativa acima defendida por Leslie Bethell parece resultar de uma análise ligeira sobre os títulos e índices dessas obras e não de uma pesquisa mais detida sobre elas. Ao retirar a ambiguidade da relação entre o Brasil e a América Latina, contida, por exemplo, nas discussões de García Canclini e Prado, o autor inglês acabava recaindo, em seu artigo, em uma retórica fácil de negação dessa identidade e atribuindo o “ingresso” do Brasil na América Latina, principalmente, a critérios exteriores a eles, notadamente as iniciativas da política externa norte-americana no século XX e sua preocupação de categorização geopolítica. Em primeiro lugar, mesmo que depois tenha mudado de opinião, Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem*, apresentava como premissa básica uma pretensa identidade entre os países pertencentes à região. Nesse sentido, a seguinte argumentação travada neste capítulo tem por objetivo analisar como o Brasil aparecia, especificamente, nos textos de Francisco Bulnes e

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 303.

⁴³¹ *Ibidem*, p. 300.

Francisco García Calderón, buscando responder, por meio de uma leitura mais detida de suas obras, se Leslie Bethell tem ou não razão em suas afirmações sobre a presença (ou ausência) brasileira nos ensaios hispano-americanos produzidos entre fins do século XIX e inícios do XX.

No que se refere a *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, é possível afirmar que as menções ao “Brasil” e aos “brasileiros” podem ser encontradas mais de uma centena de vezes em suas páginas e, de maneira geral, se relacionando a sua interpretação sobre a “América Latina”. Podem ser oferecidos, nesse sentido, alguns exemplos como: “En la América Latina, Brasil, nación tropical, ha desarrollado igual población en el mismo tiempo (1868 a 1895) que Chile y Argentina, países extratropicales”; “¿Qué se puede de las demás naciones latinoamericanas cuyas zonas extratropicales son muy inferiores a las de Chile, con excepción de Uruguay, Argentina, México y la corta extensión del Brasil extratropical?”; “Todas las constituciones políticas de las naciones latinoamericanas con la excepción del Brasil [...]”⁴³², entre outros exemplos passíveis de serem citados aqui. Existia ainda, no ensaio, uma única referência que elencava o Brasil como uma nação “hispano-americana”, como se pode notar na citação a seguir: “En todas las naciones hispano americanas [sic] se produce trigo, es cierto. ¿Pero a qué precio y en qué cantidad, con excepción de Chile, Argentina, Uruguay y Brasil extratropical?”.⁴³³

Francisco Bulnes dedicava ainda um espaço considerável ao Brasil, no capítulo em que discutia os principais produtos de exportação da América Latina, que além de destacar a criação de gado, a extração da borracha e, em menor quantidade, de carvão e de ouro que ocorria ou poderia ocorrer no país, enfatizava principalmente a produção brasileira de café.⁴³⁴ A análise da economia, da política, da natureza e dos costumes levou, não obstante, o autor mexicano a considerar, incluindo o Brasil em suas previsões, que “en la América latina, solo tienen probabilidades de salvación Chile, Argentina, Brasil, México y Uruguay”.⁴³⁵ Por fim, na conclusão do ensaio, ao prever o futuro dos países latino-americanos para o século que se avizinhava, apresentava um item, curto é verdade, intitulado “El porvenir del Brasil”, em que afirmava que, na melhor das hipóteses, a despeito de ter a maior parte de seu território situado nos

⁴³² BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*. México: Imprenta de Mariano Nava, 1899, respectivamente, pp. 33; 165; 222.

⁴³³ *Ibidem*, p. 188.

⁴³⁴ *Ibidem*, pp. 55-60.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 77.

trópicos, o país de língua portuguesa poderia se tornar um país de “segunda” ou de até “primeira ordem” no cenário mundial, e inclusive aventava a possibilidade de uma anexação do Uruguai e do Paraguai aos seus domínios no final do século XX.⁴³⁶ Curiosamente, parecem muitas menções, para quem “não tinha, é claro, nada a dizer sobre o Brasil”.

Assim como no ensaio de Francisco Bulnes, é preciso ressaltar que, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, Francisco García Calderón também inseria o Brasil em suas análises mais gerais sobre a América Latina. Dois exemplos a esse respeito parecem modelares sobre a maneira, um tanto ambígua, como o autor peruano tratava do Brasil em seu texto: primeiramente, na enumeração dos precursores da independência latino-americana e, em um segundo momento, dos “libertadores” do continente:

España condenó implacablemente a los precursores de la Independencia. Desterró o condenó a muerte a los rebeldes. Zela en el Perú, el doctor Espejo en el Ecuador, Gual y España en Venezuela, dos curas indómitos Hidalgo y Morelos en México, el padre Camilo Enríquez y el doctor Martínez de Rosas en el Chile, Tiradentes en el Brasil, Nariño en Colombia lucharon entre 1780 e 1810 contra los gobernadores y los virreyes y anunciaron en su entusiasmo liberal la audacia de las futuras guerras.⁴³⁷

Interessante notar que na enumeração dos “precursores” das independências da América Latina, perseguidos e condenados pela “Espanha”, estava a figura “brasileira” de Tiradentes, condenado em 1789, pela rainha de Portugal D. Maria I. Para além do evidente erro histórico existente na citação, parece relevante destacar que esse excerto carrega um elemento do que talvez seja uma constante no ensaio de García Calderón: a busca pela inserção do Brasil em sua análise, mesmo sem ter sobre o país de língua portuguesa a mesma familiaridade que demonstrava ter sobre os temas espanhóis e hispano-americanos. A mesma ambiguidade se encontrava, por exemplo, na lista de líderes dos processos de emancipação latino-americana:

El ciclo de los precursores cerrado, se abre el de los libertadores. La reacción española no venció el principio revolucionario. Los primeros caudillos murieron pero surgieron

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 265.

⁴³⁷ GARCÍA CALDERÓN, Francisco. “Las democracias latinas de América”. In: *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979, p. 29.

nuevos líderes, enérgicos y apasionados: Belgrano y San Martín en Argentina; el doctor Francia, en Paraguay; Artigas en Uruguay; Iturbide en México; el general Morazán en Centro América; el rey Pedro I en Brasil; Bolívar, el libertador de cinco repúblicas.⁴³⁸

Mais uma vez, após tratar da “reação espanhola” em relação aos movimentos emancipacionistas e, procurando enumerar os principais líderes dos processos de libertação política, é possível notar que “o rei Pedro I” estava entre os nomes elencados, evidenciando novamente a ambiguidade da posição do Brasil nesses textos de interpretação.

É importante sublinhar aqui também que García Calderón não se esqueceu do país ao tratar da literatura na América Latina: ressaltava, em primeiro lugar, a importância dos românticos Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo e José de Alencar; no ensaio, destacava Oliveira Lima e José Veríssimo, “autores de compendiosos y celebrados estudios sobre civilizaciones y letras”; no conto, emergia Machado de Assis, associado estranhamente, conforme a ambiguidade ressaltada acima, ao “conto modernista”, que se “sobresale por el análisis vigoroso, el estilo sóbrio, la ironía y la melancólica visión de la vida”; por fim, apontava para o romance “con contenido social y análisis psicológico” *Canaã*, de Graça Aranha.⁴³⁹ No mesmo sentido, discutindo a “filosofia” na América Latina, García Calderón apontava para os brasileiros Tobias Barreto, Silvio Romero e Joaquim Nabuco, e afirmava, profetizando a querela sobre “as ideias fora do lugar”, que “en el Brasil, se discute sobre todas las filosofías exóticas pero por la confusión producida por tantas imitaciones incoherentes, carecen de una dirección nacional”. A respeito do positivismo no país, anunciava como nomes importantes Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Oscar de Araújo e Tavares Bastos.⁴⁴⁰ Em *Les démocraties latines de l'Amérique*, o ensaísta peruano dedicava ainda um capítulo de sua obra, “El peligro alemán”, praticamente inteiro à imigração germânica no sul do Brasil, bem como mencionava em “La amenaza japonesa”, o temerário advento nipônico em terras americanas, em geral, mas também brasileiras, em particular.

Isto posto, é preciso ressaltar que, da maneira como Leslie Bethell expõe a informação sobre a existência de um único capítulo de “apenas dez páginas” sobre o Brasil em *Les démocraties latines de l'Amérique*, pareceria, em primeiro lugar, a um

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 30.

⁴³⁹ *Ibidem*, pp. 137-138; 144-145.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, pp. 148-149.

leitor desavisado que, nesse ensaio, a presença do país lusófono se restringiria a essas “dez páginas”, o que não é verdade como se fez questão de demonstrar aqui. Em segundo lugar, a existência desse item específico sobre o Brasil, em vez de significar a ausência de importância brasileira naquela obra, representava, pelo contrário, um esforço do autor peruano de inseri-lo em uma discussão continental. Isso porque a parte dedicada especificamente ao país não se apresentava no ensaio como um contraponto a todo o resto do livro dedicado à América Hispânica, mas mais um entre os diversos capítulos dedicados às “democracias latinas da América”, temática e estruturalmente equivalente àqueles dedicados aos países hispano-americanos.

Nesse sentido, é possível perceber, por exemplo, no capítulo referente ao México, analogias históricas entre o país lusófono e a América colonizada pelos espanhóis como se pode depreender da associação entre o presidente mexicano Porfírio Díaz e o imperador brasileiro D. Pedro II que, a despeito de terem sido ambos derrubados por movimentos políticos, respectivamente a Revolução Mexicana (1910) e a Proclamação da República (1889), eram apontados como tendo “abandonado o poder” e por terem sido “educadores da democracia” em seus países, conforme expresso na citação seguinte: “Al abandonar el poder después de haber enraizado el orden y la paz, presidiendo como autoridad moral el libre desarrollo de las instituciones republicanas, Porfirio Díaz hubiera sido, como don Pedro en el Brasil, el supremo educador de la democracia”.⁴⁴¹

Especificamente no capítulo sobre o Brasil, García Calderón, da mesma maneira que naqueles dedicados aos países hispano-americanos, procurava traçar, em linhas gerais, a história da nação, sintetizada sempre na figura de um “grande homem”, responsável pelo estabelecimento das “democracias” na América Latina. Tal papel, no caso brasileiro, coube ao imperador D. Pedro II. Nas palavras do autor peruano:

[D. Pedro II] fue el primer republicano del Brasil y encabezó una nación en proceso de transformación. Frente al choque de razas, a la inquietud revolucionaria y la utopía radical, su gobierno mantuvo en pie las tradiciones, reaccionó contra las reformas violentas y favoreció la lenta formación de un mundo nuevo.⁴⁴²

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 85.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 98.

Ocupando posição similar a de Porfírio Díaz, no México, ou Juan Manuel Rosas, na Argentina, o imperador Pedro II era representado, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, como o responsável pela consolidação de uma “democracia” no Brasil, por meio de um processo evolutivo, no qual era necessário, para que se alcançasse o “progresso”, antes o estabelecimento da “ordem”, proporcionada pelo estabelecimento de um regime monárquico. Em seu balanço sobre a constituição histórica do país no século XIX e, especificamente, sobre a participação do monarca tropical nesse processo, García Calderón concluía:

Símbolo de un pasado señorial, este emperador [Pedro II] que abdica [sic], preparó la República que lo condenó al ostracismo. De ideas liberales, protector de las ciencias y sonriente filósofo, al favorecer la transformación intelectual de Brasil, permitió que su propia autocracia fuera blanco de las críticas de los liberales. Al abolir la esclavitud, debilitó el poder de la oligarquía todopoderosa y creó una democracia, destruyendo privilegios y permitiendo la mezcla de clases.⁴⁴³

Independentemente de quaisquer incorreções históricas ou polémicas interpretativas presentes no excerto acima, o que interessa destacar aqui é a maneira como a figura do imperador D. Pedro II era elaborada por Francisco García Calderón. Concebido, estruturalmente, com base na descrição dos “fundadores” das “democracias latinas da América”, ou seja, dos autocratas e ditadores que foram capazes de implantar um estado de “ordem”, bem como encaminhar seus respectivos países na direção do “progresso”, o ensaio do autor peruano atribuía ao monarca brasileiro um papel equivalente àquele que concedera, por exemplo, a Porfírio Díaz, no México, ou Juan Manuel Rosas, na Argentina: D. Pedro II era, de acordo com essa interpretação, o verdadeiro responsável pelo estabelecimento da República (1889) e, conseqüentemente, pela construção da “democracia” no país.

Vale a pena ainda ressaltar, por fim, o paralelo, muito à feição das elites imperiais brasileiras, realizado por García Calderón entre a “ordeira” monarquia brasileira e as “anárquicas” repúblicas sul-americanas no século XIX:

El Imperio representa, en la América divida, la autoridad tutelar. Entre la colonia feudal y la república, dos puntos extremos de la dialéctica política, se alza la monarquía

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 100.

brasileña como un poder moderador. Aportó el equilibrio necesario y con él, el progreso. Estableció primero la autonomía y luego la orden, una dinastía nacional, conservó las tradiciones y organizó las fuerzas sociales. A su lado creció una oligarquía conservadora ligada a la tierra. Se crearon castas e intereses estables. Los terratenientes defendían la estabilidad del imperio y una política admirable impuso la paz a un pueblo heterogéneo donde chocaban las razas y la provincia daba la espalda a la costa. De 1848 a 1862, la monarquía fue formando la nacionalidad.

En las repúblicas sudamericanas, la anarquía destruía la unidad y entorpecía la cristalización de las clases sociales. En Brasil, las revoluciones fueron muchas también, bajo la regencia por la ambición de poder de los caudillos militares, pero existía contra el desorden una autoridad permanente, inviolable. El emperador era el “caudillo de los caudillos” y la constitución justificaba parcialmente su despotismo. Sin violarla, impuso por intermedio de gabinetes conservadores una paz duradera y lentas reformas. Frente al inflexible Cesar, se agitaba la democracia inquieta y le arrancó ciertos privilegios, conquistando limitadas libertades hasta el nacimiento de la república, término previsto de la evolución política y social. El rigor del principio de autoridad ahorró a Brasil a incesante crisis revolucionaria suportada por las demás naciones americanas.⁴⁴⁴

Note-se que, no excerto acima, não somente o desenvolvimento histórico brasileiro era tomado como pertencente à constituição das “democracias latinas da América”, mas também como uma espécie de “paradigma evolutivo” ideal para as repúblicas do continente. Contraposto ao processo histórico das demais nações sul-americanas, o regime monárquico brasileiro teria representado uma época de transição propícia entre os períodos colonial e republicano. Ressalte-se a presença e a importância do Brasil na interpretação de Francisco García Calderón, a qual transcende as “apenas dez páginas” ressaltadas por Leslie Bethell.

O argumento desenvolvido aqui não pretende, de maneira alguma, cair em um otimismo ingênuo sobre as relações entre o Brasil e a América Latina nos dois últimos séculos, mas refutar um pessimismo categórico sobre o tema, como o apresentado pelo latino-americanista inglês. Para uma análise sobre essa questão valeria mais a pena retomar, nesse sentido, as posições de Néstor García Canclini e Maria Ligia Prado que conferem ambiguidade à questão. A inserção do Brasil nas análises de autores hispano-americanos que escreveram entre fins do século XIX e inícios do século XX como Francisco Bulnes e Francisco García Calderón não resolvem o problema da integração

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 100-101.

continental, mas apontam, assim como as discussões de Manoel Bomfim, em 1905, para tentativas, nem sempre bem sucedidas, de aproximação que merecem, não obstante, serem ressaltadas.

5.4. Da “Doutrina Monroe” a “1898”: os perigos do “império”

O ano de 1898 representou, como vem sendo discutido ao longo deste trabalho, um momento de inflexão na produção intelectual e, de maneira particular, no ensaísmo latino-americano, principalmente por significar, aos olhos dos homens de letras do subcontinente, uma guinada na posição dos Estados Unidos no concerto geopolítico internacional e o ingresso desse país no seletivo grupo das nações industrializadas e expansionistas do globo. Mais que uma simples preocupação acerca de uma provável hegemonia econômica norte-americana sobre os seus vizinhos do Sul, discutia-se na América Latina, durante esses anos, a própria autonomia política dos países da região, para muitos, seriamente ameaçada pelo avanço da república do Norte a partir da Guerra Hispano-americana.

Se analisada a política externa estadunidense desde sua independência no último quarto do século XVIII, nota-se que esta se caracterizou, especialmente nas décadas seguintes à emancipação em 1776, pela tentativa de “isolamento” do país e, de maneira mais ampla, do continente americano, em relação aos desdobramentos da política europeia. Preconizada já pelos primeiros presidentes dos Estados Unidos George Washington e Thomas Jefferson, essa chamada “Política Isolacionista”, ganhou forma na retórica do chefe do poder executivo norte-americano, em 1823, James Monroe (1817-1825), em discurso pronunciado no dia 02 de dezembro em sua mensagem anual ao Congresso. Possivelmente fruto do trabalho do então Secretário de Estado John Quincy Adams e direcionado às pretensões contrarrevolucionárias e recolonizadoras da Santa Aliança⁴⁴⁵ e às intenções econômicas da Grã-Bretanha sobre o continente americano, esse pronunciamento, conhecido, a partir desse momento, como “Doutrina Monroe”, afirmava, ao mesmo tempo, a não interferência dos Estados Unidos nos

⁴⁴⁵ A Santa Aliança constituía-se como um pacto supranacional entre as principais potências da Europa continental, Rússia, Áustria e Prússia, que se estabeleceu em um contexto marcado pelo fim das Guerras Napoleônicas e pelas discussões do Congresso de Viena (1814-1815). Considerados como arautos do “absolutismo”, esses países procuraram reestabelecer o *status* político do Velho Continente anterior à Revolução Francesa de 1789 e ao Império Napoleônico (1804-1815), sugerindo inclusive a retomada por parte dos países europeus de suas antigas possessões coloniais nas Américas que se tornaram independentes no período.

assuntos europeus, bem como a posição norte-americana de não admitir, sob nenhuma hipótese, tentativas de reconquista das potências do Velho Continente sobre qualquer parte do Novo Mundo, como forma de prevenir possíveis riscos a sua própria independência.⁴⁴⁶ Nas palavras do discurso do presidente Monroe:

Nossa política com relação à Europa, adotada num período inicial das guerras que por tanto tempo agitaram aquela parte do globo, continua a ser a mesma, qual seja, a de não interferir nos assuntos internos de nenhuma de suas potências; considerar o governo *de facto* como o governo legítimo para nós; cultivar com ele relações amistosas e preservar tais relações por meio de uma política franca, firme e viril, satisfazendo em todos os casos às pretensões justas de cada potência, mas não nos submetendo aos agravos de nenhuma. Em relação, contudo, a estes continentes, as circunstâncias são notável e conspicuamente diversas. É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer porção de nosso continente sem pôr em perigo nossa paz e nossa felicidade; ninguém tampouco acreditará que nossos irmãos do Sul, entregues a si mesmos, o adotem voluntariamente. É também impossível, portanto, que consideremos tal intervenção com indiferença.⁴⁴⁷

Partindo de um pressuposto que afirmava que os países ao sul da fronteira com o México, “entregues a si mesmos” e, portanto, incapazes de defender sua autonomia diante da ameaça “recolonizadora” representada pelos movimentos políticos da Santa Aliança, o documento acima caracterizava claramente os Estados Unidos como pretensos guardiões dos “interesses americanos”, entendidos aqui não somente como interesses do continente como um todo, mas, principalmente, dos próprios Estados Unidos. Embora estrategicamente afastada dos assuntos europeus, a república norte-americana fez da América, e, especificamente, das regiões do México, da América Central e do Caribe, ao longo de todo o século XIX, o espaço de atuação de sua política externa, a qual pode ser exemplificada pela Guerra contra o México (1846-1848), em que os Estados Unidos se apropriaram de metade do território de seu vizinho.⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ Ver, em relação ao processo de elaboração da Doutrina Monroe, SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos, poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000, p. 19; e MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano: da guerra contra à Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 54.

⁴⁴⁷ “Doutrina Monroe (2 de dezembro de 1823)”. In: SYRETT, Harold (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980, p. 142.

⁴⁴⁸ Ver SCHOULTZ, *op. cit.*, especialmente o capítulo 2. A Guerra contra o México (1846-1848) pode ser apontada como resultado, em primeiro lugar, da migração de norte-americanos do Leste para o Oeste e do numeroso estabelecimento de muitos deles no até então estado mexicano do Texas nas décadas de

Após a Guerra de Secessão (1861-1865), os Estados Unidos vivenciaram por um lado, um intenso processo de industrialização, a partir do modelo dos Estados vitoriosos do Norte, necessitando crescentemente de mercados que consumissem seus produtos; e, por outro, a ocupação territorial em direção à costa ocidental, na chamada Conquista do Oeste. Já durante esses anos, mas, principalmente, depois de 1890, com a consolidação das fronteiras internas, a república norte-americana, visando, entre outras coisas, à ampliação de seu comércio exterior e de sua influência mundial, parecia cada vez mais olhar para fora de seus limites nacionais, especialmente, para o restante do continente americano e, a partir daquele momento, com maior atenção, para as regiões banhadas pelo Oceano Pacífico. Embora o debate entre “isolacionistas” e “expansionistas” fosse ainda muito acalorado, estes últimos iam, paulatinamente, se tornando, nas décadas finais do século XIX, predominantes entre as elites políticas e econômicas do país.⁴⁴⁹

Nesse sentido, o ano de 1898 representou uma inflexão na política externa norte-americana. Como já discutido em capítulo anterior⁴⁵⁰, os cubanos, muitos dos quais favoráveis à anexação da ilha ao território norte-americano, vinham lutando por sua independência com relação à Espanha desde fins da década de 1860.⁴⁵¹ Em 1895, após alguns anos de paz, iniciou-se um novo capítulo da guerra contra a metrópole ibérica, na qual os Estados Unidos tiveram participação decisiva.⁴⁵² Logo quando da eclosão do conflito emancipacionista, o então presidente democrata norte-americano Grover Cleveland (1893-1897) manteve, a despeito dos prejuízos econômicos de seu país na ilha, uma posição de neutralidade em relação à contenda, mesma postura aparentemente

1820 e 1830. O grande número de cidadãos estadunidenses nessa região e seus interesses ligados, principalmente, ao sul dos Estados Unidos entraram em conflito com as determinações do governo mexicano que preconizavam, principalmente, o catolicismo obrigatório e a abolição da escravidão. Tais questões levaram a região a constituir um forte movimento separatista que provocou, em 1836, a declaração de independência do Texas, que, primeiramente, se constituiu como república autônoma, e, posteriormente, foi incorporado à federação norte-americana em 1845. A expansão norte-americana em direção à Califórnia e as hostilidades envolvendo ainda a questão texana provocaram uma nova guerra iniciada em 1846. A vitória dos Estados Unidos sobre o México representou para este país a perda de metade de seu território e a cessão da Califórnia e do Novo México aos estadunidenses.

⁴⁴⁹ Ver, entre outros, FERNANDES, Luiz Estevam & MORAIS, Marcus Vinícius de. “Os EUA no século XIX”. In: KARNAL, Leandro *et alli*. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008; e DIVINI, Robert A. *et alli*. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992, p. 461.

⁴⁵⁰ Ver capítulo 3 desta dissertação.

⁴⁵¹ Para uma visão da independência cubana, a partir da perspectiva da ilha, ver MORENO FRAGINALS, Manuel. *Cuba-Espanha; Espanha-Cuba: uma história comum*. Bauru: Edusc, 2005.

⁴⁵² A descrição dos antecedentes da declaração de guerra dos Estados Unidos em relação à Espanha contida neste e no próximo parágrafo foi concebida a partir de SCHOULTZ, *op. cit.*, pp. 153-154; FERNANDES & MORAIS, *op. cit.*, pp. 166; e DIVINI *et alli*, *op. cit.*, p. 468.

buscada no início do governo seguinte do republicano William McKinley (1897-1901) apesar da retórica claramente belicista adotada por seu partido desde 1895.

De maneira geral, a historiografia sobre o conflito atribui ao chamado *yellow journalism* (“imprensa marrom”), praticado por jornais como *New York World*, de Joseph Pulitzer, e *New York Journal*, de William Randolph Hearst – provavelmente o personagem real que inspirou, algumas décadas depois, o protagonista do filme *Cidadão Kane* (1941), de Orson Welles – a preparação do espírito da nação para o confronto armado com a Espanha. A entrada dos Estados Unidos na guerra teria sido precipitada por dois eventos principais. Em primeiro lugar, pela divulgação, no dia 9 de fevereiro de 1898, pelo jornal de Hearst, de uma carta pretensamente escrita pelo embaixador espanhol nos Estados Unidos, Enrique Dupuy de Lôme, na qual este proferia inúmeros insultos ao presidente McKinley e revelava as “verdadeiras” intenções espanholas com relação a Cuba e aos interesses norte-americanos na ilha. O estopim para o início do conflito entre os anglo-saxões e os ibéricos foi a explosão do navio de guerra estadunidense *USS Maine*, no dia 15 do mesmo mês, atribuída à época, especialmente pelos jornais sensacionalistas de Nova York, à Espanha. Após propor um armistício e exigir que os peninsulares aceitassem a independência de Cuba mediada pelos Estados Unidos, condições não acatadas pelos ibéricos, McKinley solicitou aos deputados, em uma mensagem ao Congresso, no dia 11 de abril de 1898, a permissão para a utilização do Exército e da Marinha norte-americana na ilha, o que resultou dias depois, em 25 de abril, na declaração formal de guerra à Espanha.

A Guerra Hispano-americana, encerrada em 12 de agosto de 1898, com a vitória estadunidense, durou pouco, mas deixou profundas marcas. Além da independência de Cuba, sob a tutela ianque, os Estados Unidos se apropriaram de Porto Rico e, meses depois após intensos debates internos, das Filipinas e da ilha de Guam no Oceano Pacífico. As ilhas asiáticas, pertencentes à Espanha desde o século XVI e um de seus poucos remanescentes coloniais ao lado das duas Antilhas americanas em fins do século XIX, ocupavam uma posição estratégica na geopolítica internacional, pois estavam às portas do imenso mercado chinês, disputadíssimo pelas grandes potências mundiais à época. Parece importante destacar que a incorporação ou não das Filipinas aos Estados Unidos gerou, nesse contexto, uma vasta discussão que certamente influenciou nos rumos da política externa norte-americana pelas décadas seguintes. Contrapondo-se aos “expansionistas” estavam aqueles que se posicionavam contra a anexação das ilhas asiáticas: seja porque o fato de o país ter “colônias” representasse uma afronta aos

valores da Declaração de Independência ou da Doutrina Monroe; seja porque fosse considerada, por alguns, inconstitucional a incorporação de territórios que não se tornariam, mais tarde, Estados; seja porque determinados setores racistas não quisessem que os filipinos, considerados como uma “raça inferior”, imigrassem para os Estados Unidos, tornando-se lá mão-de-obra barata, “prejudicando” os trabalhadores locais e, principalmente, sendo assimilados a sua população, o que resultaria na “degeneração” da república. Após muita discussão, predominaram as ideias daqueles que defendiam uma política baseada na expansão territorial, o que resultou na anexação das Filipinas, em 6 de fevereiro de 1899.⁴⁵³ Vale lembrar ainda que, além das conquistas resultantes da Guerra Hispano-americana, o Havaí, ilha que ocupava posição estratégica no Oceano Pacífico, havia sido anexada, no mesmo ano de 1898, ao território estadunidense após muitos conflitos no interior daquela ilha e de muitos debates a esse respeito dentro dos próprios Estados Unidos.⁴⁵⁴ Constituíam-se, nesse contexto, uma nova potência mundial expansionista causadora de temor e preocupação em seus vizinhos do Sul.

O expansionismo norte-americano, de fins do século XIX e inícios do século XX, não pode ser, entretanto, analisado de maneira autônoma, mas, pelo contrário, como estando relacionado a um processo global de avanço dos países industrializados a regiões do planeta que lhes pudessem oferecer matérias-primas abundantes e mercados em potencial. Intensificado, na Europa, pela depressão econômica iniciada da década de 1870, pela saturação populacional e pelas disputas entre as grandes potências pela hegemonia do continente, esse processo, caracterizado já em fins do século XIX como “imperialismo”⁴⁵⁵, resultou em grandes transformações não somente econômicas, mas também políticas e culturais em escala planetária.⁴⁵⁶ Como ressaltou Eric Hobsbawm, à política de expansão britânica associada ao livre mercado, característica das décadas posteriores à Revolução Industrial, se seguiu uma disputa pelo estabelecimento de

⁴⁵³ Ver FERNANDES & MORAIS, *op. cit.*, pp. 167-168; e DIVINI *et alli*, *op. cit.*, pp. 474-475.

⁴⁵⁴ DIVINI *et alli*, *op. cit.*, p. 466.

⁴⁵⁵ Embora a invenção do termo “imperialismo” costume ser atribuído ao livro de John A. Hobson, *Imperialism: a study*, de 1902, o conceito já era um neologismo utilizado na Europa em fins do século XIX. Ver HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 92.

⁴⁵⁶ Como qualquer movimento dessa magnitude, o “imperialismo” pode ser analisado a partir dos mais variados vieses: tanto a partir de uma ideia de uma expansão em escala global de um capitalismo financeiro capitaneado pelos britânicos, como, por exemplo, em ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996, pp. 163-245; tanto como um processo de dominação e sujeição política e econômica construído por meio de representações culturais, como, por exemplo, em SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; Para duas visões de síntese sobre o assunto, ver FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; e HOBBSAWM, *op. cit.*, principalmente, pp. 87-124.

colônias formais em vastas regiões, muitas das quais, até então, inexploradas pelos europeus. Nas décadas finais do século XIX, as regiões da África, da Oceania e do Pacífico haviam sido praticamente retalhadas e quase plenamente ocupadas pelas grandes potências industriais. Vastos pontos da Ásia como, por exemplo, a China, a Pérsia e o Império Otomano, embora formalmente independentes, tinham suas regiões disputadas como zonas de influência pelos países expansionistas.⁴⁵⁷ Nesse contexto, em que o mundo era “partilhado” pelas grandes nações imperialistas, a América Latina, a despeito das ligações econômicas que a unia a britânicos e norte-americanos, se manteve politicamente independente. Em interpretações relativamente recentes, como a de Hobsbawm, por exemplo, a autonomia do subcontinente, em meio a esse processo de divisão do mundo, só teria sido possível graças à “Doutrina Monroe”: as grandes potências da Europa não iriam querer se indispor com os Estados Unidos, intervindo sobre os países meridionais da América.⁴⁵⁸

É interessante notar como essa era também a visão de muitos dos contemporâneos aos eventos que ocorriam, especificamente na América Latina, no umbral do século XX. As discussões acerca da “Doutrina Monroe” e suas relações com os acontecimentos de 1898 foram a tônica de muitos ensaios produzidos à época no subcontinente. Dois textos escritos no calor da hora, em 1899, explicitavam tais questões: *El continente enfermo*, do venezuelano César Zumeta, e o já muito discutido ao longo destas páginas, *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, de Francisco Bulnes.

É preciso esclarecer, em primeiro lugar, que o ensaio de Bulnes dialogava e se contrapunha, em diversos momentos, à análise do autor de *El continente enfermo*, o que faz com que seja estritamente necessária uma breve análise sobre o texto do intelectual venezuelano. Importante periodista, diplomata e político de fins do século XIX e inícios do século XX, César Zumeta (1860-1955) construiu sua produção intelectual, como boa parte das elites letradas da América Latina de seu tempo, entre o cânone positivista, com o qual teve contato em seus primeiros anos de formação superior na Universidad

⁴⁵⁷ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 103.

⁴⁵⁸ Segundo Hobsbawm, “Nem os britânicos, nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os EUA, desafiando a Doutrina Monroe”. *Ibidem*, p. 90. Note-se, nesse sentido, a associação feita, muitas vezes, entre a intervenção francesa sobre o México na década de 1860, e o fato de os Estados Unidos estarem ocupados pelas questões envolvendo a Guerra de Secessão (1861-1865). O próprio Francisco Bulnes, em seu ensaio, *El verdadero Juárez y la verdad sobre la Intervención y el Imperio*, afirmou que “La Intervención formó parte de la rebelión de Sur; fue la rebelión de Napoleón III contra la doctrina Monroe”. Ver BULNES, Francisco. *El verdadero Juárez y la verdad sobre la Intervención y el Imperio*. México: Librería de la Vda. De C. Bouret, 1904, p. 816.

Central de Venezuela, e os novos ventos do Modernismo hispano-americano. Autor polêmico em seu país, foi levado ao exílio por duas vezes, em 1883 e 1884, por fazer críticas, respectivamente, aos governos autoritários de Antónío Guzmán Blanco e Joaquin Crespo. Neste último período, estabeleceu-se em Nova York, onde colaborou na revista *La América* (1884-1889), ao lado de José Martí. As idas e vindas da política de seu país fizeram com que, nesses anos, vivesse parte de seu tempo entre sua terra natal e os Estados Unidos, onde atuou como jornalista em inúmeras publicações e também dirigiu, a partir de 1894, a Casa Editorial Hispanoamericana. Nos anos seguintes, escreveu, em Nova York, alguns de seus principais textos, entre os quais é possível citar *El continente enfermo* (1899), escrito sob o impacto dos eventos ocorridos em 1898.

El continente enfermo discutia, assim como grande parte dos ensaios do período, a posição da América Hispânica diante do expansionismo norte-americano, explicitado pela vitória na guerra contra a Espanha e, conseqüentemente, pelo domínio político direto sobre as Filipinas e Porto Rico e pela submissão de Cuba aos interesses da Casa Branca após o conflito. Tais avanços levavam o autor a se questionar sobre a possibilidade de manutenção da autonomia dos países ao sul do Rio Grande: “¿Peligra la independencia de las Repúblicas de la América Intertropical? Ominosos presagios lo anuncian y no hay indicio de que los pueblos amenazados se apresten á conjurar la catástrofe”.⁴⁵⁹

Zumeta constituía, em seu ensaio, uma interpretação quase fatalista da história hispano-americana, prevendo que, com os avanços recentes dos Estados Unidos, os quais se somavam ao processo expansionista europeu das últimas décadas do século XIX, a América Latina caminhava a passos largos para a perda de sua autonomia:

Históricamente la era inaugurada para nuestra América con la victoria en Ayacucho [cidade peruana em que ocorreu a última grande batalha da independência hispano-americana], ha sido cerrada con las jornadas de Manila [nas Filipinas] y Santiago [em Cuba].

En 1823-24 nuestra independencia fué afirmada por el triunfo de las armas libertadoras, y garantizada por las declaraciones que hicieran a la Europa, [o Secretário de Estado britânico George] Canning, en nombre de la Inglaterra, y [o presidente norte-americano James] Monroe, en el de los Estados Unidos.

⁴⁵⁹ ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Nova York: s.e., 1899, p. 3.

Contenida la Santa Alianza, y ocupada luego la Europa con el proceso postnapoleónico de la restauración, las rectificaciones de fronteras y los sucesivos acomodamientos de su equilibrio interno provocados por las cuestiones de Oriente, de la unidad italiana e de la hegemonía de Prusia, no corría riesgo de agresión extraña nuestra independencia, mientras los Estados Unidos repudian la pretensa legitimidad del derecho de conquista.

En 1899, a raíz de Manila [nas Filipinas] y de Santiago [em Cuba], los Estados Unidos declararon que poseían a Filipinas por derecho de *conquista* y, rota de hecho la tradición democrática que había sido una de las grandes fuerzas morales, y acaso la mayor honra de la República del Norte, se incorporó esta nación al grupo de las Potencias colonizadoras.

El criterio democrático americano ha sido sustituido con el criterio monárquico europeo; y el resto de la América queda a la merced de las fuerzas complejas y múltiples que pone en juego el nuevo orden de cosas.⁴⁶⁰

Zumeta atribuía, no excerto acima, tanto às vitórias obtidas por meio das armas sobre os espanhóis em Ayacucho (1824), quanto às posições da Inglaterra, do Secretário de Estado George Canning, e dos Estados Unidos, do presidente James Monroe, a conquista e a manutenção da independência de “Nuestra América”, sinônimo, em seu texto, de América Hispânica. Note-se que o autor venezuelano destacava o papel preponderante dos Estados Unidos na refutação de qualquer projeto colonialista no continente. Em sua interpretação, o ano de 1898 e a Guerra Hispano-americana poderiam representar, entretanto, uma virada na posição norte-americana a respeito da autonomia de seus vizinhos. Os Estados Unidos se caracterizariam, a partir de então, como uma nação “conquistadora”, integrante do quadro das “potências colonizadoras” do globo. Instigados pelas “necessidades do progresso moderno”, não somente eles, mas os países expansionistas, de maneira geral, poderiam passar a olhar com cada vez mais atenção para as potencialidades econômicas da América Latina, como já vinham fazendo há décadas em relação aos continentes africano e asiático, o que poderia colocar seriamente em risco a independência do subcontinente.⁴⁶¹

⁴⁶⁰ *Ibidem*, pp. 3-4.

⁴⁶¹ De acuerdo com Zumeta, “Las necesidades del progreso moderno les imponen a los grandes Estados industriales como condición de mantenimiento de su poderío, el deber de activar su producción de las materias primas de que sus industrias se alimentan, y el de estimular al propio tiempo el comercio de sus productos. / Por cuanto es constante que esa doble capacidad productora y consumidora crece en cada pueblo en razón directa del grado de civilización alcanzado por ese pueblo, la tendencia moderna es la lucha por más amplios mercados, es la adquisición de territorios incultos a fin de elevar, teóricamente al

Portanto, de acordo com Zumeta, a nova postura dos Estados Unidos, associada aos interesses econômicos dos “países colonizadores” da Europa significaria um golpe à autonomia dos demais países americanos. As grandes potências do Velho Continente pressionariam a federação ianque a rever os princípios da Doutrina Monroe, e a “partilhar”, com elas, o Novo Mundo. Nas palavras do autor de *El continente enfermo*:

Precisamente en los momentos en que toca a su fin la tarea de delimitar las esferas de influencia en las tierras subyugadas, comparecen los Estados Unidos, como un gran factor más, declarándose heredero del imperio colonial de España, por razón de Puerto Rico y Filipinas, y por anexión o protectorado en Cuba.

Repartido ya el resto del mundo, los ojos ávidos se vuelven hacia la posesión de la América afligida [...] *por terremotos y revoluciones*; y la diplomacia europea solicitará necesariamente la anulación o modificación de la Doctrina Monroe, y el arreglo con los Estados Unidos de un *modus vivendi* adaptable a la política imperialista de la Casa Blanca.

Esas negociaciones con su arreo de partijas territoriales versarán sobre el dominio de la América Tropical, de sus canales marítimos, de sus grandes vías fluviales, y las selvas casi vírgenes de sus hoyas hidrográficas.⁴⁶²

De acordo com Zumeta, se a enunciação da Doutrina Monroe teria criado as condições necessárias para a manutenção da independência hispano-americana, ao longo do século XIX, 1898 teria significado a porta de entrada para o expansionismo não somente norte-americano sobre o subcontinente, mas também europeu, o qual poderia se constituir em moldes muito similares àqueles que vinham sendo levados a cabo, especificamente, na África, na Ásia e na Oceania. Note-se ainda, por fim, a utilização, no excerto acima, da designação “imperialista” para se referir, nesse novo contexto, à política externa da Casa Branca.

Contraopondo-se à visão exposta por César Zumeta, Francisco Bulnes, em seu ensaio de 1899, defendia a tese de que os principais perigos para a América Latina não eram os avanços dos Estados Unidos e da Europa, mas as condições “orgânicas” – o meio físico, a natureza, o clima e a alimentação – e “superorgânicas” – os costumes

menos, el nivel de civilización entre los pobladores del conquistado y explotar sus riquezas. / De ahí la repartición de las regiones bárbaras del África y del dominio de las viejas civilizaciones de Asia, a fin de colonizarlas o simplemente de aplicarles los sistemas políticos y fiscales que promueven el intercambio de productos”. *Ibidem*, pp. 4-5.

⁴⁶² *Ibidem*, pp. 5-6.

políticos e morais – da região. A despeito disso, o autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, assim como o ensaísta venezuelano, não deixava de discutir as relações entre a política internacional nas Américas, pautada pela Doutrina Monroe, a expansão das grandes potências industriais e a manutenção da independência dos países latino-americanos nesse contexto.

Da mesma maneira que o autor de *El continente enfermo*, Bulnes tinha perfeita consciência do processo de “divisão do mundo” que estava ocorrendo nessa época. Em sua interpretação, as nações industrializadas da Europa, os Estados Unidos, “potência da América”, e o Japão, “potência da Ásia” haviam conquistado grandes extensões territoriais e seus domínios, nesse período, quase se confundiam com a própria superfície do planeta. A independência da América Latina, região apontada pelo autor como dotada de grande potencial econômico e com uma população “débil” o bastante para não resistir a qualquer investida externa, nesse contexto expansionista, se constituía como um problema para ser respondido por seu ensaio. O intelectual mexicano entendia que apenas a existência da Doutrina Monroe, associada aos interesses econômicos e ao poderio militar de norte-americanos e ingleses, seria capaz de explicar o estado de autonomia da região em relação a possíveis investidas das grandes potências europeias.

Na interpretação de Bulnes, como as nações industrializadas do Velho Continente seriam incapazes de conquistar a América Latina sem o apoio da Inglaterra, maior potência naval do planeta, e, esta, tomada por grandes interesses econômicos na região não ousaria entrar em conflito com os Estados Unidos, com quem travava importantes negócios, a independência do subcontinente em relação aos europeus estaria garantida:

[...] se encontrará que todas las grandes potencias europeas sin contar con Inglaterra, no pueden pensar en tomar de la América latina ni un centímetro cuadrado de territorio [...]. Es pues, a la alianza anglo-americana, sostenedora de la doctrina Monroe que la América latina debe y continuará debiendo su inviolabilidad territorial ante la lujuria territorial de Europa.⁴⁶³

Ainda sobre o papel da Doutrina Monroe e sua relação com a “independência” da América Latina, Francisco Bulnes afirmava que:

⁴⁶³ BULNES, *op. cit.*, p. 114.

Si la América latina es aún independiente y puede serlo indefinidamente ante la exasperante expansión de Europa; lo debe a la doctrina Monroe. Más bien dicho, lo debe a los acorazados con que cuenta la doctrina Monroe, pues los centenares de doctrinas que forman el Derecho Internacional, nada valen por sí mismas ante la fuerza, menos puede valer una doctrina que todo el mundo se permite discutir.⁴⁶⁴

De modo que, para Francisco Bulnes, a “independência” da América Latina em relação às investidas europeias se constituía como resultado não somente das determinações da Doutrina Monroe, mas dos interesses e da força que a faziam ser respeitada.

No que se referia à independência latino-americana com relação aos Estados Unidos, a questão se apresentava como mais complexa. Embora reconhecesse que a república ianque se configurava como um perigo para a América Latina, Francisco Bulnes afirmava que este “no es inminente , sino puramente probable y lejano”.⁴⁶⁵ De acordo com sua interpretação, como os Estados Unidos não tinham déficit de terras extratropicais que pudessem produzir alimentos; como haviam acabado de conquistar territórios, notadamente Cuba, Porto Rico e as Filipinas, capazes de abastecer o país com alguns produtos tropicais como açúcar e café; e como não tinham interesses de expansão religiosa ou militar; os únicos motivos que poderiam fazer com que o país invadisse seus vizinhos do Sul seriam os essencialmente econômicos. A construção de um canal que ligasse os oceanos Atlântico e Pacífico, pretensão alimentada por norte-americanos, ingleses e franceses ao longo do século XIX, poderia ser, por exemplo, na previsão de Bulnes, uma possível razão para a ocupação de territórios na América Latina:

El interés comercial de los Estados Unidos, exige la comunicación del Atlántico y el Pacífico, rompiendo el continente en Panamá o Nicaragua. Esta obra tiene que llevarse a cabo por la guerra o por la paz y los norteamericanos poseerán más o menos territorio cedido, comprado, alquilado o conquistado en la América Central o en la república de Colombia. Ninguna fuerza humana puede oponerse a esta necesidad de la gran república norte-americana.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 113.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 115.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 116.

Embora afirmasse não ser de interesse norte-americano uma ocupação direta sobre todo o vasto continente americano, muito custosa e desnecessária economicamente, Francisco Bulnes não descartava intervenções pontuais como a exposta no exemplo acima ou ocupações em um futuro longínquo em um contexto de expansão demográfica no país. Interessante notar como a previsão de Bulnes sobre a construção de um canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico na América Central levada à diante pelos Estados Unidos demonstrou-se acertada. Desde meados do século XIX, ingleses, franceses e norte-americanos cultivavam a ideia de construir um canal que permitisse à passagem entre os dois oceanos em território centro-americano, visando facilitar as comunicações e as rotas de comércio. Embora muito se tenha falado de sua construção na Nicarágua, a região escolhida, em princípios do século XX, pelos norte-americanos, para o empreendimento foi o istmo do Panamá, território até então pertencente à Colômbia. As negativas, especialmente do Senado colombiano, em relação ao acordo, em 1903, proporcionaram a eclosão de um levante de independência do território panamenho, chancelado pelo então presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt (1901-1909), o que resultou na emancipação da região pretendida e na concessão necessária para a construção, entre 1907 e 1914, do Canal do Panamá.⁴⁶⁷

É importante ressaltar que a primeira década do século XX, coincidente, em grande medida, com o mandato presidencial de Roosevelt, representou um momento-chave das relações entre Estados Unidos e América Latina. Um dos mais veementes arautos a favor da guerra contra Espanha, em 1898, e um dos principais defensores do expansionismo ianque, Roosevelt se caracterizou, na presidência, por uma política agressiva em relação aos seus vizinhos do sul, como demonstrado no episódio da construção do Canal do Panamá. Essa atitude preconizada durante seu governo ficou conhecida como política do *Big Stick* (Grande Porrete).⁴⁶⁸ Esse direcionamento das relações interamericanas levado adiante durante seu mandato teria sido reforçado, em termos retóricos, em discurso pronunciado ao Congresso, no dia 6 de dezembro de 1904, conhecido, a partir de então, como o “Corolário Rooseveltiano” à Doutrina Monroe. Nesse texto, o presidente estadunidense ressaltava o papel dos Estados Unidos como mantenedor do equilíbrio do “hemisfério ocidental”, o que significava, em suas

⁴⁶⁷ SCHOULTZ, *op. cit.*, pp. 179-199; e MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991, p. 20.

⁴⁶⁸ O termo *Big Stick* foi utilizado pelo próprio Roosevelt, pela primeira vez, alguns dias antes de se tornar presidente, em setembro de 1901, na Feira Estadual de Minnesota. Ver DULCI, *op. cit.*, p. 50. Ver, também, MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, pp. 53-55.

palavras, a possibilidade de intervenção de seu país sobre qualquer região que ameaçasse a “paz” do continente e, particularmente, os interesses norte-americanos:

Não é verdade que os Estados Unidos sintam fome de terra ou acalentem projetos em relação a outras nações do hemisfério ocidental, salvante os que visam o bem-estar delas. Este país não deseja senão ver os vizinhos estáveis, ordenados e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduz bem pode contar com nossa cordial amizade. Se uma nação mostra que sabe agir com razoada eficiência e decência em assuntos sociais e políticos, se mantém a ordem e paga suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. Malfeitorias crônicas, ou a impotência que resulta num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada podem, na América como alhures, exigir finalmente a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçá-los, ainda que com relutância, em casos flagrantes de malfeitorias e ou impotência, ao exercício de um poder de política internacional.⁴⁶⁹

Roosevelt propunha, nesse sentido, um tipo de intervencionismo ainda mais agressivo que aquele explicitado pela Doutrina Monroe, décadas antes. Se a partir do pronunciamento de 1823, a interferência norte-americana nos assuntos do “hemisfério ocidental”, apenas se realizaria, ao menos teoricamente, em caso de ingerência de alguma potência europeia sobre os países ao sul da fronteira com o México, no discurso proferido no umbral do século XX, qualquer intervenção seria permitida desde que se contrariassem os interesses estadunidenses e se pusesse em risco seu poder sobre a região.

A política externa norte-americana nos primeiros anos do século XX com relação, principalmente à América Central e ao Caribe, evidenciada a partir dos eventos de 1898, continuou gerando intensas discussões em todo o continente. Até mesmo no Brasil, onde, aparentemente, o impacto das relações exteriores empreendidas pelos norte-americanos em relação aos seus vizinhos continentais, não era tão profundo como em outras regiões da América, esses debates se faziam presentes.

⁴⁶⁹ “Corolário Rooseveltiano da Doutrina Monroe (6 de dezembro de 1904)”. In: SYRETT, Harold (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980, p. 252.

Considerado um dos principais críticos da política externa norte-americana no Brasil⁴⁷⁰, Manoel Bomfim discutia, em *A América Latina: males de origem*, o lugar do subcontinente nesse contexto internacional marcado pelos avanços imperialistas estadunidenses e europeus que ocorriam à época. Escrevendo em Paris no início do século e instigado pela visão negativa generalizada que se tinha no Velho Continente sobre a “América do Sul”, o autor brasileiro, assim como Zumeta ou Bulnes, explicitava a existência de um latente desejo por parte dos europeus no usufruto das riquezas do Novo Mundo. Em suas palavras:

Se a Europa ignora o que é este pedaço de Ocidente, nem por isso esquece que ele existe; e, nos últimos tempos, lhe tem dedicado, mesmo, uma atenção especial. Não que lhe dê o espaço e importância consagrada aos Balcãs, Macedônia, Ásia Menor, África ou Extremo Oriente, porque, em suma, ali, ela se ocupa do que já lhe pertence. Todavia, as nações latinas do Novo Mundo não se podem queixar de deslembadas [...].

[...] A América do Sul mantém a reputação de ser “o continente mais rico do globo” [...] – o Eldorado, terras que têm em si, acumuladas todas as riquezas, esperando, apenas, que homens dignos, laboriosos, sábios venham ocupa-la para fazer valer tudo isto. E a Europa que já não comporta o número de habitantes, e cuja avidez e ganância mais se acendem à proporção que a população engrossa – a Europa não tira os olhos do continente legendário. Condenando as sociedades que vivem sobre ele, os porta-vozes das opiniões correntes no Velho Mundo não conseguem ocultar, os seus sentimentos quanto ao futuro que aspiram para as nações sul-americanas [...].⁴⁷¹

É possível apontar, no excerto acima, a mesma questão que perpassava as discussões de César Zumeta e Francisco Bulnes no contexto posterior à Guerra Hispano-americana, qual seja, os possíveis ou prováveis interesses europeus sobre a América Latina em um quadro de expansão das potências industriais do Velho Continente. Assim como os dois autores hispano-americanos, Bomfim também atribuía, em um primeiro momento de seu texto, a manutenção da independência dos países “sul-americanos” à presença e a posição dos Estados Unidos no continente. Como se pode perceber no excerto abaixo, a “má vontade” dos europeus em relação à América Latina

⁴⁷⁰ Conforme discutido por BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado (História Social). São Paulo: FFLCH/USP, 1998, pp. 100-109.

⁴⁷¹ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 38.

já teria se transformado em intervenção direta se não houvesse a presença da república do Norte para garantir a autonomia da região:

Este é o sentir geral que traduz, não só um juízo categoricamente desfavorável a nosso respeito, como certa má vontade de quem vê nas atuais nações sul-americanas o obstáculo à posse e ao gozo de uma riqueza apetecida. Por vezes, esta má vontade faz explosão; os apetites retidos vêm à luz sob a forma de reclamações, às quais já se teria seguido uma investida formal, se não fossem os Estados Unidos; já este continente estaria infinitamente mais ensanguentado, mais barbarizado do que atualmente.⁴⁷²

Ao mesmo tempo em que previa a garantia da independência latino-americana, sustentada provisoriamente pelos Estados Unidos, Bomfim demonstrava temer pela sorte das repúblicas sul-americanas:

A menos que a Europa não se converta a sentimentos de uma relativa equidade, e que as nações civilizadas não resolvam dirigir os seus atos segundo os princípios de justiça e solidariedade humana, que os homens individualmente aceitam – a menos que um tal milagre não se faça, a América do Sul, as populações latino-americanas, terão sorte igual à da Índia, Indochina, África, Filipinas etc. [...]. Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos; e é este um dos graves inconvenientes da atitude malévola e agressiva da Europa [...], e é lícito, pois, acreditar que, um dia, a grande república do Norte possa mudar de proceder, e admita combinações diplomáticas tendentes à sonhada invasão da América Latina.⁴⁷³

Da mesma maneira que nos textos de Zumeta e Bulnes, em *A América Latina: males de origem*, a Doutrina Monroe ocupava uma posição um tanto ambígua, pois ao mesmo tempo em que poderia representar, em um primeiro momento, a possibilidade de independência da América Latina em relação aos interesses europeus, por ser uma enunciação externa a ela, funcionava ou poderia ser entendida, não obstante, como uma ferramenta de tutela ou incorporação dos países do subcontinente pelos Estados Unidos. Nas palavras de Bomfim:

A soberania de um povo está anulada no momento em que ele tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos a América do Norte irá, fatalmente, absorver-nos. Acredito

⁴⁷² *Ibidem*, p. 39.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 44-45.

que essa absorção não esteja nos planos dos estadistas americanos; mas é ela uma consequência natural da situação de protegido e protetor. De fato, parte da nossa soberania nacional já desapareceu; para a Europa já existe o protetorado dos Estados Unidos sobre a América Latina.⁴⁷⁴

É interessante observar que algumas notas, especificamente as de número 4 e 76, foram adicionadas posteriormente à redação do ensaio, revelando uma mudança da postura de Manoel Bomfim em relação aos Estados Unidos e sua política direcionada à América Latina. Na primeira delas, após esclarecer que “já estava escrito este trabalho”, quando tal nota fora adicionada, elogiava o governo argentino por sua posição que compreendia “essa doutrina de Monroe, aplicada e formulada como o faz a grande República, sem nenhum acordo com as outras potências americanas, é antes um atentado à soberania dessas outras nações, do que uma garantia”.⁴⁷⁵ E, mais adiante, na nota 76, sobre a polêmica construção do canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico na América Central, Manoel Bomfim afirmava:

Os sucessos do istmo do Panamá (novembro de 1903) nos mostram bem que não são diferentes dos da Europa os sentimentos dos Estados Unidos a nosso respeito. A ameaça é a mesma, pois que é a mesma política – a política dos fortes, ou melhor, a moralidade do salteador que apunhala o ferido na estrada deserta para despojá-lo...⁴⁷⁶

Somadas as considerações do texto que vinha sendo escrito ao longo de 1903 e das notas inseridas, posteriormente, na edição de 1905, é possível afirmar que, em primeiro lugar, Manoel Bomfim demonstrava grande preocupação com relação aos interesses expansionistas europeus sobre a América Latina, os quais não poderiam se concretizar, ao menos inicialmente, por causa da existência da Doutrina Monroe, e, em um segundo momento, evidenciando uma preocupação que surgia de maneira mais discreta anteriormente, quanto à possibilidade de intervenção norte-americana sobre os países sul-americanos. Se no corpo do texto, o autor de *A América Latina: males de origem* defendia uma visão mais branda e até simpática da “república do Norte”, seria possível dizer que, principalmente após as posições norte-americanas, de complacência, a respeito do bloqueio dos portos da Venezuela pelas potências europeias, em 1902, e,

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 45.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, nota 4, p. 45.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, nota 76, p. 288.

de intervenção direta, no caso do Panamá, em 1903, o ensaísta revelava, nessas notas, uma outra interpretação sobre o assunto.⁴⁷⁷

Essas mesmas preocupações permaneciam nos debates intelectuais do início da década seguinte. De Paris, Francisco García Calderón, um dos diversos homens de letras que viviam na França, durante esses anos, não deixou de discutir essas questões em seu ensaio *Les démocraties latines de l'Amérique*. Entretanto, é preciso afirmar que o texto do autor peruano não foi o único escrito na Europa a tratar desses temas. Manuel Ugarte (1875-1951), por exemplo, intelectual argentino contemporâneo a García Calderón que também vivia na Cidade Luz no início do século XX, em ensaio publicado em Valencia, na Espanha, em 1911, *El porvenir de la América Latina*⁴⁷⁸, afirmava, nesse momento, acerca da política externa norte-americana, pautada pela Doutrina Monroe, e dos interesses europeus sobre a região que:

Dejemos de lado la doctrina de Monroe y sus barreras elásticas. Ningún país de Europa ha roto de frente con esa afirmación rigorista que a fuerza de ser formulada sin interrupción ha acabado por convertirse en axioma, y parece ser hoy, más que la base de la política de los Estados Unidos, una ley fundamental e inconvencible, adherida a la tierra, como ciertos derechos feudales que subsistían aún en el siglo XVIII. Aun admitiendo que la doctrina en cuestión haya favorecido al pasar nuestros intereses, libertándonos indirectamente de algunas asechanzas ocasionales, los sudamericanos no podemos prevalernos de ella, porque entraña una protección que prepara otras agresiones.⁴⁷⁹

Interessante notar, mais uma vez, a ambiguidade contida na interpretação sobre o lugar da Doutrina Monroe nas relações internacionais globais e, de maneira particular, interamericanas. Ao mesmo tempo, funcionando como uma peça retórica que impedira ocupações europeias no Novo Mundo ao longo do século XIX e, possivelmente, ainda as inviabilizava no início do século XX, e representando, não obstante, um sério risco à

⁴⁷⁷ Ver, também, BAGGIO, *op. cit.*, pp. 104-105.

⁴⁷⁸ Sobre esse ensaio de Manuel Ugarte, parece interessante destacar que naquela que aparentemente é sua primeira edição (Valencia, 1911), o livro aparecia intitulado como *El porvenir de la América Latina*; em outra edição encontrada (Valencia, 1920), embora com novo prefácio e ampliada, tinha em sua publicação o título de *El porvenir de la América Española*. Valeria a pena uma análise mais detalhada, em outra ocasião, sobre o porquê da mudança.

⁴⁷⁹ UGARTE, Manuel. *El porvenir de la América Latina*. Valencia: F. Sempere y Compañía Editores, [1911], pp. 135-136.

autonomia dos países latino-americanos, já que explicitava o papel tanto protetor, como interventor dos Estados Unidos em relação aos seus vizinhos do sul.

Nesse mesmo sentido, Francisco García Calderón discutia, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, as mudanças da política externa norte-americana para a América Latina, bem como as transformações sofridas, nesse ínterim, pela própria Doutrina Monroe. Em suas palavras: “La doctrina de Monroe sufre esenciales transformaciones: pasa de la defensiva a la intervención”.⁴⁸⁰ Da luta contra a interferência dos regimes monárquicos europeus nos assuntos americanos, os Estados Unidos passavam a executar política do *Big Stick*, defendida pelo presidente Theodore Roosevelt e, para além da agressividade das relações internacionais estadunidenses sobre os seus vizinhos do sul, demonstravam, como destacava o autor peruano, sua grande força econômica e política sobre a região:

Los Estados Unidos compran a los países tropicales los productos que no tienen. Dominar estas regiones feraces les parece el ideal geográfico de un pueblo septentrional. ¿Acaso su industria no busca derrotero en América y Asia? Además, la vieja ambición mística se agrega a estas necesidades del progreso utilitario. Nación industrial, predicán un cristianismo práctico a los continentes envejecidos como Europa, o todavía barbaros como América Latina; profesan una doctrina de idealismo conquistador, extraña mezcla de tendencias económicas y fervor puritano. La Muy Cristiana República impone a las razas inferiores su tutela que las va preparando para el ejercicio del *self government*.

Esa expansión utilitaria y mística es exactamente lo opuesto a la simplicidad primitiva del “monroísmo”. En 1823, frente a los métodos políticos de la Santa Alianza, el presidente Monroe defendió la originalidad de las antiguas colonias españolas. En el famoso mensaje, declaraba que no había en América tierras libres, condenando así de antemano, cualquier proyecto de establecer en el continente desierto colonias europeas, y que los Estados Unidos limitaban su acción política al Nuevo Mundo, renunciando a intervenir en las pendencias de Europa.⁴⁸¹

O excerto acima, retirado do ensaio de Francisco García Calderón, sintetizava a percepção de muitos intelectuais latino-americanos do período sobre as transformações da política externa norte-americana ao longo do século XIX e no início do século XX.

⁴⁸⁰ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 165.

⁴⁸¹ *Ibidem*, pp. 164-165.

Concebida, primeiramente, no discurso do presidente James Monroe, em 1823, como forma de repudiar quaisquer pretensões colonizadoras ou recolonizadoras preconizadas pela Santa Aliança e buscando retificar uma política “isolacionista”, de não-intervenção mútua entre o Velho e o Novo Mundo, a Doutrina Monroe, a partir da guinada representada pela Guerra Hispano-americana, em 1898, mas especialmente durante o mandato presidencial de Theodoro Roosevelt e seu corolário enunciado em 1904, ganhou novos significados na retórica intelectual e política do subcontinente. Os discursos em torno do chamado “monroísmo”, em meio a um contexto de transformações, parecia também carregar certa ambiguidade: ora era apontado como mantenedor da independência da América Latina diante dos avanços imperialistas da Europa; ora, como um perigo para a sua autonomia. Isso não significava, entretanto, se tomada a análise contida em *Les démocraties latines de l'Amérique*, que as posições já estavam definidas. Vivia-se, naquele momento, início da segunda década do século XX, uma pesada corrida imperialista e, se a Doutrina Monroe havia contido o ímpeto das potências mais tradicionais, poderia encontrar contestação de duas jovens nações poderosas sedentas por novos territórios: a Alemanha e o Japão.⁴⁸² De acordo com García Calderón:

La doctrina Monroe se opone a la intervención de Europa en los asuntos americanos, pero esta doctrina que irrita a los imperialistas alemanes, como Münsterberg, puede perder actualidad. Si Alemania o Japón vencen a los EE. UU., la doctrina tutelar quedará para el recuerdo. América Latina saldrá del aislamiento impuesto por los EE. UU., formará parte del concierto europeo, de la combinación de fuerzas políticas – Alianzas y Acuerdos – base del equilibrio moderno. Se unirá por lazos políticos a las naciones que la enriquecen con sus capitales y compran sus productos.⁴⁸³

A Doutrina Monroe, entendida de maneiras diferentes em 1823 e 1912, não estava, portanto, dada a disputa imperialista do início do século, plenamente garantida. Entre a voracidade dos impérios europeus e também como se pode perceber, no texto acima, do Japão e a tutela intervencionista dos Estados Unidos, restava aos países da

⁴⁸² Sobre as pretensões do imperialismo alemão sobre o Brasil, por exemplo, ver LISBOA, Karen Macknow. “Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo”. *Espaço Plural*, ano IX, n. 19, 2 semestre 2008, pp. 95-104. Sobre os processos de modernização do Japão durante a Era Meiji (1868-1912) e o expansionismo japonês, ver SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 133-168.

⁴⁸³ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 212.

América Latina a formulação de projetos que pudessem garantir a sua autonomia pelos anos seguintes. Embora uma série de remédios tenham sido prescritos visando à manutenção da independência latino-americana, nesse contexto duas questões, em especial, estiveram muito presentes entre os autores que buscaram analisar a posição da América Latina ante os avanços das grandes potências mundiais: a possibilidade de unidade entre as nações da região e o problema das identidades.

5.5. Os projetos de salvação: confederação, unidade e identidades

Conforme vem sendo discutido ao longo destas páginas, na visão de certos intelectuais latino-americanos que escreveram seus textos entre fins do século XIX e inícios do XX, diante dos avanços dos países europeus e, principalmente, dos Estados Unidos, a independência da América Latina poderia estar correndo sério perigo. Diversos foram os projetos apresentados, durante esses anos, de defesa e, na retórica de alguns, de “salvação” do subcontinente em relação às prováveis ou supostas ameaças imperialistas do período. Dentre as questões que emergiam na retórica política e intelectual dos homens de letras latino-americanos, os temas da unidade e das identidades foram recorrentes.

Mais uma vez, é importante iniciar essa discussão com uma breve análise sobre o ensaio de César Zumeta, *El continente enfermo*, citado e refutado diretamente por Francisco Bulnes, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*. Autor atuante nas redes modernistas do período analisado, César Zumeta afirmava que, após a independência, dois deveriam ter sido os deveres principais das elites latino-americanas. Em primeiro lugar, explorar suas riquezas de maneira a promover seu “desenvolvimento nacional”; e, em um segundo momento, trabalhar para a resolução, não importava se por vias pacíficas ou violentas, dos problemas de política interna. Nos termos da política externa, os países hispano-americanos deveriam, por meio de acordos mútuos, ter incorporado e interpretado os princípios da Doutrina Monroe aos interesses locais, de modo que seus pressupostos tivessem se constituído como diretrizes dos próprios desígnios dos países da região e não como representantes unicamente dos interesses norte-americanos.⁴⁸⁴ A ausência de processos e iniciativas nessas direções e a autossuficiência arrogante das classes dirigentes locais que não eram capazes de

⁴⁸⁴ ZUMETA, *op. cit.*, p. 9.

perceber os riscos que corria a independência da América Latina anunciavam, em sua interpretação, a catástrofe.

Utilizando uma retórica marcada pelas discussões em torno das relações entre a “natureza” nos trópicos e a probabilidade de “civilização”, Zumeta afirmava a possibilidade de constituição de uma “civilização” nos trópicos diferente dos modelos europeu e norte-americano:

El conjunto de ciencias históricas nos enseña que la civilización no ha sido ni podrá ser jamás una en el planeta, sino varia de clima en clima, aún bajo la acción de un mismo centro político; y que los países tropicales deben aspirar únicamente a la que le es peculiar [...].

Cualesquiera que sean las razas pobladoras, en la zona tórrida no imperará sino una civilización lentamente progresiva: cualquiera que fuese el esfuerzo hecho por asimilarla a la de las zonas templadas, fracasaría a la postre, vencido por algo inmanente e inexorable que nos obliga a mantenernos dentro del cuadro de la vida que el medio nos demarca; y que únicamente nos exige propender a vivir en el decoro de la paz y el trabajo, a hacernos fuertes dentro de nuestra propia casa, y a ligarnos todos contra el invasor extraño.⁴⁸⁵

Embora aplicasse em sua interpretação uma visão “naturalista” sobre a “civilização” nos trópicos, Zumeta não descartava a possibilidade de sua constituição e, mais que isso, afirmava a peculiaridade das nações localizadas nas zonas tórridas do planeta, que, a despeito de seu progresso mais lento, poderiam sustentar sua independência se forjassem como base de seu desenvolvimento os valores da paz e do trabalho e promovessem uma associação mútua diante dos perigos da invasão estrangeira. A respeito dessa “civilização tropical”, diferente da europeia e norte-americana, a ser construída na América Latina, o autor venezuelano afirmava:

Hijos del trópico, debemos amarlo tal como él es, por sobre toda otra región del Globo, y ser capaces de guardarlo contra estas civilizaciones del becerro de oro, en donde unos centenares de señores oprimen a millones de siervos asalariados, y que se vive como en un infierno, en la perpetua agitación de míseras codicias, urgidos pelo medo al hambre;

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 14.

civilizaciones de banca, iglesia y cuartel, salvadas sólo por el puñado de sabios, artistas y de soñadores que arroja sobre tanta desnudez de luz del ideal.⁴⁸⁶

Em diálogo não somente com José Martí, de quem havia sido muito próximo durante sua estada nos Estados Unidos e a quem cita nominalmente em inúmeros momentos do ensaio, esse excerto ecoa um conjunto de ideias presentes em textos publicados na mesma época como “El triunfo de Calibán”, de Rubén Darío, e *Ariel*, de José Enrique Rodó, ambos editados após *El continente enfermo*.⁴⁸⁷ A possibilidade de uma “civilização nos trópicos”, diferente do paradigma civilizacional preconizado pelos Estados Unidos e pela Europa, civilizações do “bezerro de ouro”, opostas, apesar de suas exceções, ao “ideal”, surgia claramente no horizonte de Zumeta. Embora não fosse tão incisivo como Darío, nem tão confiante como Rodó, o autor venezuelano enxergava novas perspectivas para a América Hispânica desde que medidas pragmáticas fossem tomadas pelas nações ao sul do Rio Grande.

Mesmo explicitando sua simpatia em relação a uma ideia de unidade hispano-americana, Zumeta afirmava com certo pessimismo a possibilidade do estabelecimento de confederações que fossem capazes de promover o fortalecimento dos “laços subcontinentais”, tais como as que, no primeiro quartel do século XIX, preconizara o “libertador” Simón Bolívar. A despeito dessa posição, o autor venezuelano reproduzia, em seu texto, imagens relacionadas à construção de uma identidade latino-americana, ao se referir, por exemplo, ao antagonismo entre os “filhos da loba”, remetendo à lenda de fundação da Roma Antiga, e os “filhos do Leopardo”, em associação provável aos povos de descendência anglo-saxônica.⁴⁸⁸ Nas palavras do intelectual:

⁴⁸⁶ *Ibidem*, pp. 17-18.

⁴⁸⁷ César Zumeta publicou *El continente enfermo* em março de 1899, enquanto “El triunfo de Calibán”, de Rubén Darío, veio à luz em maio de 1899. *Ariel* teve sua primeira edição apenas no ano seguinte, em 1900.

⁴⁸⁸ A associação realizada por César Zumeta entre o “Leopardo” e os povos anglo-saxões, provavelmente, se deve ao fato de que, nos brasões de armas tradicionais da heráldica inglesa desde o século XII, a partir do reinado de Ricardo Coração de Leão, o leopardo foi apropriado como o símbolo principal da monarquia inglesa pelo menos até o século XIV. Ver PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, pp. 60-62. Para um texto do início do século XX sobre o tema, ver DORLING, E. E. *Leopards of England and other papers on Heraldry*. Londres: Constable & Company Ltd., 1913. A utilização da metáfora do “Leopardo” para se referir à Inglaterra parece ter circulado também entre os países de língua portuguesa. Em um texto português em que se discutia o tráfico de escravos na década de 1880, afirmava-se que: “Fora do país, todos os amantes das nossas glórias, todos os guardas do nosso bom nome se amotinaram contra a sortida ameaçadora do leopardo Inglês”. Ver D’OLIVEIRA, Emydgio. *A caça do Leopardo: Portugal e a Inglaterra perante o tráfico de escravos*. Porto: Alcino A. Aranha Editor, 1883, p. 16. Em contexto anterior, um panfleto alegórico publicado em 1831, no contexto da abdicação de D. Pedro I, afirmava que a adoção do sistema federativo no Brasil abriria espaço para o “ataque dos Leopardos”, possivelmente em referência à

Por lo demás, conste que si apenas menciona en estas páginas la idea de las confederaciones americanas, de que somos fervorosamente adeptos, es porque aun cuando las juzgamos indispensables, tanto fracaso han sufrido desde los días en que la Francia y la Rusia las temían en el Congreso de Verona, y la gran voz de Bolívar las pedía, que ya no cuentan en el mundo político sino como un sueño tan vago como el da alianza noble y bella de todos los pueblos que miran en la antigua Roma la madre común, alianza fuerte y generosa de todos *los hijos de la loba* contra todos los hijos del Leopardo.⁴⁸⁹

Pessimista em relação ao estabelecimento na América Latina de uma “política de alianças” ou de “confederações” que pudessem preservar a independência dos “filhos da loba” diante do apetite incessante dos “filhos do Leopardo”, Zumeta enunciava como única solução para o subcontinente o estabelecimento de uma espécie de “paz armada” que pudesse garantir a resistência militar da região diante das possíveis ameaças imperialistas de europeus e norte-americanos. Afirmava, nesse sentido, a necessidade de se armar, não somente como forma de se prevenirem ataques às várias nações latino-americanas de maneira específica, mas também buscando a preservação do próprio continente e da “raça latina”, vistos de modo mais amplo. Ressaltava, ainda, que não estavam em perigo somente as regiões pretendidas para a construção de um canal na América Central (Nicarágua ou Panamá) ou as bacias hidrográficas importantes (Amazonas ou Orinoco), mas o continente como um todo:

El deber inmediato es armarnos.

El sentimiento de la necesidad de la defensa nacional debe privar sobre todos los recelos de política interna; y la convicción de que no es un pueblo el que pelagra,

Inglaterra. Ver RIBEIRO, Gladys Sabina. “Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre ‘portugueses’ e ‘homens de cor’, Corte do Rio de Janeiro, 1827-1834”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 10, pp. 97-117, 2000.

⁴⁸⁹ ZUMETA, *op. cit.*, pp. 22-23. O Congresso de Verona, referido na citação, foi realizado em 1822, em consonância aos objetivos tanto da Santa Aliança quanto do rei espanhol Fernando VII. Refratário a se submeter à Constituição de Cádiz, o monarca ibérico recorreu às potências absolutistas com o objetivo, em um primeiro momento, de restabelecer o absolutismo em seu país e, posteriormente, recuperar as antigas colônias peninsulares na América. Enquanto o primeiro objetivo foi alcançado com a invasão francesa sobre a Espanha em 1823, o segundo não se concretizou. Essa reunião é considerada a última do processo de “Restauração”. A enunciação da Doutrina Monroe (1823) ocorreu em resposta as determinações desse congresso.

sino un continente y una raza, debe acallar los egoísmos que pudieren imaginarse que sólo Nicaragua o Panamá, el Amazonas o el Orinoco son las presas codiciadas.⁴⁹⁰

As ideias de César Zumeta foram refutadas de maneira direta, em um capítulo do ensaio *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, de Francisco Bulnes, intitulado “El proyecto de salvación”. O autor mexicano descartava, em primeiro lugar, uma possível solidariedade ou laços de unidade entre os países latino-americanos. Em sua opinião, seria possível afirmar que, em caso de um ataque dos Estados Unidos ou de qualquer grande potência europeia sobre os territórios localizados na América Latina, este não se daria a partir da conquista da região como um todo, mas, em suas palavras, “bocado por bocado”, “nação por nação”. De acordo com Bulnes, se qualquer nacionalidade da região fosse ocupada, se constituiria, no subcontinente, da mesma maneira como havia se dado no contexto da Guerra Hispano-americana em relação à Espanha, um quadro caracterizado por “simpatías, sobre todo, de sus numerosos acreedores que no querían verla arruinada, pero ni un soldado, ni un peso, ni una palabra de intervención diplomática belicosa”. O ensaísta recusava os ideais de unidade continental preconizados por Simón Bolívar e enunciados em termos, ao mesmo tempo, pessimistas e simpáticos por César Zumeta, afirmando, a despeito dos laços comuns (língua, religião, legislação, costumes, sentimentos e ideias) herdados do Império Romano, a inexistência de uma “raça latina”. Em suas palavras: “El pensamiento de Bolívar de mantener unida a la raza latina es una locura hermosa, casi sinfónica; pero cuenta como primer inconveniente que no hay raza latina”.⁴⁹¹

Em linhas gerais, Francisco Bulnes, opositor contumaz dos ideais ligados à “latinidade” das Américas, afirmava a esse respeito que todas as características referentes à herança legada pelos romanos aos países do Velho e do Novo Mundo eram contrárias aos ideais de “civilização”, especialmente por representarem a submissão dos homens às grandes instituições, notadamente, como já discutido anteriormente nesta dissertação⁴⁹², o Estado. O autor mexicano defendia o abandono completo dos pressupostos do “latinismo” na vida política tanto da Europa como das Américas:

O latinismo, tanto pagano como católico, condena los *derechos del hombre* y representa dos jaulas para encerrar hombres con consciencia política de animales domésticos. Las

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 23.

⁴⁹¹ Ambas as citações do parágrafo em BULNES, *op. cit.*, p. 128.

⁴⁹² Ver capítulo 2 desta dissertação.

naciones latinas se han civilizado lo suficiente para arrojar lejos de su existencia las costumbres, sentimientos e ideas de orden público latino. Todas las naciones latinas reconocen actualmente que el objeto de todo gobierno civilizado debe ser el reconocimiento y garantía de los derechos del hombre, con lo que queda condenado, enterrado e aun olvidado el latinismo como base imposible de virtudes públicas en pleno período de civilización.⁴⁹³

Para além da prescrição do abandono, por parte dos países embebidos pelos ideais da “civilização”, das premissas “latinas”, refratárias à absorção, em seu direito público, dos “direitos do homem”, em favor da primazia absoluta do Estado, Francisco Bulnes constituía, em seu ensaio, um quadro histórico de disputas entre as nacionalidades de “origem latina” na Europa e nas Américas, visando explicitar a impossibilidade de construção tanto de uma unidade quanto de uma identidade entre os “filhos da loba” nos dois lados do Oceano Atlântico. Ressaltava as disputas sangrentas, na Europa, entre a França e a Espanha durante toda a Época Moderna; os conflitos entre as Cidades-estados na Itália; a opressão tanto dos franceses sobre a Bélgica, quanto dos espanhóis sobre Portugal; as guerras, na América, envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai; Guatemala e El Salvador; Chile, Peru e Bolívia; os riscos que corria a independência do Uruguai diante de seus vizinhos poderosos; e, por fim, a indisposição fronteiriça entre México e Guatemala ao longo de todo o século XIX. Se a identidade “latina” dos países da América de colonização ibérica era recusada por Bulnes, sua unidade em confederações resultava, em sua concepção, em algo impossível de ser realizado. De acordo com o ensaísta:

Y si a estos abismos morales, expuestos topográficamente por la historia y que son infranqueables porque aún no se fabrican puentes de suspensión entre los ideales literarios y los problemas y sed de la humanidad, se agregan los abismos de los Andes que impiden toda movilización estratégica continental, ¿cómo es posible pensar seriamente en confederaciones? La historia, los anales, los intereses de cada nacionalidad se oponen al pensamiento de Bolívar. El latinismo no tiene actualmente intereses políticos que defender. Más bien dicho, toda política latina que implica la esclavitud del individuo bajo la omnipotencia del Estado, no es ideal al mundo civilizado.⁴⁹⁴

⁴⁹³ BULNES, *op. cit.*, p. 128.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, pp. 129-130.

Questionando não somente a proposta de estabelecimento de uma ou mais confederações entre os países da América Latina, separados tanto política, quanto historicamente, e refutando a defesa de uma possível identidade “latina”, considerada, para além das dissensões entre as nacionalidades que teoricamente dela fariam parte, também refratária aos princípios da “civilização” e do “progresso”, Bulnes se posicionava contra a proposta central do ensaio de Zumeta, a qual recomendava que os países da região se armassem com o objetivo de se defender de possíveis ameaças imperialistas dos países europeus e dos Estados Unidos. Conforme Francisco Bulnes:

¿Cuál es el deber de las naciones hispanoamericanas para procurar salvar sus nacionalidades? No hacer paz armada con los Estados Unidos como lo pretende el distinguido escritor Cesar Zumeta, e según parece el presidente Roca de la Argentina. La *paz armada* es un *cilicio de pulpos* para las naciones que practican ese patriotismo que acabará por agotarlas. ¿Y si naciones estupendamente ricas, no pueden ya con la *paz armada*? ¿Cómo puede ser conveniente aconsejarla para naciones pobres, la mayor parte de ellas sin crédito, quebradas y asoladas por detestables gobiernos? Y todavía es más impropio cuando resultaría la *debilidad armada*, una vez que todas las naciones latino-americanas, hubiesen agotado todos sus recursos en organizar ejércitos.

Lo que las naciones hispanoamericanas deben organizar, no son ejércitos contra los *fuertes poderosísimos*, sino un gran trabajo nacional y una gran cantidad de virtudes domésticas, sociales y políticas para volverse cuanto antes fuertes. Y si entretanto las atacan, deben defenderse con lo que a la mano tengan, que siempre será más que lo que conserven después de agotadas por gastos de guerra que no están en situación de hacer.⁴⁹⁵

Segundo o autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, os investimentos em gastos militares, os quais os países latino-americanos não tinham condições de fazer, somados à força dos países industrializados e expansionistas, além de estarem fadados ao fracasso, não representariam uma “paz armada” nas Américas, mas uma “debilidade armada”, que não bastasse ser desnecessária, resultaria incapaz de deter qualquer intenção de ocupação direta sobre o subcontinente. As nacionalidades da região deveriam, não obstante, cultivar o trabalho e promover novas virtudes públicas. Contrapondo-se a muitos autores, seus contemporâneos, Francisco Bulnes afirmava que

⁴⁹⁵ *Ibidem*, pp. 144-145.

os perigos para a América Latina não eram externos, mas internos. A defesa de uma identidade latina ou de uma unidade continental não bastaria para que sua independência fosse mantida. Apenas a transformação do “caráter” dessas nações poderia significar a “salvação” da América Latina:

No son la Europa y los Estados Unidos con sus ambiciones, los enemigos de los pueblos latinos de América; no hay más enemigos terribles de nuestro bienestar e independencia que nosotros mismos. Nada de alianzas guerreras, ni de concilios hispanoamericanos, ni de congresos continentales latinos. Nuestros adversarios ya los he hecho conocer, se llaman: nuestra tradición, nuestra historia, nuestra educación contraria al desarrollo del carácter. Si no sabemos salvarnos, la historia escribirá en nuestra tumba el epitafio que pusieron los persas a los babilonios vencidos por ellos: “*Aquí yacen los que no merecieron esta tierra, ni siquiera para sepultura*”.⁴⁹⁶

Em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, Francisco Bulnes, forte adepto de doutrinas deterministas que defendiam a influência do meio físico sobre os homens e as sociedades, afirmava que o clima e a alimentação dos trópicos somados aos vícios inerentes aos povos latinos, resultavam na inviabilidade da constituição de uma “civilização” em tais regiões da América. As únicas soluções possíveis para o subcontinente seriam o deslocamento de suas populações para as regiões extratropicais da América Latina e a imigração exclusivamente europeia. Ainda assim, a “civilização” não estaria garantida. Ao contrário de muitos ensaístas, seus contemporâneos, Bulnes afirmava o fracasso latino nos trópicos americanos, descartando a existência de um modelo de “civilização” alternativo ao paradigma anglo-saxão.

Assim como César Zumeta e Francisco Bulnes, Manoel Bomfim, em *A América Latina: males de origem*, também discutiu como as nações latino-americanas poderiam se defender diante de um possível ou suposto ataque das potências europeias ou dos Estados Unidos ao subcontinente. Em primeiro lugar, para o autor brasileiro, embora fosse simples em aparência, a conquista da América Latina, principalmente pelos países industrializados da Europa, além de provavelmente não trazer resultados desejados para os potentados expansionistas, se apresentaria como essencialmente difícil de ser realizada. Isso porque, dado seu persistente estágio de “selvageria”, mesmo que possivelmente derrotados com facilidade em uma guerra direta, os povos da região

⁴⁹⁶ *Ibidem*, pp. 281-282.

promoveriam uma brava e cruenta resistência a qualquer tentativa de invasão estrangeira. Nas palavras de Bomfim:

Sem dúvida que, na guerra formal, as nações sul-americanas sucumbirão. Fracas, desorganizadas, pobres, elas não lutarão por muito tempo; mas é esta fraqueza, mesmo, esse estado de desorganização e atraso, que lhes permitirá resistirem longamente, e bravamente, à conquista e ao domínio ou *influência* política, mais ou menos disfarçada do estrangeiro. Gentes incultas, afeitas às lutas cruentas, amando-as; resistentes, destemidas, bravas até a ferocidade, quase insensíveis à dor – tal é o grau de selvageria em que ainda se acham, desabitadas a todo o conforto, vivendo ao acaso, despreocupadas do futuro – estas populações passarão a viver na guerra permanente, sem que isso lhes traga nenhum gravame especial.⁴⁹⁷

É interessante notar como Manoel Bomfim, em inúmeros momentos de seu texto, se utilizava de um discurso predominante para inverter algumas premissas recorrentes no discurso intelectual de sua época. Assim como se utilizou da ideia de “parasitismo”, entendida à época a partir de critérios biológicos, para elaborar uma análise histórico-social; ou enfatizou a “debilidade” de populações consideradas biologicamente inferiores por setores cientificistas, não para fortalecer argumentos racialistas, mas para discursar em favor de um projeto educativo; o autor de *A América Latina: males de origem* se apropriava de uma caracterização da “selvageria”, da “desorganização” e do “atraso” dos sul-americanos não para explicitar a facilidade da conquista, mas o seu avesso: essas características explicitariam, na opinião de Bomfim, suas formas de resistência e a possibilidade de viverem, sem maiores dilemas, em um estado de guerra permanente, como o que, à época, estava ocorrendo nas Filipinas diante da conquista dos Estados Unidos.

No que se refere à questão da união dos países da América Latina em relação às possíveis ou supostas intervenções estrangeiras, Manoel Bomfim parecia acreditar que esse aspecto poderia funcionar como elemento que viria a dificultar ainda mais a ocupação das nações latino-americanas pelas potências imperialistas:

É preciso considerar que há entre essas nacionalidade sul-americanas uma certa homogeneidade de sentimentos, ou que pelo menos, não existe nenhuma incompatibilidade de raça ou de tradições, que as impeça de se unirem e se acordarem

⁴⁹⁷ BOMFIM, *op. cit.*, p. 290.

para a resistência. As condições em que se acham todas elas são tais, que o avanço do estrangeiro sobre um ponto qualquer do continente dará a todos os outros países o sinal de um perigo sério e imediato: a ameaça é para todos, e é natural que se combinem todos para a defesa.⁴⁹⁸

Manoel Bomfim afirmava, ao contrário do que defendia Francisco Bulnes, a construção de uma unidade entre os países da região de maneira quase automática diante do invasor externo. Dada a “homogeneidade” pretensamente existente e da inexistência de divergências raciais e de “tradições” profundas, a aliança entre as nações “sul-americanas” se configurava como algo praticamente natural. Para o autor brasileiro, haveria apenas duas formas para que na América do Sul se constituíssem “nacionalidades prósperas, cultas e fortes”: ou por meio de sua evolução lenta, mas contínua, a que estavam submetidas desde o processo de independência, quando fossem capazes de “remover as causas que ainda hoje entorpecem seu progresso”; ou por meio da eliminação completa de suas populações, “como sucede aos selvagens da Austrália”. De maneira alguma, de acordo com o ensaísta, tais populações, depois de vivenciarem sua autonomia por quase um século, aceitariam a submissão de qualquer potência estrangeira, recorrendo à luta contínua e à “guerrilha” como formas de resistência.⁴⁹⁹

Seria possível afirmar, entretanto, que, na interpretação de Manoel Bomfim, a unidade da América Latina não se apresentaria como uma medida preventiva, mas sim reativa. A organização do continente em “confederações” não era apontada pelo autor brasileiro como medida salvadora. Segundo Manoel Bomfim, a única “salvação” para o subcontinente, conforme vem sendo discutido ao longo destas páginas, era, sem dúvida, a “instrução”: “O remédio está indicado [...]: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar”.⁵⁰⁰

Entre os autores que defenderam a unidade da América Latina, no início do século XX, seria possível destacar, mais uma vez, o argentino Manuel Ugarte, importante interlocutor de Francisco García Calderón. De acordo com o intelectual platino, incluindo o Brasil em sua interpretação, haveria entre os países latino-americanos uma unidade natural, frequentemente ameaçada, internamente, por interesses das oligarquias nacionalistas que se aferravam ao poder, e, externamente, pelos interesses dos Estados Unidos. Defendendo a integração continental a partir da

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 291-292.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 292.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 329.

melhora dos meios de comunicação e transporte entre os países da região e do estabelecimento de “congressos latino-americanos” em contraposição aos “congressos pan-americanos” que, segundo ele, atendiam unicamente aos interesses do potentado ianque, Ugarte afirmava a identidade dos países do subcontinente e preconizava que apenas a unidade seria capaz de preservar a América Latina em relação aos avanços norte-americanos:

No nos separa [as nações latino-americanas] ningún antagonismo fundamental. El territorio fraccionado es más armónico que muchas naciones de Europa. Nuestras grietas son puramente convencionales. Los odios, si los hay, datan apenas de algunos años y más que entre las banderas existen los gobiernos. Si adivina en los límites el capricho de hombres chicos que necesitaban patrias minúsculas para poder dominar. Y observando por encima de las pequeñeces, dando tregua a las rivalidades, nada se opone teóricamente a que los Estados Unidos del Sur lleguen a contrabalancear un día el peso de los del Norte.⁵⁰¹

Em linhas muito parecidas às de Manuel Ugarte, Francisco García Calderón discutia, em *Les démocraties latines de l'Amérique*, os temas da unidade, da latinidade e da formação de confederações nas Américas. Em primeiro lugar, o autor peruano elaborava uma distinção entre “raça” e “cultura”, afirmando que, no Novo Mundo, apenas esta última poderia ser considerada essencialmente “latina”. Dadas as mesclas raciais vivenciadas pelo subcontinente desde a conquista ibérica, as populações que teriam se constituído na região “serían más bien indo-africanas o afroibéricas”. No que se referia à cultura, entretanto, forjada a partir das ideias e das artes francesas, das leis de Roma e do catolicismo, “originó en Sudamérica una forma de pensar análoga a la de los grandes pueblos mediterráneos, hostile o extrãna a la civilizaci3n germánica o la sajona”.⁵⁰² A inexistência de uma “raça latina” na América Ibérica, diferentemente do que ocorreria nos Estados Unidos, povoados por “austeros imigrantes ingleses”, se devia a uma composiç3o demogrãfica que não havia sido resultado de elementos “latinos puros”. Não bastassem os próprios ibéricos serem já populações caracterizadas pela mistura racial, as nações que se edificaram sobre a colonizaç3o peninsular formavam, nas palavras de García Calderón, uma “Babel de raças”, composta não somente pelos antigos povoadores metropolitanos, mas também por indígenas, africanos, asiáticos e

⁵⁰¹ UGARTE, *op. cit.*, p. 159.

⁵⁰² GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 153.

européus das mais variadas procedências. Não obstante, se em termos raciais as Américas poderiam ser apontadas como de difícil categorização, duas foram as tradições que se constituíram na região: de um lado, a “anglo-saxônica”; de outro, a “ibero-latina”. Nas palavras do autor:

Esta confusión de razas de Norte a Sur deja en presencia dos tradiciones: la anglosajona y la iberolatina. Su fuerza de asimilación transforma las razas nuevas. Los ingleses y los españoles desaparecen; sólo subsisten las dos herencias morales. Fácilmente se descubre esta tradición latina en los americanos del Sur. Ellos no son exclusivamente españoles o portugueses. Al legado recibido de España se han unido tenaces influencias originarias de Francia y de Italia. De México al Plata, las leyes romanas, el catolicismo, las ideas francesas, por una acción vasta y secular han dado aspectos uniformes a la consciencia americana.⁵⁰³

Opondo-se, por exemplo, a Francisco Bulnes, García Calderón concebia a existência de uma identidade “ibérica” e “latina” dos países do “Sul” em contraposição à “civilização anglo-saxônica”, edificada no “Norte” da América. Como já ressaltado acima, essa identidade não era resultado, segundo o autor peruano, de critérios raciais, dada a mestiçagem característica do subcontinente, mas de aspectos culturais e “tradições” herdadas, naquele momento, principalmente da França, e, mais remotamente, do Império Romano, as quais seriam capazes de explicitar a existência de “aspectos uniformes” da “consciência americana”. Embora o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique* apontasse não somente para as qualidades, mas também para alguns “vícios” inerentes aos povos latinos da América como o “idealismo”, por vezes exagerado, a “onipotência” do Estado e a “debilidade” de caráter, defendia que tais defeitos deveriam ser superados, sem que se necessitasse abandonar as “tradições latinas” do continente. Nas palavras de García Calderón:

Es conveniente corregir los vicios de la raza ibero-americana sin salir del marco de las tradiciones que le son propias. Sin perder su originalidad como nación, Francia triunfa hoy día en las luchas deportivas y gasta sin medida energía y genio inventivo para la conquista del aire. Hace suyas victorias que parecían ser el privilegio de los anglosajones. Del mismo modo para que las democracias latinas adquieran espíritu

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 154.

practico, actividad tenaz y bella energía, no es necesario que renuncien a su lengua, su religión y su historia.⁵⁰⁴

García Calderón, vivendo e escrevendo seu ensaio em Paris, apontava para o “modelo francês” como o grande paradigma a ser seguido pelas “democracias latinas da América”. Em oposição a Bulnes, que entendia que o melhor para o subcontinente seria o abandono da “herança latina”, incompatível, em sua interpretação, com a “civilização”, o autor peruano propunha exatamente o contrário: os “vícios” de fato existentes na região deveriam ser superados sem que se deixassem de lado, entretanto, os aspectos constitutivos da identidade local, ou seja, a língua, a religião e a história comuns. Na opinião do ensaísta, esses elementos deveriam ser fortemente preservados diante das ameaças estrangeiras que pairavam sobre a América Latina no contexto da “Era dos Impérios”, especialmente dos perigos representados pelos expansionismos alemão, japonês e, principalmente, norte-americano.

Seguindo a mesma linha de Manuel Ugarte, García Calderón preconizava a unidade do subcontinente como principal forma de manter a integridade cultural da América Latina diante dos interesses estrangeiros sobre a região. Mesmo destacando divergências geográficas, históricas e do caráter das nações do subcontinente, o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique* afirmava que “tales divergencias no marcan separaciones esenciales”, pois “ellas no pueden destruir la obra secular de las leyes, las instituciones, la religión, las tradiciones y el lenguaje. La unidad posee fundamentos indestructibles, antiguos y tan profundos como la raza misma”.⁵⁰⁵ García Calderón destacava, nesse sentido, não somente a religião e a identidade provocada pela mestiçagem na América Latina, mas também, a partir de uma ambiguidade discutida anteriormente, embora não excluísse o Brasil de sua análise, sublinhava a importância da língua espanhola para a constituição de uma unidade continental.

O autor entendia que somente a unidade, “a la vez una tradición y una necesidad presente”, poderia “salvar” a região dos intensos apetites imperialistas das potências do período, principalmente dos Estados Unidos. Dessa forma, recuperando e rearticulando, a partir de outras premissas, o antigo ideal bolivariano de unidade continental, propunha a consolidação de grandes “confederações” entre os países da América Latina de acordo com a sua proximidade geográfica e suas afinidades sociais e econômicas. Isso

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 157.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 185.

significaria, segundo o ensaísta, “la cooperación de organismos libres”, em que “agrupándose em torno de pueblos más fuertes” como, por exemplo, o Brasil, a Argentina, o Chile ou o México, “las naciones secundarias podrían conservar su autonomía amenazada”.⁵⁰⁶

Afirmando a impossibilidade da constituição de uma única “confederação” ligando todo o continente, García Calderón dividia então a América Latina em algumas grandes áreas: o México; uma Confederação da América Central, formada pelos países do istmo; uma Confederação das Antilhas, que reunisse as ilhas livres do Caribe; propunha a reconstituição da Gran Colombia bolivariana, a qual seria composta por Colômbia, Venezuela e Equador; uma Confederação do Pacífico, que unisse Peru, Chile e Bolívia; uma Confederação do Rio da Plata, formada por Argentina, Paraguai e Uruguai; e, por fim, o Brasil.

Ciente das dificuldades que esse projeto carregava, García Calderón afirmava que esse objetivo não poderia ser somente resultado de “convenções apressadas”, incapazes de apagar a raiz dos ódios locais e superar o “estreito conceito de pátria” dos povos americanos, mas fruto do trabalho de pensadores, estadistas e homens de indústria e obra que deveria ser fortificada pelo tempo e pela história. Os meios pelos quais essa união deveria ser alcançada eram, assim como nas proposições da Manuel Ugarte, os tratados de comércio e de navegação, a integração ferroviária, a união aduaneira e a realização de congressos entre os países latino-americanos. Nas palavras do autor peruano:

América Latina no puede continuar dividida mientras sus enemigos construyen vastas civilizaciones, inmensos imperios. Sea en nombre de la raza, de los intereses comerciales o de su independencia verdadera, las democracias americanas deben agruparse en tres o cuatro Estados poderosos.⁵⁰⁷

A união dos países da América Latina em “confederações” era apontada como a possível “salvação” do subcontinente diante das ameaças imperialistas que pairavam sobre a região à época. Essa ideia estava alicerçada, como se pode depreender da análise dos textos de García Calderón, em uma determinada concepção identitária que associava os países do subcontinente a valores e comportamentos que se relacionavam a

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 188.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 193.

uma visão sobre uma “latinidade” predominante nesta parte da América. Grande admirador do “modelo francês” e escrevendo preferencialmente para um público francófono, o autor de *Les démocraties latines de l’Amérique* apontava para a importância da América Latina não somente por sua rivalidade local com os Estados Unidos, mas também para uma disputa global entre “latinos” e “anglo-saxões” pela supremacia no mundo.⁵⁰⁸ Entendia, dessa forma, que estaria na América o futuro dos povos latinos, como era possível perceber nas linhas que punham fim ao seu ensaio:

Si, en una Europa dominada por germanos y eslavos, los pueblos mediterráneos se ven obligados a replegarse hacía el mar azul poblado de islas griegas y de símbolos tan antiguos como el mundo, es probable que el mito antiguo se realice nuevamente y que la antorcha del ideal de la civilización latina pase de Paris a Buenos Aires, o Río de Janeiro, como pasó de Roma a Paris en la época moderna, y de Grecia a Roma, en la época clásica. América, hoy desierta y dividida, salvará la cultura de Francia e Italia, la herencia de la Revolución y del Renacimiento, y habrá justificado hasta el final la feliz osadía de Cristóbal Colón.⁵⁰⁹

Em um contexto, em que muitos apostavam na ocupação da América Latina pelas grandes potências industriais do planeta, García Calderón apontava para a possibilidade de um deslocamento civilizacional da Europa para a América. A grande disputa entre “latinos” e “anglo-saxões” do Velho Continente encontraria outro palco principal: o Novo Mundo. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), García Calderón localizava na América, sem medo de errar, o futuro da “civilização ocidental”, não a partir do modelo anglo-saxão, mas como herança da “latinidade” nas “democracias americanas”.

5.6. O lugar da América Latina: notas sobre um debate

Como este capítulo procurou demonstrar, as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX representaram um momento especial na América Latina para a discussão em torno de temas ligados à identidade e à unidade dos países da região. A ascensão dos Estados Unidos, que já se anunciava ao longo do século XIX, mas que se

⁵⁰⁸ Sobre essa questão, ver QUIJADA, “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’”, *op. cit.*, pp. 612-613.

⁵⁰⁹ GARCÍA CALDERÓN, “Las democracias latinas de América”, *op. cit.*, p. 216.

tornou evidente de maneira violenta em 1898 e nos anos iniciais do século XX, e o expansionismo europeu desse período, resultaram no estabelecimento de um ambiente propício para a discussão identitária. Em conflito com as ideias do pan-americanismo, preconizadas pela política externa dos Estados Unidos, ideias ligadas ao “latino-americanismo”, ao “íbero-americanismo” e ao “hispano-americanismo” disputavam espaço na retórica política e intelectual do período na América Latina. Tais discussões demonstravam também a inserção do Brasil, país que ocupava posição ambígua nos ensaios e interpretações produzidos durante esses anos, nessas discussões. Parafrazeando Maria Ligia Prado, nos textos analisados nesta pesquisa, o Brasil era América Latina, embora ocupasse uma posição, por vezes, *sui generis* no contexto das obras escritas pelos autores hispano-americanos.

Não era de se estranhar que a profusão de ensaios de interpretações gerais sobre a América tenha ocorrido no período localizado entre a Guerra Hispano-americana (1898) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914). A preocupação central dos autores analisados por esta pesquisa recaía, em grande medida, sobre um questionamento em torno do lugar da América Latina em um mundo marcado pela expansão econômica, territorial e cultural dos países expansionistas da Europa, dos Estados Unidos e até mesmo do Japão. Nesse sentido, como manter a independência da região em meio à “partilha” da superfície do planeta entre tais nações? É possível afirmar que esse tipo de questão demandava análises que não se restringissem aos espaços demarcados pelas fronteiras nacionais, mas, pelo contrário, partissem de uma perspectiva mais ampla, buscando soluções globais para um problema de ordem geopolítica internacional.

Entre as temáticas centrais postas em discussão, durante esses anos, estava o papel da Doutrina Monroe no quadro das relações interamericanas do período. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, inicialmente, enunciada em 1823, tinha como objetivo explicitar a “política isolacionista” dos Estados Unidos em relação à Europa e, ao mesmo tempo, defender a preeminência norte-americana na resolução dos assuntos continentais diante das ameaças “restauradoras” e “recolonizadoras” do Velho Mundo pós-napoleônico. Essa doutrina, de acordo com os autores analisados, representava, em sua essência, uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que poderia ter significado um elemento determinante para a manutenção da autonomia latino-americana, ao longo do século XIX, diante dos apetites europeus, pressupunha a supremacia estadunidense sobre a região, abrindo caminho para possíveis intervenções e agressões da república do Norte sobre os países do Sul.

O ano de 1898 significou uma mudança definitiva nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina e na visão de setores intelectuais e políticos do subcontinente sobre aquele país. Não porque a federação ianque jamais houvesse anteriormente demonstrado interesses sobre os antigos territórios de colonização ibérica e, principalmente, espanhola, como é possível notar, por exemplo, na guerra contra o México (1846-1848), mas pelo fato de que as conquistas de Porto Rico, das Filipinas e do Havai, para não mencionar a situação de Cuba, significavam, nesse momento, o ingresso definitivo dos Estados Unidos no rol das potências imperialistas do planeta. Os países da América Latina seriam, na visão de muitos, a região mais exposta, por questões geográficas evidentes, ao expansionismo norte-americano. As conquistas da federação ianque poderiam, para piorar a situação do subcontinente, de acordo com essas análises, representar ainda a abertura de um precedente para que os países europeus questionassem a supremacia estadunidense sobre a região, sintetizada pela Doutrina Monroe, e requeressem, em moldes similares aos da África e do Pacífico, sua “partilha”.

Nas duas primeiras décadas do século XX, era notório que a Doutrina Monroe, conforme destacou García Calderón, deixara de ser defensiva (em relação à Europa) e passara a ser intervencionista (em relação à América Latina), o que havia se tornado evidente durante o governo de Theodore Roosevelt e sua política do *Big Stick*, exemplificada, em todas as suas consequências, pelos eventos relacionados à construção do Canal do Panamá. Os apetites estrangeiros da “Era dos Impérios”, tanto europeus como norte-americanos, estavam postos nos ensaios de fins do século XIX e inícios do século XX em termos de um temor latino-americano em relação à sua própria independência. Esse contexto vivenciado pela América Latina levou seus políticos e intelectuais a uma discussão vasta, variada e repleta de respostas possíveis sobre as formas de “salvação” da região diante dos avanços imperialistas, nas quais os temas da unidade e da identidade estiveram muito presentes.

Entre os vários “projetos de salvação”, o “pessimista” mexicano Francisco Bulnes, crítico das condições oferecidas pelos trópicos e da herança latina legada aos países ibéricos do continente, apresentava uma perspectiva frequentemente negativa para a maior parte da região, com a exceção da Argentina, do Uruguai e do Chile e de algumas regiões do México e do Brasil. Afirmava a recusa necessária aos “países civilizados” do ideal político latino, caracterizado pela valorização das instituições, especialmente o Estado, em detrimento dos indivíduos, protagonistas, em sua

interpretação, do paradigma civilizacional anglo-saxão. Além da negação de uma identidade “latina”, o autor de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* também refutava, a partir de uma análise do desenvolvimento histórico dos países latinos da Europa e das Américas, a unidade da região, seja por meio do estabelecimento de congressos, seja da constituição de “confederações” nos moldes “bolivarianos”. Para o ensaísta, o problema da região eram as condições proporcionadas pelos trópicos e pela alimentação local e os costumes resultantes das tradições “latinas”. Embora não pudessem ser completamente superadas, tais características deveriam ser ao menos ponderadas por um grande trabalho de “pacificação nacional” e pela imigração europeia em direção ao continente.

Manoel Bomfim, por outro lado, embora afirmasse uma certa “homogeneidade” entre os países da região e destacasse que, em caso de ocupação estrangeira, seria possível uma unidade defensiva de seus países na forma de “guerrilhas” contra o invasor, tinha como grande mote de sua interpretação, a defesa de um projeto de “instrução popular” como única maneira de “salvar” a América Latina de possíveis investidas patrocinadas pelas nações industrializadas do globo. É preciso destacar aqui que, diferentemente das posições opostas de Francisco Bulnes e Francisco García Calderón, as discussões em torno da unidade e da identidade do continente não ocupavam posição de protagonismo em seu ensaio. A despeito da semelhança das questões que perpassavam as três obras, talvez seja possível afirmar que os temas da unidade e da identidade não apresentavam, nos debates brasileiros, a centralidade que ocupavam no contexto intelectual hispano-americano.

Por fim, Francisco García Calderón, ensaísta que vivia em Paris e que escrevera seu ensaio em francês para um público majoritariamente francófono, fazia da defesa das “tradições latinas” da América um dos eixos centrais de sua discussão. Embora não recusasse completamente algumas características associadas ao “instinto prático” dos anglo-saxões, o autor peruano afirmava que a constituição de uma “civilização” na região não deveria ser feita a partir da recusa da “essência latina”, sintetizada na língua, na religião e na história, desta parte da América. Além disso, o autor de *Les démocraties latines de l'Amérique* preconizava o estabelecimento de “confederações” entre os países latino-americanos, as quais deveriam ser capazes de fazer frente ao perigo ianque, de modo particular, e ao imperialismo europeu e japonês, de maneira geral. Na opinião do autor, apenas assim a América Latina poderia se proteger diante desse contexto

expansionista e, mais que isso, evidenciar as perspectivas do subcontinente como o futuro da “civilização latina” no planeta.

Como foi possível perceber ao longo deste capítulo, em um contexto internacional marcado pelo expansionismo das nações industrializadas e, agravado nas Américas, pela candidatura dos Estados Unidos ao posto de potência imperialista de alcance global após a Guerra Hispano-americana (1898), um conjunto questões similares se apresentaram aos diversos ensaístas em todo o continente, as quais foram respondidas de maneiras muito variadas pelos autores analisados nesta pesquisa. O problema de fundo, entretanto, passados mais de cem anos do início desta discussão, permanece, embora de maneira diferente, ainda candente: qual o lugar da América Latina em um mundo em perene transformação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Polemistas, profetas, mestres e intérpretes. O mexicano Francisco Bulnes, o brasileiro Manoel Bomfim e o peruano Francisco García Calderón elaboraram, por meio de seus ensaios, polêmicas sobre a vida política, as condições sociais e a história latino-americana; conceberam profecias, ora pessimistas, ora otimistas, sobre o porvir da região; apontaram, como legítimos professores, os possíveis caminhos para a salvação; formularam, por fim, interpretações sobre o “caráter” do continente, apresentado, por vezes, como “latino”, “mestiço” ou “tropical”. As quatro características do ensaísta, sintetizadas tão bem por Beatriz Colombi, a “polêmica”, a “profecia”, a “lição” e a “interpretação”, se mesclavam nas obras desses três autores que procuravam, em seus textos, diagnosticar os “males de origem”, prescrever remédios e apresentar possibilidades de futuro, elaborando, dessa maneira, análises, visões e representações gerais sobre o passado, o presente e o porvir da América Latina.

Este trabalho buscou analisar as questões envolvendo a circulação de ideias e a construção de identidades na América Latina entre fins do século XIX e inícios do século XX, mais especificamente no período entre a Guerra Hispano-americana (1898) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914). Em relação à primeira parte da discussão proposta, o tema da circulação das ideias, procurou-se sublinhar que estas não têm um único “sentido”. Em primeiro lugar, afirmando a variedade de significados e a multiplicidade de representações que um mesmo termo pode adquirir em contextos discursivos, culturais e políticos distintos. A análise sobre a utilização do conceito de “parasitismo” procurou evidenciar essa questão, tanto quando se ressaltava seus diferentes usos na Europa e nas Américas, como quando tomadas situações históricas particulares dentro de contextos específicos do próprio continente americano. O mesmo pode se dizer da ideia de “democracia”, palavra tomada, muitas vezes, a partir de concepções fixas, aparentemente muito bem definidas, mas que, no entanto, historicamente foi alvo de disputas entre os mais diversos grupos políticos e classes sociais, revelando uma polissemia intensa que merece ser destacada.

Em segundo lugar, a ideia de “sentido” por muito tempo, além de explicitar uma concepção de significado, trazia, em seu cerne, uma visão, em grande medida, determinista sobre a direção da história. Predominante nas mais variadas vertentes interpretativas das ciências sociais enraizadas na retórica do Iluminismo, que

dominaram o discurso intelectual do século XIX, perdurando hegemonicamente até as décadas finais do século XX, esse pressuposto estava essencialmente associado a uma visão de mundo evolutiva, capaz de precisar os “sentidos” do processo histórico, a partir de premissas teleológicas, que colocavam os homens necessariamente na direção do progresso liberal, da sociedade industrial ou positiva, da revolução socialista, etc.. Essas narrativas “evolutivas” da história constituíam, muitas vezes, hierarquias e escalas de valores sobre as mais diversas sociedades e regiões do planeta e, mesmo quando não perpassadas por critérios de superioridade étnica ou cultural, traziam implícitas caracterizações sobre aqueles grupos mais “avançados”, frequentemente identificados à Europa e, posteriormente, aos Estados Unidos, e os mais “atrasados”, aqueles localizados nas demais regiões do globo. Esse “sentido” era capaz de produzir outros “sentidos”. Enquanto as ideias eram produzidas na Europa e importadas pela América, as riquezas naturais e matérias-primas faziam o caminho inverso. Essa concepção definia tanto que as “ideias estrangeiras” estariam “fora do lugar” na “realidade social” de regiões “periféricas”, como a existência de um “sentido da colonização” voltado para o enriquecimento do “centro” da economia capitalista, notadamente a Europa. Não se quer negar aqui, ao discutir tais pontos, a preeminência econômica e geopolítica do Velho Mundo, principalmente após a Revolução Industrial, mas tornar mais complexa a análise sobre essas relações frequentemente assimétricas.

A discussão sobre as práticas democráticas na América Latina estava, dessa forma, perpassada pela tensão entre as ideias e instituições “estrangeiras” incompatíveis com a “realidade local”. Esse tipo de discurso, com desdobramentos intelectuais na produção acadêmica do século XX, terminava por ressaltar uma visão em que os países ibero-americanos se constituíam como regiões em permanente “formação”, evidenciando sua perene “incompletude” diante das já “formadas” e “completas” nacionalidades europeias. As implicações desse paradigma interpretativo eram variadas, mas poderiam resultar, em algumas análises, na prescrição de regimes autoritários para os “anárquicos” países da América Latina, em termos que se associavam a uma retórica de “ordem e progresso”, ou mesmo em afirmações que davam conta da “incapacidade” ou “despreparo” popular para a participação na vida política das várias nações latino-americanas.

A análise sobre a construção e a circulação do conceito de “parasitismo” procurou, nesse ínterim, contribuir para a constituição de uma visão mais complexa sobre as trocas intelectuais entre o Velho e o Novo Mundo. Parece interessante ressaltar,

dessa forma, que uma ideia como o “parasitismo colonial”, embora pudesse estar presente em textos europeus, como estava em fins do século XIX, só poderia ser desenvolvido de maneira politicamente mais consistente por grupos que viviam ou já haviam vivido situações relacionadas ao colonialismo.

Um último movimento deste trabalho foi o de analisar as diversas identidades que perpassavam o discurso político e intelectual na América Latina após 1898. Primeiramente, procurou-se destacar, em meio às discussões acerca do papel da mestiçagem e da necessidade de imigração, as interpretações das elites intelectuais em relação aos diversos grupos étnicos que habitavam a região. Em um contexto em que se debatia a viabilidade dos países do subcontinente, diversas proposições, muitas das quais perpassadas por critérios racialistas, podiam ser encontradas nos discursos e textos dos homens de Estado e de letras latino-americanos. Essas visões defendiam, muitas vezes, propostas imigratórias que traziam subjacentes projetos que interpretavam a possibilidade de “branqueamento” como única forma de “redenção” dessas nações, compostas majoritariamente por indígenas e negros, grupos considerados, pelas elites europeizadas, como “inferiores” e, portanto, como causa de “degeneração” social. Entretanto, esse tipo de premissa, embora predominante, não era único na América Latina. Manoel Bomfim, por exemplo, a despeito de afirmar a “debilidade” dessas populações, não a atribuía a critérios relacionados à raça, mas a heranças históricas e sociais que poderiam ser superadas por meio de um projeto de instrução popular. É importante ressaltar, nesses discursos, a predominância, a despeito de suas diferenças, de uma concepção muito bem definida sobre as “fraquezas”, sejam raciais ou culturais, das populações “subalternas” na América Latina. Como a outra face da mesma moeda, destacava-se, nesses projetos, a importância do próprio papel do intelectual como o portador de “soluções” capazes de resolver os problemas da região.

Apontava-se também, nesse período, para as várias designações que disputavam espaço na retórica da época como “América Latina”, “América do Sul”, “América Ibérica” e “América Hispânica”, destacando, em meio às disputas identitárias na região, a convivência de interesses e objetivos externos, por exemplo, norte-americanos (pan-americanismo), franceses (latino-americanismo) ou espanhóis (hispano-americanismo); e internos, estes últimos referentes à necessidade de se construírem identidades locais que marcassem as particularidades e a unidade da região. Longe de apontar, por exemplo, para a designação “América Latina” como uma imposição unicamente externa, valeria mais a pena pensar essa identidade como uma construção

frequentemente ambígua, perpassada por tensões e apropriada, muitas vezes, internamente, com a intenção de fazer frente a um inimigo estrangeiro. Também refutando aquelas análises que excluía ou excluem o Brasil categoricamente de qualquer projeto de identidade continental, especialmente ao longo do século XIX e no início do século XX, é preciso afirmar que a ambiguidade da presença ou ausência brasileira nessas propostas deve ser sempre levada em conta.

Os temas da identidade e da unidade continental não se esgotaram sob o impacto dos avanços norte-americanos após 1898, permearam todo o debate político, intelectual e cultural do século XX e chegaram até hoje. Pensar na adesão ou refutação desses projetos nesses anos todos, não significa apontar para discussões imóveis, mas para influxos e refluxos proporcionados pelos ventos da política internacional e pelas situações particulares de cada nação latino-americana analisada em sua singularidade ou em conjunto com os demais países da região. Nesses termos, a história exposta nestas páginas é apenas uma pequena parte desse longo caminho de idas e vindas já muito percorrido, mas cujas trilhas sugerem que muito ainda haverá por percorrer.

FONTES

FONTES PRINCIPAIS

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*.

México: Imprenta de Mariano Nava, 1899.

GARCIA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

FONTES AUXILIARES

ARISTÓTELES. *História dos Animais*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2006.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

_____. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

_____. “Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *A América Latina*”. *Os Anais* (Rio de Janeiro), n. 74, pp. 169-170, 1906.

_____. “Parecer sobre o livro ‘História da América’ de Colombo, apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal [1897]”. In: POMBO, Sebastião da Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

BORDIER, Arthur. *Le géographie médicale*. Paris: C. Reinwald, 1984.

BUCKLE, Henry Thomas. *História da civilização na Inglaterra*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900.

BULNES, Francisco. *El verdadero Juárez y la verdad sobre la Intervención y el Império*. México: Librería de la Vda. de C. Bouret, 1904.

- _____. *Juárez y las revoluciones de Ayutla y Reforma*. México: Antigua Imprenta de Murguía, 1905.
- _____. *El verdadero Díaz y la Revolución*. México: Eusebio Gómez de la Puente Editor, 1920.
- _____. “Hojas sueltas: réplica al Sr. Olaguibel y Arista” e “Los fallos sobre las conquistas españolas: réplica al Sr. Sanchez Santos”. In: *La independencia de Cuba en relación con el criterio americano y los intereses de México: Colección de notables artículos sobre esta cuestión de distinguidos escritores mexicanos*. México: [Tipographia de J. León y Co.], 1897.
- CASASÚS, Juan J. E. *Vida de Ignacio Agramonte*. Camaguey: La Sociedad Camagueyana “La Popular de Santa Cecilia”, 1937. Disponível em <http://www.camagueycuba.org/ia/>. Acesso em 08/03/2013.
- “Corolário Rooseveltiano da Doutrina Monroe (6 de dezembro de 1904)”. In: SYRETT, Harold (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- DARÍO, Rubén. “El triunfo de Calibán”. In: *Prosas políticas*. 2. ed. Manágua: Ministério de Cultura, 1983.
- D’OLIVEIRA, Emydgio. *A caça do Leopardo: Portugal e a Inglaterra perante o tráfico de escravos*. Porto: Alcino A. Aranha Editor, 1883.
- “Doutrina Monroe (2 de dezembro de 1823)”. In: SYRETT, Harold (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Le Perou Contemporain*. Paris: Dujarric e Cia. Editerurs, 1907.
- _____. “¿Menéndez Pelayo es crítico? [1903]”. In: *Ideologías*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, [1918].
- _____. “El pan-americanismo: su pasado y su porvenir”. In: *REVISTA AMERICANA: Uma iniciativa pioneira da cooperação intelectual (1909-1919)*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001.
- GOVIN, Antonio. “Exposición de la doctrina autonomista: discurso pronunciado por Don Antonio Govin, secretario de la junta central del partido liberal, en la reunión pública celebrada en Santiago de Cuba el día 9 de enero de 1887”. In: *La autonomía colonial: colección de artículos publicados por publicados por “El Triunfo” órgano oficial del Partido Liberal*. Havana: Imprenta “El Retiro”, 1887.

- GROUSSAC, Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897.
- _____. “Discurso del Sr. P. Groussac”. *España y Estados Unidos: conferencias de los señores Dr. Roque Saenz Peña, Paul Groussac y José Ternassi*. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1898.
- _____. “La ‘Tempestad’” [1900]. In: *El viaje intelectual: impresiones de naturaleza y arte*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1904.
- HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Tomo I. Lisboa; Rio de Janeiro: Livraria Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d.
- HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. Londres: James Nisbet & Co., 1902.
- HOSTOS, Eugenio Maria de. “Plácido”. In: *Hostos y Cuba*. Havana: Municipio de la Habana, 1939.
- LUBBOCK, John. *L’homme avant l’histoire, étudié d’après les monuments et les costumes retrouvés dans les différents pays de l’Europe suivi d’une description comparée des moeurs des sauvages modernes*. Paris: Germer Baillière Libraire-Editeur, 1867.
- LUCIANO DE SAMÓSSATA. *O parasita*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- “Manifiesto de la Convención Nacional Liberal a favor de la Relección (23 de abril de 1892)”. In: IGLESIAS GONZÁLEZ, Román (org.). *Planes políticos, proclamas, manifiestos y otros documentos: De la Independencia al México moderno (1812-1940)*. México: UNAM, 1998. Disponible em: <http://www.bibliojuridica.org/libros/1/121/21.pdf>.
- MARTÍ, José. *Nuestra América*. 3 ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2005.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Tomo I. 4 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1887.
- _____. *Portugal contemporâneo*. Tomo I. 3 ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira Editor, 1895.
- _____. *O Brazil e as colônias portuguesas*. 5 ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1920.
- MASSART, Jean & VANDERVELDE, Emile. *Parasitism organic and social*. Londres: Swan Sonnenschein & Co. Limited, 1895.

- MAYNER Y ROS, José. *Cuba y sus partidos políticos*. Kingston: Mortmer C. De Souza Impressor, 1890.
- MOLINA ENRIQUEZ, Andres. *Juarez y la Reforma*. 2. ed. [1. ed.: 1906]. México: Instituto Politécnico Nacional, 2005.
- NOVICOW, Jacques. *Les luttres entre sociétés humaines et leur phases sucessives*. 2 ed. Paris: Felix Alcán Editeur, 1896.
- _____. « Les anglo-saxons et leur prétendue superiorité ». *La Revue (Ancienne Revue des Revues)*. Vol. XLI, 1902.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- RECLUS, Élisée. *Nouvelle Geographie Universelle*. Tomo XVII: Indes Occidentales (México, Isthmes Américains, Antilles). Paris: Libraire Hachette et Cie., 1891.
- _____. « Les republics de l'isthme américain ». *Revue des deux mondes*, Ano XXXVIII, t. 74, 1868.
- _____. “L'Insurrection de Cuba”. *Revue Politique et Litteraire*, année I, n. 12 (1868), pp. 269-271.
- RENAN, Ernest. *Caliban, suite de La Tempête (Drame philosophique)*. 2. ed. Paris: Calmann Lévy Editeurs – Ancienne Maison Michel Lévy Frères, 1878.
- Revista Americana: uma iniciativa pioneira da cooperação intelectual (1909-1919)*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. 2. ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- ROMERO, Sílvio. *A América Latina: Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Livraria Chadron de Lello e Irmão, 1906.
- SACO, José Antonio. *Paralelo entre la isla de Cuba y algunas colonias inglesas*. Madrid: Oficina de Don Tomás Jordán, 1837.
- _____. *Ideas sobre la incorporación de Cuba a los Estados Unidos*. Paris: Imprenta de Panckoucke, 1848.
- SAINT-HILAIRE, Isidore Geoffrey. *Lettres sur les substances alimentaires et particulièrement sur la viande de cheval*. Paris: Libraire de Victor Masson, 1856.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.
- SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Porto Alegre: LP&M, 2011.

- SIERRA, Justo. *Juarez, su obra y su tiempo*. 7. ed. [1. ed.: 1906]. México: Editorial Porrúa, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- UGARTE, Manuel. *El porvenir de la América Latina*. Valencia: F. Sempere y Compañía Editores, [1911].
- URIÉN, Carlos María. *Revolución Cubana*. Buenos Aires: Imprenta, Litografía y Encuadernación de J. Peuser, 1896.
- VARONA, Enrique José. *Cuba contra España*. Nova York: Imprenta América, 1895.
- VERÍSSIMO, José. “Perspectivas da América Latina”. In: BARBOSA, João Alexandre (org.). *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Nova York: s.e., 1899.

DICIONÁRIOS

- Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. 5 ed. Madrid: Imprenta Real, 1817.
- Diccionario de la lengua castellana por la Academia Española*. 6 ed. Madrid: Imprenta Nacional, 1822.
- Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. 12 ed. Madrid: Imprenta de D. Gregório Hernando, 1884.
- Dictionnaire de l'Académie Française [sic], revu, corrigé et augmenté par l'Académie elle-même*. 5 ed. T. II. Paris : J. J. Smits, 1798.
- Dictionnaire de l'Académie Française*. 6 ed. T. II. Paris : Imprimerie et Libraire de Fermin Didot Frères, 1835.
- Dictionnaire de l'Académie Française*. 7 ed. T. II. Paris : Librairie de Fermin-Didot et Cie., 1879.
- LITTRÉ, Émile. *Dictionnaire de la langue française*. T. III. Paris : Libraire Hachette e Cie., 1883.
- SALVA, Vicente. *Nuevo diccionario de la lengua castellana que comprende la última edición integra; muy rectificada y mejorada por la Academia Española, y unas veinte y seis mil voces, acepciones, frases y locuciones, entre ellas muchas*

americanas, añadidas por don Vicente Salva. 2 ed. Paris: Librería de Don Vicente Salva, 1847.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. T. II. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

_____. *Diccionario da língua portugueza*. 6 ed. T. II. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858.

_____. *Diccionario de língua portugueza*. 8 ed. Vol. II. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora Empreza Literária Fluminense, 1891.

ARQUIVOS DIGITAIS CONSULTADOS

Biblioteca Nacional de España: www.bne.es

Bibliothèque Nationale de France: www.bnf.fr

Internet Archive: www.archive.org

Latin American Pamphlet

Digital Collection: http://vc.lib.harvard.edu/vc/deliver/home?_collection=LAP

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. *Disputa intelectual ou A impertinência de um polemista? Uma análise comparatista entre as Américas de Sílvio Romero e Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado (Literatura e Vida Social). FCL-UNESP, Assis-SP, 2009.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- AILLÓN SORÍA, Esther. “La política cultural de Francia en la génesis y difusión del concepto *l’Amérique Latine*, 1860-1930”. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer e MARICHAL, Carlos (org.). *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual (siglos XIX e XX)*. México: El Colégio de México, 2004.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Débora El-Jaick. “Escrita da história e política no século XIX: Thomas Carlyle e o culto aos heróis”. *História e perspectivas*, Uberlândia (35), pp. 211-246, jul./dez. 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “Atualidade do pensamento de Elisée Reclus”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Élisée Reclus: geografia*. São Paulo: Ática, 1985.
- ANSALDI, Waldo. “A mucho viento, poca vela: las condiciones sociohistóricas de la democracia en América Latina”. In: ANSALDI, Waldo (org.). *La democracia en*

- América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. “Henry Thomas Buckle (1822-1862)”. In: MARTINS, Eugênio Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos “Rômulo Gallegos”, 1980.
- _____. “Panamericanismo y latinoamericanismo”. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus Ideas*. México: Siglo XXI, 1986.
- _____. “La idea de Latinoamérica”. *Marcha*, Montivideo, n. 1282, 27 de noviembre de 1965.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.
- _____. “A Revista Americana e as relações entre as Américas”. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BARNES, Harry Elmes. “A sociological criticism of war and militarism: an analysis of the doctrines of Jacques Novicow”. *The Journal of International Relations*, vol. 12, n. 2, oct. 1921, pp. 238-265.
- BASAVE BENITEZ, Agustín. *México mestizo: análisis del nacionalismo mexicano en torno de la mestizofilia de Andrés Molina Enriquez*. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BECELLI, Ricardo Sequeira. *Nacionalismos antirracistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. Dissertação de Mestrado (História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2002.

- BEIRED, José Luís Bendicho. “Vertentes da História Intelectual”. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio e GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa “Cultura e Política nas Américas*. Vol. I. Assis: FCL-Assis- Unesp Publicações, 2009.
- _____. “Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas”. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006.
- BETHELL, Leslie. “O Brasil e a idéia de “América Latina” em perspectiva histórica”. *Estudos Históricos*, vol. 22, n. 44, pp. 289-321, jul.-dez. 2009.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- _____. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. “Democracia”. In: BOBBIO, Norberto; METTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos”. In: *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BITTENCOURT, Circe. “O percurso acidentado do ensino de História da América”. In: BITTENCOURT, Circe e IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: uma nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. *O batismo da Instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1997.
- _____. “Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil”. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRADING, David. “Francisco Bulnes y la verdad acerca de México del siglo XIX”. *História Mexicana*, 1996, vol. XLV, pp. 621-651.
- BRANDALISE, Carla. “A ideia e concepção de 'latinidade' nas Américas: disputa entre as nações”. In: ORO, Ari Pedro (org.). *A ideia de latinidade na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2008.

- BRESCIANI, Stella. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX: fundamentos de um lugar-comum”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CANDIDO, Antônio. “Radicalismos”. In: *Vários escritos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000.
- _____. “A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América”. *História*, vol. 2, n. 22, 2003, pp. 35-58.
- CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- _____. “República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891”. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, pp. 141-157, jan./jun. 2011.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CASTRO, Fernando Luiz Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestre da Vida?”. *Estudos ibero-americanos*, PUC-RS, Edição especial, n. 2, pp. 7-34, 2006.
- CHARLE, Christophe. *Le naissance des “intellectuels”, 1880-1900*. Paris: Editions de Minuit, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual: migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2004.
- _____. “Camino a la meca: escritores hispanoamericanos en Paris”. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*.

- Buenos Aires: Katz, 2008, vol. I – La ciudad letrada, de la conquista al modernismo.
- _____. “Representaciones del ensayista”. *The Colorado Review of Hispanic Studies*, vol. 5, fall 2007, pp. 25-36.
- CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *História del Peru Contemporâneo*. 4. ed. Lima: IEP, 2007.
- DAMON, Cynthia. “Greek Parasites and Roman Patronage”. *Harvard Studies in Classical Philology*. Vol. 97: Greece in Rome: Influence, Integration, Resistance. 1995.
- DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Biblos; Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000, tomo I – Del Ariel a CEPAL (1900-1950).
- DEVOTO, Fernando J. “Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- DIVINI, Robert A. *et alli. América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.
- DORLING, E. E. *Leopards of England and other papers on Heraldry*. Londres: Constable & Company Ltd., 1913.
- DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valencia: PUV, 2006.
- DULCI, Tereza Maria Spyer. *As conferências pan-americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013.
- FARRET, Rafael Leporace e PINTO, Simone Rodrigues. “América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia”. *Topoi*, vol. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, pp. 30-42.
- FELL, Eve-Marie. “Del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionária”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, vol. 2 – A emancipação do discurso.

- FERES JUNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005.
- FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Pátria Mestiza: História e Memória na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado em História. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009.
- _____. “A mestiçagem como exclusão do indígena na obra de Francisco Pimentel (México – 1864)”. In: *Anais Eletrônicos do IX Encontro Internacional da ANPHLAC*. Goiânia, 2010.
- _____ & MORAIS, Marcus Vinícius de. “Os EUA no século XIX”. In: KARNAL, Leandro *et alli*. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FERNÁNDEZ, Frank. *L’anarchisme à Cuba*. Paris: Editions CNT, 2004.
- FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. *Todo Calibán*. Concepción: Cuadernos Atenea, 1998.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate 1: História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FURET, François. “O sistema conceptual de *A democracia na América*”. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- GARZA, Beatriz. “‘Pimentel y Altamirano’: discusiones sobre la literatura y la lengua”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*, vol. 2: Emancipação do discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994.
- GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo: Historia de una polémica (1750-1900)*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- GIL LÁZARO, Alicia. “Las señas de identidad de un escritor ‘ausente’: América Latina e Perú en el pensamiento de Francisco García Calderón”. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer e MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades*

- latinoamericanas: ensayos de historia intelectual (siglos XIX e XX)*. México: El Colégio de México, 2004.
- GOMES, Caio de Souza. *Quando um muro separa, uma ponte une: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70)*. Dissertação de Mestrado (História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2013.
- GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- _____. “Manoel Bomfim, 'pensador da história' na Primeira República”. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, São Paulo, julho-2003.
- GONZALEZ, Luis. “El liberalismo triunfante”. In: COSIO VILLEGAS, Daniel (coord.). *História general de México*. 4. ed. México: El Colégio de México, 1994.
- GOUVEIA, Regiane Cristina. “Projetos para a nação: reflexões a partir de Fichte, Renan e Rodó”. *Revista Ágora*, n. 12, 2011, pp. 1-15.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRANADOS GARCÍA, Aimer. “Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana, 1826-1860”. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer e MARICHAL, Carlos (org.). *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual (siglos XIX e XX)*. México: El Colegio de México, 2004.
- GRANT, Susan-Mary. “Americanos construindo uma nova nação, 1860-1916”. In: PAMPLONA, Marco A. & DOYLE, Don H. (org.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- GREENE, Jack P. “Identidades dos estados e identidade nacional à época da Revolução Americana”. In: PAMPLONA, Marco A. & DOYLE, Don H. (org.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.
- GUERINI, Andreia. “A teoria do ensaio: reflexões sobre uma ausência”. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, n. 8, 2000, pp. 11-27.
- GUERRA, François-Xavier. *México: Del Antiguo Regimén a la Revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988, 2 vols.

- HALE, Charles. “As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, vol. IV: de 1870-1930*. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. “Francisco Bulnes: un itinerário entre el progresismo y el conservadurismo”. In: *El espejo de la História: problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas*. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.
- HANDLEY, E. W. “Comedy”. In: EASTERLING, P. E. & KNOX, B. M. *The Cambridge History of Classical Literature*. Volume I: Greek Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *A Era do Capital, 1848-1875*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; IUPERJ, 2005.
- JÁUREGUI, Carlos. *Canibalia: canibalismo, calibanismo, antropofagia cultural y consumo en América Latina*. Madri: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2008
- JIMÉNEZ MARCE, Rogelio. *La pasión por la polémica: el debate sobre la historia en la época de Francisco Bulnes*. México: Instituto Mora, 2003.
- JOSEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Francisco Alves, 2005.
- KAGAN, Richard L. “El paradigma de Prescott: la historiografía norteamericana y la decadencia de España”. *Manuscrits*, n. 16, 1998, pp. 229-252.
- KATZ, Frederich. “O México: a República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

- KLARÉN, Peter. “As origens do Peru Moderno, 1880-1930”. In: BETTHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.
- KLEIN, Herbert S. “Migração internacional na História das Américas”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- _____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LISBOA, Karen Macknow. “Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo”. *Espaço Plural*, ano IX, n. 19, 2 semestre 2008, pp. 95-104.
- LOMNITZ, Claudio. “Los intelectuales y el poder político: la representación de los científicos en México del Porfiriato a la Revolución”. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (org.). *História de los intelectuales em América Latina: I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008.
- LOPES, Milton. “Élisée Reclus e o Brasil”. *GEOgraphia*, vol. 11, n. 21, 2009.
- LÓPEZ, Carolina Elisabet. “Los intelectuales argentinos frente a la independencia cubana de 1898: último bastión imperialista y nuevo status colonial”. *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, ano 13, n. 26, 2º. sem./2011, pp. 3-25.
- LUKÁCS, Georg. “Sobre el esencia y la forma del ensayo”. In: *El alma y las formas*. México: Grijalbo, 1985.
- LUNA ARGUDÍN, Maria. “Cinco formas de representar el pasado: A propósito de las polémicas en torno de Juárez”. *História Mexicana*, vol. LVII, n. 3, 2008.
- MALDONADO DENIS, Manuel. “Eugenio Maria de Hostos: sociólogo y maestro antillano”. In: HOSTOS, Eugenio Maria de. *Moral Social; Sociología*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1982.
- MARCILHACHY, David. *Raza hispana: hispanoamericanismo e imaginario nacional en la España de la Restauración*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010.

- MARSON, Isabel Andrade. “‘Antigo Regime, feudalismo, *latifúndia*, servidão, escravidão’: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre a ‘inconclusão’ da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX)”. *Revista de História*, edição especial (2010), pp. 165-183.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o sonho”. *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan./jun. 2011.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de & CARNEIRO, Henrique. “A História da Alimentação: balizas historiográficas”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 5, pp. 9-91, jan./dez. 1997.
- MITRE, Antônio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano: da guerra contra à Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios: uma seleção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MONTEIRO, Pedro Meira. “As raízes do Brasil no espelho de Próspero”. *Novos Estudos Cebrap*, 83, março de 2009, pp. 159-182.
- MORENO FRAGINALS, Manoel. *Espanha-Cuba-Espanha: Uma história comum*. Bauru: Edusc, 2005.
- MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- NAVARRETE LINARES, Federico. *Las relaciones interétnicas en México*. México: UNAM, 2004.
- NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogério Forastieri da. “Introdução: Para a historiografia da Nova História”. In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogério F. da (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- OLIVA, Terezinha Alves de. “O pensamento geográfico em Manoel Bomfim”. In: CRUZ, José Vieira & BITTENCOURT JUNIOR, Antônio (orgs.). *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

- OPATRNY, Josef. “José Antonio Saco y los Estados Unidos”. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. X, n. 19, jul./dic. 2009, pp. 79-104.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- OVIEDO, José Miguel. *Breve historia del ensayo hispanoamericano*. Madrid: Alianza, 1991.
- PALTI, Elias José. *El tiempo de la política: el siglo XIX revisitado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- PANI, Érika. *El Segundo Imperio: pasados de usos múltiples*. México: CIDE, FCE, 2004.
- _____. “Derribando ídolos: el Juárez de Francisco Bulnes”. In: VASQUEZ, Josefina Zoraida (org.). *Juárez: História e Mito*. México: El Colégio de México, 2010.
- PASAMAR ALZURIA, Gonzalo. “La configuración de la imagen de la ‘decadencia española’ en los siglos XIX y XX”. *Manuscrits*, n. 11, 1993, pp. 183-214.
- PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006.
- PAZ, Octávio. *O labirinto da solidão*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- PEASE G. Y., Franklin. *Breve Historia Contemporánea del Perú*. México: FCE, 1995.
- PHELAN, John L. “El origen de la idea de Latinoamérica”. In: *Ideas en torno de Latinoamérica*. México: UNAM, 1986, pp. 441-455.
- PILCHER, Jeffrey. *¡Vivan los tamales!: la comida y la construcción de la identidad mexicana*. México: Ediciones de la Reina, 2001.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. “Identidades latinoamericanas”. AYALA MORA, Enrique e POSADA CARBÓ, Eduardo (org.). *Historia general de la América Latina. Vol. VII – Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. 1. ed. Paris: UNESCO; Editorial Trotta, 2008.
- _____. “Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000.
- _____. “Repensando a História Comparada da América Latina”. *Revista de História*, n. 153, 2005, pp. 11-33.

- _____. “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, 2º semestre de 2001.
- _____; SOARES, Gabriela Pellegrino & COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- QUIJADA, Mónica. “Latinos y anglosajones: el 98 en el fin de siglo sudamericano”. *Hispania*, Madrid, vol. LVII, 1997, n. 196.
- _____. “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’ (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)”. *Revista de Índias*, vol. LVII, n. 214, Septiembre-Diciembre, 1998, pp. 595-616.
- RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político da Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – Vol. 1: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre ‘portugueses’ e ‘homens de cor’, Corte do Rio de Janeiro, 1827-1834”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 10, pp. 97-117, 2000.
- RICUPERO, Bernardo. “Existe um pensamento político brasileiro ou As ideias e seu lugar”. In: *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- ROIG DE LEUCHSERING, Emílio. “Hostos, apóstol de la independencia y de la libertad de Cuba y Puerto Rico”. In: *Hostos y Cuba*. Havana: Municipio de la Habana, 1939.
- ROJAS, Rafael. “Retóricas de la raza: intelectuales mexicanos ante la Guerra del 98”. *História Mexicana*, abr.-jun. 2000, vol. XLIX, n. 04.
- ROJAS MIX, Miguel. “Bilbao y el hallazgo de América latina: unión continental, socialista y libertária”. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brasilien – Caravelle*, Toulouse, n. 46, 1986, pp. 35-47.
- ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês – A França e a América Latina: cultura, política e identidade*. Brasília: Editora da UnB, 2005.

- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. In: *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SAEZ, Carmen. “‘La Libertad’, periódico de la dictadura porfirista”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 48, No. 1 (Jan. - Mar., 1986), pp. 217-236.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SANCHEZ, Luiz Alberto. “Prólogo”. In: GARCIA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. Creación de un continente*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.
- SANTOS, Davi Siqueira. *A América Latina, de Manoel Bomfim, e Ariel, de José Enrique Rodó: dois ensaios de interpretação latino-americana*. Dissertação de Mestrado (Literatura e Vida Social). Assis, SP: Unesp, 2011.
- SANTOS, Luís Claudio Villafañe. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. “Mestiçagem e questão indígena no Porfiriato: identidade e alteridade nas obras de Justo Sierra”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, pp. 157-176, jan./jun. 2013.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos, poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
- _____. “Por que ‘ideias fora do lugar’?”. In: *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- _____. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”.
Revista de Cultura Vozes, n. 9, nov. de 1980.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Ana Paula Barcellos Ribeiro da. *Diálogos sobre a escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. “História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol. II. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Humanitas, 2011.
- _____ & COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- SONTAG, Susan. “Doença como metáfora”. In: *Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SOUZA, Laura de Mello e. “Brasil: literatura e 'intelectuales' en el período colonial”. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.); MYERS, Jorge (dir.). *História de los intelectuales en América Latina*. Volume I: La ciudad letrada, de la Conquista al Modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008.
- SOUZA, Marcos Alves de. *Ideologia e política em José Enrique Rodó: liberalismo e jacobinismo no Uruguai (1895-1917)*. Tese de Doutorado (História). Franca: Unesp, 2006.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- SVAMPA, Maristella. “La dialéctica entre el nuevo y lo viejo: sobre los usos y nociones del caudillismo en la Argentina durante el siglo XIX”. In: GOLDMAN,

- Noemí & SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- TENORIO TRILLO, Maurício e GOMÉZ GALVARRIATO, Aurora. *El Porfiriato*. México: FCE, CIDE, 2006.
- TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los otros: reflexión sobre la diversidad humana*. 3. ed. México: Siglo XXI, 2003.
- UEMORI, Celso Noburu. “Darwin por Manoel Bomfim”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n. 56, dez. 2008, pp. 327-348.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- WEINSTEIN, Barbara. “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, pp. 13-29, jan./jun. 2013.
- WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ZANETTI, Susana. “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, vol. 2 – A emancipação do discurso.
- ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- _____. *El pensamiento latinoamericano*. 3. ed. Barcelona: Ariel, 1976.
- _____. “El positivismo”. In: ZEA, Leopoldo (org.). *Pensamiento positivista latinoamericano*. Vol. 1. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. “Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación en México”. In: PALÁCIOS, Guillermo (org.). *La nación y su historia: Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación. América Latina, siglo XIX*. México: El Colegio de México, 2009.
- _____. “El concepto *intelectual* en Hispanoamérica: genesis y evolución”. *História Contemporânea*, n. 27, 2003, pp. 777-798.